

CONTABILIDADE GERAL

Balancete de Verificação – Balanco Patrimonial



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerente de Produção Digital: Bárbara Guerra

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

250612423711



CLAUDIO ZORZO

Bacharel em Ciências Contábeis, pós-graduado em Análise Gerencial, Docência para Nível Superior, Auditoria e Perícia Contábil. É ex-servidor público do Executivo Federal – Ministério do Exército e ex-servidor público do Legislativo Federal – Assessor Parlamentar. Atualmente, é professor de Contabilidade e Auditoria Pública e Privada.

GRAN
CONCURSOS

SUMÁRIO

Apresentação	4
Balancete de Verificação – Balanço Patrimonial	5
Demonstrações Contábeis	26
Demonstrações Contábeis segundo a Lei n. 6.404/1976	32
Notas Explicativas	35
Demonstrações Contábeis segundo o CFC	36
Balanço Patrimonial	50
Segregação entre Circulante e Não Circulante no Balanço Patrimonial	52
Ativo Circulante e Não Circulante	52
Passivo Circulante e Não Circulante	53
Estrutura e Composição do Balanço Patrimonial	65
Ativo	66
Ativo Contingente	79
Passivo	97
Provisão e Passivo Contingente	101
Patrimônio Líquido	122
Capital Social	124
Custo na Transação com Ações	127
Reservas de Capital	129
Ajuste da Avaliação Patrimonial	142
Reservas de Lucro	145
Prejuízo Acumulado	163
Ações em Tesouraria	165
Resumo	227
Questões de Concurso	231
Gabarito	241
Gabarito Comentado	242

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) aluno(a)!

Espero que esteja tudo bem contigo. Sempre com vontade de obter mais conhecimento sobre a nossa bela contabilidade e assim atingir o seu objetivo.

Uma frase para motivar:

Jamais considere seus estudos como uma obrigação, mas como uma oportunidade invejável para aprender a conhecer a influência libertadora da beleza do reino do espírito, para seu próprio prazer pessoal e para proveito da comunidade à qual seu futuro trabalho pertencer.

Albert Einstein

Motivados na busca do aprendizado e sempre indo em frente, nesta aula vamos começar a estudar as demonstrações contábeis; inicialmente, tratarei sobre o balancete de verificação, pois ele é a base para a elaboração das demonstrações contábeis, depois apresento o conjunto das demonstrações contábeis obrigatórias e por fim estudaremos a composição e estrutura do Balanço Patrimonial.

Desejo uma excelente aula para você.

Sucesso sempre.

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO – BALANÇO PATRIMONIAL

O balancete de verificação é um instrumento interno utilizado para registrar todas as contas que apresentaram saldo no término de um período, a fim de verificar a exatidão aritmética dos lançamentos contábeis feitos no livro diário, sendo elaborado a partir dos saldos apurados nas contas no livro razão.

É um demonstrativo contábil que apresenta a relação das contas patrimoniais e de resultado acompanhadas dos respectivos saldos e movimentações, de acordo com sua natureza devedora ou credora; sendo um documento útil como fornecedor de informações pontuais, pois, teoricamente, pode ser levantado a qualquer momento.

O PULO DO GATO

De forma simples o balancete é um relatório contábil **de uso interno**, no qual são relacionadas todas as contas que apresentam saldo diferente de zero no livro razão, conforme registros dos fatos contábeis.

A lógica do balancete é a de que depois de todos os lançamentos terem sido registrados, a qualquer momento, a soma dos saldos devedores das contas deve ser exatamente igual à soma dos saldos credores (premissa do mecanismo de partidas dobradas), assim, ao fazer uma verificação desse fato, ou seja, registrar as contas com saldo devedor e as contas com saldo credor a empresa está preparando um “balancete de verificação”.

Então, podemos entender que a expressão “Balancete de Verificação” representa o rol das contas patrimoniais e de resultado com seus respectivos saldos oriundos da adequada aplicação do método de partidas dobradas.

O balancete é parte do processo contábil executado pela administração da empresa; ele surge da aplicação dos conceitos básicos na identificação e registro dos fatos conforme sintetizo abaixo:



A escrituração parte da ocorrência de um **fato contábil**, ou seja, deve ter ocorrido uma operação ou transação na empresa que movimentou, qualitativa ou quantitativamente, o seu patrimônio; este fato deve ser amparado por um documento probante.

Com base no documento probante, que pode ser uma nota fiscal, um contrato, um relatório de pagamentos etc., o contabilista, considerando o plano de contas da empresa, identifica as contas envolvidas no fato; lembre-se que segundo o **mecanismo de partidas dobradas**, são no mínimo duas contas, uma é a aplicação, que será debitada, e outra é a origem do recurso, que será creditada, e considerando o número de contas envolvidas, existem 4 fórmulas de escrituração.

Após a identificação das contas é feito um **lançamento contábil**, que é o registro do fato no **livro diário**. O valor da operação, que apresenta o saldo de cada conta registrado no lançamento, é transcrito no **livro razão**, onde o contabilista acompanha a variação individual do saldo de cada conta, e assim, levanta os valores para elaborar o balancete de verificação e por consequência as demonstrações contábeis.

ATENÇÃO

O balancete de verificação será a base para a elaboração das demonstrações contábeis que serão transcritas no livro diário da empresa. Assim, em primeiro o contador registra o fato no livro diário; depois transcreve os saldos no livro razão; no fim do mês elabora o balancete de verificação com todas as contas patrimoniais e de resultado. No fim do ano, com base nas contas levantadas, é feita a apuração do resultado do exercício. Depois de apurado o resultado o saldo final é transferido para a conta lucro ou prejuízo acumulado e por fim são elaboradas as demonstrações contábeis obrigatórias.

A principal finalidade do balancete é comprovar a exatidão aritmética do mecanismo de partidas dobradas, pois quando a soma dos saldos devedores não for igual à soma dos saldos credores, o balancete não está fechando e por consequência podemos afirmar que os registros contábeis estão incorretos.

Contudo, mesmo sendo um importante documento informacional, o balancete não permite identificar todos os erros na escrituração; como registros feitos em duplicidade ou contas registradas equivocadamente, por exemplo:

A empresa adquire \$100.000 de equipamentos, à vista.

O lançamento correto é o seguinte:

D – Equipamentos 100.000

C – Banco 100.000

Se o contabilista efetuar o lançamento debitando a conta “estoque” ao invés de equipamentos, o total devedor no balancete seria o mesmo, entretanto a composição patrimonial estaria errada.

Note que um lançamento errado em conta de mesma natureza, bem como um lançamento em duplicidade (feito duas vezes) não são identificados no balancete, pois os totais apresentados à débito e à crédito são iguais; esta é a fragilidade do balancete, pois se ele estiver fechado, fica impossível identificar lançamentos em duplicidade, estornos indevidos, contas lançadas de forma equivocada.

O formato dos balancetes varia de empresa para empresa, de acordo com as necessidades de informações de cada uma e normalmente é elaborado mensalmente. Entretanto, nada impede que seja levantado a qualquer momento (diariamente, semanalmente ou quinzenalmente). O ideal é que o balancete seja levantado num curto intervalo de tempo, pois quanto menor for o período de abrangência do balancete, melhor para a verificação da exatidão dos lançamentos e do saldo das contas.

ATENÇÃO

A legislação societária não obriga a elaboração e nem a publicação do balancete de verificação; a sua elaboração mensal atende aos usos e costumes da profissão contábil.

Como o balancete apresenta a exatidão aritmética do mecanismo de partidas dobradas, a equação geral da contabilidade é formada a partir dele, da seguinte forma:

Saldos devedores = Saldos credores

Ativo + Despesas + Redutoras do Passivo/PL = Passivo + Receitas + Redutoras do ativo

É importante destacar que a equação geral da contabilidade somente dará certo no balancete de verificação, pois como ele é formado por contas patrimoniais e de resultado, o resultado ainda não foi apurado, por consequência o resultado ainda não foi transferido para o patrimônio líquido, na conta lucro ou prejuízo acumulado.

O balancete tem as seguintes características que estão sendo cobradas em provas:

- Sua elaboração é orientada, no mínimo, MENSALMENTE a partir do livro-Razão, do qual são extraídos os saldos das contas.
- É um demonstrativo contábil de uso interno; contudo, pode ser apresentado aos usuários externos quando necessário.
- Não é uma demonstração contábil e não precisa ser publicado.
- Relaciona todas as contas de acordo com a natureza do saldo. As contas com saldo igual a zero não precisam ser demonstradas.
- As contas são apresentadas em duas colunas, uma de natureza devedora e a outra de natureza credora.
- Apresenta a exatidão aritmética do mecanismo de partidas dobradas: o total devedor deve ser igual ao total credor.
- No balancete dá para identificar se houve erro nos lançamentos quanto **aos valores** registrados, basta o balancete não fechar (saldos devedores não serem iguais aos saldos credores).
- Quando o balancete fechar (saldos devedores iguais aos saldos credores) não dá para identificar se um lançamento foi feito em **contas erradas**, pois os totais estão batendo.
- No balancete dá para identificar se uma conta foi classificada com a **natureza errada**. Se um ativo imobilizado apresentar saldo credor tem algum erro na digrafia contábil.
- O balancete que se destinar a fins externos à Entidade deverá conter nome e assinatura do contabilista responsável, sua categoria profissional e número de registro no CRC.
- Não existe obrigação legal para a elaboração do balancete na sociedades.

O PULO DO GATO



Preparar um balancete consiste simplesmente em relacionar todas as contas do plano de contas que ao final do período apurado tenham apresentado no livro razão da empresa saldo diferente de zero, colocando em colunas apropriadas o valor do saldo de cada conta, sempre de um lado as contas com saldo devedor e do outro as contas com saldo credor.

Sabendo que é um documento contábil e pode ser utilizado como prova, quando necessário, o balancete possui algumas formalidades na sua elaboração, devendo conter no mínimo os seguintes elementos:

- a) identificação da Entidade;
- b) data a que se refere;
- c) abrangência;
- d) identificação das contas e respectivos grupos;
- e) saldos das contas, indicando se devedores ou credores;
- f) soma dos saldos devedores e credores.

DIRETO DO CONCURSO



Com relação a balancetes de verificação, julgue os itens a seguir.

001. (CESPE/TRE-ES/TÉCNICO CONTÁBIL/2012) O balancete de verificação possibilita indicar erros na escrituração contábil mesmo no caso de igualdade entre os somatórios das colunas de débito e de crédito, como, por exemplo, quando o saldo de determinada conta é incompatível com a sua natureza.



O Balancete de Verificação será elaborado com todas as contas patrimoniais e de resultado que apresentam saldo contábil no livro razão. A principal finalidade do balancete é comprovar a correta aplicação do método das partidas dobradas, onde o total devedor deve ser sempre igual ao total credor. No balancete não dá para identificar se uma conta de mesma natureza foi registrada de forma equivocada, contudo dá para identificar uma conta que foi registrada com a natureza errada. Por exemplo: Se a empresa registrar um veículo como estoque ao invés de imobilizado, no balancete não dá para identificar o erro no lançamento. Entretanto, se o balancete apresentar o saldo da conta veículo, que é um ativo de natureza devedora, com natureza credora dá para identificar este erro e assim deduzir que tem lançamento incorreto.

Certo.

Acerca das conciliações contábeis e do balancete de verificação, julgue o item a seguir.

002. (CESPE/EBSERH/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) O balancete de verificação inclui as contas patrimoniais e as contas de resultado.



O Balancete é um demonstrativo contábil que apresenta a relação das contas patrimoniais e de resultado acompanhadas dos respectivos saldos, de acordo com sua natureza.

Certo.

Julgue o item subsequente, a respeito do livro diário, do livro razão e do balancete de verificação.

003. (CESPE/ DPU/CONTADOR/2016) Os documentos base para a elaboração do balancete de verificação são o livro diário, de onde são extraídos os saldos finais das contas, e o livro razão, no qual estão demonstradas as movimentações contábeis.



O balancete tem sua base de elaboração estabelecida pelo livro razão, de onde são retirados os saldos finais das contas patrimoniais e de resultado. No livro diário são escriturados os lançamentos contábeis, conforme o mecanismo de partidas dobradas.

Errado.

004. (ESAF/RECEITA FEDERAL/AFRFB/2012) O balancete de verificação evidencia

- a) os estornos efetuados no período.
- b) a configuração e classificação correta dos itens contábeis.
- c) a igualdade matemática dos lançamentos efetuados no período.
- d) o registro dos movimentos individuais das contas contábeis no período.
- e) os lançamentos do período, quando efetuados de forma correta no período.



Com a correta aplicação do mecanismo de partidas dobradas, por meio do balancete de verificação podemos confirmar a exatidão aritmética dos lançamentos. Contudo, a igualdade matemática dos lançamentos não quer dizer que os fatos estejam corretos, pois não dá para identificar no balancete uma conta debitada ou creditada de forma equivocada; o que é possível identificar é a natureza e o saldo final das contas.

Letra c.

005. (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO CRIMINAL/2019) NÃO deve constar, como elemento mínimo na estrutura do balancete de verificação, o/a(s)

- a) identificação da entidade.
- b) abrangência.

- c) identificação das contas e respectivos grupos.
- d) saldos das contas, indicando se devedores ou credores.
- e) movimento individual das contas.



Sabendo que é um documento contábil e pode ser utilizado como prova, quando necessário, o balancete possui algumas formalidades na sua elaboração, devendo conter no mínimo os seguintes elementos:

- a) identificação da Entidade;
- b) data a que se refere;
- c) abrangência;
- d) identificação das contas e respectivos grupos;
- e) saldos das contas, indicando se devedores ou credores;
- f) soma dos saldos devedores e credores.

Não entra no balancete a movimentação individual de cada conta, esta movimentação é registrada no livro razão.

Letra e.

006. (CESGRANRIO/CEFET-RJ/TÉCNICO CONTÁBIL/2014) A elaboração do Balancete de Verificação, em decorrência de suas características técnicas específicas, é tecnicamente embasada no

- a) método da teoria materialista
- b) método das partidas dobradas
- c) método da teoria patrimonialista
- d) princípio do registro pelo valor original
- e) regime de competência



A finalidade do Balancete de Verificação é demonstrar a correta aplicação do método das partidas dobradas. Ele apresenta a igualdade matemática dos lançamentos efetuados no período. A lógica é a de que se para cada débito em uma ou mais contas deve existir crédito de igual valor em uma ou mais contas, o correto é que ao final do mês o total devedor deve ser igual ao total credor. Caso isso não ocorra, existe algum erro no uso do método das partidas dobradas, ou seja, nos lançamentos contábeis e o balancete não fechará.

Letra b.

007. (IDIB/CRF-MS/CONTADOR/2021) O balancete de verificação da razão é a relação de contas, com seus respectivos saldos, extraída dos registros contábeis em determinada data. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A abrangência não está entre os elementos mínimos que devem constar no balancete de verificação.
- b) O balancete deve ser levantado, obrigatoriamente, em periodicidade mensal.
- c) Tanto os balancetes que se destinam a fins internos quanto externos à Entidade deverão conter, obrigatoriamente, nome e assinatura do contabilista responsável, sua categoria profissional e número de registro no CRC.
- d) O grau de detalhamento do balancete deverá ser consentâneo com sua finalidade.



- a) Errada. A abrangência é um dos componentes de identificação do balancete.
- b) Errada. O balancete pode ser levantado a qualquer momento, não precisa ser mensal.
- c) Errada. O balancete de uso interno não precisa da assinatura do contabilista.
- d) Errada. O detalhamento das informações no balancete depende do interesse dos usuários.

Letra d.

008. (UFPA/UFPA/TÉCNICO CONTÁBIL/2017) Obrigatoriamente deverá fazer parte de todo balancete de verificação

- a) a apuração do resultado do exercício.
- b) o saldo das contas.
- c) o critério de avaliação dos ativos.
- d) as contas excluídas do plano de contas.
- e) o tipo de tributação da empresa.



No balancete de verificação serão apresentados, obrigatoriamente, o saldo de cada conta. O balancete deve conter no mínimo os seguintes elementos:

- a) identificação da Entidade;
- b) data a que se refere;
- c) abrangência;
- d) identificação das contas e respectivos grupos;
- e) saldos das contas, indicando se devedores ou credores;
- f) soma dos saldos devedores e credores.

Letra b.

009. (FCC/TCE-AP/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/2013) O demonstrativo auxiliar de caráter não obrigatório, que relaciona os saldos das contas remanescentes no diário e razão, imprescindível para testar se o método de partidas dobradas foi obedecido pela escrituração contábil, método pelo qual os débitos devem corresponder à créditos de mesmo valor, cabendo verificar se a soma dos saldos devedores é igual à soma dos saldos credores, e ser levantado mensalmente segundo a NBC T 2.7, unicamente para fins operacionais, não tendo obrigatoriedade fiscal, com suas informações extraídas dos registros contábeis mais atualizados, deve demonstrar o seguinte: saldo inicial, valor creditado mensal, valor creditado acumulado, valor debitado mensal, valor debitado acumulado e saldo final. Caso o demonstrativo seja destinado a usuários externos, o documento deverá ser assinado por contador habilitado pelo conselho regional de contabilidade (CRC). Este documento contábil é o

- a) Livro Diário.
- b) Livro Razão.
- c) Balanço Orçamentário.
- d) Balancete de Verificação.
- e) Balanço Patrimonial.



O enunciado da questão é uma aula sobre o Balancete de verificação.
Esta questão valeu pelo enunciado.

Letra d.

010. (COSEAC/UFF/TÉCNICO CONTÁBIL/2015) A função do Balancete de Verificação é:

- a) Verificar se os lançamentos contábeis realizados no período estão corretos.
- b) verificar as diferenças entre a variação do ativo e do passivo do período.
- c) fazer o balanço patrimonial da empresa ao final do período.
- d) demonstrar o valor do lucro líquido resultante das operações do período.
- e) demonstrar mensalmente o valor do ativo e das contas de resultado.



O balancete de verificação é um demonstrativo auxiliar composto por todas as contas com seus respectivos saldos, que são extraídos do Livro Razão com a finalidade de verificar se o total de débitos é exatamente igual ao total dos créditos, ou seja, se o método das partidas dobradas foi aplicado corretamente. Como a digrafia contábil determina que para cada débito deva existir um crédito de mesmo valor, a melhor forma de confirmar a exatidão aritmética dos lançamentos é elaborando o balancete de verificação. Está certa a letra "A", pois se os lançamentos contábeis não estão corretos, o balancete não fechará.

Letra a.

Vimos que o balancete é elaborado essencialmente para atender ao público interno, como um instrumento de informações para tomada de decisão operacional, por isto não tem obrigatoriedade de publicação e nem reflexo fiscal.

Esta liberdade normativa faz com que ele possa ser estruturado de acordo com as necessidades dos usuários e a estrutura da empresa, contendo várias informações e colunas (duas, quatro, seis ou até oito colunas), conforme apresentado a seguir:

a) 2 colunas:

Balancete simples, que apresenta somente os saldos de cada conta no final do exercício conforme a sua natureza, se devedora ou credora.

Sua apresentação é da seguinte maneira:

- Nome da conta
- 1ª coluna – Saldo devedor
- 2ª coluna – Saldo credor

NOME DA CONTA	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR
CAIXA	3.000	
ESTOQUE	5.000	
DÍVIDAS		2.000
CAPITAL SOCIAL		5.000
RECEITAS		10.000
DESPESAS	9.000	

b) 4 Colunas:

Este tipo de Balancete apresenta o saldo inicial de cada conta, sem a identificação da natureza da conta, a movimentação à débito e à crédito durante o período e, por fim, o saldo final, também sem a identificação da natureza da conta.

Sua apresentação é da seguinte maneira:

- Nome da conta
- 1ª coluna – saldo inicial (sem identificação da natureza)
- 2ª coluna – movimento a débito
- 3ª coluna – movimento a crédito
- 4ª coluna – saldo final (sem identificação da natureza)

NOME DA CONTA	SALDO ANTERIOR	DEBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
CAIXA	10.000	8.000	6.000	12.000
ESTOQUE	20.000	15.000	18.000	17.000
DÍVIDAS	15.000	11.000	20.000	24.000
CAPITAL SOCIAL	10.000	0	0	10.000
RECEITAS	40.000	0	25.000	65.000
DESPESAS	35.000	35.000	0	70.000

c) 6 Colunas:

Este balancete melhora a qualidade da informação apresentada; com duas colunas a mais, ele apresenta o saldo inicial de cada conta, conforme sua natureza, a movimentação no período, a débito e a crédito, e o saldo final, também destacando a natureza.

Sua apresentação é da seguinte maneira:

- Nome da conta
- 1ª coluna – saldo inicial devedor
- 2ª coluna – saldo inicial credor
- 3ª coluna – movimento a débito
- 4ª coluna – movimento a crédito
- 5ª coluna – saldo final devedor
- 6ª coluna – saldo final credor

NOME DA CONTA	SALDO INICIAL		MOVIMENTAÇÃO		SALDO FINAL	
	DEVEDOR	CREDOR	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
CAIXA	300		600	500	400	
ESTOQUE	700		1.000	800	900	
DÍVIDAS		600	300	700		1.000
CAPITAL SOCIAL		300	0	0	0	300
RECEITAS		1.000	0	1.500		2.500
DESPESAS	900		1.600	0	2.500	

d) 8 COLUNAS:

Balancete com informações mais completas, apresenta todas as informações do balancete de 6 colunas, mais o saldo das movimentações individuais, por conta, dentro de um período.

Sua apresentação é da seguinte maneira:

- Nome da conta
- 1ª coluna – saldo inicial devedor
- 2ª coluna – saldo inicial credor
- 3ª coluna – movimento a débito
- 4ª coluna – movimento a crédito
- 5ª coluna – saldo devedor da movimentação
- 6ª coluna – saldo credor da movimentação
- 7ª coluna – saldo final devedor
- 8ª coluna – saldo final credor

Nome da Conta	Balancete Anterior		Movimentos do Período de:				Balancete Atual	
	Saldos						Saldos Atuais	
	Devedor	Credor	Debito	Credito	Saldos		Devedor	Credor
Devedor					Credor			
Caixa	-	-	-	-			-	-
Bancos	-	-	-	-			-	-
TOTAL	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Para fins de apresentação final dos saldos das contas, na contabilidade temos, essencialmente, dois tipos de balancete: o aberto e o fechado.

O **balancete aberto** é o que contém todas as contas patrimoniais e de resultado, contudo, ainda não foi apurado o resultado do exercício e assim o balanço patrimonial não estará fechado.

É o balancete elaborado antes do encerramento do resultado do exercício, o balanço está em aberto.

Após o encerramento do resultado do exercício na conta ARE – apuração do resultado do exercício – o saldo apurado será transferido para a conta lucro ou prejuízos acumulados e o balanço patrimonial estará fechado, conforme a equação patrimonial:

$$\text{Ativo} = \text{passivo} + \text{patrimônio líquido.}$$

O **balancete fechado** é formado depois do encerramento das demonstrações contábeis e será composto exclusivamente pelas contas patrimoniais. Os saldos apresentados no balancete fechado serão os saldos das contas patrimoniais para o exercício social seguinte.

Abaixo apresento a estrutura de um balancete aberto, de forma simples, com a composição das contas e seus saldos finais:

Empresa CZ – S/A		
Balancete simplificado de verificação em 31/12/2022		
Contas	Saldo final (em R\$)	
	Devedor	Credor
Caixa	1.000	
Aplicações com liquidez imediata	2.000	
Banco conta movimento	500	
Contas a receber	7.000	
Estoques e almoxarifado	500	
Despesas do período seguinte	100	
Adiantamentos	200	
Capital social a integralizar	1.000	
Ações avaliadas pelo custo	500	
Ações avaliadas pela equivalência patrimonial	1.500	
Imóveis	2.000	
Móveis e utensílios	1.000	
Veículos	5.000	
Máquinas e equipamentos	2.000	
Instalações	500	
Depreciação e amortização acumulada		1.000
Computadores	500	
Gastos com desenvolvimento de produtos	100	
Fornecedores		200
Empréstimos bancários		2.000
Tributos a pagar		500
Salários e encargos a pagar		2.000
Dividendos a pagar		500
Empréstimos bancários de longo prazo		3.000
Tributos parcelados de longo prazo		2.000
Capital social		7.000
Reservas de capital		3.000

Reservas de lucros		2.000
Lucros acumulados		800
Receita bruta de vendas e serviços		30.000
Impostos sobre vendas	4.000	
Devoluções e abatimentos	100	
Custo das mercadorias vendidas	15.000	
Despesas com tecnologia da informação	500	
Despesas comerciais	4.000	
Despesas gerais e administrativas	2.000	
Despesas financeiras	500	
Despesa de depreciação	600	
Outras despesas operacionais	700	
Despesas com impostos diversos	200	
Despesas com pesquisa	300	
Despesa de amortização	100	
Despesa de imposto de renda	400	
Despesa de contribuição social sobre o lucro	200	
Totais	54.000	54.000

DIRETO DO CONCURSO



Com relação à preparação e à elaboração das demonstrações contábeis, julgue o item.

011. (QUADRIX/CRA-PR/CONTADOR/2019) A escrituração de determinada entidade pode apresentar erros ainda que o balancete de verificação demonstre a correspondência entre os valores totais de saldos devedores e credores.



Alguns erros nos lançamentos não podem ser identificados no balancete de verificação, por exemplo: um lançamento errado em conta de mesma natureza não é identificado no balancete, pois os totais devedores e credores do balancete são idênticos, esta é a fragilidade do balancete, se ele estiver fechado, fica impossível identificar lançamentos em duplicidade, estornos indevidos, contas lançadas de forma equivocada.

Certo.

Com relação à preparação e à elaboração das demonstrações contábeis, julgue o item.

012. (QUADRIX/CRA-PR/CONTADOR/2019) O balancete de verificação é um demonstrativo de elaboração obrigatória, cujas informações devem ser extraídas do livro diário.



A legislação não obriga a elaboração do balancete, outro erro é que as informações para a elaboração do balancete são retiradas do livro RAZÃO e não do livro diário.

Errado.

Em relação ao balancete de verificação, julgue o item seguinte.

013. (CESPE/FUB/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) O balancete de verificação é uma demonstração financeira obrigatória pela legislação societária, e sua finalidade restringe-se a fornecer aos usuários internos da entidade informações sobre a evolução dos saldos das contas devedoras e credoras em determinado período.



O balancete não é uma demonstração obrigatória e suas informações podem ser apresentadas aos usuários externos.

Errado.

Em relação ao balancete de verificação, julgue o item seguinte.

014. (CESPE/FUB/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) A diferença entre os modelos de balancete de 6 e de 8 colunas corresponde aos saldos devedores e credores que dizem respeito ao movimento do período, constantes no segundo modelo e ausentes no primeiro.



O balancete de 8 colunas possui, de forma complementar ao de 6 colunas, a 5ª coluna que apresenta a movimentação a débito e a 6ª – coluna que apresenta a movimentação a crédito no período.

Certo.

No que se refere ao balancete de verificação contábil, julgue o item subsequente.

015. (CESPE/DPF/AGENTE/2018) O balancete de verificação pode ser levantado em modelos que vão de um mínimo de duas colunas a um máximo de seis colunas.



Vimos que o balancete pode ser estruturado de acordo com as necessidades dos usuários e a estrutura da empresa, contendo várias informações e colunas, podendo ser de duas, quatro, seis ou até oito colunas.

Errado.

No que se refere ao balancete de verificação contábil, julgue o item subsequente.

016. (CESPE/DPF/AGENTE/2018) Em um balancete de seis colunas, apresentam-se, inicialmente, os saldos existentes nas rubricas contábeis no final do período anterior, seguidos da letra D ou C, que indicam se o referido saldo é devedor ou credor, respectivamente.



O balancete de 6 colunas é composto pelas seguintes informações:

- primeira coluna: devedor (saldo inicial)
- segunda coluna: credor (saldo inicial)
- terceira coluna: débito (movimento)
- quarta coluna: crédito (movimento)
- quinta coluna: devedor (saldo final)
- sexta coluna: credor (saldo final)

Assim, ele apresenta o saldo existente no exercício, entretanto, é seguindo pelas colunas da movimentação a débito e a crédito no período.

Errado.

No que se refere ao balancete de verificação contábil, julgue o item subsequente.

017. (CESPE/DPF/AGENTE/2018) O balancete de verificação é um resumo ordenado de todas as contas utilizadas pela contabilidade da entidade que o apresenta, destinando-se a detectar todos os possíveis erros de contabilização eventualmente ocorridos.



No balancete dá para identificar erros de lançamentos em contas de natureza errada, considerando a natureza das contas, entretanto, não dá para identificar a inversão de lançamentos em contas da mesma natureza. Desta forma, não dá para identificar TODOS os erros de lançamentos.

Errado.

No que se refere à contabilização dos principais fatos contábeis e a balancete, julgue o item.

018. (QUADRIX/CREFITO/4ª REGIÃO/2021) O balancete é um demonstrativo contábil que relaciona todas as contas com os respectivos saldos devedores e credores, comprovando, assim, a exatidão dos registros quando os somatórios se igualarem.



O balancete apresenta a exatidão aritmética do mecanismo de partidas dobradas, pois o total do saldo devedor deve ser igual ao total do saldo credor. Contudo, quando os saldos se igualarem não podemos afirmar que estão exatos todos os lançamentos, pois pode ter havido um lançamento em duplicidade ou um estorno indevido, e assim, mesmo o valores estarão iguais.

Errado.

A respeito da preparação e da elaboração das demonstrações contábeis, julgue o item.

019. (QUADRIX/CRO-AC/ANALISTA FINANCEIRO/2019) O balancete de verificação deve relacionar as contas retificadoras de ativo e passivo logo abaixo das contas cujos saldos elas retifiquem.



No balancete as contas são apresentadas conforme a sua natureza devedora ou credora, desta forma, as contas redutoras do ativo serão apresentadas no lado credor e as contas redutoras do passivo no lado devedor, ou seja, em lados contrários às contas que reduzem.

Errado.

020. (QUADRIX/CRO-AC/TÉCNICO CONTÁBIL/2019) O balancete de verificação é elaborado a partir das informações fornecidas pelo livro diário.



O balancete é elaborado a partir dos saldos das contas retirados do livro razão.

Errado.

Acerca do balancete e das demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

021. (CESPE/UNIPAMPA/CONTADOR/2013) O balancete é estruturado de modo a contemplar as contas contábeis e seus respectivos códigos, repetidos nas estruturas dos balanços.



O balancete é a relação das contas patrimoniais e de resultado que servirão de base para a elaboração das demonstrações contábeis; desta forma, as contas apresentadas no balancete serão divulgadas nas demonstrações.

Certo.

Acerca das conciliações contábeis e do balancete de verificação, julgue o item a seguir.

022. (CESPE/EBSERH/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) O balancete de verificação deve ser obrigatoriamente elaborado a cada mês.



A legislação não obriga a elaboração do balancete de verificação, contudo, de acordo com os usos e costumes da prática contábil, ele é elaborado no mínimo mensalmente, sendo que nada impede que ele seja elaborado até diariamente, vai depender da necessidade da empresa e de seu controle contábil.

Errado.

Julgue o item subsequente, a respeito do livro diário, do livro razão e do balancete de verificação.

023. (CESPE/DPU/CONTADOR/2016) Uma das finalidades do balancete de verificação é demonstrar a correta aplicação do método das partidas dobradas, pois o total devedor deve ser igual ao total credor, ou seja, para cada débito em uma ou mais contas deve haver crédito de igual valor em uma ou mais contas.



O Balancete de Verificação é um demonstrativo composto por todas as contas patrimoniais e de resultado com os seus respectivos saldos, extraídos do Livro Razão. A principal finalidade do balancete é verificar a exatidão aritmética do mecanismo de partidas dobradas, ou seja, se nos lançamentos contábeis o total debitado foi igual ao total creditado.

Certo.

Acerca das demonstrações contábeis previstas na legislação societária brasileira, julgue os itens seguintes.

024. (CESPE/PC-ES/PERITO CONTADOR/2012) O demonstrativo que apresenta os saldos das contas patrimoniais e de resultado de uma entidade, bem como suas movimentações durante determinado período, é conhecido como balancete de verificação e não se destina à publicação.



O balancete é um documento contábil onde, normalmente, ao término de cada mês a administração relaciona as contas patrimoniais e de resultado, buscando confirmar a exatidão dos lançamentos contábeis e por consequência utilizar as informações para tomadas de decisão operacionais. O balancete é um documento interno e não necessita de divulgação.

Certo.

Com relação a balancetes de verificação, julgue os itens a seguir.

025. (CESPE/TRE-ES/TÉCNICO CONTÁBIL/2012) O balancete de verificação possibilita indicar erros na escrituração contábil mesmo no caso de igualdade entre os somatórios das colunas de débito e de crédito, como, por exemplo, quando o saldo de determinada conta é incompatível com a sua natureza.



O Balancete de Verificação será elaborado com todas as contas patrimoniais e de resultado que apresentam saldo contábil no livro razão. A principal finalidade do balancete é comprovar a correta aplicação do método das partidas dobradas onde o total devedor deve ser sempre igual ao total credor. No balancete não dá para identificar se uma conta de mesma natureza foi registrada de forma equivocada, contudo dá para identificar uma conta que foi registrada com a natureza errada. Por exemplo: Se a empresa registrar um veículo como estoque ao invés de imobilizado, no balancete não dá para identificar o erro no lançamento. Entretanto, se o balancete apresentar o saldo da conta veículo, que é um ativo de natureza devedora, com natureza credora dá para identificar este erro e assim, deduzir que tem lançamento incorreto.

Certo.

Em relação ao balancete de verificação, julgue o item seguinte.

026. (CESPE/FUB/CONTADOR/2018) O balancete de verificação é uma demonstração financeira obrigatória pela legislação societária, e sua finalidade restringe-se a fornecer aos usuários internos da entidade informações sobre a evolução dos saldos das contas devedoras e credoras em determinado período.



O balancete de verificação não é uma demonstração financeira e a legislação brasileira não obriga a sua elaboração; ele é um demonstrativo das contas e seus respectivos saldos, geralmente de uso interno; contudo, pode ser utilizado para levar informações aos usuários externos.

Errado.

027. (CONSULPLAN/TRE-MG/TÉCNICO CONTÁBIL/2015) Tendo em vista que, em todos os lançamentos, o valor do débito é exatamente igual ao valor do crédito, a soma de todas as contas com saldo devedor deve corresponder à soma de todas as contas com saldo credor. Para verificar se as somas estão corretas, utiliza-se o balancete de verificação. Em relação ao balancete de verificação, analise.

I – É elaborado com base nos saldos de todas as contas do diário.

II – Seu principal objetivo é testar (verificar) se o método das partidas dobradas foi respeitado, portanto, o único erro de escrituração que o mesmo aponta ou representa é o da troca de saldos (devedores por credores e vice-versa).

III – O grau de detalhamento do balancete de verificação deverá ser consentâneo com sua finalidade.

IV – Os elementos mínimos que devem constar do balancete de verificação são: identificação da entidade, data a que se refere, abrangência, identificação das contas e respectivos grupos, e saldos das contas somando os saldos devedores com os credores.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II, III e IV.



Estão certos os itens II e III. O item I está errado, pois o balancete é elaborado com base no livro razão. Já o item IV apresenta erro ao afirmar que serão somados os saldos das contas devedoras com as contas credoras. O balancete normalmente tem a coluna dos saldos devedores e a coluna dos saldos credores.

Letra b.

028. (IADES/CFM/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) Acerca da elaboração do balancete de verificação, assinale a alternativa correta.

- a) É levantado a partir dos saldos das contas extraídos do livro Razão.
- b) Somente é elaborado após o encerramento das contas de resultado.
- c) Apresenta apenas os saldos das contas patrimoniais.
- d) Diferentemente do balanço patrimonial, os saldos devedores e credores não são necessariamente iguais.
- e) Utiliza somente os saldos do livro Caixa; portanto, é levantado apenas uma vez por ano.



O balancete é elaborado normalmente a cada mês, é composto por contas patrimoniais e de resultado, apresenta a exatidão aritmética do mecanismo de partidas dobradas, onde o total devedor deve ser igual ao total credor, e é elaborado a partir do livro razão.

Letra a.

029. (GESTÃO/EMATER-MG/CONTADOR/2019) Acerca do balancete de verificação, é correto afirmar que

- a) sua elaboração regular dispensa a escrituração contábil através dos livros Diário Contábil e Razão Contábil.
- b) quando elaborado no formato “duas colunas”, apresenta a descrição das contas contábeis, os saldos devedores e os saldos credores.
- c) sua elaboração nos formatos “seis colunas” ou “oito colunas”, embora desejável do ponto de vista de controle, é vedada pela legislação fiscal.
- d) a principal finalidade da sua elaboração é permitir a identificação de erros relativos a incorreções na classificação de contas contábeis, porventura cometidos quando da realização da escrituração contábil.



Está certa a letra “B”.

- a) Errada. A elaboração do balancete NÃO dispensa a escrituração regular dos fatos.
- c) Errada. A legislação fiscal não determina ou veda a forma de elaboração do balancete.
- d) Errada. A principal finalidade do balancete é apresentar a exatidão aritmética do mecanismo de partidas dobradas.

Letra b.

030. (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO CRIMINAL/2019) NÃO deve constar, como elemento mínimo na estrutura do balancete de verificação, o/a(s)

- a) identificação da entidade.
- b) abrangência.
- c) identificação das contas e respectivos grupos.
- d) saldos das contas, indicando se devedores ou credores.
- e) movimento individual das contas.



Sabendo que é um documento contábil e pode ser utilizado como prova, quando necessário, o balancete possui algumas formalidades na sua elaboração, devendo conter no mínimo os seguintes elementos:

- a) identificação da Entidade;
- b) data a que se refere;
- c) abrangência;
- d) identificação das contas e respectivos grupos;
- e) saldos das contas, indicando se devedores ou credores;
- f) soma dos saldos devedores e credores.

Não entra no balancete a movimentação individual de cada conta, esta movimentação é registrada no livro razão.

Letra e.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, também chamadas de demonstrações financeiras, são relatórios elaborados pela administração, com a responsabilidade técnica de um contabilista, que apresentam a situação patrimonial de uma empresa e os seus desempenhos financeiro e econômico e os fluxos de caixa apurados em um período ou exercício social.

ATENÇÃO



As demonstrações contábeis são elaboradas a partir do balancete de verificação, que é elaborado a partir do livro razão, e deverão ser transcritas no livro DIÁRIO.

Para entender a importância das demonstrações contábeis obrigatórias é necessário lembrar que o objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis aos usuários internos e externos. Os usuários internos têm acesso tempestivo aos relatórios internos, assim, eles não dependem das informações apresentadas nas demonstrações Contábeis para tomarem as suas decisões.

Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) em seu pronunciamento técnico CPC 00 (R1) — estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiros, o objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral (demonstrações contábeis) é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que sejam úteis aos usuários externos, especialmente aos investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Obs.: Informação é o conjunto de dados prontos para uso, obtido no registro, processamento, análise e organização dos fatos contábeis, de forma que exerça uma alteração (quantitativa ou qualitativa) no conhecimento de quem a recebe, reduzindo incertezas e servindo de orientação.

Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

O pronunciamento CPC “00” – Estrutura conceitual – destaca que muitos investidores e credores por empréstimo, não podem requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiro de propósito geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam.

Consequentemente, eles são os **usuários primários**, sem hierarquia de prioridade; para quem os relatórios contábil-financeiro de propósito geral são direcionados.

Agora é lógico que os relatórios de “propósito geral” não atendem e não podem atender a todas as informações de que estes usuários necessitam, por isto eles precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade, evolução do mercado, concorrência etc.

Segundo o CPC, o foco das demonstrações contábeis-financeiras está nos usuários que aplicam dinheiro na empresa, ou seja, os fornecedores de capital; contudo, devemos entender que eles não são os únicos usuários, já que os clientes, os fornecedores, o governo, os sindicatos representando os funcionários e o governo utilizam as informações contábeis apresentadas para atender suas necessidades específicas.

ATENÇÃO

Os relatórios contábil-financeiro de propósito geral englobam o conjunto das demonstrações contábeis. Ou seja, as demonstrações contábeis fazem parte dos relatórios apresentados.

Vimos que as DCs não têm o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários. Em última análise elas mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados de forma geral, mesmo sendo direcionadas aos aplicadores de dinheiro, em especial, ao mercado financeiro; assim, como as necessidades destes investidores satisfazem muitas das necessidades dos demais usuários, as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas, por isto são denominadas de relatórios de “**propósito geral**”.

Já, governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, financiadores, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses. Daí surgem os relatórios de propósito específico. São relatórios específicos por atenderem somente ao interesse de um usuário.

DIRETO DO CONCURSO



De acordo com o pronunciamento técnico CPC 00 (R1) — estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiros —, julgue o item a seguir, referente a conceito, objetivos e usuários da contabilidade.

031. (CESPE/DPU/CONTADOR/2016) O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras úteis acerca da entidade para a tomada de decisão por parte de usuários internos, como os gerentes de produção, e de usuários externos, como os acionistas.



A assertiva destaca que os relatórios são destinados aos usuários internos e externos, o que não é verdade. Nós vimos que as demonstrações são direcionadas aos usuários externos.

Errado.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 00 (R1) — estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiros —, julgue o item a seguir, referente a conceito, objetivos e usuários da contabilidade.

032. (CESPE/DPU/CONTADOR/2016) Os relatórios contábil-financeiros de propósitos gerais não são os instrumentos que atendem a todas as informações de que os usuários externos — investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial — necessitam.



Os relatórios objetivam fornecer informações aos usuários externos, especialmente aos investidores, contudo, estas informações devem ser melhoradas com outras fontes. Assim, a assertiva está correta, pois os relatórios não atendem todas as necessidades dos usuários.

Certo.

Seguindo nossa aula:

Quando houver uma exigência específica, essas exigências não devem afetar as demonstrações contábeis elaboradas segundo a estrutura conceitual, pois elas devem atender as necessidades de todos os seus usuários para a tomada de decisões econômicas, tais como:

- a) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
- b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas;

c) avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;

d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;

e) determinar políticas tributárias;

f) determinar a distribuição de lucros e dividendos;

g) elaborar e usar estatísticas da renda nacional;

h) regulamentar as atividades das entidades.

O CPC destaca também que o objetivo da elaboração e divulgação do relatório de propósito geral constitui o pilar da Estrutura Conceitual, pois os outros aspectos abordados, como as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições, os elementos das demonstrações contábeis, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a evidenciação, fluem logicamente desse objetivo.

Outro ponto que merece destaque é que os relatórios são, na maioria das informações, baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos.

O conjunto completo das demonstrações contábeis deve ser apresentado pelo menos anualmente (inclusive informação comparativa). Quando se altera a data de encerramento e as demonstrações contábeis são apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano, a entidade deve divulgar, além do período abrangido pelas demonstrações contábeis:

a) a razão para usar um período mais longo ou mais curto; e

b) o fato de que não são inteiramente comparáveis os montantes comparativos apresentados nessas demonstrações.

O CFC tem como premissa o controle sobre o processo contábil, por isto as demonstrações contábeis são elaboradas a partir de documentos e informações extraídas dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil de qualquer tipo de empresa, sendo que a atribuição e responsabilidade técnica do sistema contábil cabem exclusivamente a contabilista registrado no CRC que observará as **práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil**.

Práticas contábeis brasileiras compreendem a legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro emitida pelo CFC e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

O PULO DO GATO

As demonstrações contábeis fazem parte do conjunto de informações financeiras; são de responsabilidade da administração e elaboradas sob a competência técnica de um contabilista.

Entre os usuários das demonstrações contábeis incluem-se investidores atuais e potenciais, empregados, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público. Eles usam as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informação. Essas necessidades incluem:

a) *Investidores.* Os provedores de capital de risco e seus analistas que se preocupam com o risco inerente ao investimento e o retorno que ele produz. Eles necessitam de informações para ajudá-los a decidir se devem comprar, manter ou vender investimentos. Os acionistas também estão interessados em informações que os habilitem a avaliar se a entidade tem capacidade de pagar dividendos.

b) *Empregados.* Os empregados e seus representantes estão interessados em informações sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores. Também se interessam por informações que lhes permitam avaliar a capacidade que tem a entidade de prover sua remuneração, seus benefícios de aposentadoria e suas oportunidades de emprego.

c) *Credores por empréstimos.* Esses estão interessados em informações que lhes permitam determinar se os seus empréstimos e os correspondentes juros serão pagos no vencimento.

d) *Fornecedores e outros credores comerciais.* Os fornecedores e outros credores estão interessados em informações que lhes permitam avaliar se as importâncias que lhes são devidas serão pagas nos respectivos vencimentos. Os credores comerciais provavelmente estarão interessados em uma entidade por um período menor do que os credores por empréstimos, a não ser que dependam da continuidade da entidade como um cliente importante.

e) *Clientes.* Os clientes têm interesse em informações sobre a continuidade operacional da entidade, especialmente quando têm um relacionamento a longo-prazo com ela, ou dela dependem como fornecedor importante.

f) *Governo e suas agências.* Os governos e suas agências estão interessados na destinação de recursos e, portanto, nas atividades das entidades. Necessitam também de informações a fim de regulamentar as atividades das entidades, estabelecer políticas fiscais e servir de base para determinar a renda nacional e estatísticas semelhantes; e

g) *Público.* As entidades exercem influência sobre o público de diversas maneiras. Elas podem, por exemplo, fazer contribuição substancial à economia local de vários modos, inclusive empregando pessoas e utilizando fornecedores locais. As demonstrações contábeis

podem ajudar o público fornecendo informações sobre a evolução do desempenho da entidade e os desenvolvimentos recentes.

Obs.: As demonstrações contábeis são elaboradas com propósito geral, a fim de atender as necessidades específicas de cada usuário.

Embora nem todas as necessidades de informações possam ser satisfeitas pelas demonstrações contábeis, há necessidades que são comuns a todos os usuários.

Entretanto, os governos nacionais, órgãos reguladores ou autoridades fiscais podem especificamente determinar exigências para atender a seus próprios fins, essas exigências, no entanto, não devem afetar as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis. Estas informações são denominadas de “propósito específico”.

ATENÇÃO

Demonstrações de “propósito geral” – relatórios financeiros que respeitam as normas contábeis e são para todos os usuários.

Demonstrações de “propósito específico” – relatórios próprios que atendam uma solicitação de usuários específicos.

Para satisfazer ao seu objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:

- Ativos;
- Passivos;
- Patrimônio líquido;
- Receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas;
- Alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles; e
- Fluxos de caixa.

Essas informações, juntamente com outras informações constantes das notas explicativas, ajudam os usuários na previsão dos futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a época e o grau de certeza de sua geração.

O grau de revelação das demonstrações contábeis deve propiciar o suficiente entendimento do que cumpre demonstrar, inclusive com o uso de notas explicativas, que, entretanto, não poderão substituir o que é intrínseco, próprio das demonstrações.

A utilização de procedimentos diversos daqueles estabelecidos pela legislação, somente será admitida em entidades públicas e privadas sujeitas a normas contábeis específicas, fato que será mencionado em destaque na demonstração ou em nota explicativa.

Quando da elaboração de demonstrações contábeis, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível, desta forma as demonstrações devem ser elaboradas no pressuposto da **continuidade**, a menos que a administração tenha intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.

Outro ponto a ser destacado é o de que entidade deve elaborar as suas demonstrações contábeis, exceto para a demonstração dos fluxos de caixa, utilizando-se do **regime de competência**.

O PULO DO GATO



Os dois pressupostos básicos para a elaboração das demonstrações contábeis são a continuidade e a competência.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEGUNDO A LEI N. 6.404/1976

A Lei n. 6.404/1976, que é a lei que rege as Sociedades Anônimas, sejam de capital aberto ou de capital fechado, trata das demonstrações contábeis nos artigos 175 a 204.

Estes artigos destacam os seguintes assuntos:

CAPÍTULO XV – Exercício Social e Demonstrações Financeiras

SEÇÃO I – Exercício Social

SEÇÃO II – Demonstrações Financeiras e escrituração

SEÇÃO III – Balanço Patrimonial

SEÇÃO IV – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

SEÇÃO V – Demonstração do Resultado do Exercício

SEÇÃO VI – Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

CAPÍTULO XVI – Lucro, reservas e dividendos

SEÇÃO I – Lucro, participações e proposta de destinação do lucro

SEÇÃO II – Reservas e retenção de lucros

SEÇÃO III – Dividendos: Origem, dividendo obrigatório e dividendos Intermediários

No artigo 176, a lei societária determina que ao fim de cada exercício social, **a diretoria** fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I – balanço patrimonial;

II – demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III – demonstração do resultado do exercício;

IV – demonstração dos fluxos de caixa;

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Note que, segundo a legislação, a responsabilidade pela elaboração das demonstrações é da administração da entidade.

No artigo 176 aparecem algumas situações complementares às demonstrações contábeis, que são:

a) A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

b) As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

c) Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como “diversas contas” ou “contas-correntes”.

d) As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral e serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

A fim de dar maior liberdade ao mercado de capital, a Lei n. 6.404/1976 estabelece que as demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas à auditoria por auditores independentes nela registrados.

Outro ponto interessante na Lei é o de que as companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

Uma novidade incluída na Lei n. 6.404/1976 pela Lei n. 11.638/07 é que se aplicam às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades anônimas, as determinações da Legislação societária sobre a escrituração, elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

ATENÇÃO



Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou o conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Como fermenta informacional é importante entender que cada demonstração tem um objetivo específico, para assim o conjunto das demonstrações atender aos usuários de forma completa; a seguir apresento as características principais de cada demonstração:

Balanço Patrimonial (BP)

- Apresenta o aspecto financeiro e patrimonial de uma empresa;
- É composto pelos grupos de contas do Ativo, Passivo e Patrimônio líquido;
- O ativo e o passivo são divididos em circulante e não circulante;
- Tem por objetivo dar uma amostra do patrimônio em um momento próprio, por isto entende-se que é uma fotografia do patrimônio da empresa em determinado momento, é estática;
- É considerada uma demonstração principal.

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

- Apresenta de forma dinâmica o resultado financeiro/econômico da empresa.
- É composta pelas contas de receitas e despesas.
- Normalmente é elaborada antes do balanço patrimonial, sendo o seu resultado transferido para o patrimônio líquido, na conta lucro ou prejuízo acumulado.
- A DRE deverá apresentar o resultado apurado por ação do capital social.
- Considerada demonstração principal.

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

- Apresenta a variação financeira por meio das entradas e saídas de dinheiro que afetaram a conta caixa e o equivalente ao caixa de uma empresa (disponível).
- É obrigatória para todas as sociedades anônimas de capital aberto e para todas as sociedades anônimas de capital fechado com o patrimônio líquido igual ou maior que dois milhões de reais na data do balanço.
- Apresenta o fluxo de caixa por atividades: operacional, financiamento e investimento.
- Pode ser apresentada pelo método direto ou indireto.
- Demonstração auxiliar e é dinâmica.

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

- Apresenta as variações na conta lucro ou prejuízos acumulados, originadas de ajustes de exercícios anteriores, absorção do resultado do exercício, formação de reservas de lucro ou distribuição de dividendos aos sócios.
- Segundo a Lei n. 6.404/1976 é obrigatória para todas as sociedades anônimas
- Apresenta o total dos dividendos por ação do capital social.
- É uma demonstração auxiliar e é dinâmica.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA

- A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como objetivo evidenciar o quanto de riqueza uma empresa produziu, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção.

- Apresenta como que a riqueza foi distribuída entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital e quanto ficou retido na empresa.
- Apresenta a participação econômica efetiva da empresa, juntos aos usuários e a sociedade em geral.
- É obrigatória para todas as sociedades anônimas de capital aberto.

PEGADINHA DA BANCA

A Lei n. 6.404/1976 não obriga a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); por isso é bom atentar nas questões de provas que a DMPL somente é obrigatória por determinação da CVM e do CFC.

No artigo 186 a Lei n. 6.404/1976 faculta para as empresas obrigadas a elaborarem a DMPL a inclusão da DLPA.

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

- Apresenta as variações do patrimônio líquido da empresa.
- É como composta pelas contas: Capital social, reservas de capital e de lucro, ajuste da avaliação patrimonial, prejuízo acumulado e ações em tesouraria.
- Deve destacar a participação dos acionistas majoritários e minoritários no capital da empresa, bem como sua alteração.
- Inclui o resultado abrangente do período, apresentando, separadamente, o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores.
- Engloba a DLPA.

NOTAS EXPLICATIVAS

Segundo a Lei n. 6.404/1976 as demonstrações contábeis deverão ser complementadas pelas notas explicativas. Tal determinação está no parágrafo 5º do artigo 176; que destaca que as notas explicativas deverão indicar:

a) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;

- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (artigo 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (artigo 182, § 3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (artigo 186, § 1º);
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEGUNDO O CFC

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, as demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. Para apresentação adequada, é necessária a representação confiável dos efeitos das transações, outros eventos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como estabelecidos na Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Assim, a base da elaboração das demonstrações, segundo o CFC, são os conceitos básicos apresentados em sua estrutura conceitual, o denominado pronunciamento 00.

Presume-se que a aplicação das normas, interpretações e comunicados técnicos, com divulgação adicional quando necessária, resulta em demonstrações contábeis que representam apropriadamente o que se propõe a retratar.

As normas do Conselho federal de Contabilidade aprovam os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem a missão de harmonizar as normas nacionais às normas internacionais do IASB. Neste processo de evolução foi apresentada o CPA 26 R1 que define um conjunto completo de demonstrações contábeis como aquele que inclui os seguintes componentes:

- a) Balanço patrimonial do período;
- b) Demonstração do resultado do período;
- c) Demonstração do resultado abrangente do período;
- d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- e) Demonstração dos fluxos de caixa do período;
- f) Demonstração do valor adicionado do período, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;

g) Notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Uma informação importante prevista na norma é a entidade não pode retificar políticas contábeis inadequadas por meio da divulgação das políticas contábeis utilizadas ou por meio de notas explicativas ou qualquer outra divulgação explicativa.

Cada demonstração contábil e respectivas notas explicativas devem ser identificadas claramente. Além disso, as seguintes informações devem ser divulgadas de forma destacada e repetida quando necessário para a devida compreensão da informação apresentada:

a) o nome da entidade às quais as demonstrações contábeis dizem respeito ou outro meio que permita sua identificação, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do período anterior;

b) se as demonstrações contábeis se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades;

c) a data de encerramento do período de reporte ou o período coberto pelo conjunto de demonstrações contábeis ou notas explicativas;

d) a moeda de apresentação, tal como definido na NBC TG 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;

e) o nível de arredondamento usado na apresentação dos valores nas demonstrações contábeis.

ATENÇÃO

A norma do CFC, de forma diferente da Lei n. 6.404/1976, obriga para todas as empresas a elaboração da DFC, da DMPL e ainda criou a DRA – Demonstração do Resultado Abrangente.

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

A demonstração de resultados abrangentes é uma importante ferramenta de análise gerencial. Não está prevista na Lei n. 6.404/1976, contudo, tem sua obrigatoriedade determinada pela Resolução CFC n. 1.185/2009 e pelo CPC 26.

Resultado abrangente é “uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originadas dos sócios”. Isso inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios (aporte de capital e reservas de capital) e distribuições aos sócios, como dividendos e juros sobre capital próprio.

A demonstração de resultados abrangentes tem característica de ser gerencial, pois apresenta informações que atualizam o capital próprio, por meio do ajuste no patrimônio

líquido das receitas e despesas já incorridas que possuem uma realização financeira “incerta” e ainda não afetaram o resultado do exercício, uma vez que decorrem de investimentos de longo prazo, sem data prevista de resgate ou outra forma de alienação.

É uma demonstração que presta informações de caráter societário; assim, atende os anseios de investidores.

- Apresenta as alterações no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos não originados dos sócios.
- Os resultados abrangentes são registrados na conta Ajuste da Avaliação Patrimonial (AAP) no Balanço Patrimonial.
- É uma demonstração gerencial que visa apresentar a atualização do Patrimônio Líquido com outras receitas e despesas abrangentes.
- Reconhece no próprio exercício social os aumentos e diminuições de ativos ou passivos que não transitaram pelo resultado do exercício (DRE) em respeito ao regime da competência.
- Pode ser apresentada em separado ou ser incluída na DMPL.

Notas explicativas

Segundo o CPC 26 as notas explicativas devem:

- a) apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas;
- b) divulgar a informação requerida pelas normas, interpretações e comunicados técnicos que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis;
- c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Na determinação de forma sistemática, a entidade deve considerar os efeitos sobre a compreensibilidade e comparabilidade das suas demonstrações contábeis.

Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas, ou seja, deve ser identificado na demonstração em qual nota explicativa o assunto está sendo abordado.

Exemplos de ordenação ou agrupamento sistemático das notas explicativas incluem:

- a) dar destaque para as áreas de atividades que a entidade considera mais relevantes para a compreensão do seu desempenho financeiro e da posição financeira, como agrupar informações sobre determinadas atividades operacionais;
- b) agrupar informações sobre contas mensuradas de forma semelhante, como os ativos mensurados ao valor justo; ou
- c) seguir a ordem das contas das demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e do balanço patrimonial, tais como:

- i: declaração de conformidade com as normas, interpretações e comunicados;
- ii: políticas contábeis significativas aplicadas;
- iii: informação de suporte de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas; e
- iv: outras divulgações, incluindo: passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; e divulgações não financeiras, por exemplo, os objetivos e as políticas de gestão do risco financeiro da entidade.

As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.

DIRETO DO CONCURSO



033. (CESPE/TCE-SC/CONTADOR/2016) O público-alvo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral são, primariamente, os órgãos reguladores.



Vimos na aula que os relatórios financeiros (demonstrações contábeis) de propósito geral são destinados aos usuários externos, especialmente para os primários que são os investidores existente e em potencial. Os órgãos reguladores são tratados como usuários externos secundários.

Errado.

Julgue os itens que se seguem, relativos a contabilidade.

034. (CESPE/FUB/SECRETÁRIO EXECUTIVO/2012) As demonstrações financeiras, ou contábeis, apresentam a situação da empresa em determinado período de tempo.



Segundo a Lei n. 6.404/1976 a empresa deve ao término do exercício apresentar as suas demonstrações contábeis. As informações apresentadas são, em regra, referentes ao exercício passado. Por meio das demonstrações a empresa apresenta a sua situação financeira, patrimonial, desempenho econômico e fluxo de caixa.

Certo.

Julgue o seguinte item, acerca da elaboração das principais demonstrações contábeis previstas pelo CPC.

035. (CESPE/FUB/CONTADOR/2015) O balanço patrimonial é a demonstração contábil estática que apresenta, em termos qualitativos, a posição financeira e patrimonial da entidade em data determinada.



Como vimos na aula, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil, apresentada de forma estática, não há fluxo de recursos, que apresenta, em termos qualitativos e quantitativos, a posição financeira e patrimonial da entidade em data determinada. Nas provas do Cespe não há a necessidade de a assertiva estar completa, pois mesmo faltando o termo “quantitativo” a assertiva está certa, pode não ser verdadeira (completa), mas está certa.

Certo.

Com relação a notas explicativas às demonstrações financeiras, julgue o item subsecutivo, à luz dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações.

036. (CESPE/SLU/CONTADOR/2019) As notas explicativas às demonstrações contábeis devem tratar das informações relevantes que ocorrerem durante o exercício social e que possam afetar o processo de decisão dos usuários externos da informação.



As notas explicativas são de elaboração obrigatória e objetivam apresentar aos usuários externos informações relevantes sobre itens sintetizados nas demonstrações e outros fatos que sejam relevantes para tomada de decisão.

Certo.

Com relação a notas explicativas às demonstrações financeiras, julgue o item subsecutivo, à luz dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações.

037. (CESPE/SLU/CONTADOR/2019) Companhias abertas são dispensadas de apresentar notas explicativas relacionadas às bases de preparação das demonstrações financeiras adotadas durante o período.



Segundo a Lei n. 6.404-76 as demonstrações serão obrigatoriamente complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício e devem, entre outras obrigações, apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.

Errado.

Quanto à apuração de resultados, aos sistemas e ao plano de contas e a demonstrações contábeis, julgue o item.

038. (QUADRIX/CREFITO/4ª REGIÃO/2021) A companhia aberta com patrimônio líquido maior ou igual a R\$ 2.000.000,00 é obrigada a elaborar e a publicar demonstração das origens e aplicações de recursos.



Com a Lei n. 11.638-07 a DOAR foi substituída pela DFC que passou a ser de obrigatória para todas as sociedades anônimas de capital aberto e para as de capital fechado com patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Errado.

A respeito da preparação e da elaboração das demonstrações contábeis, julgue o item.

039. (QUADRIX/CRO-AC/ANALISTA FINANCEIRO/2019) O balanço patrimonial deve conter as mesmas contas do último balancete de verificação realizado no exercício financeiro.



No balancete estão todas as contas patrimoniais e de resultado. O BP conterá somente as contas patrimoniais.

Errado.

No que se refere aos mecanismos de demonstração da situação patrimonial, julgue o item.

040. (QUADRIX/CRF-ES/ANALISTA FINANCEIRO/2019) O balanço patrimonial tem por objetivo demonstrar os elementos financeiros e patrimoniais de uma entidade, por meio da apresentação ordenada das origens e das aplicações dos recursos disponíveis.



O balanço patrimonial é uma demonstração contábil estática, que apresenta, quantitativa e qualitativamente, a posição financeira e patrimonial da entidade no término do exercício social. As origens patrimoniais estão no passivo e no PL e as aplicações patrimoniais estão no ativo.

Certo.

041. (QUADRIX/CRO-AC/TÉCNICO CONTÁBIL/2019) O aspecto qualitativo do patrimônio refere-se à expressão dos componentes patrimoniais em valores que possam ser quantificados e comparados.



O aspecto qualitativo do patrimônio está relacionado com a sua identificação, ou seja, com o nome do elemento. A quantificação ou valoração de um elemento das demonstrações contábeis está relacionada com o aspecto quantitativo das contas.

Errado.

042. (QUADRIX/CRO-AC/TÉCNICO CONTÁBIL/2019) Se as demonstrações financeiras de determinada entidade forem elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes, o objetivo da contabilidade será atingido, ainda que essas demonstrações não sejam publicadas.



O objetivo da contabilidade é fornecer informações aos usuários; se as demonstrações não forem divulgadas, os usuários externos não terão acesso aos dados da empresa e assim não conseguirão obter as informações necessárias para as suas tomadas de decisões.

Errado.

043. (EXATUS/BANPARÁ/CONTADOR/2015) O Pronunciamento Técnico CPC 26(R1), apresenta as demonstrações contábeis, aprovada pelo CVM n. 676/11. É a Demonstração apresentada de forma dedutiva definindo o lucro ou prejuízo – Demonstração que evidencia a mutação do patrimônio Líquido em termos globais – Demonstração que visa mostrar como ocorrem as movimentações de disponibilidades – Demonstração que tem por objetivo informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição – Respectivamente as definições são de quais demonstrações:

- a) DRE, DMPL, DFC e DVA
- b) DMPL, DFC, DRE e DVA
- c) DRE, DMPL, DVA e DFC.
- d) DFC, DVA, DRE e DMPL.
- e) DMPL, DFC, DVA e DRE.



É a Demonstração apresentada de forma dedutiva definindo o lucro ou prejuízo = **DRE**
 Demonstração que evidencia a mutação do patrimônio Líquido em termos globais = **DMPL**
 Demonstração que visa mostrar como ocorrem as movimentações de disponibilidades = **DFC**
 Demonstração que tem por objetivo informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição = **DVA**

Letra a.

044. (FEPESE/MPE-SC/ANALISTA DE AUDITORIA/2014) De acordo com a legislação, o conjunto completo das Demonstrações Contábeis é composto por:

- a) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.
- b) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas
- c) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa Indireto, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas
- d) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas, Parecer da Auditoria
- e) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal.



Segundo a NBTG 26 R4 do CFC, que aprova o CPC 26, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- Balanço patrimonial ao final do período;
- Demonstração do resultado do período;
- Demonstração do resultado abrangente do período;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- Demonstração dos fluxos de caixa do período;
- Demonstração do valor adicionado do período, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.
- Notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Letra a.

045. (CFC/CFC/BACHAREL/2015) Em relação à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I – A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL é uma demonstração de apresentação obrigatória pela Lei das Sociedades por Ações.

II – A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL poderá substituir a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados – DLPA, pois as informações apresentadas na DLPA fazem parte da DMPL.

III – A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL evidencia quais contas sofreram alterações e os respectivos montantes, que deram origem às transformações ocorridas no Patrimônio Líquido.

IV – A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL deve evidenciar apenas as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido relativas à parte dos acionistas não controladores.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, F, F, V.
- d) V, F, V, F.



Segundo a Lei n. 6.404/1976 a DLPA deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e **poderá ser incluída na DMPL**, se elaborada e publicada pela companhia. Na sua essência a DMPL irá apresentar as variações que ocorreram nos saldos das contas que compõem o Patrimônio Líquido. Estão certos os itens II e III, assim a assertiva correta é a letra “B”. O erro do item I é que a Lei n. 6.404/1976 não obriga a apresentação da DMPL, segundo a Lei a DLPA é obrigatória e a DMPL é facultativa. No item IV o erro é que a DMPL deverá apresentar separadamente o montante do patrimônio líquido dos acionistas majoritários (controladores) e dos acionistas minoritários (não controladores) e não somente dos acionistas não controladores.

Letra b.

046. (UFRR/UFRR/CONTADOR/2018) Conforme o CPC 26 (R1), o conjunto de demonstrações contábeis obrigatória não contempla:

- a) Balanço social ao final do período.
- b) Balanço patrimonial ao final do período.
- c) Notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
- d) Demonstração do valor adicionado do período, se exigida legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.
- e) Informações comparativas com o período anterior (demonstrações comparativas).



Segundo a legislação, o Balanço Social não compõem o conjunto completo das informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

Letra a.

047. (COPEVE/ALGAS/ASSISTENTE DE PROCESSOS/2014) Assinale a alternativa correta em relação às Demonstrações Contábeis.

- a) A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve mostrar todas as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando essas alterações em fluxos das operações, fluxos dos financiamentos e fluxos dos investimentos.
- b) A Demonstração de Valor Adicionado demonstra o valor da riqueza gerada pela companhia e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, excluindo da demonstração a parcela da riqueza não distribuída.
- c) Na Demonstração do Resultado do Exercício devem ser computados todos os rendimentos ganhos e as receitas do período, quando realizados em moeda, bem como os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.
- d) A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados demonstra o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial, as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício, bem como as transferências para reservas de capital, incluindo as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.
- e) No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia, devendo-se dispor as contas no Ativo em ordem crescente de grau de liquidez e no Passivo em ordem decrescente de exigibilidades.



Esta questão foi retirada da Lei n. 6.404/1976. Por isto é importante estudar do artigo 175 ao artigo 200.

Para melhorar a compreensão vamos analisar item a item:

a) Certa. O assunto é apresentado no artigo 188 da Lei n. 6.404:

I – Demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: a) das operações; b) dos financiamentos; e c) dos investimentos.

b) Errada. O inciso II do art. 188 estabelece o seguinte:

II – Demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados,

financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. O erro está em excluindo.

c) Errada. A assertiva trata do regime de competência. O art. 187 § 1º estabelece o seguinte: Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

d) Está errada. Na DLPA não são apresentadas as transferências para reservas de capital, somente a formação e reversão das reservas de lucro.

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I – O saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II – As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III – As transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

e) Errada. O art. 178 da Lei n. 6.404/1976 estabelece o seguinte:

No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados.

Letra a.

048. (CESGRANRIO/TRANSPETRO/CONTADOR/2018) As empresas brasileiras, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade e em cumprimento à Lei das sociedades por ações, devem apresentar suas informações patrimoniais, econômicas e financeiras nas demonstrações contábeis, determinadas pelos citados diplomas.

Nesse contexto, uma empresa com a obrigação legal de emitir a demonstração, que representa um dos elementos componentes do Balanço Social e, que tem, entre seus objetivos básicos, apresentar o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos, tem que elaborar a demonstração do(a)

a) fluxo de caixa

b) lucro ou prejuízo acumulado

c) mutação do patrimônio líquido

d) resultado abrangente

e) valor adicionado



A Demonstração do Valor Adicionado representa um dos elementos componentes do balanço social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição. A obrigação legal de sua apresentação pelas S/as de capital aberto está na Lei n. 6.404/1976.

Letra e.

049. (FGV/AL-RO/CONTADOR/2018) As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, essa premissa é chamada de

- a) continuidade.
- b) entidade.
- c) essência sobre a forma.
- d) comparabilidade.
- e) tempestividade.



A premissa de que a entidade permanecerá em funcionamento no futuro é o respeito ao pressuposto da continuidade e deverá ser destacado nas demonstrações contábeis.

Letra a.

050. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2017) De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é determinada a elaboração das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social. Assinale alternativa que apresenta as demonstrações financeiras exigidas por lei.

- a) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros, Demonstração do Resultado, e Livro Diário.
- b) Livro Diário, Livro Razão e Balancete de Verificação em quatro colunas.
- c) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado e Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- d) Livro Diário, Livro Razão ou Razonetes e Balancete de Verificação em duas colunas.
- e) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido e Livro Diário.



A Lei n. 6.404/1976, no artigo 176, determina que ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I – balanço patrimonial;
- II – demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III – demonstração do resultado do exercício;
- IV – demonstração dos fluxos de caixa;
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Letra c.

051. (VUNESP/ITESP/CONTADOR/2018) As normas contábeis estabeleceram procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, tais como a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos e a interação da entidade com o ambiente externo e com o meio ambiente, objetivando demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades. De acordo com essas normas, a riqueza gerada e distribuída pelas entidades deve ser apresentada ao público por intermédio da(o)

- a) Demonstração do Resultado Adicionado.
- b) Balanço Patrimonial.
- c) Demonstração do Valor Adicionado.
- d) Balanço Ambiental.
- e) Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos.



A riqueza gerada por uma empresa e como esta riqueza foi distribuída será apresentada na Demonstração dos Valores adicionados (DVA).

Letra c.

052. (CESGRANRIO/PETROBRAS/TÉCNICO CONTÁBIL/2016) A Lei n. 6.404/76 estabelece, no art. 176, as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas sociedades anônimas. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis editou o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – estabelecendo o conjunto completo das demonstrações a ser apresentado por tais sociedades. De acordo com os termos do CPC 26, DEIXOU de ter obrigatoriedade de apresentação a demonstração

- a) do Valor Adicionado.
- b) do Lucro ou Prejuízo Acumulado.
- c) do Resultado do Exercício.
- d) dos Fluxos de Caixa.
- e) das Mutações do Patrimônio Líquido.



O CPC 26 obrigou a elaboração da DMPL, assim, a DLPA deixou de ser obrigatória, sendo que ela pode ser incluída na DMPL. Lembre-se que para a Lei n. 6.404-76 a DLPA é obrigatória e a DMPL é facultativa.

Letra b.

053. (IBFC/CGE-RN/ANALISTA CONTÁBIL/2019) A Lei 6.404/76, estabelece um conjunto de demonstrações contábeis/financeiras a serem elaboradas ao final de cada exercício social. Considerando a mencionada legislação, analise os itens abaixo e verifique quais são obrigatórios para companhias abertas:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. demonstração do resultado do exercício;
- IV. demonstração do resultado abrangente do período;
- V. demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- VI. demonstração dos fluxos de caixa;
- VII. demonstração do valor adicionado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Itens I, II, III, IV, VI, VII apenas
- b) Itens I, II, III, VI, VII apenas
- c) Itens I, II, III, IV, V, VI, VII
- d) Itens I, II, III, IV, V, VI apenas



A Lei n. 6.404-76 em seu artigo 176 destaca que as demonstrações obrigatórias são as seguintes:

- I – balanço patrimonial;
- II – demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III – demonstração do resultado do exercício;
- IV – demonstração dos fluxos de caixa; e
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Segundo a Lei as DMPL e a DRA não são obrigatórias.

Letra b.

054. (FUMARC/TJ-MG/CONTADOR/2013) É correto o que se afirma, EXCETO em:

- a) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido mostra a movimentação financeira ocorrida no patrimônio durante um determinado período, bem como a riqueza gerada e a sua respectiva distribuição.

- b) O Balanço Patrimonial apresenta o que a entidade possui para gerar riqueza e as obrigações atuais. Essa demonstração mostra a situação em uma determinada data, geralmente o último dia do ano.
- c) A Demonstração do Resultado do Exercício tem a finalidade de mostrar o desempenho da entidade, comparando a geração de receita com o esforço necessário para isso. Essa comparação é feita para um período de tempo, que pode ser um ano, um trimestre ou até mesmo um mês.
- d) A Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra a movimentação financeira ocorrida durante um determinado período no caixa da entidade.



A letra "A" está errada. A DMPL apresenta as variações que ocorreram no patrimônio líquido da empresa. A movimentação financeira é apresentada na DFC e a riqueza gerada pela DVA.

Letra a.

055. (FUMARC/CEMIG/ANALISTA DE GESTÃO/2018) A movimentação ocorrida nas contas de Reservas de Lucros em um determinado período é evidenciada na seguinte demonstração contábil:

- a) Balanço Patrimonial.
- b) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- c) Demonstração do Valor Adicionado.
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa.



As reservas de lucro, assim como a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido serão apresentadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Letra b.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil estática, destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade.

- O BP é estático porque apresenta a situação líquida da empresa em determinado momento; é uma fotografia dos bens, direitos e obrigações.
- Por aspecto qualitativo entende-se a natureza dos elementos que compõem o patrimônio, como dinheiro, valores a receber ou a pagar expressos em moeda, máquinas, estoque de mercadorias ou materiais, dentre outros, assim, é a identificação do elemento do Balanço patrimonial.

- O aspecto quantitativo refere-se à expressão monetária dos componentes patrimoniais, apresentando seus valores ao término do exercício social.

O balanço patrimonial será composto pelo grupo do ativo, do passivo e do patrimônio líquido, sendo que o ativo e o passivo exigível serão segregados em circulante e não circulante. Tal determinação está na Lei n. 6.404/1976 em seu artigo 178, conforme apresentado abaixo.

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e (Incluído pela Lei n. 11.941, de 2009)

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (Incluído pela Lei n. 11.941, de 2009)

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante; (Incluído pela Lei n. 11.941, de 2009)

II – passivo não circulante; e (Incluído pela Lei n. 11.941, de 2009)

III – patrimônio líquido

ATENÇÃO

Note que para a Lei n. 6.404-76 o patrimônio líquido faz parte do passivo; ele é um passivo não exigível para a empresa.

Os itens que compõe o balanço patrimonial como ativos ou passivos são divididos em itens monetários ou itens não monetários.

- Itens monetários são aqueles representados por dinheiro ou por direitos/créditos que serão recebidos e obrigações que serão pagas/liquidadas em dinheiro. Os itens monetários afetam o fluxo de caixa e normalmente, na sua liquidação não alteram o resultado do exercício.
- Por exemplo: Disponível, duplicatas a receber, empréstimos a receber, empréstimos a pagar, duplicatas a pagar, contas a pagar.
- Itens não monetários são aqueles representados por ativos e passivos que não serão recebidos ou liquidados em dinheiro. Normalmente se realizam por meio de uma receita ou despesa, ou seja, na sua realização os itens não monetários afetam a DRE.
- Por exemplo: Estoque, despesa antecipada, imobilizado, intangível, receitas antecipadas.

SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE NO BALANÇO PATRIMONIAL

Considerando que o objetivo das demonstrações financeiras de uma empresa é o fornecimento de informações úteis aos usuários, para que a informação seja útil ela deve representar adequadamente as transações com base na sua essência e realidade econômica e não meramente sua forma legal.

Dessa forma, as entidades devem efetuar, com base na essência econômica e natureza de suas operações, a apresentação de ativos e passivos circulantes e não circulantes em separado no próprio balanço.

O PULO DO GATO



A classificação em circulante ou não circulante está relacionada com o prazo de realização do ativo e o prazo de liquidação do passivo, conforme interesse da empresa.

As informações sobre prazos de realização de ativos e liquidação de passivos são úteis para a avaliação da liquidez e da solvência de uma entidade, assim como as informações sobre o período esperado de recuperação ou liquidação de ativos ou passivos, monetários ou não monetários, são úteis considerando a sua classificação como ativo ou passivo circulante ou não circulante.

Por exemplo, se uma parcela dos estoques tem sua realização prevista para um prazo superior a um ano da data do balanço, ou da duração do ciclo operacional da entidade, essa parcela deve ser classificada como ativo não circulante, pois se for apresentada no circulante, o usuário entenderá que o estoque todo se realizará no ano seguinte a informação não foi útil.

Um ponto interessante da essência econômica está relacionado com o controle sobre os itens patrimoniais, por exemplo: se a empresa possuir uma dívida de curto prazo e esta dívida puder ser postergada para longo prazo, a critério da empresa, a dívida deve ser classificada como passivo não circulante, pois o impacto do pagamento pode ser transferido, mesmo que não seja, quem controla o poder de decisão é a empresa.

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Um ativo deve ser classificado como circulante quando:

a) Se espera que seja realizado, ou é mantido para venda, negociação ou consumo dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço, ou seja, vai se realizar até o fim do exercício que vem, ou

b) É um ativo representado por dinheiro ou equivalente, ou seja, é um ativo já realizado, cuja utilização não está restrita.

Ativos circulantes são ativos que são vendidos, consumidos e realizados dentro do ciclo operacional da entidade, desde que sejam realizados no prazo de 12 meses da data do balanço; quando não houver expectativa de serem realizados dentro do período de 12 meses da data do balanço, devem ser classificados como não circulantes.

ATENÇÃO

O ciclo operacional de uma entidade é definido como o período entre a aquisição de materiais utilizados na produção e sua realização na forma de dinheiro ou equivalente a dinheiro.

O mesmo ciclo operacional normal aplica-se à classificação dos ativos e passivos da entidade. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que a sua duração seja de doze meses.

Todos os outros ativos monetários ou não monetários, que devem incluir os créditos com entidades ligadas e administradores que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da entidade, devem ser classificados como não circulantes.

O grupo de “não circulante” deverá ser desdobrado em ativo realizável a longo prazo, ativo investimentos, ativo imobilizado e ativo intangível.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Um passivo deve ser classificado como passivo circulante somente quando atender aos seguintes parâmetros:

- a) É esperada sua liquidação dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço;
- b) É mantido principalmente com a finalidade de ser transacionado; ou
- c) A entidade não tem nenhum direito de postergar sua liquidação por período que exceda os 12 meses da data do balanço.

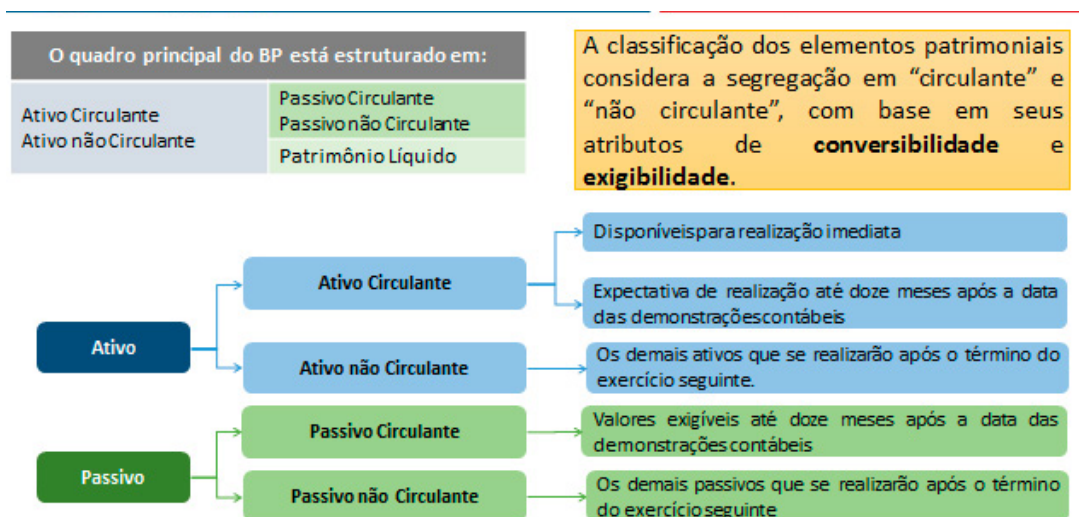
Notem que desta forma as parcelas de empréstimos de longo prazo, vencíveis dentro do período de 12 meses da data do balanço, devem ser classificadas como passivo circulante.

A entidade deve classificar dívidas de longo prazo como passivo circulante, quando, por disposições contratuais ou renegociação, estiver obrigada a liquidá-la dentro de 12 meses da data do balanço, mesmo se:

- a) O prazo original era para um período de mais de 12 meses;
- b) Após a data do balanço, a entidade obteve acordo informal para refinanciar ou reparcelar os pagamentos a longo prazo, isto é, se não existir acordo formal completado antes de as demonstrações contábeis serem aprovadas; e

c) O vencimento original for em data superior a 12 meses da data do balanço, mas, por disposições contratuais, o credor tiver a opção de exigir a liquidação nos próximos 12 meses. As demais obrigações devem ser classificadas como passivo não circulante.

VEJA ESTE MACETE:



ATENÇÃO

O CPC 26, que trata da apresentação das demonstrações contábeis, destaca que caso a entidade apresente separadamente seus ativos e passivos circulantes e não circulantes, os impostos diferidos ativos ou passivos não devem ser classificados como ativos ou passivos circulantes, independente do prazo; assim, impostos diferidos devem ser classificados como não circulante.

Diferir significa postergar, ou seja, deixar para depois. Assim, podemos entender Imposto de Renda diferido como algo para recuperar (ativo) ou pagar (passivo) depois, em outros exercícios.

Desta forma, o Imposto de Renda diferido a recuperar ou a pagar estão relacionados com ajustes tributários autorizados pela legislação fiscal que serão ajustados no futuro.

DIRETO DO CONCURSO

056. (QUADRIX/CREA-TO/CONTADOR/2019) No balanço patrimonial, os elementos do patrimônio são agrupados de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação patrimonial e econômica das entidades.



O balanço patrimonial é uma demonstração contábil estática, que apresenta, quantitativa e qualitativamente, a posição financeira e patrimonial da entidade no término do exercício social. O resultado (desempenho) econômico é apresentado na DRE. Na minha visão o gabarito é errado. A banca considerou certo.

Certo.

Acerca dos temas fundamentais da contabilidade, julgue o item.

057. (QUADRIX/CREA-TO/CONTADOR/2019) Se determinado direito tiver sua realização certa ou provável após o término do exercício seguinte, deverá ser classificado no subgrupo de investimentos do ativo não circulante.



Quando um ativo possuir prazo de liquidação certa ou provável após o exercício social seguinte deverá ser classificado com ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.

Errado.

Tendo como referência a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item a seguir, relativo à elaboração de demonstrações contábeis.

058. (CESPE/STM/CONTADOR/2018) Para fins de levantamento do balanço patrimonial e outras demonstrações financeiras, o exercício social deve ter a duração de um ano, mas, na constituição da entidade e quando de alterações estatutárias, a duração do exercício poderá ser diferente.



A Lei n. 6.404 trata do assunto em seu artigo 175 da seguinte forma:

Art. 175. O exercício social terá duração de 1 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto. Parágrafo único. Na constituição da companhia e nos casos de alteração estatutária o exercício social poderá ter duração diversa.

Certo.

059. (CESPE/SLU/CONTADOR/2019) Com as alterações implementadas na Lei n.º 6.404/1976 pela Lei n.º 11.941/2009, o patrimônio líquido deixou de ser considerado como um grupo do passivo.



Segundo a legislação citada o PL é um passivo, e representa uma obrigação não exigível da empresa junto aos sócios. A lei estabelece o seguinte:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante; (Incluído pela Lei n. 11.941, de 2009)

II – passivo não circulante; e (Incluído pela Lei n. 11.941, de 2009)

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados. (Incluído pela Lei n. 11.941, de 2009)

Errado.

Com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas disposições da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações acerca de demonstrações contábeis, julgue o próximo item.

060. (CESPE/SLU-DF/CONTADOR/2019) A classificação de ativos e passivos como circulantes ou não circulantes deve obedecer ao ciclo operacional da empresa.



A classificação de um item patrimonial em circulante ou não circulante leva em consideração o prazo de realização do ativo e de exigibilidade do passivo.

Estão no circulante todos os itens que se realizarão e que serão liquidados até o término do exercício social seguinte (1 ano da data das demonstrações contábeis); não havendo uma relação direta com o ciclo operacional da empresa. O ciclo operacional será o orientador da classificação dos itens patrimoniais em circulante ou não circulante quando for superior a 1 ano. A Lei n. 6.404/1976 trata do assunto em seus artigos 175 e 179.

Art. 175. O exercício social terá duração de 1 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto.

Art. 179. [...]

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Errado.

A respeito de matemática financeira e dos principais demonstrativos contábeis, julgue o item.

061. (QUADRIX/CRF-AP/CONTADOR/2021) Determinado ativo mantido com o propósito de ser negociado só será classificado no ativo circulante se puder ser realizado até doze meses após a data das demonstrações financeiras.



Segundo o CPC que trata do assunto o ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- d) é caixa ou equivalente de caixa.

Assim, ser realizado em até 12 meses é um dos critérios para ser classificado como circulante, mas, se a empresa quer vender algo, mesmo que não consiga vender em 12 meses, o bem será um circulante.

Errado.

A respeito dos conceitos elementares de contabilidade, julgue o item.

062. (QUADRIX/CFO-DF/CONTADOR/2019) Determinada obrigação pode ser incluída no passivo circulante do balanço patrimonial, ainda que não contribua para a manutenção das atividades normais da empresa.



O que classifica um passivo como circulante é o seu prazo de realização e não sua vinculação às atividades operacionais da empresa. Desta forma, se a empresa possuir uma obrigação, mesmo que não esteja relacionada as suas atividades normais, que deve ser paga até o fim do exercício seguinte, ela será apresentada no passivo circulante. É o caso por exemplo de indenização por sinistros ou acidentes.

Certo.

Com relação à elaboração, à apresentação e à publicação das demonstrações financeiras, julgue os itens seguintes.

063. (QUADRIX/CRO-AC/TÉCNICO CONTÁBIL/2019) A classificação no ativo circulante terá por base o ciclo operacional da empresa, ainda que tal ciclo tenha duração maior que o exercício social.



A lei destaca o seguinte

Art. 179. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Assim, o ciclo operacional é o norteador da classificação dos elementos patrimoniais em circulantes ou não circulantes.

Certo.

Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

064. (CESPE/MPU/ANALISTA ATUARIAL/2015) Um passivo é uma obrigação presente advinda de eventos passados. Sua liquidação resulta, necessariamente, na saída de recursos financeiros capazes de gerar benefícios econômicos.



A liquidação de uma obrigação presente **geralmente** implica a utilização, pela entidade, de recursos incorporados de benefícios econômicos (ATIVOS) a fim de satisfazer a demanda da outra parte. O erro da assertiva está na expressão “necessariamente com a saída de dinheiro”, pois o passivo pode ser liquidado de diversas formas.

Errado.

065. (CESPE/BANCO DA AMAZÔNIA/CONTADOR/2010) Na apresentação das demonstrações contábeis, deve-se considerar que, na conversão do resultado de uma entidade e de seu balanço patrimonial de uma para outra moeda, os itens não monetários são aqueles representados por ativo e passivo que não serão recebidos ou liquidados em dinheiro.



Itens não monetários são aqueles representados por ativo e passivo que não serão recebidos ou liquidados em dinheiro. Normalmente se realiza economicamente transitando pela DRE. A característica essencial de um item não monetário é a ausência do direito a receber (ou da obrigação a entregar) um número fixo ou determinável de unidades de moeda. Os exemplos incluem: despesas antecipadas, estoques, ativos imobilizado e intangível, adiantamentos a fornecedores, receitas antecipadas e adiantamentos de clientes.

Certo.

066. (FGV/CODEBA/CONTADOR/2016) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)- Apresentação das Demonstrações Contábeis, quando uma entidade apresenta

separadamente seus ativos e passivos circulantes e não circulantes, os impostos diferidos ativos e passivos devem ser classificados

- a) como circulantes.
- b) como não circulantes.
- c) como circulantes ou não circulantes, de acordo com o prazo esperado.
- d) como contas a receber ou a pagar.
- e) no grupo do ativo diferido.



Os ativos e passivos oriundos de Impostos diferidos deverão ser classificados no não circulante, independentemente do prazo.

Letra b.

067. (FDC/AGERIO/ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO/2015) Considere os seguintes critérios de classificação de contas no balanço patrimonial:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.

Tais critérios dizem respeito ao:

- a) Ativo Circulante;
- b) Ativo Não Circulante;
- c) Passivo Circulante;
- d) Passivo Não Circulante;
- e) Patrimônio Líquido.



O termo liquidado está relacionado com o passivo. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou
- d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Letra c.

068. (UFG/IF-GO/ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO/2019) A peça contábil, que mostra a situação patrimonial e material de uma pessoa jurídica em um determinado momento ou no encerramento de um exercício social, é o

- a) inventário.
- b) demonstrativo financeiro.
- c) balanço.
- d) resumo executivo.



O BP apresenta de forma estática a situação patrimonial e financeira da empresa em determinado momento. O termo material tem relação com os valores apresentados no balanço.

Letra c.

069. (INSTITUTO AOCP/NOVO HAMBURGO-RS/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2020) Assinale a alternativa que apresenta o que é retratado no balanço patrimonial de uma organização.

- a) A situação estática do passivo de um intervalo de tempo.
- b) A situação dinâmica das atividades de um certo momento.
- c) A situação dinâmica do capital de giro em um período de tempo.
- d) A situação estática do patrimônio de um determinado momento.
- e) A situação global das operações em termos de receitas e despesas.



O BP apresenta a situação estática do patrimônio em determinado momento. É uma fotografia patrimonial.

Letra d.

070. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2017) Assinale a alternativa que apresenta como podem ser divididos os bens que compõem o patrimônio de uma empresa.

- a) Reais e virtuais.
- b) Valoráveis e invaloráveis.
- c) Corpóreos e não corpóreos.
- d) Manipuláveis e imaginários.
- e) Próprios e terceirizados.



Os bens que compõem a parte ativa do patrimônio são divididos em bens corpóreos e incorpóreos.

Letra c.

071. (IBFC/ CRUZEIRO DO SUL-RS/CONTADOR/2019) De acordo com a NBC TSP 11 – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, um ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos critérios abaixo.

I – Espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

II – Espera-se que o ativo seja realizado em até 24 meses após a data das demonstrações contábeis.

III – O ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- d) Apenas a afirmativa III está correta



No ativo circulante estão os bens e direitos que se realizarão até o término do exercício social seguinte, ou seja:

- a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- d) é caixa ou equivalente de caixa.

Assim, estão certos os itens I e III; o item II está errado, pois espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Letra c.

072. (IBFC/SESACRE/CONTADOR/2019) A Empresa BBB apresentava em seu balancete em 31/12/X1, os seguintes saldos:

Caixa:	30.000,00
Contas a Receber:	20.000,00
Fornecedores:	12.000,00
Clientes:	50.000,00
Despesas Administrativas:	4.000,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:	4.000,00
Impostos a recuperar:	11.000,00

Adiantamento de clientes:.....	7.000,00
Despesas financeiras:.....	9.000,00
Marcas e patentes:	5.000,00
Receitas financeiras:.....	7.000,00
Custo das mercadorias vendidas:.....	90.000,00
Depósitos em garantia:	10.000,00
Reserva legal:	8.000,00
Abatimentos sobre venda:	2.500,00
Estoques de mercadorias:	50.000,00
Receita de vendas	250.000,00
Capital Social	210.000,00
Empréstimos Realizados de LP	25.000,00
Receita de Equivalência Patrimonial:	7.500,00
Ações em tesouraria:	5.000,00
Investimentos em controladas:	54.000,00
Máquinas:.....	85.000,00
Despesas de depreciação de máquinas:.....	5.000,00
Depreciação acumulada de máquinas:	8.000,00
Ajuste de avaliação patrimonial (devedor):...	10.000,00
Despesas comerciais:.....	3.000,00

De acordo com essas informações, quanto ao Total do Ativo da Empresa BBB em 31/12/X1, assinale a alternativa correta.

- a) R\$ 311.000,00
- b) R\$ 303.000,00
- c) R\$ 304.000,00
- d) R\$ 307.000,00



Para responder à questão devemos classificar as contas:

- Caixa: 30.000,00 = ativo circulante
- Contas a Receber: 20.000,00 = ativo circulante
- Fornecedores: 12.000,00 = passivo circulante
- Clientes: 50.000,00 = ativo circulante
- Despesas Administrativas: 4.000,00 = despesa – DRE
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa: 4.000,00 = redutora do ativo circulante
- Impostos a recuperar: 11.000,00 = ativo circulante
- Adiantamento de clientes: 7.000,00 = passivo circulante

- Despesas financeiras: 9.000,00 = despesa – DRE
- Marcas e patentes: 5.000,00 = ativo não circulante
- Receitas financeiras: 7.000,00 = receita = DRE
- Custo das mercadorias vendidas: 90.000,00 = despesa – DRE
- Depósitos em garantia: 10.000,00 = ativo circulante
- Reserva legal: 8.000,00 = patrimônio líquido
- Abatimentos sobre venda: 2.500,00 = despesa – DRE
- Estoques de mercadorias: 50.000,00 = ativo circulante
- Receita de vendas: 250.000,00 = receita – DRE
- Capital Social: 210.000,00 = patrimônio líquido
- Empréstimos Realizados de LP: 25.000,00 = passivo não circulante
- Receita de Equivalência Patrimonial: 7.500,00 = receita – DRE
- Ações em tesouraria: 5.000,00 = redutora do PL
- Investimentos em controladas: 54.000,00 = ativo não circulante
- Máquinas: 85.000,00 = ativo não circulante
- Despesas de depreciação de máquinas: 5.000,00 = despesa – DRE
- Depreciação acumulada de máquinas: 8.000,00 = redutora do ativo não circulante
- Ajuste de avaliação patrimonial (devedor): 10.000,00 = redutora do PL.
- Despesas comerciais: 3.000,00 = despesa – DRE
- Após a correta classificação podemos identificar o valor do ativo em \$303.000,00, composto pelas seguintes contas:

Caixa: 30.000,00

Contas a Receber: 20.000,00

Clientes: 50.000,00

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: (4.000,00)

Impostos a recuperar: 11.000,00

Marcas e patentes: 5.000,00

Depósitos em garantia: 10.000,00

Estoques de mercadorias: 50.000,00

Investimentos em controladas: 54.000,00

Máquinas: 85.000,00

(-) Depreciação acumulada de máquinas: (8.000,00)

Letra b.

073. (FGV/SEFAZ-AM/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2022) Assinale a opção que indica o reconhecimento de um passivo no balanço patrimonial de uma entidade.

- a) Pagamento antecipado de despesa.
- b) Pagamento de um empréstimo bancário.
- c) Reconhecimento de provisão para contingência.
- d) Reconhecimento do uso de um ativo imobilizado.
- e) Venda de estoque, sendo metade à vista e o restante a prazo.



O reconhecimento de um passivo aumenta o valor do passivo total, como é o caso do reconhecimento de uma provisão para contingência, onde teremos o registro de uma despesa em contrapartida de uma provisão no passivo. Os demais fatos apresentam as seguintes variações:

- a) Pagamento antecipado de despesa – é uma despesa antecipada; aumenta e diminui o saldo do ativo.
- b) Pagamento de um empréstimo bancário – diminui o passivo pelo pagamento do empréstimo, em contrapartida da saída do dinheiro da conta banco.
- d) Reconhecimento do uso de um ativo imobilizado – registra uma despesa com depreciação em contrapartida da conta redutora do ativo depreciação acumulada.
- e) Venda de estoque, sendo metade à vista e o restante a prazo – aumenta a conta banco e a conta clientes em contrapartida de uma receita com venda de mercadorias.

Letra c.

074. (CESPE/AL-CE/CONTADOR/2021) No balanço patrimonial, são considerados itens ativos não circulantes aqueles

- a) cujo propósito seja ser negociado.
- b) créditos cujo devedor tenha a faculdade plena de adiar o pagamento por prazo superior a doze meses.
- c) realizáveis no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- d) que se espera realizar em até doze meses após a data do balanço patrimonial.
- e) que sejam caixa ou equivalentes de caixa e estejam livres de qualquer vedação à sua utilização.



Os itens do ativo que são disponíveis, que tenham o propósito de serem negociados ou realizáveis até 12 meses da data do balanço devem ser classificados no ativo circulante. Entretanto, quando não houver expectativa dos ativos serem realizados dentro do período de 12 meses da data do balanço ou quando o devedor tenha a faculdade plena de adiar o

pagamento por prazo superior a doze meses os ativos devem ser classificados como não circulantes.

Letra b.

075. (INSTITUTO AOCP/UFPB/TÉCNICO CONTÁBIL/2019) Assinale a alternativa que representa o conceito de Bens sob a ótica da contabilidade.

- a) São itens corpóreos mensuráveis em dinheiro que podem integrar o patrimônio das entidades para utilização futura, tais como marcas e patentes.
- b) São os itens que estão em poder de terceiros que podem ser utilizados de forma imediata.
- c) São itens incorpóreos que são mensuráveis em dinheiro que podem ser tocados, tais como máquinas e veículos.
- d) São os direitos de terceiros em poder da entidade.
- e) São itens tangíveis e intangíveis quantificáveis em dinheiro e que integrarão o patrimônio da entidade para utilização imediata.



Os bens são recursos tangíveis ou intangíveis mensuráveis monetariamente, que estão sob o controle da empresa para seu uso, para realização pela venda ou para alienação.

Letra e.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

A estrutura de apresentação do balanço patrimonial atende as expectativas da escola norte americana e, atualmente das normas internacionais emanadas pelo IASB. O ativo deve ser apresentado em ordem decrescente de realização e o passivo em ordem decrescente de exigibilidade.

Tanto no ativo quanto no passivo e no patrimônio líquido os saldos devedores ou credores de todas as contas retificadoras deverão ser apresentados como valores redutores das contas ou grupo de contas que lhes deram origem, são as contas redutoras do ativo, do passivo e do PL.

Os elementos da mesma natureza e os pequenos saldos serão agrupados, desde que seja indicada a sua natureza e nunca ultrapassem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedada a utilização de títulos genéricos como “diversas contas” ou “contas-correntes”.

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE Disponível Créditos Estoques Despesas antecipadas Outros circulantes ATIVO NÃO CIRCULANTE Realizável a longo prazo Investimentos Imobilizado Intangível	PASSIVO CIRCULANTE Exigível de curto prazo PASSIVO NÃO CIRCULANTE Exigível de longo prazo PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital social Reserva de capital Ajuste da avaliação patrimonial Reservas de lucro Prejuízo acumulado (-) Ações em tesouraria (-)

ATIVO

Ativo: compreende as aplicações de recursos representadas por bens e direitos que estão sob o controle da empresa, originados de fatos passados e que **PROVAVELMENTE** gerarão benefício econômico futuro.

O PULO DO GATO



O recurso deve estar sobre controle, assim, não precisa ser de propriedade. Originado de fato passado quer dizer que o recurso foi identificado e mensurado.

A empresa possui o seu ativo com o objetivo de gerar receitas ou ganhos econômicos no futuro, assim, o benefício econômico futuro embutido em um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para entrada de recursos no caixa ou equivalentes de caixa da entidade.

Uma empresa geralmente usa os seus ativos na produção, na venda de mercadorias ou prestação de serviços capazes de satisfazer os desejos e necessidades dos clientes. Tendo em vista que essas mercadorias ou serviços podem atender aos seus desejos ou necessidades, os clientes se dispõem a pagar por eles e contribuir assim para o fluxo de caixa da entidade.

Os benefícios econômicos futuros de um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras, por exemplo, um ativo pode ser:

- a) usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de mercadorias e serviços a serem vendidos pela entidade;
- b) trocado por outros ativos;
- c) usado para liquidar um passivo;
- d) distribuído aos proprietários da entidade

As contas do ativo são dispostas em ordem crescente dos prazos esperados de realização, que é o mesmo que, em ordem decrescente de liquidez, assim, quanto mais rapidamente o bem ou direito se transformar em dinheiro será apresentado em primeiro no ativo.

A Lei n. 6.404/1976 trata do assunto no artigo 179 da seguinte forma:

Art. 179. As contas do ativo serão classificadas do seguinte modo:

I – no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II – no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III – em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; (Redação dada pela Lei n. 11.638, de 2007)

V – (Revogado pela Lei n. 11.941, de 2009)

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. (Incluído pela Lei n. 11.638, de 2007)

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

I – Circulante

O Circulante é representado pelo realizado e pelo realizável a curto prazo. A Lei n. 6.404/1976 destaca curto prazo como os valores realizáveis até o término do exercício social seguinte, ou seja, tudo o que a empresa espera transformar em caixa (dinheiro) até o final do ano que vem.

Para entender o prazo do circulante deve-se ter em mente que o encerramento do exercício social, normalmente, é o dia 31 de dezembro. Se a empresa começa o seu exercício social em 01 de janeiro de 2018 o seu circulante vai até o dia 31 de dezembro de 2019, ou seja, até o término do exercício social seguinte.

Note neste momento o circulante tem a duração de 2 anos.

Contudo, se a data das demonstrações contábeis for o dia 31 de dezembro de 2017, os valores apresentados no circulante deverão ser realizados até o dia 31 de dezembro de 2018. Neste caso o circulante terá duração de 1 ano. Portanto os recursos apresentados no ativo circulante podem ter o prazo de 1 a 2 anos, dependendo da data de referência.

O ativo circulante é dividido nos seguintes subgrupos:

- Disponível
- Créditos
- Estoques
- Despesas antecipadas
- Outros Valores e Bens

a) Disponível

São os recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da Entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários à vista e os títulos de liquidez imediata.

O disponível é o ativo que é da empresa, representa os valores realizados, que não precisam de conversão em moeda, em razão disso é denominado de ativo realizado. Também são os recursos de pronto emprego pela administração, ou seja, para ser disponível o recurso não deve ter nenhuma vinculação.

Deve ser de livre movimentação e a empresa poderá contar com a sua disposição a qualquer momento.

Composição:

- Caixa;
- Banco conta corrente;
- Aplicações financeiras de liquidez imediata. (poupança, aplicações resgatáveis)
- Numerários em trânsito

CAIXA

Inclui dinheiro em tesouraria, cheques em mãos recebidos e ainda não depositados, pagáveis sem restrição e imediatamente.

BANCO CONTA CORRENTE

Representa o montante depositado em contas de livre movimentação mantidas pela empresa em bancos.

APLICAÇÃO DE LIQUIDEZ IMEDIATA

São aplicações de curtíssimo prazo no mercado financeiro (com resgate de até 3 meses), prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidas para atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. São os denominados “EQUIVALENTES A CAIXA”.

Neste subgrupo somente entram os valores relacionados com aplicações financeiras que a empresa tem o controle sobre a sua disponibilização e que não tenham risco de perda de valor; por isso aplicação em ações no mercado de capital não é um equivalente a caixa, mesmo que seja para ser vendida no mesmo dia, pois a empresa pode perder com a desvalorização das ações.

NUMERÁRIO EM TRÂNSITO

São valores em trânsito, ou seja, que são da empresa, mas não estão em sua posse e nem em posse de terceiros. Normalmente são decorrentes de remessas para filiais.



Não são considerados como disponível:

- a) o numerário cuja utilização seja limitada ou imediata por restrição de qualquer natureza;
- b) os saldos credores em conta corrente representados por saques e descobertos, que devem ser apresentados como parcela do passivo;
- c) os cheques emitidos e entregues aos beneficiários, mesmo que ainda não tenham sido sacados dos estabelecimentos bancários;
- d) as cauções em dinheiro para garantia de concorrências ou contrato de fornecimento de mercadorias ou serviços, mesmo que no futuro o reembolso seja efetuado em numerário;
- e) as aplicações temporárias em ação.

b) Créditos

São os títulos de crédito, quaisquer valores mobiliários e os outros direitos realizáveis até o fim do exercício social seguinte. Os créditos se dividem em créditos de funcionamento e créditos de financiamento.

Os créditos de funcionamento representam os direitos que a empresa tem para receber ou para recuperar, oriundos de suas atividades operacionais. De acordo com a neutralidade e a apresentação conforme o benefício econômico esperado estes direitos deverão estar ajustados pela possibilidade de perda no seu recebimento.

Composição:

- Contas a receber;
- Duplicatas a receber;
- Juros ativos a transcorrer (-)
- Receita financeira a transcorrer (-)
- Aluguel a receber;
- Duplicatas emitidas;
- Notas promissórias aceitas;
- Títulos a receber;
- Impostos a recuperar;
- Estimativa/Provisão créditos de liquidação duvidosa; (-)
- Estimativas/Provisão para devedores duvidosos; (-)

Os créditos de financiamento são os valores que a empresa aplicou ou emprestou e pretende resgatar em curto prazo. São direitos que não estão diretamente relacionados com as atividades operacionais. Em regra, este valor representa uma sobra financeira que a administração ao invés de deixar parada no caixa ou no banco investe a fim de obter um ganho. Tem caráter especulativo para a empresa.

Exemplos:

- Aplicação em ações;
- Debêntures adquiridas com resgate a curto prazo;
- Derivativos;
- Aplicação temporária em ouro;
- Aplicação em CDB / RDB;
- Títulos e valores mobiliários;
- Fundos de investimentos de renda fixa ou variável;
- Empréstimos concedidos;
- (-) estimativa/provisão para perda em investimentos.



Os créditos devem ser ajustados pela estimativa de perda que a empresa estabeleceu, relacionada com a inadimplência ou a perda no investimento; esta estimativa é conta redutora do ativo.

Os montantes de duplicatas descontadas e em casos de exportação, de adiantamentos sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamentos sobre Cambiais Entregues (ACE),

representam uma forma de a empresa se financiar e por isto são consideradas obrigações da entidade junto à instituição financeira, devendo ser classificados no passivo.

c) Estoques

São os valores referentes às existências de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, mercadorias, materiais de consumo, serviços em andamento e outros valores relacionados às atividades-fim da entidade.

Estoques são ativos:

- a) mantidos para venda no curso normal dos negócios; bens de venda;
- b) em processo de produção para venda; bens de produção; ou
- c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços; bens de consumo ou almoxarifado.

Composição:

- Mercadorias
- Produtos acabados
- Produtos em elaboração
- Matéria-prima
- Material de limpeza
- Material de consumo
- Material de expediente
- Suprimentos de informática
- Estimativa/Provisão para perdas no estoque (-)
- Estimativa/Provisão para ajuste do estoque ao valor de mercado. (-)

O PULO DO GATO



O estoque deve ser ajustado pela estimativa de perda ou pela estimativa de desvalorização, quando o valor de mercado for menor que o custo de aquisição; as estimativas são contas redutoras.

d) Despesas Antecipadas

São as aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial. Neste subgrupo são registrados os ativos que representam pagamentos antecipados ou assunção de dívidas referentes às despesas que ainda não ocorreram e serão realizadas durante exercícios posteriores.

O registro da despesa antecipada atende ao princípio da competência, pois as despesas ainda não ocorreram, contudo já foram pagas, surgindo assim um direito para a empresa.

Composição:

- Prêmio de seguro pago antecipadamente;
- Seguro a vencer;
- Telefone pré-pago;
- Assinaturas de periódicos antecipadas;
- Aluguel pago antecipadamente;
- Juros pagos antecipadamente;
- Adiantamento de salários;
- Adiantamento para viagens.

e) Outros Valores e Bens

São os bens ou direitos não relacionados com as atividades-fim da entidade e que a empresa não deseja mais manter em seu ativo, ou seja, decidiu mudar a sua destinação.

É o caso de imóveis e bens que não estão mais sendo utilizados pela empresa e ela deseja se desfazer/alienar; normalmente são tratados como ativo não circulantes destinados a venda.

ATENÇÃO

Ativo não circulante mantido para venda é qualquer bem do ativo não circulante (longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível) que a empresa objetiva recuperar o seu valor contábil, por meio de transação de venda, ao invés de uso continuado (operações descontinuadas).

A decisão de vender ativos pode influenciar a tomada de decisão dos usuários externos. Por isso, quando a empresa decide vender um ANC deve reclassificá-lo como ativo não circulante mantido para venda, no grupo do ativo circulante.

Para ser classificado como mantido para venda no ativo circulante é necessário que o ativo esteja disponível para venda imediata em suas atuais condições, isto é, a sua venda deve ser considerada altamente provável e o seu uso operacional deve ser descontinuado.

Para que a venda seja altamente provável, o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Se a empresa pretender vender um bem (não está em uso), contudo, ainda não há um comprador firmemente identificado, o bem deverá ser registrado no ativo realizável a longo prazo.

Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente.

II – Ativo Não Circulante

São todos os ativos que se realizarão, direta ou indiretamente, após o término do exercício social seguinte, ou, como apresenta a teoria Claudiana, todos os bens e direitos que se liquidarão depois do ano que vem.

Assim, as contas que aparecem em um balanço patrimonial apurado dia 31/12/18, no grupo ativo não circulante, teoricamente irão se realizar em dinheiro, direta ou indiretamente, após o dia 31/12/19.

Ativo não circulante será composto dos seguintes subgrupos:

- Ativo realizável em longo prazo
- Investimentos
- Imobilizado
- Intangível

a) Ativo realizável em longo prazo

São os ativos, cujos prazos esperados de realização situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial, como investimentos, contas a receber, duplicatas a receber.

Neste subgrupo destaca-se a conta adiantamento ou empréstimo a sócios, acionistas, diretores, administradores QUE NÃO SEJAM objetos das atividades normais da empresa.

Segundo o Art. 179 da Lei n. 6.404/1976 as contas serão classificadas do seguinte modo:

II – no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, **que não constituírem negócios usuais** na exploração do objeto da companhia.

O PULO DO GATO



Quando a empresa possuir um crédito junto ao sócio, administrador ou diretor que seja resultado das atividades normais da empresa, este direito será classificado de acordo com o prazo de realização, normalmente no ativo circulante.

Exemplo de contas do realizável em longo prazo:

- Duplicatas a receber em longo prazo;
- Estimativa para ajuste a valor presente (-);
- Juros ativos a transcorrer (-);
- Receita financeira a transcorrer (-);
- Debêntures adquiridas com resgate em longo prazo;

- Aplicações financeiras em longo prazo;
- Empréstimos concedidos em longo prazo;
- Adiantamentos a diretores;
- Empréstimos a acionistas;
- Empréstimos a diretores.

A Lei n. 6.404-76, ajustada, estabelece que no balanço patrimonial os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

O objetivo deste ajuste é destacar dos valores a receber no futuro os juros embutidos a fim de apresentar os créditos pelo seu valor presente.

EXEMPLO

Uma empresa vende suas mercadorias a vista à vista por \$ 700.000,00; entretanto um cliente acordou pagar pelas mercadorias \$ 1.000.000,00 após 30 meses.

Note que a diferença entre o valor à vista e o valor a prazo são os juros que irão transcorrer em 30 meses, assim, eles serão destacados no balanço e apresentados pelas contas redutoras “receita financeira a transcorrer” ou “juros ativos a transcorrer”.

No ativo estas informações serão apresentadas da seguinte forma:

Duplicatas a receber 1.000.000

(-) Receita financeira a transcorrer (300.000)

(=) Valor presente a receber = 700.000

b) Investimentos

São as participações em outras sociedades, além dos bens e direitos que não se destinam à manutenção das atividades-fim da entidade. Normalmente entram neste grupo os bens que tendem a aumentar de valor com o passar do tempo e não são utilizados pela empresa no seu dia a dia.

São chamados de bens de renda.

Segundo o Art. 179 da Lei n. 6.404/1976 as contas serão classificadas do seguinte modo:

III – em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

Exemplo de contas de investimentos:

- Participações societárias;
- Ações de coligadas;
- Ações de controladas;
- Ágio na compra de participações societárias;

- Investimentos em debêntures permanentes;
- Investimentos em fundos de pensão;
- Propriedades para investimento;
- Investimentos em imóveis;
- Imóveis para valorização;
- Imóveis para aluguel para terceiros;
- Terrenos para renda;
- Obras de arte;
- Investimentos em semoventes/animais;
- Estimativa/Provisão para perdas em investimentos (-);
- Amortização acumulada de ágio (-);
- Depreciação acumulada de imóveis para aluguel (-).

Dentro do grupo investimentos destacam-se as contas participações societárias e propriedades para investimento.

Participação societária é o investimento da empresa em ações de outras empresas, ou seja, a empresa compra as ações de outra empresa e passa a ser sua investidora. Pode aparecer como ações de coligadas ou ações de controladas.

Propriedades para investimento são os imóveis que a empresa adquire para alugar para terceiros ou ganhar com a sua valorização. Se caracterizam por não terem relação com as atividades normais da empresa.

O PULO DO GATO

Quando a empresa adquire imóveis para alugar aos diretores e empregados, estes imóveis serão classificados como IMOBILIZADO. Pois serão parte das necessidades operacionais da empresa.

c) Imobilizado

São os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

O imobilizado representa os bens de uso, também denominados de bens fixos, inclusive os imóveis alugados para funcionários e diretores. São os bens que a empresa utiliza no seu dia a dia, direta ou indiretamente, para gerar receitas.

O conceito de imobilizado não quer dizer que o bem deve ser um imóvel, mas sim, que os recursos estão imobilizados, desta forma empresa não poderá contar com o dinheiro aplicado naquele bem.

O ativo imobilizado compreende os ativos tangíveis que:

- São mantidos para uso na produção ou na comercialização de mercadorias ou serviços ou para finalidades administrativas;
- Têm a expectativa de serem utilizados por mais de doze meses;
- Haja a expectativa de auferir benefícios econômicos em decorrência da sua utilização;
- Possuam um custo que possa ser mensurado com segurança.

Segundo o Art. 179 da Lei n. 6.404/1976 as contas serão classificadas do seguinte modo:

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; (Redação dada pela Lei n. 11.638, de 2007).

Na prática o ativo imobilizado é formado pelo conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentarem-se na forma tangível, como imóveis, móveis, computadores, veículos dentre outros com prazo de vida maior que um ano.

ATENÇÃO



Se a vida útil de um bem tangível for menor que um ano, ele poderá ser reconhecido como despesa diretamente.

Importante entender que quando a Lei N. 6.404 apresenta que serão imobilizados os bens corpóreos utilizados nas atividades ou **exercidos com essa finalidade** ela inclui como imobilizado aqueles ativos que ainda não estão sendo utilizados, mas que a finalidade deles será o uso em um futuro próximo, como por exemplo: obras em andamento, material para construção de bens, consórcios de bens e veículos, peças para reposição em máquinas, importações em andamento.

O PULO DO GATO



A forma de realização econômica do ativo imobilizado poderá ser por depreciação, exaustão ou amortização pelo uso, ação da natureza ou de acordo com a diminuição dos seus benefícios econômicos futuros.

Exemplos de imobilizados:

- Edifícios;
- Veículos;
- Moveis e utensílios;
- Computadores;
- Televisores;
- Apartamentos;
- Minas;
- Jazidas;
- Florestas;
- Obras em andamento;
- Consócios de bens;
- Benfeitorias em prédios de terceiros;
- Depreciação acumulada (-);
- Exaustão acumulada (-);
- Amortização acumulada (-).

d) Intangível

É composto pelos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Segundo o Art. 179 da Lei n. 6.404/1976 as contas serão classificadas do seguinte modo:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. (Incluído pela Lei n. 11.638, de 2007)

O grupo do intangível foi criado pela Lei n. 1.638/07 com o objetivo de registrar os bens e direitos que não possuam matéria, mas que apresentam um valor considerável para a empresa. Antes da referida lei o intangível era apresentado no imobilizado e no diferido, conforme sua natureza.

Normalmente a contabilidade somente aceita o registro de ativos intangíveis adquiridos de forma individualizada, devendo ser registrado inicialmente pelo seu valor de aquisição, depois, ajustado pela devida amortização.

Um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial como intangível apenas se atender as seguintes características:

a) Pode ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade;

b) Resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Exemplos de intangíveis:

- Marcas;
- Patentes;
- Direitos de uso de franquias;
- Desenvolvimentos de produtos;
- Direitos de exploração de rodovias;
- Desenvolvimentos de software;
- Propriedade legal de novos livros, filmes e músicas;
- Direitos de opção de compra ou venda de ações;
- Direitos de exploração de filmes cinematográficos;
- **Fundo de comércio adquirido;**
- Amortização acumulada (-).

Entende-se por fundo de comércio adquirido um combinado de ativos, resultado de transações ou outros eventos em que um adquirente obtém o controle de uma ou mais atividades empresariais diferentes.

A entidade somente poderá apresentar no ativo o fundo de comércio adquirido, que representar benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos na compra de outra empresa que não são identificados individualmente e nem reconhecidos separadamente.

Em outras palavras é aquele “algo mais” pago por uma empresa na esperança de obter um lucro no futuro; é a diferença entre o valor pago e o valor justo de uma empresa.

EXEMPLO

A empresa “ALFA” possui um patrimônio líquido com valor de mercado de R\$10.000.000,00.

A empresa “CZ” comprou a empresa “ALFA” e pagou no ato R\$ 15.000.000,00.

Fundo de comércio ADQUIRIDO = diferença entre o valor de mercado (10.000.000,00) e o valor pago a maior (15.000.000,00).

A empresa “CZ” irá registrar o seguinte lançamento:

D – Participações societárias em “B” 10.000.000 (aumenta o ativo investimento)

D – Fundo de comércio adquirido 5.000.000 (aumenta o ativo intangível)

C – Banco 15.000.000 (diminui o ativo)

É importante deixar claro que nem todo intangível se enquadra no conceito de ATIVO, ou seja, não são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Quando um intangível não atender à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como despesa, na DRE, momento da sua ocorrência.

O PULO DO GATO

Não são considerados itens patrimoniais no ativo não circulante os seguintes intangíveis:

- a) Fundo de comércio gerado internamente
 - b) Gastos com treinamento de pessoal;
 - c) Gastos com publicidade e atividades promocionais (incluindo envio de catálogos);
 - d) Gastos com remanejamento ou reorganização, total ou parcial, de uma entidade.
 - e) Gastos com pesquisas de novos produtos.
-

ATIVO CONTINGENTE

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade. Usualmente decorrem de eventos não planejados ou inesperados que:

- a) não estejam totalmente sob controle da entidade.
- b) que dão origem a possibilidade da entrada de recursos econômicos ou potencial de serviços para a entidade.

Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, uma vez que podem resultar no reconhecimento de receitas que nunca virão a ser realizadas.

No entanto, quando uma entrada de recursos for considerada provável, eles deverão ser registrados em contas de controle e divulgados em notas explicativas, assim, o ativo contingente deve ser evidenciado em notas explicativas, quando a entrada de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços for provável.

Os ativos contingentes deverão ser reavaliados continuamente para assegurar que os reflexos de sua evolução sejam adequadamente apresentados nas demonstrações contábeis.

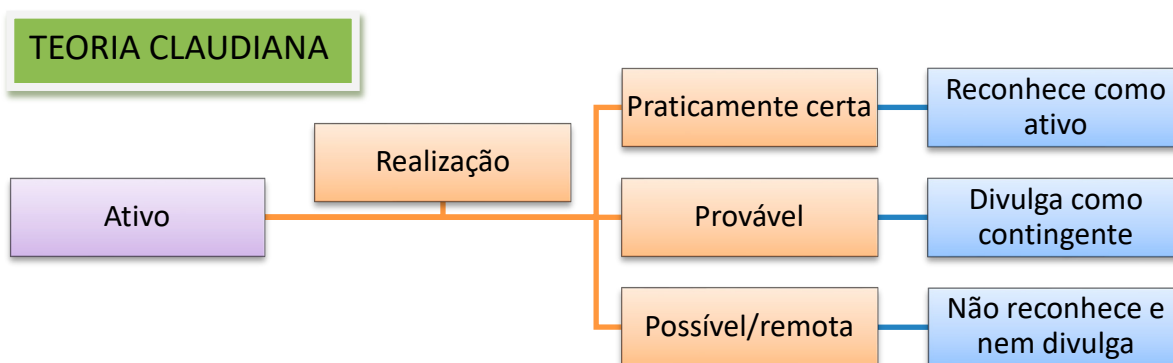
Se ocorrer algum evento que torne praticamente certo que uma entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços surgirá, e desde que o valor do ativo possa ser mensurado corretamente, o ativo e a variação patrimonial aumentativa relacionada deverão ser reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança na probabilidade.

Por exemplo: a empresa está reivindicando na justiça o direito de exploração de uma rodovia que foi cancelado pelo governo atual. O advogado da empresa, com base no andamento do processo e no seu conhecimento jurídico, classificou como provável a vitória no processo. Neste caso a empresa deve divulgar em notas explicativas como um ativo contingente.

Caso a empresa ganhe o processo na justiça, o ativo contingente passará a ser tratado como ativo intangível – direito de exploração.

Quadro comparativo de ativo contingentes

Sempre que, como resultado de eventos passados, puder existir ativo possível cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou diversos eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.		
A entrada de benefícios econômicos ou o potencial de serviços é certa .	A entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços é provável, mas não é certa .	A entrada de benefícios econômicos ou o potencial de serviços não é provável de acontecer .
É registrado como ativo. Não é contingente.	Nenhum ativo deve ser reconhecido. É um ativo contingente.	Nenhum ativo deve ser reconhecido.
	A divulgação em notas explicativa é necessária.	A divulgação não é necessária.



DIRETO DO CONCURSO

A respeito de patrimônio, fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais, julgue o item.

076. (QUADRIX/CREFITO/4ª REGIÃO/2021) Os juros lançados como Despesas Antecipadas correspondem aos valores deduzidos dos empréstimos concedidos pela empresa e creditados pelo líquido ao devedor.



As despesas antecipadas representam despesas que JÁ FORAM PAGAS, mas ainda não incorridas. A empresa tem um direito junto ao terceiro.

Errado.

Acerca das noções básicas de contabilidade, julgue o item.

077. (QUADRIX/CRO-GO/CONTADOR/2019) Ativos imateriais, sem existência corpórea, somente podem ser classificados como direitos.



Os bens do intangível, como marcas, patentes e softwares são imateriais também. Desta forma ativos imateriais pode ser bens e direitos e não somente direitos.

Errado.

De acordo com a Lei n. 6.404/1976, julgue o próximo item, a respeito da elaboração e apresentação das principais demonstrações contábeis.

078. (CESPE/CGE-PI/AUDITOR/2015) Os adiantamentos concedidos a sociedades controladas e não ligados à exploração do objeto social da empresa controladora devem ser registrados no ativo não circulante da controladora.



A questão é praticamente literal à lei. O assunto é abordado no art. 179 da seguinte maneira:

II – no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

É importante destacar que as negociações com sócios, pessoas físicas ou jurídicas, que são usuais ou rotineiras são classificadas conforme o prazo de realização, o que normalmente é no ativo circulante.

Certo.

Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

079. (CESPE/MPU/ANALISTA ATUARIAL/2015) O benefício econômico futuro de um componente patrimonial é o pressuposto primordial para que esse componente seja contabilizado como ativo.



Segundo o pronunciamento conceitual básico para ser reconhecido como um componente do ativo no balanço patrimonial o item deve:

a) Ser controlado.

- b) Ser fruto de fato passado e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.
c) Quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade.

Benefício econômico futuro é o potencial que o ativo tem para direta ou indiretamente se realizar em caixa ou equivalente a caixa.

Certo.

Determinada empresa, no final do exercício, levantou os seguintes saldos contábeis:

Aplicações financeiras de liquidez imediata R\$ 4.000

Aplicações financeiras para resgate em 30 dias R\$ 4.000

Caixa R\$ 4.000

Depósitos bancários à vista R\$ 40.000

Depósitos bancários vinculados à liquidação de empréstimos R\$ 40.000

080. (CESPE/FUB/CONTADOR/2015) Nessa situação, a conta disponibilidade (caixa e equivalentes de caixa) registrará um saldo de R\$ 52.000.



O disponível de uma empresa não pode ter vinculação com nenhuma obrigação, ou seja, deve ser de livre movimentação. São recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos que exijam pronto pagamento e não para investimento ou outros fins. Qualquer recurso vinculado a um pagamento ou aplicação não deve ser considerado disponível, como é o caso dos depósitos bancários vinculados à liquidação de empréstimos. Para ser considerada equivalente de caixa, uma aplicação financeira deve ter conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, a conversibilidade imediata é para investimentos de até 3 meses.

O valor do disponível (caixa e equivalente caixa) é de R\$ 52.000, e será composto por:

Aplicações financeiras de liquidez imediata R\$ 4.000

Aplicações financeiras para resgate em 30 dias R\$ 4.000

Caixa R\$ 4.000

Depósitos bancários à vista R\$ 40.000

Certo.

Julgue o item a seguir, com base no Pronunciamento Técnico CPC 25, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

081. (CESPE/BACEN/ANALISTA FINANCEIRO/2013) Os ativos contingentes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis quando for possível a realização de uma estimativa confiável do valor.



A assertiva está errada, pois o ativo contingente não é reconhecido no Balanço Patrimonial, ele deve ser divulgado em notas explicativas.

Errado.

Com base no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item seguinte.

082. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) Uma entidade que controla determinado recurso, mas que não detém a sua propriedade, não deve reconhecê-lo como ativo na contabilidade, pois, independentemente de qualquer condição, tal recurso não se enquadra na definição de ativo.



Atualmente, ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência econômica e não apenas para sua forma legal. É a aplicação prática da primazia da “essência econômica sobre a formalidade jurídica”, onde o que importa é o controle sobre os itens e não a sua propriedade. Um exemplo que se encaixa neste contexto é o arrendamento mercantil, nele a propriedade é do arrendador (financeira), entretanto, o bem é registrado no ativo da arrendatária (usufrutuária).

Errado.

A empresa ABC S.A. figura como arrendatária em um contrato de arrendamento mercantil de um conjunto de máquinas pelo valor futuro de R\$ 1 milhão, com opção de compra ao final do contrato. Os pagamentos do contrato serão feitos mensalmente durante o prazo de 10 anos. As máquinas são de controle da ABC S.A. e foram confeccionadas conforme as solicitações dessa empresa, para que as atividades comerciais da arrendatária pudessem ser realizadas.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir, de acordo com a legislação vigente.

083. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) Para o reconhecimento das máquinas como ativo da ABC S.A., é necessário que a empresa detenha a efetiva propriedade jurídica delas.



Atualmente, ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência econômica e não apenas para sua forma legal. É a aplicação prática da primazia da “essência econômica sobre a formalidade jurídica”, onde o que importa é o controle sobre os itens e não a sua propriedade. O CPC 00 apresenta que

ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo que se encaixa neste contexto é o arrendamento mercantil, nele a propriedade é do arrendador (financeira), entretanto, o bem é registrado no ativo da arrendatária (usufrutuária) que controla e se beneficia com o uso do bem.

Errado.

Acerca de despesas antecipadas, julgue o próximo item.

084. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) Situação hipotética: O pagamento à vista do prêmio de um seguro com vigência de três anos gerou um lançamento na conta de despesa antecipada. Assertiva: O valor dessa despesa deve ser registrado no ativo realizável a longo prazo do balanço patrimonial.



Serão classificados no ativo circulante os direitos realizáveis até o fim do exercício seguinte e no realizável a longo prazo os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte. Como a empresa pagou seguro antecipadamente para gozá-lo em 3 anos, ela deverá dividir o direito em circulante e não circulante, considerando a data do início da cobertura pela seguradora.

Errado.

Com relação às alterações promovidas na legislação societária pela Lei n.º 11.638/2007 e pela Lei n.º 11.941/2009, julgue o item a seguir.

085. (CESPE/SEFAZ-AL/AFCE/2021) O grupamento de contas denominado ativo intangível, criado a partir de alteração na lei, tem por função registrar os direitos cujo objeto sejam bens incorpóreos voltados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com tal finalidade, direitos esses que eram anteriormente registrados no ativo investimentos, juntamente com outros bens corpóreos de mesma finalidade.



Os bens do intangível, antes da criação do grupo específico no ANC, eram registrados no ATIVO IMOBILIZADO.

Errado.

086. (IF-ES/IF-ES/TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO/2019) Um servidor da área administrativa foi incumbido de auxiliar em algumas atividades no setor de contabilidade. Em conversa

com o responsável pelo departamento, foi perguntado ao colaborador sobre os elementos básicos de patrimônio. Para auxiliá-lo seu chefe imediato solicitou o estudo de conteúdos do livro Contabilidade Básica Fácil. Na bibliografia, Ribeiro (2017) afirma que “o patrimônio é um conjunto de Bens, Direitos e Obrigações de uma pessoa, avaliado em moeda”. Considerando os conhecimentos adquiridos pelo servidor a respeito dos elementos que compõem o Patrimônio, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Os Bens são as coisas capazes de satisfazer as necessidades humanas e suscetíveis de avaliação econômica.
- b) Constituem Direitos para a empresa todos os valores que ela tem a receber de terceiros (clientes, inquilinos, etc.).
- c) Constituem Obrigações para a empresa todos os valores que ela tem a pagar para terceiros (fornecedores, proprietários de imóveis, empregados, Governo, bancos, etc.).
- d) As Obrigações geralmente aparecem registradas nos livros contábeis das empresas, com o nome do elemento representativo da respectiva Obrigação, seguido da expressão “a pagar”.
- e) Os Direitos geralmente aparecem registrados nos livros contábeis da empresa, com o nome do elemento representativo do respectivo Direito, seguido da expressão “a pagar”.



A questão pede a assertiva incorreta. Está errada a letra “E”, pois os direitos são contas contábeis registradas com o nome do item complementado pelo termo “A RECEBER” e não “a pagar”.

Letra e.

087. (INSTITUTO AOCP/PC-ES/PERITO CRIMINAL/2019) A aquisição de uma propriedade de jazidas minerais deverá ser registrada e classificada no Balanço Patrimonial como um ativo

- a) intangível.
- b) imobilizado.
- c) diferido.
- d) contingente.
- e) financeiro.



Jazidas e minas são ativos tangíveis considerados recursos naturais que serão explorados nas atividades operacionais da empresa. São classificadas no ativo não circulante IMOBILIZADO e serão exauridas conforme sua exploração.

Letra b.

088. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/AUDITOR TRIBUTÁRIO/2015) Assinale a alternativa com a conta que é sempre classificada no subgrupo Ativo Realizável a Longo Prazo, pertencente ao Ativo Não Circulante.

- a) Duplicatas a Receber.
- b) Participações Societárias Temporárias.
- c) Propriedades para Investimento.
- d) Direitos Autorais.
- e) Empréstimos a Sócios ou Acionistas.



A questão trata de créditos da empresa junto aos sócios. Estes, desde que não estejam relacionados com as atividades normais da empresa, serão classificados como realizável a longo prazo.

A determinação está no art. 179 da Lei n. 6.404-76.

As contas serão classificadas do seguinte modo:

II – no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia. No enunciado o termo “sempre” está sendo excludente. Pois se for um banco ou uma financeira o empréstimo será tratado como transação normal.

Letra e.

089. (VUNESP/TJ-SP/CONTADOR/2015) A Lei no 6.404/76, ao disciplinar o Balanço Patrimonial, estabelece a classificação das contas do Ativo. Observadas as disposições legais, nesse sentido, as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa, serão classificadas

- a) no intangível.
- b) no ativo imobilizado.
- c) em participações.
- d) no ativo realizável a longo prazo.
- e) em investimentos.



O conceito se refere ao ativo investimento. A Lei n. 6.404/1976 trata do assunto em seu artigo 179 da seguinte forma:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

III – em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

Letra e.

090. (VUNESP/TJ-SP/CONTADOR/2013) Os ativos, representados no lado esquerdo do balanço patrimonial, são assim denominados porque

- a) significam os valores alocados às contas de Capital da entidade.
- b) são as contas utilizadas para contabilizar os recursos em ação na sociedade, e, quando bem utilizados, geram acréscimos e ganhos patrimoniais.
- c) não são valores imobilizados durante o ciclo operacional da entidade.
- d) junto com os passivos contabilizados e o patrimônio líquido constituem as origens dos recursos da entidade.
- e) apresentam característica de financiadores das atividades empresariais.



Nesta questão a banca trabalhou o conceito subjetivo de ativo. O ativo representa o conjunto dos bens e direitos sob o controle da empresa que provavelmente irão gerar benefícios econômicos no futuro. Assim, podemos afirmar que o POTENCIAL ECONÔMICO da empresa está no ativo e ele será utilizado nas atividades da empresa para gerar ganhos e acréscimos patrimoniais.

Letra b.

091. (FDC/CREMERJ/TÉCNICO CONTÁBIL/2011) Em 31 de dezembro, o balancete de verificação da Cia. ABC apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos (valores em R\$):

Bancos.....	4.000
Clientes (CP).....	24.000
Móveis e utensílios.....	22.000
Veículos.....	10.000
Maquinário.....	25.000
Fornecedores (CP).....	12.000
Empréstimos (LP).....	6.000
Reserva Legal.....	7.200
Duplicatas Descontadas.....	12.000
Salário.....	25.000

Comissão de Vendedores.....	3.800
Impostos.....	7.000
Capital Social.....	40.000
Receitas de Serviços.....	63.600
Contas a Pagar (CP).....	8.000
Aluguel.....	5.000
Contas a Receber (LP).....	15.000
Estoques.....	8.000

Na elaboração do balanço patrimonial, o montante do ativo não circulante era igual a:

- a) R\$ 80.000
- b) R\$ 72.000
- c) R\$ 65.000
- d) R\$ 57.000
- e) R\$ 49.000



Neste tipo de questão devemos identificar cada conta da seguinte forma:

- Bancos – ativo circulante
- Clientes (CP) – ativo circulante
- Móveis e utensílios – ativo não circulante imobilizado
- Veículos – ativo não circulante imobilizado
- Maquinário – ativo não circulante imobilizado
- Fornecedores (CP) – passivo circulante
- Empréstimos (LP) – passivo não circulante
- Reserva Legal – patrimônio líquido
- Duplicatas Descontadas – passivo circulante
- Salário – despesa
- Comissão de Vendedores – despesa
- Impostos – despesa
- Capital Social – patrimônio líquido
- Receitas de Serviços – receita
- Contas a Pagar (CP) – passivo circulante
- Aluguel – despesa
- Contas a Receber (LP) – ativo não circulante
- Estoques – ativo circulante
- ATIVO NÃO CIRCULANTE:
 - Móveis e utensílios 22.000
 - Veículos 10.000

- Maquinário 25.000
- Contas a Receber (LP) 15.000

Letra b.

092. (INSTITUTO AOCP/CARIACICA-ES/CONTADOR/2020) Representa um ativo intangível, que deverá ser reconhecido no Balanço Patrimonial,

- a) a marca gerada internamente.
- b) a lista de cliente gerada internamente.
- c) o fundo de comércio adquirido.
- d) o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente.



Somente será registrado no ativo da empresa os intangíveis que podem ser mensurados e negociados individualmente. Normalmente, os ativos gerados internamente não são registrados porque não podem ser separados da empresa. Desta forma, nas assertivas, somente o intangível adquirido, que é o fundo de comércio adquirido, pode ser registrado.

Letra c.

Considere as seguintes informações a cerca de uma determinada empresa:

CONTAS	VALORES
Obras e Edificações	R\$ 50.000,00
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 85.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 15.000,00
Capital a Integralizar	R\$ 50.000,00
Capital Social	R\$ 150.000,00
Provisões Tributárias	R\$ 25.000,00
Adiantamento a Funcionários	R\$ 8.000,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 150.000,00
Estoque de Mercadorias	R\$ 60.000,00
Investimento em Coligada	R\$ 30.000,00
Reservas de Lucros	R\$ 10.000,00
Ações em Tesouraria	R\$ 5.000,00
Reserva de Capital	R\$ 6.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 5.900,00
Adiantamento de Cliente	R\$ 2.000,00

093. (INSTITUTO AOCP/SÃO BENTO DO SUL/AFTM/2019) Com base nas informações apresentadas, o valor total do Ativo Circulante da empresa é de

- a) R\$ 185.000,00.
- b) R\$ 183.000,00.
- c) R\$ 160.000,00.
- d) R\$ 153.000,00.



No ativo circulante serão apresentados os ativos que se realizarão até o término do exercício social seguinte. São os bens e direitos de curto prazo. Vamos classificar as contas:

- Obras e Edificações – não circulante
- **Caixa e Equivalente de Caixa – AC – 85.000**
- Depreciação acumulada – redutora do não circulante
- Capital a Integralizar – redutora do PL
- Capital Social – PL
- Provisões Tributárias – passivo circulante
- **Adiantamentos a Funcionários – AC – 8.000**
- Maquinas e Equipamentos – não circulante
- **Estoque de Mercadorias – AC – 60.000**
- Investimentos em coligadas – não circulante
- Reservas de Lucros – PL
- Ações em tesouraria – redutora do PL
- Reserva de Capital – PL
- Prejuízos Acumulados – redutora do PL
- Adiantamento de Clientes – passivo circulante

Letra d.

094. (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/CONTADOR/2018) Segundo o CPC 04, Ativo Intangível deve ser reconhecido apenas se

- a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em desfavor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- b) for improvável que os benefícios econômicos e futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- c) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo não serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- d) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.
- e) for provável que os benefícios econômicos passados e futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.



Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e se o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Letra d.

095. (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/CONTADOR/2018) Assinale a alternativa que representa apenas subcontas do ativo intangível.

- a) Patentes, franquias e direitos autorais.
- b) Franquias, direitos autorais e máquinas.
- c) Terrenos, prédios e licenças.
- d) Marcas, franquias e equipamentos.
- e) Patentes, instalações e marcas.



O intangível é composto por ativos incorpóreos como é o caso de patentes, franquias e direitos autorais.

Letra a.

096. (INSTITUTO AOCP/JUIZ DE FORA/AUDITOR FISCAL/2016) São características de um Ativo Imobilizado:

- a) de propriedade da empresa, não ter substância econômica e poder gerar benefícios econômicos futuros.
- b) tangível, ter substância econômica e poder gerar benefícios futuros.
- c) Intangível, ter substância econômica e vida útil superior a um ano.
- d) tangível, poder ou não gerar benefícios econômicos futuros e ter vida útil não superior a um ano.
- e) destinado ao negócio da empresa, ter vida útil superior a um ano e não gerar benefícios econômicos futuros.



O imobilizado é composto pelos bens tangíveis destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. O imobilizado deve ter vida útil maior que 1 ano e ser utilizado nas atividades normais da empresa.

Letra b.

097. (INSTITUTO AOCP/UFC/CONTADOR/2014) Assinale a alternativa que NÃO corresponde aos bens numerários (ou Disponibilidades).

- a) Caixa
- b) Bancos Conta Movimento.
- c) Duplicatas a Receber.
- d) Numerário em Trânsito.
- e) Aplicações de Liquidez Imediata.



Os bens numerários são os recursos já realizados pela empresa, compõem o seu disponível que é representado pelas seguintes contas: caixa, banco, aplicação financeira de liquidez imediata e numerários em trânsito. Duplicatas a receber não é um recurso disponível, é um crédito da empresa junto aos terceiros.

Letra c.

098. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2017) Os bens podem ser classificados de várias maneiras, tais como bens materiais e imateriais. Assinale alternativa que apresenta o conceito de bens materiais e imateriais na contabilidade.

- a) Bens materiais são aqueles que não possuem corpo e matéria, como terrenos. Bens imateriais são aqueles que possuem corpo e não tem matéria, como dinheiro.
- b) Bens materiais são aqueles que possuem corpo e matéria, como patente e invenção. Bens imateriais são aqueles que não possuem corpo, como mesas.
- c) Bens materiais são aqueles que possuem matéria, como o fundo de comércio. Bens imateriais são aqueles que não possuem matéria, como bens imóveis.
- d) Bens materiais são aqueles que possuem corpo e matéria, como as mercadorias. Bens imateriais são aqueles que não possuem corpo e não têm matéria, como marcas e patentes.
- e) Bens imateriais são aqueles que possuem corpo e matéria, como despesas com a organização. Bens materiais são aqueles que não possuem corpo e não têm matéria, como os veículos.



Os bens que compõem o patrimônio são divididos em corpóreos ou materiais e incorpóreos ou imateriais. Os bens materiais (corpóreos) são aqueles que possuem corpo e matéria, como as mercadorias, veículos, equipamentos etc. os bens imateriais (incorpóreos) são aqueles que não possuem corpo e não têm matéria, como marcas e patentes, direitos de exploração etc.

Letra d.

099. (FGV/PC-RN/AGENTE/2021) Em 01/07/2020, a Cia. Alfa contratou um seguro para a sua frota de veículos, com cobertura de um ano a partir da contratação, no valor de R\$ 90.000,00, que foram pagos à vista na assinatura do contrato.

No registro dessa transação, o lançamento a débito será em uma conta de:

- a) ajustes patrimoniais;
- b) ativo;
- c) despesa;
- d) passivo;
- e) perda.



O seguro pago antecipadamente é uma despesa antecipada que será reconhecida, a débito, como um direito no ATIVO da empresa, em contrapartida, a crédito, da conta banco, pela saída do dinheiro.

O registro contábil é o seguinte:

- d) Seguro pago antecipadamente
- c) Banco

Letra b.

100. (IBFC/EBSERH/CONTADOR/2020) De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG 27) ± Ativo Imobilizado, em relação a definição de ativo imobilizado, analise as alternativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) É o item intangível que se espera usar por apenas um período
- b) É o item intangível que é mantido para uso exclusivo na produção
- c) É o ativo intangível que se espera utilizar por mais de um período
- d) Corresponde aos direitos incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens
- e) É o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos.



Ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos e se espera utilizar por mais de um período. São os denominados bens de uso TANGÍVEIS.

Letra e.

101. (IBFC/EBSERH/CONTADOR/2020) Em 31/12/16, a empresa Tico e Teco, apresentava as seguintes contas em seu Ativo:

Conta no Banco Premium	R\$ 132.000,00
Conta no Banco Paladium	R\$ 60.000,00
Caixa e Disponibilidades	R\$ 45.000,00
Aplicações de Curto prazo no mercado financeiro, conversíveis em caixa e com risco considerável de alteração de valor	R\$ 73.000,00
Depósito vinculado a liquidação de empréstimo de curto prazo	R\$ 91.500,00
Numerário em trânsito decorrente de remessa para filial	R\$ 32.800,00

Dados:

Sabe-se que em 31/12/16, o Banco Paladium estava sendo liquidado.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta o saldo das disponibilidades da empresa Tico e Teco em 31/12/16.

- a) R\$ 282.800,00
- b) R\$ 209.800,00
- c) R\$ 434.300,00
- d) R\$ 342.800,00
- e) R\$ 269.800,00



O subgrupo disponível é composto pelos recursos que a empresa tem condições de utilizar imediatamente, ou seja, não tem destinação específica. Normalmente é composto pela conta caixa, banco, numerários em trânsito (recursos da empresa em trânsito, indo para a matriz ou para a filial) e aplicações financeiras de liquidez imediata, onde não exista risco considerável de perda. Assim, o disponível da empresa é de \$209.800,00, composto pelas seguintes contas:

- Banco Premium = 132.000,00
- Caixa e equivalentes = 45.000,00
- Numerários em trânsito = 32.800,00

Letra b.

102. (FUMARC/CARNEIRINHO-MG/FISCAL TRIBUTÁRIO/2018) Um ativo intangível deve ser identificado e reconhecido no Balanço Patrimonial se e apenas se:

I – For provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade.

II – O custo do ativo puder ser mensurado, ainda que por estimativa.

III – For separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado.

IV – Resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

As afirmativas CORRETAS são:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.



O CPC 04 que trata do intangível estabelece que um ativo intangível deve ser reconhecido no BP apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade e o seu custo possa ser mensurado com confiabilidade. Quanto a sua classificação, um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. O único item errado é o item II, pois não há a previsão de ser mensurado por estimativa, mas sim, com confiabilidade.

Letra c.

103. (FUMARC/CEMIG/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) São considerados ativos intangíveis:

- a) Ações de outras sociedades e títulos e valores mobiliários.
- b) Construções em andamento e instalações diversas.
- c) Ferramentas, equipamentos e utensílios.
- d) Marcas, patentes e fundo de comércio.



O ativo intangível é composto pelos bens incorpóreos como é o caso das marcas, patentes e fundo de comércio.

Ações de outra sociedades é investimento.

Construções em andamento é imobilizado.

Ferramentas e equipamentos é imobilizado.

Letra d.

104. (FGV/SEFAZ-BA/AGENTE DE TRIBUTOS/2022) Em relação ao reconhecimento do ajuste a valor presente de uma conta a receber no balanço patrimonial de uma entidade, assinale a afirmativa correta.

- a) Incorre apenas quando a conta é de curto prazo.
- b) Incorre apenas quando a conta é de longo prazo
- c) Incorre apenas quando refletir efeito relevante.
- d) Incorre em todas as contas de curto e de longo prazo.
- e) Incorre em todas as contas de longo prazo e apenas nas de curto prazo que refletem efeito relevante.



A Lei n. 6.404-76 em seu art. 183 destaca que no balanço, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Letra e.

105. (FGV/SEFAZ-AM/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2022) Uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial, em 31/12/X0.

- Caixa: R\$20.000;
- Estoque previsto para ser vendido em 390 dias: R\$50.000;
- Despesa de seguros dos veículos paga antecipadamente em 31/12/X0 e que será apropriada mensalmente de forma linear por dois anos: R\$12.000;
- Contas a receber em 120 dias: R\$60.000;
- Empréstimo a acionista com prazo de recebimento de 180 dias: R\$15.000;
- Veículos utilizados no transporte de funcionários com vida útil estimada em 5 anos: R\$80.000;
- Depreciação acumulada dos veículos: R\$54.000;
- Perdas estimadas nos estoques: R\$5.000; e
- Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$3.000.

Assinale a opção que indica o ativo realizável a longo prazo da sociedade empresária, em 31/12/X0:

- a) R\$51.000.
- b) R\$66.000.
- c) R\$72.000.
- d) R\$77.000.
- e) R\$92.000.



Para responder à questão vamos classificar as contas:

- Caixa: R\$20.000 = ativo circulante
- Estoque previsto para ser vendido em 390 dias: R\$50.000 = ativo realizável a longo prazo.
- Despesa de seguros dos veículos paga antecipadamente em 31/12/X0 e que será apropriada mensalmente de forma linear por dois anos: R\$12.000 = \$ 6.000 (1 ano) no ativo circulante e \$ 6.000 (1 ano) no ativo realizável a longo prazo.
- Contas a receber em 120 dias: R\$60.000 = ativo circulante.
- Empréstimo a acionista com prazo de recebimento de 180 dias: R\$15.000 = ativo realizável a longo prazo (independe do prazo a receber).
- Veículos utilizados no transporte de funcionários com vida útil estimada em 5 anos: R\$80.000 = ativo imobilizado.
- Depreciação acumulada dos veículos: R\$54.000 = redutora do ativo imobilizado.
- Perdas estimadas nos estoques: R\$5.000 = redutora do ativo realizável a longo prazo.
- Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$3.000 = redutora do ativo circulante.

Assim, o ARLP apresentará o valor de R\$ 66.000,00 representado pelas seguintes contas:

- Estoque: R\$ 50.000
- Despesa de seguros dos veículos paga antecipadamente R\$ 6.000
- Empréstimo a acionista: R\$ 15.000
- Perdas estimadas nos estoques: (R\$ 5.000)

Letra b.

PASSIVO

Passivo: compreende as origens de recursos representadas por obrigações presentes, oriundas de fatos passados, que serão liquidadas no futuro, normalmente com o sacrifício de um ativo.

Uma característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Para Fins de normas contábeis uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira, pode ser legalmente exigível ou oriunda de prática usual da empresa. Assim, a obrigação pode ser legal ou não formalizada.

- A obrigação legal é uma consequência de um contrato restritivo (obrigatório) ou algum requisito estatutário ou legal. Esse é normalmente o caso, por exemplo, com valores a pagar a funcionários e fornecedores em geral.

- A obrigação não formalizada surge como consequência de práticas comerciais usuais, hábitos comerciais, do desejo e necessidade de manter boas relações comerciais e de agir de uma forma justa com alguém.

Obrigações não legalmente vinculadas que geram passivos têm as seguintes características:

- A entidade indica a terceiros, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, políticas publicadas ou de declaração específica, que aceitará certas responsabilidades;
- Como resultado de tal indicação, a entidade cria uma expectativa válida da parte de terceiros de que cumprirá com essas responsabilidades;
- A entidade tem pouca ou nenhuma alternativa realista para evitar o cumprimento da obrigação gerada a partir dessas responsabilidades.

O PULO DO GATO

Como ferramenta de análise por parte dos usuários é comum classificar o passivo em monetário e não monetário e em oneroso e não oneroso.

- Passivo monetário é aquela obrigação que exigirá um pagamento em dinheiro, como por exemplo: contas a pagar e empréstimos a pagar.
- Passivo não monetário é a obrigação que será liquidada com um bem ou com a prestação de um serviço, por exemplo: receitas antecipadas e adiantamentos de clientes.
- Passivo oneroso é a obrigação que tem um custo para a empresa, ou seja, normalmente vai gerar uma despesa com juros e encargos bancários vinculados à dívida, como exemplo: financiamentos e empréstimos Bancários.
- Passivo não oneroso é a obrigação que a empresa não tem encargos financeiros vinculados, como por exemplo: contas a pagar, duplicatas a pagar, salários a pagar e fornecedores.

Para que exista uma obrigação presente resultante de eventos passados é necessário que a empresa não possua alternativa realista senão liquidar a obrigação criada pelo evento. Esta situação existe quando a liquidação puder ser exigida por lei ou, no caso de obrigação não formalizada, quando o evento cria expectativas válidas em terceiros acerca do cumprimento da obrigação pela entidade.

Outro ponto que deve ser destacado é o de que para estabelecer um passivo é normal o uso de estimativas; isto é especialmente válido no caso das provisões, que, por natureza, têm mais incerteza que a maior parte dos demais passivos. Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos, mais a frente tratarei sobre o assunto.

As principais obrigações apresentadas no passivo são:

- Contas a pagar em geral;
- Títulos descontados;
- Financiamentos a pagar;
- Arrendamento mercantil financeiro;
- Passivos tributários;
- Instrumentos financeiros – derivativos e debêntures;
- Provisões passivas;
- Receitas antecipadas;

A liquidação de uma obrigação presente geralmente implica na utilização, pela entidade, de recursos capazes de gerar benefícios econômicos a fim de satisfazer o direito da outra parte.

A extinção de uma obrigação presente pode ocorrer de diversas maneiras, por exemplo, por meio de:

- a) pagamento em dinheiro = diminui o ativo.
- b) transferência de outros ativos = diminui o ativo.
- c) prestação de serviços = reconhece uma receita.
- d) substituição da obrigação por outra = não altera o passivo.
- e) conversão da obrigação em capital = aumenta o PL.
- f) renúncia do credor ou pela perda dos seus direitos creditícios = reconhece uma receita.
- g) perdão de dívidas = reconhece uma receita.

Respeitando a essência econômica de uma operação, podem existir os passivos considerados instrumentos híbridos; eles que são instrumentos financeiros que possuem, ao mesmo tempo, características de dívida e de capital próprio e sua classificação vai depender da decisão do credor. O termo aplica-se geralmente as dívidas que existem, contudo o credor tem a possibilidade de escolher a forma de sua liquidação. Por exemplo: debêntures conversíveis em ações.

Quando o investidor compra uma debênture conversível em ações, ele poderá, no momento da sua liquidação, escolher se quer receber o dinheiro ou converter o valor em ações da empresa.

Note que para a empresa emitente este papel tem característica de dívida (se o investidor quiser receber o dinheiro aplicado) e de patrimônio líquido (se o investidor quiser transformar o direito em ações), isto faz com que seja um instrumento híbrido, a classificação em passivo ou patrimônio líquido deverá ser feita com base na essência econômica do fato e esta informação deve ser destacada nas notas explicativas.

ATENÇÃO

O passivo será apresentado em ordem decrescente de exigibilidade, que é o mesmo que crescente no prazo de exigibilidade, assim as contas que vencem primeiro serão apresentadas em primeiro. De acordo com o prazo de vencimento o passivo é dividido em circulante e não circulante.

A Lei n. 6.404/1976 trata do assunto no artigo 180 da seguinte maneira:

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei. (Redação dada pela Lei n. 11.941, de 2009)

O PULO DO GATO

Para a Lei n. 6.404/1976 o patrimônio líquido faz parte do passivo, como uma obrigação da empresa junto aos sócios, assim seria um passivo não exigível. Entretanto para as normas contábeis o patrimônio líquido não representa uma obrigação para a empresa, mas sim, o resultado positivo da equação: ativo – passivo.

As contas que compõem o passivo devem ser agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em:

I – Circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial. Exemplos:

- Contas a pagar;
- Duplicatas a pagar;
- Duplicatas descontadas;
- Despesa financeira a transcorrer (-)
- Financiamentos bancários;
- Impostos a recolher;
- Salários a pagar;
- Debêntures emitidas de curto prazo;
- Deságio na emissão de debêntures de curto prazo (-)
- Receitas antecipadas;
- Provisão para contingência;
- Provisão para garantia de produtos
- Provisão para recuperação ambiental.

II – Passivo Não Circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

Para fins de classificação no não circulante as contas deverão estar complementadas pelo termo “a longo prazo”.

- Contas a pagar a longo prazo;
- Financiamentos a pagar em longo prazo;
- Juros a transcorrer (-);
- Despesa financeira a transcorrer (-);
- Debêntures emitidas com resgate a longo prazo;
- Deságio na emissão de debêntures a longo prazo (-);
- Receitas antecipadas de longo prazo.

A Lei n. 6.404-76 determina que o passivo não circulante deverá ser ajustado ao seu valor presente, e o passivo circulante somente quando o valor do ajuste seja relevante.

O ajuste ao valor presente tem por objetivo destacar das dívidas futuras os juros embutidos, de forma que no balanço patrimonial seja apresentado o valor presente da obrigação.

EXEMPLO

Uma empresa obtém um empréstimo de \$500.000 para pagar \$ 600.000 após 20 meses. Note que o valor do empréstimo foi de \$ 500.000, e os \$100.000 a mais representam os juros que transcorrerão nos 20 meses, por isso, esses juros serão destacados no balanço e apresentado como “despesa financeira a transcorrer” ou “juros passivos a transcorrer”.

No passivo os valores apresentados serão os seguintes:

Empréstimos a pagar em longo prazo – 600.000

(-) Despesa financeira a transcorrer – (100.000)

(=) Valor presente da dívida = 500.000

PROVISÃO E PASSIVO CONTINGENTE

De modo geral, todas as provisões são contingentes porque guardam incertezas quanto ao seu prazo ou valor. Contudo, para fins contábeis, o termo contingente é usado para ativos e passivos que não são reconhecidos no “BP” porque sua existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da entidade.

As provisões se distinguem dos demais passivos porque envolvem incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção, por isso não se confundem com os demais passivos, tais como:

a) Contas a pagar, decorrentes de bens ou serviços recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor;

b) Passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de bens ou serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo os valores devidos aos empregados, como valores relacionados ao pagamento de férias e décimo terceiro salário.

ATENÇÃO

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

a) Existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

b) seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação;

c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

São reconhecidas como provisões apenas as obrigações decorrentes de eventos passados que existam independentemente das ações futuras da entidade. Assim, uma decisão da entidade não origina uma obrigação, exceto se a decisão tenha sido comunicada a terceiros e gere uma expectativa válida de que a entidade cumprirá com suas responsabilidades.

Por exemplo, uma empresa deve reconhecer uma provisão para pagamento de multas ou custos de reparação provenientes de danos ambientais, conforme imposto pela legislação, na medida em que estiver obrigada a restaurar os danos já causados.

Já a decisão da empresa de instalar filtros para evitar a emissão de gases poluentes não enseja o registro de uma provisão, pelo fato de a entidade pode evitar o gasto futuro decorrente de suas ações futuras.

Como é uma estimativa o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. Ou seja, a provisão deve ser registrada pelo valor que a entidade racionalmente pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

ATENÇÃO

As provisões devem ser reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Quando não houver mais incertezas quanto ao valor e ao prazo de determinado passivo este deixará de ser uma provisão, devendo ser reconhecida a obrigação a pagar correspondente.

Quando uma obrigação não for reconhecida porque a sua existência não foi confirmada ou não pode ser estimada com certeza, deve ser tratada como **passivo contingente**.

Passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de eventos futuros incertos ou é uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

- a) não é provável seja exigida a liquidação da obrigação;
- b) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Quando a entidade é conjunta e solidariamente responsável pela obrigação de outra empresa, a parcela da obrigação que se espera ser liquidada pelos demais responsáveis é tratada como passivo contingente.

Por exemplo, no caso de dívida relacionada a empreendimento conjunto (*joint venture*), a parcela da obrigação que se espera ser cumprida pelas demais participantes do empreendimento é tratada como passivo contingente.

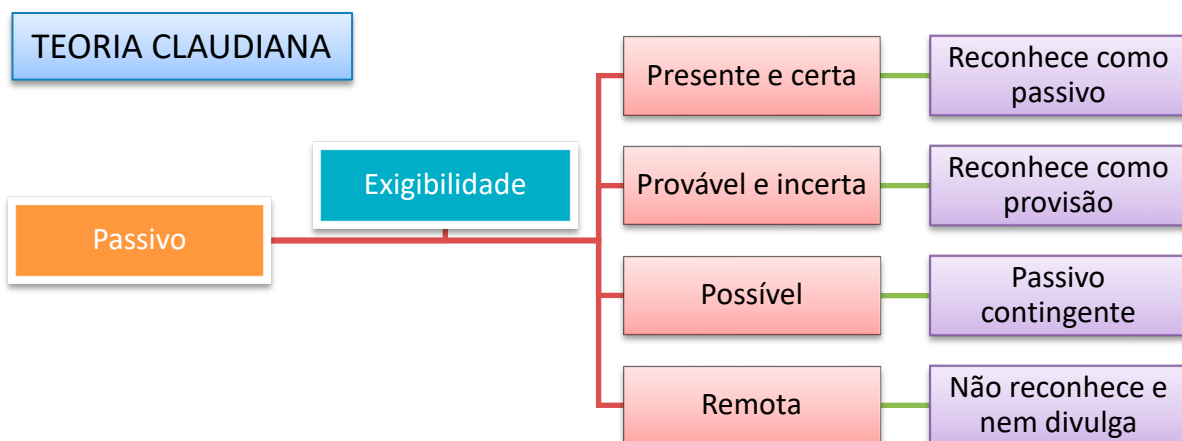
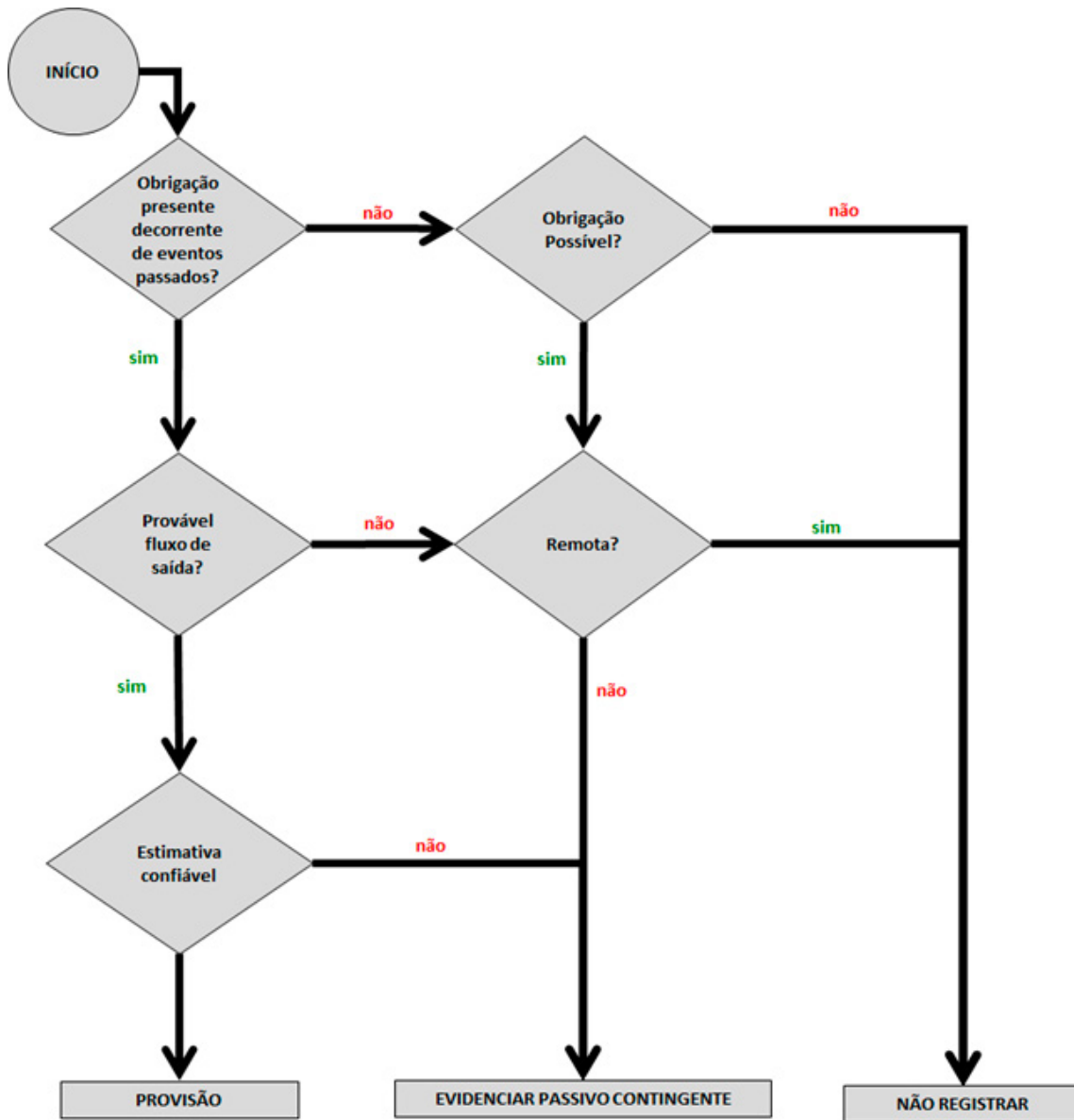
A entidade deve reconhecer a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços, com exceção das raras circunstâncias em que nenhuma estimativa confiável possa ser realizada.

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser divulgados em notas explicativas, sendo que a divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.

Para cada tipo/classe de passivo contingente, a entidade deve evidenciar, em notas explicativas, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando aplicável:

- a) A estimativa de seu efeito financeiro;
- b) A indicação das incertezas em relação à quantia ou periodicidade da saída;
- c) A possibilidade de algum reembolso.

A seguir apresento um fluxograma para classificação de provisão ou passivo contingente:



DIRETO DO CONCURSO



Com base na Resolução CFC n.º 1.374/2011 – NBC TG Estrutura Conceitual, revogada pela Resolução CFC NBCTGEC de 21/11/2019, julgue o item.

106. (QUADRIX/CORE-PR/CONTADOR/2021) Considerando que o passivo seja uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados em um contrato de prestação de serviços com terceiros, a empresa terá de quitar a obrigação, mesmo que o serviço não tenha sido prestado.



O passivo é uma obrigação presente oriunda de um fato passado; quando não houver a prestação de serviço acordado, não existe a necessidade do pagamento do valor acordado, pois o fato gerador da obrigação não ocorreu, assim não existe obrigação presente.

Errado.

A respeito de matemática financeira e dos principais demonstrativos contábeis, julgue o item.

107. (QUADRIX/CRF-AP/CONTADOR/2021) Para que seja reconhecida determinada provisão, é necessário que exista uma obrigação presente resultante de eventos passados, que seja provável uma saída futura de recursos para extinguir a obrigação e que seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.



Uma Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos. Será reconhecida no BP quando:

- a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
- possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Certo.

Julgue os itens a seguir, relativos aos fundamentos de contabilidade aplicados à contabilidade empresarial.

108. (CESPE/CAMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO/2014) O patrimônio líquido de uma empresa corresponde ao interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos os passivos, que são as obrigações passadas, cuja liquidação se espera resulte na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.



Vimos na aula que o patrimônio líquido de uma empresa corresponde ao interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os passivos, assim, a primeira parte da questão está correta. O erro da assertiva está na conceituação de passivo, ao afirmar que é uma obrigação passada. O passivo é uma obrigação PRESENTE, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Errado.

A respeito do registro contábil das provisões e dos passivos contingentes a ser efetuado no âmbito da UnB, julgue o item subsequente.

109. (CESPE/FUB/CONTADOR/2015) Como não atendem ao critério de reconhecimento de passivos, os passivos contingentes devem apenas ser registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.



Os passivos contingentes devem ser controlados pela empresa de forma que ela consiga avaliar se não se transformaram em uma obrigação exigível. Não são apresentadas no balanço patrimonial devendo ser divulgado em notas explicativas, exceto quando for remota a possibilidade de e transformarem em exigíveis.

Certo.

Com relação ao reconhecimento, à avaliação, à mensuração e à escrituração de itens patrimoniais passivos e do patrimônio líquido, julgue o item seguinte.

110. (CESPE/SLU/CONTADOR/2019) A possibilidade de perda em ação judicial trabalhista, mesmo que mensurada confiavelmente como remota, deve ser reconhecida, por ser resultado de eventos passados e constituir obrigação presente que demandará sacrifício de recursos que possam trazer benefícios econômicos futuros.



Para ser reconhecida como um passivo a obrigação presente deve ser PROVÁVEL, ou seja, existir a exigibilidade da sua liquidação. Quando for remota a possibilidade, a empresa não registra e nem divulga em notas explicativas.

Errado.

Com base no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) — Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro — do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item seguinte.

111. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) A forma legal é o elemento determinante para se concluir que uma obrigação se enquadra ou não na definição de passivo.



Atualmente, ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência econômica e não apenas para sua forma legal. É a aplicação prática da primazia da “essência econômica sobre a formalidade jurídica”, onde o que importa é o controle sobre os itens e não a sua propriedade.

Errado.

Acerca das contas e dos grupos patrimoniais de empresas comerciais, julgue o seguinte item.

112. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) O reconhecimento de provisões no passivo ocorre quando a entidade possui obrigações com terceiros classificadas como prováveis, possíveis ou remotas.



As provisões serão registradas no passivo quando a possibilidade de pagamento da obrigação for PROVÁVEL; se o pagamento for possível, será somente divulgado em notas explicativas, pois se trata de um passivo contingente.

Errado.

A tabela a seguir mostra os saldos, em valores absolutos, de todas as contas que compõem o balanço patrimonial de determinada empresa comercial.

contas contábeis	saldo (R\$)
amortização acumulada	20
bancos	30
capital social	150
contas a pagar	10
contas a receber	30
depreciação acumulada	30
despesas antecipadas	10
encargos a transcorrer de financiamento de longo prazo	10
estoques	50
financiamento de longo prazo	60
fornecedores	30
impostos a recolher	10
máquinas e equipamentos	100
marcas e patentes	80
prejuízo acumulado	10
provisão para contingências	10

Tendo como referência a tabela mostrada, julgue o item que se segue, a respeito das contas patrimoniais e da análise econômico-financeira da referida empresa comercial.

113. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) O total do ativo não circulante é igual a R\$ 130



As contas que compõem o ativo não circulante são:

Máquinas Equipamentos = 100

Depreciação Acumulada = (30)

Marcas e Patentes = 80

Amortização Acumulada = (20)

Total do ANC = 130

Certo.

Tendo como referência a tabela mostrada, julgue o item que se segue, a respeito das contas patrimoniais e da análise econômico-financeira da referida empresa comercial.

114. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) O valor presente líquido do financiamento é igual a R\$ 50.



O financiamento será ajustado pela conta redutora do passivo “encargos a transcorrer”; desta forma as contas que apresentam o valor líquido dos financiamentos são:

Financiamento de Longo Prazo = 60

Encargos Financeiros a Transcorrer = (10)

Total do valor presente do financiamento = 50

Certo.

Tendo como referência a tabela mostrada, julgue o item que se segue, a respeito das contas patrimoniais e da análise econômico-financeira da referida empresa comercial.

115. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) O valor do patrimônio líquido é maior que o valor do ativo não circulante.



As contas que compõem o PL são:

Capital social = 150

Prejuízo acumulado = (10)

Total do PL = 140

As contas que compõem o ativo não circulante são:

Máquinas Equipamentos = 100

Depreciação Acumulada = (30)

Marcas e Patentes = 80

Amortização Acumulada = (20)

Total do ANC = 130

Assim, o PL é maior que o ANC.

Certo.

Considerando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade, emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e os procedimentos aplicáveis à técnica de escrituração contábil, julgue o item seguinte.

116. (CESPE/SEFAZ-AL/AFCE/2021) Os recursos econômicos de uma entidade são itens que devem compor o seu ativo, enquanto as reivindicações contra a entidade são itens que devem fazer parte do seu passivo ou do seu patrimônio líquido.



Na contabilidade o ativo representa os recursos econômicos de uma entidade, aquilo que ela tem para gerar riqueza; já o passivo e o patrimônio líquido representam as obrigações,

que são reivindicações de terceiros, o passivo exigível; e dos sócios (PL) junto à empresa. Estes conceitos têm relação com o conceito de capital, onde o ativo é o capital aplicado na empresa pelos terceiros e pelos sócios, desta forma os terceiros e os sócios pode reivindicar seus direitos junto ao patrimônio bruto (ativo) da empresa, por isto o ativo é devedor e o passivo e o PL são credores.

Certo.

117. (VUNESP/TJ-SP/CONTADOR/2015) Passivo é

- a) uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- b) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, mas que está totalmente sob controle da entidade.
- c) um evento futuro que cria uma coobrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar ou postergar essa obrigação.
- d) uma obrigação presente ou passada da entidade, derivada de eventos ocorridos ou a incorrer, cuja liquidação poderá ocorrer por pagamento ou troca com ativos.
- e) uma obrigação provável resultante de eventos presentes e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros certos e pela saída de recursos da entidade ou mesmo pela troca por ativos.



Questão literal da norma que apresenta o seguinte: “passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”

Letra a.

118. (MS CONCURSOS/PREFEITURA DE ITAPEMA-SC/CONTADOR/2016) Entende-se por Passivo Circulante:

- a) A soma, a agregação ou a divisão de patrimônios autônomos de uma ou mais entidades do setor público.
- b) A característica inerente às obrigações pelo prazo de vencimento.
- c) As obrigações exigíveis até o término do exercício seguinte.
- d) A conta representativa de receitas de exercício futuros, deduzidas dos custos e das despesas.



O art. 180 da Lei n. 6.404/1976 estabelece que as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no

passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior.

Letra c.

119. (IADES/CRF-DF/CONTADOR/2017) Analise as contas

CONTA	SALDO (\$)
Caixa	850
Bancos	1.050
Duplicatas a Receber	1.900
Duplicatas a Pagar	1.130
Estoques	5.150
Móveis e Utensílios	2.600
Máquinas e Equipamentos	3.950
Veículos	6.000
Fornecedores	1.230
Salários a Pagar	200
Aluguéis a Pagar	450
Empréstimos	3.700
Capital Social	11.500
Reserva de Lucro	3.290

Os saldos na tabela apresentada foram extraídos de um Balanço Patrimonial. Com base nesses saldos, assinale a alternativa correta.

- a) O Patrimônio Líquido (PL) totaliza \$ 18.210.
- b) O Ativo Circulante (AC) supera o Ativo não Circulante (ANC) em \$ 3.600.
- c) As contas com saldo credor totalizam \$ 18.210.
- d) O total dos saldos devedores é \$ 6.710.
- e) O capital de terceiros totaliza \$ 6.710.



Para responder à questão é necessário classificar as contas e lembrar alguns conceitos básicos:

Ativo = patrimônio bruto

Passivo = capital de terceiros

PL = capital próprio

SalDOS devedores = aplicação = ativo + despesas + redutoras do P/PL

SalDOS credores = origem = passivo + PL + receita + redutoras do ativo

- Caixa – AC – devedor – 850

- Banco – AC – devedor – 1.050
- Duplicata a receber – AC – devedor – 1.900
- Duplicata a pagar – PC – credor – 1.130
- Estoque – AC – devedor – 5.150
- Móveis e utensílios – ANC – devedor – 2.600
- Máquinas e equipamentos – ANC – devedor – 3.950
- Veículos – ANC – devedor – 6.000
- Fornecedores – PC – credor – 1.230
- Salários a pagar – PC – credor – 200
- Aluguéis a pagar – PC – credor – 450
- Empréstimos – PC – credor – 3.700
- Capital social – PL – credor – 11.500
- Reserva de lucro – PL – credor – 3.290

Classificando as contas encontraremos um Capital de terceiros de 6.710, 1.130 (duplicatas a pagar) + 1.230 (fornecedores) + 200 (salários a pagar) + 450 (aluguéis a pagar) + 3.700 (empréstimos)

Letra e.

120. (IADES/CONAB/CONTADOR/2014) Acerca da expressão Passivo Exigível + Patrimônio Líquido – Ativo Circulante, é correto afirmar que ela equivale ao

- a) Capital de giro próprio.
- b) Passivo Circulante.
- c) Passivo não Circulante.
- d) Ativo não Circulante.
- e) Capital Circulante Líquido.



Para responder basta aplicar equação patrimonial.

$$\text{Ativo} = \text{passivo} + \text{patrimônio líquido}$$

$$\text{AC} + \text{ANC} = \text{PC} + \text{PNC} + \text{PL}$$

Aplicando a equação apresentada no enunciado obteremos:

$$\text{PC} + \text{PNC} + \text{PL} - \text{AC} = \text{ANC}$$

Letra d.

121. (INSTITUTO AOCP/ANGRA DOS REIS/CONTADOR/2015) As obrigações da entidade, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, quando vencerem após o exercício seguinte, deverão ser classificadas no grupo de

- a) passivo circulante.
- b) passivo não circulante.
- c) exigível curto prazo.
- d) ativo não circulante.
- e) resultado dos exercícios seguintes.



As obrigações com prazo de vencimento superior ao término do exercício social seguinte, serão consideradas de longo prazo e deverão ser apresentadas no passivo não circulante.

Letra b.

122. (CRESCER/PREFEITURA DE PEDRO DO ROSÁRIO/CONTADOR/2019) Na estrutura do balanço patrimonial, as contas devem estar dispostas

- a) em grau decrescente de liquidez e crescente de exigibilidades.
- b) em grau de significância. Primeiro as mais significativas.
- c) em grau decrescente de liquidez e decrescente de exigibilidades.
- d) em grau crescente de liquidez e decrescente de exigibilidades.



No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, ou seja, do mais realizável para o menos; no passivo em ordem decrescente de exigibilidade.

Letra c.

123. (FUNDATEC/IMESF/TÉCNICO CONTÁBIL/2019) Referente à apresentação das contas contábeis no Balanço Patrimonial, relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1

- 1. FGTS a recolher.
- 2. Estoque de produtos em elaboração.
- 3. Investimento em controladas.
- 4. Reserva de lucros.
- 5. Empréstimo de longo prazo.

Coluna 2

- () Ativo circulante.
- () Ativo não circulante.
- () Passivo circulante.
- () Passivo não circulante.
- () Patrimônio líquido.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) 5 – 4 – 2 – 3 – 1.
- b) 1 – 5 – 3 – 4 – 2.
- c) 3 – 4 – 2 – 1 – 5.
- d) 2 – 3 – 1 – 5 – 4.
- e) 4 – 1 – 5 – 2 – 3.



1. FGTS a recolher = Passivo circulante
2. Estoque de produtos em elaboração = Ativo circulante
3. Investimento em controladas = Ativo não circulante – investimentos
4. Reserva de lucros = Patrimônio líquido
5. Empréstimo de longo prazo = Passivo não circulante

Letra d.

124. (IF-MT/IF-MT/TECNÓLOGO EM GESTÃO FINANCEIRA/2019) O Balanço Patrimonial é um dos demonstrativos elaborados pela contabilidade para o processo de tomada de decisão das empresas. Nele, estão agrupadas as contas que fazem parte do Ativo e Passivo. Assinale a alternativa que corresponde ao grupo de contas que faz parte do Balanço Patrimonial.

- a) Duplicatas Descontadas, Despesas de Seguros, Caixa e Capital Social.
- b) Capital Social, Seguros a Vencer, Clientes e Duplicatas Descontadas.
- c) Prejuízos Acumulados, Financiamentos, Despesas de Juros e Salários a Pagar.
- d) Receita de Serviços, Capital Social, Clientes e Duplicatas Descontadas.
- e) Despesas de Seguros, Capital Social, Mercadorias e Financiamentos.



No BP estão as contas do ativo, passivo e PL. Vou classificar as contas conforme as assertivas:

- a) Duplicatas Descontadas (PASSIVO), Despesas de Seguros (DESPESA), Caixa (ATIVO) e Capital Social (PL).
- b) Capital Social (PL), Seguros a Vencer (ATIVO), Clientes (ATIVO) e Duplicatas Descontadas (PASSIVO). Todas são do BP.

- c) Prejuízos Acumulados (PL), Financiamentos (PASSIVO), Despesas de Juros (DESPESA) e Salários a Pagar (PASSIVO).
- d) Receita de Serviços (RECEITA), Capital Social (PL), Clientes (ATIVO) e Duplicatas Descontadas (PASSIVO).
- e) Despesas de Seguros (DESPESA), Capital Social (PL), Mercadorias (ATIVO) e Financiamentos (PASSIVO).

Letra b.

125. (INSTITUTO AOCP/UFC/CONTADOR/2014) O passivo também pode ser chamado de, EXCETO

- a) capital alheio
- b) capital próprio.
- c) capital de terceiros.
- d) recursos de terceiros.
- e) passivo exigível.



O passivo representa o conjunto das obrigações da empresa junto aos terceiros, também é denominado de capital alheio, capital de terceiros ou exigível total. O capital próprio é o patrimônio líquido.

Letra b.

126. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2015) Qual das alternativas a seguir faz parte do Passivo Circulante do Balanço Patrimonial?

- a) Móveis e utensílios.
- b) Duplicatas a receber.
- c) Capital social.
- d) Adiantamento de clientes.
- e) Reservas de lucros.



No passivo estão as obrigações da empresa que deverão ser liquidadas até o fim do exercício social seguinte. A única conta que representa uma obrigação é “adiantamento de clientes”.

- Móveis e utensílios – é um bem do ativo
- Duplicatas a receber – é um direito do ativo

- Capital social – é conta do PL
- Reservas de lucros – é conta do PL

Letra d.

127. (QUADRIX/DATAPREV/CONTADOR/2013) É função do auditor certificar-se de que a empresa tomou todas as medidas adequadas referentes ao reconhecimento de uma contingência. Analise o tipo de contingência descrito e indique qual deverá ser o procedimento adotado pela organização.

“Obrigação presente, com possível saída de recursos.”

- a) Passivo Contingente – Provisão reconhecida e divulgada.
- b) Ativo Contingente – Provisão apenas reconhecida
- c) Passivo Contingente – Provisão apenas divulgada.
- d) Ativo Contingente – Provisão apenas divulgada
- e) Passivo Contingente – Provisão não reconhecida nem divulgada.



Uma obrigação presente onde a saída de recurso é somente possível deve ser tratada como passivo contingente e ser divulgada em notas explicativas. Para ser um passivo ou uma provisão a obrigação deve ser tratada como provável.

Letra c.

128. (INSTITUTO AOCP/CARIACICA-ES/CONTADOR/2020) Referente às provisões e aos passivos contingentes, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I – Se a saída futura de recursos for provável, deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa.

II – Se a saída for possível (mas não provável), não deve ser contabilizada, mas deve ser divulgada em nota explicativa.

III – Se a possibilidade de saída de recursos for remota, não é contabilizada, nem divulgada em nota explicativa.

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II.
- d) I, II e III



A questão está tratando da provisão e do passivo contingente. As 3 assertivas estão corretas; pois somente será contabilidade no passivo e divulgada a provisão, quando for provável a saída de recursos.

Letra e.

129. (INSTITUTO AOCP/CARIACICA-ES/CONTADOR/2020) Consoante ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em especial o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, analise as assertivas referentes aos Ativos Contingentes e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I – São ativos possíveis que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

II – Surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

III – Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado.

- a) I, II e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.



A questão trata do ativo contingente que é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, contudo, não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado, ou seja, pode ser que nunca seja recebido. Todos os itens estão certos.

Letra a.

130. (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/CONTADOR/2018) Nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, referente ao passivo contingente, é correto afirmar que

- a) é um passivo de prazo ou de valor incerto.
- b) é uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos como resultado de evento passado.
- c) é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos e requer uma saída de recursos.
- d) é uma obrigação possível, resultado de eventos passados.
- e) é uma obrigação provável, que é resultado de eventos passados e requer uma saída de recursos.



Passivo contingente é diferente de provisão; É uma obrigação possível, oriunda de uma fato passado, ou uma obrigação provável que não pode ser mensurada com confiança ou que não exige pagamento. Assim, não será registrado no passivo; somente será divulgado em notas explicativas.

Letra d.

Elaborar o Balanço da Empresa Girassol em 31/12/19 conforme as contas abaixo, para responder à questão:

Aplicações Financeiras LP: R\$ 68.000,00 / Capital Social: R\$: 400.000,00 / Clientes Nacionais: 150.000,00 / Adiantamentos a Fornecedores: R\$ 25.000,00 / IPI a Recuperar: R\$ 40.750,00 / Estoque de Produtos Acabados: R\$ 75.000,00 / Máquinas e Equipamentos: R\$ 150.000,00 / Depreciação Máquinas e Equipamentos.: R\$ 52.800,00 / Fundo de Comércio Adquirido: R\$ 92.200,00 / / ICMS a Recuperar R\$ 55.200,00 / / Fornecedores: R\$ 102.300,00 / Empréstimos realizados CP: R\$ 86.300,00 / IPI a Recolher: R\$ 37.650,00 Estoque de Matéria-Prima: R\$ 56.300,00 / ICMS a Recolher: R\$ 32.125,00 / Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) Nacional: R\$ 15.000,00 / Salários a Pagar: R\$ 123.200,00 / Empréstimos realizados LP: R\$ 77.000,00 / Estoque Produtos em Processo: R\$ 37.500,00 / Provisões para Contingências Trabalhistas: R\$ 65.200,00 / Reserva Legal: R\$ 60.000,00 / Lucros Acumulados: R\$ 68.375,00 / Caixa: R\$ 75.000,00 / Clientes estrangeiros: R\$ 210.000,00 / Terrenos: R\$ 85.000,00.

131. (IBFC/EBSERH/CONTADOR/2020) Assinale a alternativa que apresenta o valor do Passivo Não Circulante da Empresa Girassol em 31/12/19.

- a) R\$ 142.200,00
- b) R\$ 265.400,00
- c) R\$ 228.500,00
- d) R\$ 265.600,00
- e) R\$ 211.975,00



Sabendo que no passivo não circulante estão as obrigações de longo prazo, que são complementadas pelo termo “a longo prazo”; vamos classificar as contas:

- Aplicações Financeiras LP: R\$ 68.000,00 = ativo realizável a longo prazo
- Capital Social: R\$: 400.000,00 = patrimônio líquido
- Clientes Nacionais: 150.000,00 = ativo circulante
- Adiantamentos a Fornecedores: R\$ 25.000,00 = ativo circulante
- IPI a Recuperar: R\$ 40.750,00 = ativo circulante
- Estoque de Produtos Acabados: R\$ 75.000,00 = ativo circulante

- Máquinas e Equipamentos: R\$ 150.000,00 = ativo imobilizado
- Depreciação Máquinas e Equipamentos: R\$ 52.800,00 = redutora do ativo imobilizado
- Fundo de Comércio Adquirido: R\$ 92.200,00 = ativo intangível
- ICMS a Recuperar R\$ 55.200,00 = ativo circulante
- Fornecedores: R\$ 102.300,00 = passivo circulante
- Empréstimos realizados CP: R\$ 86.300,00 = passivo circulante
- IPI a Recolher: R\$ 37.650,00 = passivo circulante
- Estoque de Matéria-Prima: R\$ 56.300,00 = ativo circulante
- ICMS a Recolher: R\$ 32.125,00 = passivo circulante
- Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) Nacional: R\$ 15.000,00 = redutora do ativo circulante
- Salários a Pagar: R\$ 123.200,00 = passivo circulante
- Empréstimos realizados LP: R\$ 77.000,00 = PASSIVO NÃO CIRCULANTE
- Estoque Produtos em Processo: R\$ 37.500,00 = ativo circulante
- Provisões para Contingências Trabalhistas: R\$ 65.200,00 = passivo circulante
- Reserva Legal: R\$ 60.000,00 = patrimônio líquido
- Lucros Acumulados: R\$ 68.375,00 = patrimônio líquido
- Caixa: R\$ 75.000,00 = ativo circulante
- Clientes estrangeiros: R\$ 210.000,00 = ativo circulante
- Terrenos: R\$ 85.000,00 = ativo imobilizado

Com base na classificação temos no PNC a conta “Empréstimos realizados LP: R\$ 77.000,00, entretanto, analisando as assertivas, deu para ver que a banca também classificou a conta “Provisões para Contingências Trabalhistas: R\$ 65.200,00” como passivo não circulante, pois o gabarito oficial foi que o PNC é \$ 142.200,00. Na minha visão a banca errou nessa classificação, pois existem provisões de curto prazo também. Para estar certo, a conta deveria ter sido complementada pela expressão “a longo prazo”.

Letra a.

132. (IBFC/EBSERH/CONTADOR/2020) Assinale a alternativa que apresenta o valor do Total do Ativo da Empresa Girassol em 31/12/19.

- a) R\$ 1.053.950,00
- b) R\$ 958.000,00
- c) R\$ 1.038.750,00
- d) R\$ 1.052.150,00
- e) R\$ 1.013.750,00



Sabendo que o ativo é composto pelos bens, direitos e pelas contas redutoras do ativo, vamos classificar as contas:

- Aplicações Financeiras LP: R\$ 68.000,00 = ativo realizável a longo prazo
- Capital Social: R\$ 400.000,00 = patrimônio líquido
- Clientes Nacionais: 150.000,00 = ativo circulante
- Adiantamentos a Fornecedores: R\$ 25.000,00 = ativo circulante
- IPI a Recuperar: R\$ 40.750,00 = ativo circulante
- Estoque de Produtos Acabados: R\$ 75.000,00 = ativo circulante
- Máquinas e Equipamentos: R\$ 150.000,00 = ativo imobilizado
- Depreciação Máquinas e Equipamentos: R\$ 52.800,00 = redutora do ativo imobilizado
- Fundo de Comércio Adquirido: R\$ 92.200,00 = ativo intangível
- ICMS a Recuperar R\$ 55.200,00 = ativo circulante
- Fornecedores: R\$ 102.300,00 = passivo circulante
- Empréstimos realizados CP: R\$ 86.300,00 = passivo circulante
- IPI a Recolher: R\$ 37.650,00 = passivo circulante
- Estoque de Matéria-Prima: R\$ 56.300,00 = ativo circulante
- ICMS a Recolher: R\$ 32.125,00 = passivo circulante
- Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) Nacional: R\$ 15.000,00 = redutora do ativo circulante
- Salários a Pagar: R\$ 123.200,00 = passivo circulante
- Empréstimos realizados LP: R\$ 77.000,00 = Passivo não circulante
- Estoque Produtos em Processo: R\$ 37.500,00 = ativo circulante
- Provisões para Contingências Trabalhistas: R\$ 65.200,00 = passivo circulante
- Reserva Legal: R\$ 60.000,00 = patrimônio líquido
- Lucros Acumulados: R\$ 68.375,00 = patrimônio líquido
- Caixa: R\$ 75.000,00 = ativo circulante
- Clientes estrangeiros: R\$ 210.000,00 = ativo circulante
- Terrenos: R\$ 85.000,00 = ativo imobilizado

Após a correta classificação vamos apurar um ativo de \$ 1.052.150,00, representado pelas seguintes contas:

- Aplicações Financeiras LP: R\$ 68.000,00 = ativo realizável a longo prazo
- Clientes Nacionais: 150.000,00 = ativo circulante
- Adiantamentos a Fornecedores: R\$ 25.000,00 = ativo circulante
- IPI a Recuperar: R\$ 40.750,00 = ativo circulante
- Estoque de Produtos Acabados: R\$ 75.000,00 = ativo circulante

- Máquinas e Equipamentos: R\$ 150.000,00 = ativo imobilizado
- (-) Depreciação Máquinas e Equipamentos: R\$ 52.800,00 = redutora do ativo imobilizado
- Fundo de Comércio Adquirido: R\$ 92.200,00 = ativo intangível
- ICMS a Recuperar R\$ 55.200,00 = ativo circulante
- Estoque de Matéria-Prima: R\$ 56.300,00 = ativo circulante
- (-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) Nacional: R\$ 15.000,00 = redutora do ativo circulante
- Estoque Produtos em Processo: R\$ 37.500,00 = ativo circulante
- Caixa: R\$ 75.000,00 = ativo circulante
- Clientes estrangeiros: R\$ 210.000,00 = ativo circulante
- Terrenos: R\$ 85.000,00 = ativo imobilizado

Letra d.

133. (IBFC/EBSERH/CONTADOR/2020) A Empresa “Tudo junto e misturado”, apresenta as seguintes informações no seu Balanço Patrimonial em 31/12/X1:

Processo	Valor Estimado	Probabilidade de Perda do Processo
Ações Trabalhistas	R\$ 3.450.000,00	Provável
Ação Fiscal – ICMS	R\$ 1.900.000,00	Possível
Processo Ambiental	R\$ 2.420.000,00	Possível
Ação Fiscal - IPTU	R\$ 938.000,00	Provável

Sabe-se que esses valores foram passados pelo departamento jurídico da Empresa “Tudo junto e Misturado”, relativo a todos os processos movidos contra a empresa. Com base nas informações apresentadas e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 25 (R2), assinale a alternativa que apresenta o valor a ser evidenciado como provisão no passivo no Balanço Patrimonial da empresa “Tudo junto e Misturado” em 31/12/X1.

- a) R\$ 4.320.000,00
- b) R\$ 4.388.000,00
- c) R\$ 8.708.000,00
- d) R\$ 3.450.000,00
- e) R\$ 2.420.000,00



Lembre-se que uma provisão deve ser reconhecida no passivo quando for PROVÁVEL que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para que a obrigação seja liquidada. O total a ser reconhecido no passivo será de

\$4.388.000,00 (3.450.000,00 + 938.000,00). Quando a obrigação for possível, ela deve ser divulgada como passivo contingente nas notas explicativas.

Letra b.

134. (CESPE/TJ-PA/CONTADOR/2020) O adiantamento recebido de um cliente por um serviço que será prestado após o término do exercício social seguinte gera, para a empresa que irá prestar o serviço, uma disponibilidade de recursos cuja contrapartida é uma conta do balanço patrimonial que deve ser

- a) classificada no passivo não circulante e ajustada ao seu valor presente.
- b) classificada no passivo circulante e ajustada ao seu valor presente somente se tal ajuste tiver efeito relevante.
- c) classificada no passivo não circulante e ajustada ao seu valor presente somente se tal ajuste tiver efeito relevante.
- d) classificada no passivo circulante e ajustada ao seu valor presente.
- e) classificada no patrimônio líquido e ajustada ao seu valor presente.



O valor recebido antecipadamente para um serviço que será prestado após o exercício social seguinte será classificado como obrigação, no Passivo Não Circulante; e assim, segundo determinação legal, deverá ser ajustado a valor presente, independentemente da relevância ou não dos valores.

Letra a.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa o capital investido pelos proprietários, sócios ou acionistas e as variações advindas das atividades da empresa. É uma origem de recurso, normalmente tem natureza credora.

Segundo as normas contábeis o Patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Assim, representa uma sobra patrimonial, que é encontrada pela equação entre o ativo e o passivo.

$$\text{PL} = \text{ATIVO} (-) \text{PASSIVO}$$

De acordo com a teoria da entidade o patrimônio líquido representa o valor patrimonial da empresa, ou seja, o capital próprio da entidade, assim, é o montante da riqueza da empresa.

É importante destacar que somente por coincidência o valor pelo qual o Patrimônio Líquido é apresentado no balanço patrimonial será igual ao valor de mercado das ações negociadas ou igual à soma que poderia ser obtida pelos sócios na venda de seus ativos e liquidação de seus passivos.

O PULO DO GATO



O valor patrimonial da empresa e o seu valor de mercado geralmente são diferentes.

Valor do PL = Valor patrimonial = Ativo (-) passivo

Valor de mercado = Valor de negociação = valor justo

Embora o PL seja definido pelas normas contábeis como um valor residual ele é representado por contas que buscam identificar a sua composição. Para as S/as e para as empresas de grande porte, a partir de 01.01.2008, por força da Lei n. 11.638/2007, a composição do patrimônio líquido será a seguinte:

- Capital social
- Reservas de capital
- Ajuste da avaliação patrimonial (+/-)
- Reservas de lucro
- Ações em tesouraria (-)
- Prejuízo acumulado (-)

ATENÇÃO



A Lei n. 6.404/1976 que destaca o aspecto societário/legal do patrimônio apresenta no artigo 178 o seguinte:

No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante; e

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I – passivo circulante;

II – passivo não circulante; e

III – patrimônio líquido.

Note que para a Lei n. 6.404/1976 o patrimônio líquido faz parte do passivo, como uma obrigação da empresa junto aos sócios. Nós já vimos que para as normas contábeis o patrimônio líquido não representa uma obrigação para a empresa, mas sim, um resíduo patrimonial.

Para atender a Lei e a teoria da entidade (o que é da empresa é da empresa e o que é do sócio é do sócio) e partindo do pressuposto de que o sócio é dono da empresa e quer o bem dela, o PL é considerado como uma obrigação não exigível, pois não há um prazo estabelecido para “pagar” ou devolver o dinheiro ao sócio.

O PULO DO GATO



O “PL” é denominado de obrigação não exigível por uma determinação legal ou resíduo patrimonial por determinação normativa.

CAPITAL SOCIAL

Capital social representa o investimento feito na empresa, por sócios ou acionistas, em dinheiro, bens ou direitos ao comprar suas ações.

A companhia ou sociedade anônima terá o capital social dividido em ações, poderá ser de capital aberto ou fechado, e a responsabilidade dos sócios será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquirida.

Para os efeitos da Lei n. 6.404/1976, a companhia é aberta ou fechada conforme as suas ações estejam ou não admitidos à negociação no mercado de bolsa de valores ou de balcão organizado, denominado de mercado de valores mobiliários.

ATENÇÃO



As sociedades anônimas de capital aberto devem se ajustar às normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Lei n. 6.404/1976 estabelece que as ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares são divididas em ordinárias, preferenciais ou de fruição.

- Ordinárias = são as ações com direito a voto, contudo não possuem privilégios no recebimento de dividendo. São as ações com influência na administração.
- Preferenciais = se destacam por apresentar vantagens declaradas no estatuto; como na distribuição de dividendos e no reembolso de capital. Normalmente não possuem direito a voto e seu montante não deve ultrapassar os 50% do total de ações emitidas.

- De fruição ou gozo = são ações não negociáveis, servem para substituir as amortizadas pelos sócios. As ações de fruição são aquelas que já gozaram todos os seus direitos, o seu montante permanece no total do capital social, no entanto não possuem poder de voto e nem direitos.

As ações ordinárias da companhia fechada e as ações preferenciais da companhia aberta e fechada poderão ser de uma ou mais classes, contudo o número de ações preferenciais sem direito a voto não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.

O PULO DO GATO

O limite legal para a composição do capital social é de no máximo 50 % de ações preferenciais. Contudo, o capital social pode ser todo formado por ações ordinárias.

A Lei n. 6.404/1976 no seu art. 182 destaca que a conta Capital Social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela não realizada (Capital a Integralizar); desta forma, na apresentação no Balanço patrimonial o capital social deve estar com a seguinte composição:

CAPITAL SOCIAL 100.000

- capital subscrito 150.000
- capital a integralizar (50.000)

Entretanto, nas provas o capital social pode aparecer com as seguintes denominações:

a) *Capital autorizado* = Representa o valor do capital social que o estatuto prevê para a formação do capital social ou para seu aumento. O aumento de capital social depende de anuência da assembleia dos sócios e da subscrição por parte de interessados; normalmente o capital autorizado representa um ato administrativo e não entra no Balanço Patrimonial. É uma conta de controle, não é conta patrimonial.

b) *Capital subscrito* = Representa o compromisso assumido por um sócio para contribuir com certa quantia na formação do capital social; normalmente a subscrição é feita na assembleia que criou a sociedade ou quando são lançadas novas ações no mercado de capital.

É valor que dará origem à conta capital social, além disto, a subscrição gera uma obrigação do sócio junto à empresa.

c) *Capital a realizar ou a integralizar* = É parcela do capital subscrito que não foi transformada em capital, ou seja, o sócio ainda não integralizou, mas continua com a responsabilidade de efetivar o montante na empresa. É conta redutora do PL e representa um crédito da empresa junto ao sócio.

d) *Capital realizado ou integralizado* = É a parcela do capital subscrito que efetivamente foi disponibilizada para a empresa em bens, dinheiro ou direitos.

É uma conta de controle, não é uma conta patrimonial. No balanço representa a diferença entre o capital subscrito e o capital a realizar.

EXEMPLO

A assembleia inicial autorizou a formação do capital social da empresa CZ de \$100.000. No ato houve a subscrição de um total de \$80.000. Foi integralizado pelos sócios o montante de \$70.000, sendo \$20.000 em dinheiro, \$40.000 em móveis e utensílios e \$10.000 em mercadorias. O restante será integralizado em 60 dias.

Classificação do Capital social:

Autorizado – 100.000

Subscrito – 80.000

A integralizar – 10.000

Integralizado – 70.000

Registros contábeis:

a) Na autorização: é feito um registro em contas de controle, normalmente não aparece no BP, a informação é divulgada em notas explicativas.

D – Capital a subscrever

C – Capital autorizado 100.000

b) na subscrição: Os sócios assumiram a responsabilidade de aplicar na empresa, falta integralizar.

D – Capital a integralizar

C – Capital social subscrito 80.000

c) na integralização: os sócios entregaram efetivamente os recursos para a empresa.

D – Caixa 20.000

D – Moveis e utensílios 40.000

D – Mercadorias 10.000

C – Capital a integralizar 70.000

Após os registros contábeis a situação patrimonial é seguinte:

ATIVO	PASSIVO/PL
CAIXA – 20.000 MERCADORIAS – 10.000 MÓVEIS/UTENSÍLIOS – 40.000	CAPITAL SOCIAL – 70.000 - Capital subscrito – 80.000 - Capital a integralizar – (10.000)
Total = 70.000	Total = 70.000

CUSTO NA TRANSAÇÃO COM AÇÕES

Quando a empresa emite suas ações para negociação no mercado, ela deve contratar um intermediário financeiro, que normalmente são os bancos de investimentos ou as sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Essas empresas especializadas cobram pelos seus serviços, pelo uso de especialistas e pela divulgação do prospecto de negociação, assim, a emissão de ações tem um custo para a empresa.

Custos de transação com ações são somente aqueles incorridos e diretamente atribuíveis na distribuição primária de ações, ou seja, são os gastos que só existiram devido a venda das ações.

Os custos são gastos incrementais que não existiriam ou teriam sido evitados se essas transações não ocorressem. Por exemplo:

- Gastos com elaboração de prospectos e relatórios;
- Remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, contadores, auditores, consultores e corretores etc.);
- Gastos com publicidade (inclusive os incorridos nos processos de road-shows);
- Taxas e comissões;
- Custos de transferência;
- Custos de registro etc.

ATENÇÃO

Custos de transação não incluem ágios ou deságios na emissão de ações, despesas financeiras, custos internos administrativos ou custos de carregamento.

Os custos de transação das ações devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido. O saldo da conta será apresentado após o capital social e somente pode ser utilizado para redução do capital social ou a absorção por reservas de capital.

Exemplo prático:

1) A empresa CZ lança e vende \$100.000 em ações.

D – Disponível

C – Capital social 100.000

2) A empresa CZ lança e vende \$100.000 em ações com um custo de \$5.000

D – Disponível 95.000

D – Custo na transação 5.000

C – Capital social 100.000

Apresentação no PL:

Capital social 100.000

Custo na transação (5.000)

Os custos de transação enquanto não captados os recursos a que se referem, devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado, é uma despesa antecipada. O saldo dessa conta transitória deve ser reclassificado para a conta específica no “PL” tão logo seja concluído o processo de captação.

Quando a operação de captação de recursos por intermédio da emissão de ações não for concluída, inexistindo aumento de capital, os custos de transação devem ser reconhecidos como despesa no resultado do período em que se frustrar a transação.

Tal determinação esta explícita no CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, aprovado resolução CFC n. 1.313/10:

5. Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais, e os prêmios recebidos devem ser reconhecidos em conta de reserva de capital.

7. Quando a operação de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais não for concluída, inexistindo aumento de capital ou emissão de bônus de subscrição, os custos de transação devem ser reconhecidos como despesa destacada no resultado do período em que se frustrar a transação.



É um diferencial nas provas saber identificar a classificação dos gastos com a venda de ações:

- Antes da venda – despesa antecipada no ativo
 - Após a venda – redutora do PL
 - Não aconteceu a venda – despesa
-

RESERVAS DE CAPITAL

Reserva de capital são contribuições dos proprietários, sócios, acionista ou de terceiros que investem no patrimônio da empresa por meio da compra de títulos.

Os valores apresentados como reserva de capital não representam receitas, mas sim uma origem de capital que não exige uma contrapartida de entrega de bens ou prestação de serviços; é por isto que não devem transitar por contas de resultado e nem serão tributadas.

ATENÇÃO



As reservas de capital não são receitas; são ganhos de capital que não transitam pelo resultado do exercício – DRE.

A Lei n. 6.404/1976 em seu artigo 182 destaca que serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) A contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) O produto da alienação de partes beneficiárias;
- c) O produto da alienação de bônus de subscrição;
- d) Será registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado.

Assim, as reservas de capital que ESTÃO PREVISTAS NA LEI são as seguintes:

a) Reserva de correção monetária – A correção monetária foi proibida a partir de 01/01/96; entretanto as empresas que possuíam a reserva de correção monetária até 31/12/95 poderão manter o seu saldo.

A formação da reserva consistia em atualizar o valor do patrimônio da empresa de acordo com um indexador estipulado pelo poder público federal, o montante que aumentava o ativo da empresa era reconhecido no patrimônio líquido como reserva de correção monetária.

A reserva de capital constituída por ocasião do balanço de encerramento do exercício social e resultante da correção monetária do capital realizado (artigo 182, § 2º) será capitalizada por deliberação da assembleia-geral ordinária que aprovar o balanço.

b) Reserva de ágio na emissão de ações – Representa a contrapartida do resultado a maior recebido na venda das ações da empresa.

Quando uma ação emitida é vendida por um valor superior ao seu valor nominal ou a ela atribuído (no caso de não existir valor nominal), essa diferença é contabilizada em conta separada do capital social, dentro do patrimônio líquido, denominada ágio na emissão de ações.

EXEMPLO

Uma empresa lança no mercado suas ações com um valor nominal de R\$ 200.000,00, entretanto, devido à pujança da empresa no mercado acaba vendendo por R\$ 250.000,00.

O registro contábil é o seguinte:

D – Disponível 250.000

C – Capital social 250.000

C – Reserva de capital – ágio na emissão de ações 50.000

ATENÇÃO

A legislação contábil estabelece que deva ser registrado o valor líquido no aumento do patrimônio líquido, assim, se houver ágio na emissão das ações, este ágio deverá ser compensado com o custo da transação com ações.

EXEMPLO

1)

A empresa CZ lança \$300.000 em ações, vende por \$370.000, com custo de \$20.000. (compensar o custo de 20.000 com o ágio e reconhecer a diferença)

d) Disponível 350.000

c) Capital social 300.000

c) Reserva de capital – ágio na emissão de ações 50.000

2)

A empresa CZ lança \$500.000 em ações, vende por \$530.000, com custo de \$50.000. (compensar o custo de 50.000 com o ágio e reconhecer a diferença)

d) Disponível 480.000

d) Custo na transação 20.000

c) Capital social 500.000

c) Reserva de alienação de partes beneficiárias – é a reserva formada pelo valor resultante da venda de partes beneficiárias.

As partes beneficiárias são valores mobiliários (títulos) que asseguram ao seu possuidor participar em até 10% nos lucros da empresa que os emite. Servem como instrumento

de captação de recursos pelas empresas, alternativamente à emissão de títulos de dívida e de ações.

Esses papéis podem ser concedidos gratuitamente ou serem alienados, e são resgatáveis ou não em uma data futura, entretanto, somente a venda de “partes beneficiárias” será registrada no PL, a doação ou cessão gratuita será controlada extra contabilmente, não sendo registrada como reserva, pois não houve uma origem de recursos.

A emissão de títulos de partes beneficiárias deverá constar em Notas Explicativas justificando o assunto, informando o prazo de validade (máximo 10 anos), as vantagens do beneficiado e as condições de resgate.

ATENÇÃO

Segundo a Lei n. 10.303/01 que modificou a Lei n. 6.404/1976 as sociedades anônimas de capital aberto estão proibidas de emitirem partes beneficiárias.

A lei das sociedades anônimas trata do assunto da seguinte forma:

Art. 46. A companhia pode criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominados “partes beneficiárias”.

§ 1º As partes beneficiárias conferirão aos seus titulares direito de crédito eventual contra a companhia, consistente na participação nos lucros anuais (artigo 190).

§ 2º A participação atribuída às partes beneficiárias, inclusive para formação de reserva para resgate, se houver, não ultrapassará 0,1 (um décimo) dos lucros.

§ 3º É vedado conferir às partes beneficiárias qualquer direito privativo de acionista, salvo o de fiscalizar, nos termos desta Lei, os atos dos administradores.

§ 4º É proibida a criação de mais de uma classe ou série de partes beneficiárias.

Emissão

Art. 47. As partes beneficiárias poderão ser alienadas pela companhia, nas condições determinadas pelo estatuto ou pela assembleia-geral, ou atribuídas a fundadores, acionistas ou terceiros, como remuneração de serviços prestados à companhia.

Parágrafo único. É vedado às companhias abertas emitir partes beneficiárias. (Redação dada pela Lei n. 10.303, de 2001)

d) Reserva de produto da alienação de bônus de subscrição – é formada pelo resultado da venda de bônus de subscrição.

Os bônus de subscrição são valores mobiliários que conferem ao seu possuidor o direito de subscrever ações da companhia que os emite por um preço certo em uma data futura.

Bônus de subscrição são títulos negociáveis no mercado emitidos dentro do limite do capital autorizado que podem ser vendidos para sócios ou terceiros ou dado como vantagem adicional aos subscritores de ações.

Similarmente às partes beneficiárias, os bônus de subscrição podem ser concedidos gratuitamente ou vendidos. Quando oferecidos gratuitamente, não haverá efeito sobre o patrimônio. Quando vendidos, haverá uma entrada de dinheiro que produzirá um aumento na riqueza da empresa, como reserva de capital.

A Lei n. 6.404/1976 trata do assunto no artigo 75, como se segue:

Art. 75. A companhia poderá emitir, dentro do limite de aumento de capital autorizado no estatuto (artigo 168), títulos negociáveis denominados “Bônus de Subscrição”.

Parágrafo único. Os bônus de subscrição conferirão aos seus titulares, nas condições constantes do certificado, direito de subscrever ações do capital social, que será exercido mediante apresentação do título à companhia e pagamento do preço de emissão das ações.

Art. 76. A deliberação sobre emissão de bônus de subscrição compete à assembleia-geral, se o estatuto não a atribuir ao conselho de administração.

Art. 77. Os bônus de subscrição serão alienados pela companhia ou por ela atribuídos, como vantagem adicional, aos subscritos de emissões de suas ações ou debêntures.

Parágrafo único. Os acionistas da companhia gozarão, nos termos dos artigos 171 e 172, de preferência para subscrever a emissão de bônus.

PEGADINHA DA BANCA

As bancas estão cobrando uma reserva de capital que foi criada pela CVM e trazida em suas Instruções n. 319/99 e n. 349/01. É a “reserva especial de ágio na incorporação reversa”

Incorporação é um tipo de combinação de negócios, caracterizado pela absorção dos ativos de uma empresa por outra. A sociedade absorvida é extinta, continuando ativa a sociedade que incorporou os ativos da outra. É denominada de “reversa” porque a controlada incorpora a controladora, sendo que o normal é a controladora incorporar a controlada.

A reserva especial de ágio na incorporação é uma nova reserva de capital, além das originalmente previstas na Lei n. 6.404/1976, disciplinada pela Instrução CVM.

Segundo essa regulamentação, se houver ágio (valor pago a maior) em uma transação de incorporação de uma sociedade controladora por sua controlada, tal ágio deverá ser registrado como ativo no balanço da incorporadora tendo como contrapartida essa reserva especial de capital.

Essa conta aparece no Patrimônio Líquido da incorporadora, como contrapartida do montante de ágio resultante da aquisição do controle da companhia aberta que incorporar sua controladora.

As reservas de capital que podem aparecer no balanço patrimonial são:

- Ágio na emissão de ações;
- Produto da venda de partes beneficiárias;
- Produto da venda de bônus de subscrição;
- Reserva especial de ágio na incorporação reversa;
- Reserva de correção monetária.

ATENÇÃO



Segundo a Lei n. 6.404/1976 no seu artigo 200, os valores apresentados nas reservas de capital somente poderão ser utilizados para:

- Absorção dos prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- Resgate, reembolso ou compra de ações;
- Resgate de partes beneficiárias;
- Incorporação ao capital social;
- Pagamento de dividendos a ações preferenciais.

DIRETO DO CONCURSO



Acerca dos temas fundamentais da contabilidade, julgue os itens seguintes:

135. (QUADRIX/CREA-TO/CONTADOR/2019) A compra de um veículo à vista altera a situação líquida patrimonial da entidade compradora.



A compra de um veículo à vista aumentará o saldo da conta veículos e diminuir o saldo da conta disponível, assim, não altera o valor total do ativo e nem da situação líquida.

Errado.

A respeito da preparação e da elaboração das demonstrações contábeis, julgue o item.

136. (QUADRIX/CRO-AC/CONTADOR/2019) A parte do preço de emissão de ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação de capital social será classificada como capital não integralizado.



A parte do preço de venda de ações que ultrapassar o valor para formação de capital social deve ser registrada como reserva de capital, no patrimônio líquido. A lei estabelece

o seguinte: a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.

Errado.

Tendo por referência os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o seguinte item.

137. (QUADRIX/SEDF/CONTADOR/2018) Distinguem-se as provisões de outros passivos, como, por exemplo, contas a pagar, à medida que haja incerteza sobre o prazo de cumprimento da obrigação ou o valor a ser desembolsado para sua liquidação.



As provisões são passivos exigíveis, contudo, com prazo e valor incertos, assim, são estimativa e isto faz com que seja apresentadas de forma separada dos demais passivo no balanço patrimonial.

Certo.

Com relação às noções fundamentais de contabilidade, julgue o item.

138. (QUADRIX/CREA-GO/CONTADOR/2019) O resultado final de todas as contas do patrimônio líquido constitui uma dívida da entidade com seus sócios, acionistas ou proprietários.



O PL representa uma obrigação, não exigível, da empresa junto aos sócios. Por isso que o PL é uma origem de capital dos sócios e suas contas têm natureza credora.

Certo.

Com base nesse caso hipotético, julgue o item.

139. (QUADRIX/CRF-GO/CONTADOR/2022) Suponha-se que determinada empresa possua obrigações com terceiros em valor equivalente à metade de seu patrimônio líquido, que soma R\$ 32.500,00. Nesse caso, é correto afirmar que seu ativo total é superior a R\$ 49.000,00.



Sabendo que obrigações com terceiros é o passivo da empresa; para responder a questão basta lembrar a equação patrimonial:

$$\text{Ativo} = \text{passivo} + \text{patrimônio líquido}$$

$$\text{Ativo} = 16.250 + 32.500$$

$$\text{Ativo} = 48.750$$

Errado.

Julgue o item a seguir, com relação aos fatos descritos e seus efeitos nas demonstrações contábeis, elaboradas conforme a Lei n.º 6.404/1976 (e alterações posteriores) e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

140. (CESPE/FUB/CONTADOR/2015) O ágio recebido em decorrência de emissão de ações aumenta as reservas de lucros e, conseqüentemente, o patrimônio líquido da companhia.



O valor recebido a maior na venda de ações da empresa será classificado na Reserva de capital e não na reserva de lucros. Não esqueçam que as reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela empresa, que representam ganhos de capital, que não transitam pelo resultado, por não ter relação com as atividades operacionais.

A Lei n. 6.404/1976 em seu art. 182., § 1º, destaca que serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.

Errado.

Com relação ao tratamento contábil de itens patrimoniais, julgue o item a seguir.

141. (CESPE/FUB/CONTADOR/2015) Os custos de transação incorridos na aquisição de ações de emissão própria devem ser registrados em conta do patrimônio líquido, como acréscimo ao custo das ações em tesouraria, no momento da aquisição.



A assertiva está correta, pois ao comprar suas próprias ações a empresa diminuirá o seu "PL" pelo montante total (valor das ações mais custo). A conta ações em tesouraria é redutora do PL, e os custos entrarão no valor das ações. Esse procedimento é efetuado porque as transações da empresa com sócios não fazem parte das suas atividades normais e assim não transitam no resultado do exercício. Exemplo: Uma empresa compra \$ 100.000,00 de suas ações no mercado com um custo de \$ 10.000,00.

- d) Ações em tesouraria
- c) Disponível – 110.000,00

Certo.

Com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas disposições da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações acerca de demonstrações contábeis, julgue o próximo item.

142. (CESPE/SLU/CONTADOR/2019) Ágio na emissão de ações, alienação de partes beneficiárias e obtenção de incentivos fiscais são eventos que exigem a constituição das respectivas reservas de capital.



A obtenção de incentivo fiscais gera uma receita para a empresa, sendo que, para não ser tributada, a parcela da receita registrada na DRE deve ser alocada como reserva de Lucro e não reserva de capital.

As reservas de capital são:

- ágio na emissão de ações;
- produto da venda de partes beneficiárias;
- produto da venda de bônus de subscrição.

Errado.

Com relação à composição das demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária, julgue os itens a seguir.

143. (CESPE/SEFAZ-AL/AFRE/2020) O produto obtido por uma sociedade anônima com a venda de partes beneficiárias e bônus de subscrição será apresentado como receita operacional na demonstração do resultado do exercício.



O produto da venda de partes beneficiárias e de bônus de subscrição deverá ser registrado como reserva de capital.

Errado.

144. (CESGRANRIO/CETET-RJ/TÉCNICO CONTÁBIL/2014) A companhia Comercial Q, sem capital social autorizado, fez o seguinte lançamento no seu Livro Diário.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2011

CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR (REALIZAR)

a CAPITAL SOCIAL

Desconsiderando-se os elementos histórico e valor, o lançamento apresentado pela Comercial Q, indica o registro contábil do fato contábil da(o)

- a) redução do capital social
- b) subscrição do capital social
- c) incorporação de reserva de capital
- d) integralização de capital em dinheiro
- e) adiantamento para aumento de capital



No lançamento contábil apresentado a conta capital a integralizar está sendo debitada em contrapartida da conta capital social, dessa forma está aumentando o saldo de capital a integralizar e aumentando o saldo da conta capital social. Notem que não houve integralização, mas sim, a subscrição de capital a integralizar.

Letra b.

145. (CESPE/TRE-MG/TÉCNICO JUDICIÁRIO-CONTADOR/2010) Albertino e Albanaz constituíram a Comercial de Doces Albana Ltda., com capital social de R\$ 80.000,00, sendo 50% integralizados no ato, em dinheiro. Nessa situação hipotética, o balanço de abertura da Comercial de Doces Albana deverá apresentar as seguintes contas e saldos no seu patrimônio líquido:

- a) capital subscrito (R\$ 40.000,00); capital a integralizar (R\$ 40.000,00); capital realizado (R\$ 40.000,00).
- b) capital subscrito (R\$ 80.000,00); capital a integralizar (R\$ 40.000,00); capital realizado (R\$ 40.000,00).
- c) capital subscrito (R\$ 40.000,00); capital a integralizar (R\$ 40.000,00); capital realizado (R\$ 80.000,00).
- d) capital subscrito (R\$ 80.000,00); capital realizado (R\$ 80.000,00).
- e) capital subscrito (R\$ 40.000,00); capital a integralizar (R\$ 40.000,00).



Nesta questão basta identificar as contas da seguinte forma:

Capital Social subscrito 80.000

Capital integralizado 40.000

Capital a integralizar (40.000)

Letra b.

146. (VUNESP/MPE-SP/CONTADOR/2019) O investimento realizado na empresa pelos seus acionistas é o Capital Social. Considere uma situação em que agentes econômicos tivessem concordado em aportar R\$ 500.000,00 para o Capital Social da empresa. Adicionalmente, considere que o capital realizado seria inicialmente depositado no caixa da empresa e que, em 31.12.XY0Z, havia o registro na contabilidade de um valor de capital a integralizar de R\$ 150.000,00. Assim, nessa data, ter-se-ia:

- a) Capital a Integralizar: R\$ 150.000,00; Caixa: R\$ 350.000,00; Capital Realizado: R\$ 350.000,00.

- b) Capital Subscrito: R\$ 350.000,00; Capital Realizado: R\$ 350.000,00; Caixa: R\$ 500.000,00.
- c) Caixa: R\$ 500.000,00; Capital Autorizado: R\$ 350.000,00; Capital Realizado: R\$ 350.000,00.
- d) Caixa: R\$ 350.000,00; Capital Autorizado: R\$ 350.000,00; Capital Realizado: R\$ 350.000,00.
- e) Caixa: R\$ 500.000,00; Capital Realizado R\$ 500.000,00; Capital Subscrito: R\$ 500.000,00.



O valor de \$ 500.000 é o capital autorizado que foi subscrito. Como há \$ 150.000 de capital a realizar, podemos afirmar que foi realizado o montante de \$ 350.000 na conta caixa da empresa.

O registro contábil da operação é o seguinte:

D – Caixa 350.000

D – Capital a realizar 150.000

C – Capital social subscrito 500.000

Letra a.

147. (INSTITUTO AOCP/UFPB/TÉCNICO CONTÁBIL/2019) Em relação ao conceito de Patrimônio Líquido, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Patrimônio Líquido ou Situação Líquida é a diferença matemática entre ativos (bens e direitos) e passivos (obrigações).
- b) As fontes do patrimônio líquido de uma entidade são os investimentos dos sócios ou acionistas e os lucros provenientes da própria atividade empresarial.
- c) O Patrimônio Líquido pode se apresentar positivo quando os ativos da entidade forem inferiores aos passivos, mas pode também se apresentar negativo quando os passivos da entidade forem inferiores aos ativos.
- d) O Patrimônio Líquido pode se apresentar nulo quando os ativos forem exatamente iguais aos passivos.
- e) Todos os componentes do patrimônio (bens, direitos e obrigações) devem ser mensurados para que seja possível apurar o Patrimônio Líquido por meio da equação: Bens mais Direitos menos Obrigações.



Está errada a letra “C”, pois quando os ativos forem inferiores aos passivos o patrimônio líquido é negativo.

Letra c.

148. (VUNESP/MPE-SP/CONTADOR/2019) O patrimônio líquido pode ser estudado de diferentes perspectivas, como, por exemplo, dos pontos de vista legal, contábil e econômico. Considerando-se essas vertentes, é correto afirmar:

- a) contabilmente, o patrimônio líquido corresponde à diferença entre ativos totais e passivos exigíveis.
- b) economicamente, o patrimônio líquido é o valor de mercado de uma entidade.
- c) legalmente, o patrimônio líquido pode ser entendido como o valor de responsabilidade dos sócios em relação às obrigações de uma entidade, no caso de uma empresa S.A.
- d) o patrimônio líquido contábil é o conjunto dos fluxos de caixa futuros da entidade trazidos a valor presente pelo seu custo de oportunidade.
- e) economicamente, o patrimônio líquido é obtido trazendo os fluxos de resultados previstos a valor presente pelo seu custo de oportunidade.



Contabilmente o patrimônio líquido é um resíduo patrimonial e seu valor é obtido pela equação:

$$PL = \text{ativo} - \text{passivo exigível}.$$

Legalmente, conforme determinação da Lei n. 6.404/1976, o PL é uma obrigação não exigível da empresa junto aos sócios. Economicamente o PL representa o valor patrimonial da empresa, ou seja, o valor da empresa considerando somente o seu patrimônio ativo e passivo; o valor de mercado da empresa é o seu valor justo em um mercado ativo.

Letra a.

149. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2016) Um lançamento a crédito na conta de capital a integralizar é efetuado para refletir:

- a) um aumento de capital social.
- b) uma redução no capital social.
- c) uma integralização do capital.
- d) um aumento no lucro do período.
- e) uma redução no lucro do período.



A conta capital social a integralizar representa o montante do capital social subscrito que os sócios ainda não integralizaram na empresa. É uma conta redutora do PL, tem natureza devedora. Quando é feito um lançamento a crédito na conta capital a integralizar, é sinal que os sócios estão integralizando o montante que deviam para a empresa, assim, o saldo

da conta capital a integralizar diminuirá e por consequência o PL aumentará, pois deixou de existir uma conta redutora do PL.

Letra c.

150. (UFPR/COPEL/CONTADOR JÚNIOR/2016) Assinale a alternativa que apresenta as contas que compõem o subgrupo da conta Reserva de Capital, em um Plano de Contas.

- a) Ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, reserva de lucro e alienação de partes beneficiárias.
- b) Reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias, reservas de incentivos fiscais.
- c) Alienação de partes beneficiárias, reservas de incentivos fiscais, ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação.
- d) Ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de bônus de subscrição, alienação de partes beneficiárias.
- e) Reserva de Incentivos fiscais, ágio na emissão de ações, reservas estatutárias, ágio na emissão de ações.



Conforme apresentado na aula as reservas de capital previstas na legislação e nas normas são:

- Ágio na emissão de ações;
- Produto da venda de partes beneficiárias;
- Produto da venda de bônus de subscrição;
- Reserva especial de ágio na incorporação reversa;
- Reserva de correção monetária.

Letra d.

151. (UFG/PREFEITURA DE GOIÂNIA/AUDITOR DE TRIBUTOS/2016) As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital. É exemplo de reservas de capital o seguinte:

- a) ganho com variação cambial de ativos de longo prazo.
- b) aumento do valor de investimentos em coligadas.
- c) recebimento de incentivos fiscais de imposto de renda.
- d) alienação de bônus de subscrição.



A alienação de bônus de subscrição é uma reserva de capital.

Conforme apresentado na aula as reservas de capital previstas na legislação e nas normas são:

- Ágio na emissão de ações;
- Produto da venda de partes beneficiárias;
- Produto da venda de bônus de subscrição;
- Reserva especial de ágio na incorporação reversa;
- Reserva de correção monetária.

Letra d.

152. (IADES/CONAB/CONTADOR/2014) Acerca da estrutura do Balanço Patrimonial, de acordo com a Lei n. 6.404/1976, assinale a alternativa correta.

- a) A classificação de direitos e obrigações no Ativo Realizável a longo prazo e no Passivo não Circulante, respectivamente, leva em consideração o ciclo operacional da empresa.
- b) O Patrimônio Líquido integra as contas Capital Social, Reservas de Capital e Lucros Acumulados.
- c) As obrigações da companhia que devem ser liquidadas após o exercício seguinte serão classificadas no Ativo não Circulante.
- d) No Ativo Realizável a longo prazo classificam-se os investimentos, o imobilizado e o intangível
- e) As participações permanentes em outras sociedades classificam-se no Ativo Imobilizado.



O Art. 179 da Lei n. 6.404/1976 estabelece no parágrafo único: “Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo”. O patrimônio líquido é composto pelas contas: Capital social, reservas de capital, ajuste da avaliação patrimonial, reserva de lucros, ações em tesouraria e prejuízo acumulado. No ativo não circulante estão os grupos: realizável a longo prazo, investimento, imobilizado e intangível.

Letra a.

153. (FGV/IMBEL/CONTADOR/2021) O valor contábil do patrimônio líquido de uma entidade equivale ao

- a) valor disponibilizado pelos sócios da entidade.
- b) valor de mercado total de direitos sobre o patrimônio na entidade.

- c) valor contábil de todos os ativos reconhecidos menos o valor contábil de todos os passivos reconhecidos.
- d) valor que poderia ser levantado, vendendo todos os ativos da entidade e liquidando todos os seus passivos.
- e) valor que poderia ser levantado, vendendo a entidade como um todo em regime de continuidade operacional.



O valor patrimonial de uma empresa é apresentado pelo valor do patrimônio líquido. Considerando a equação patrimonial o PL é encontrado da seguinte forma:

$$PL = \text{ativo} - \text{passivo}$$

Letra c.

154. (FGV/PC-RN/AGENTE/2021) A referência à riqueza líquida de uma entidade pode ser associada:

- a) à sua capacidade de liquidez imediata;
- b) ao montante de ativos realizáveis no exercício financeiro;
- c) aos valores liquidados com capital próprio;
- d) ao montante dos ativos deduzido dos passivos;
- e) ao capital social liquidado pelos proprietários.



A riqueza líquida de uma empresa está no seu patrimônio líquido, e é representada pela equação: ativo menos o passivo.

Letra d.

AJUSTE DA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O ajuste da avaliação patrimonial- AAP é uma correção do valor apresentado no balanço patrimonial, por um ativo ou passivo, em relação ao seu valor justo. Esta correção busca expressar a realidade patrimonial de uma empresa; e como é um ajuste, o valor da conta pode ser para mais ou para menos.

Por ser somente um ajuste, o saldo apresentado na conta não é uma reserva e nem é sinônimo de reavaliação de ativos, pois não está relacionado com o mercado, mas sim com um valor justo de um elemento do BP.

Foi a Lei n. 11.638/07 que incluiu como subgrupo do patrimônio líquido a conta ajuste da avaliação patrimonial. A referida lei destaca:

[...] serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.”

O PULO DO GATO



O ajuste afeta diretamente a situação patrimonial líquida, contudo, em respeito ao regime competência os valores não são reconhecidos como receita, assim, devem ser tratados como resultado abrangente e serão divulgados na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Normalmente os outros resultados abrangentes são itens que afetam o patrimônio, alterando o ativo ou o passivo, contudo, por respeito ao regime de competência não transitam no resultado do exercício, são denominados de potenciais receitas ou despesa economicamente incorridas, mas de possível reversão futura. Na sua essência, o resultado abrangente é aquele que abrange as variações futuras de receitas e despesas que já estão registradas no ativo ou no passivo, mas ainda não afetaram o resultado do exercício.

Segundo entendimento da CVM este grupo servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a valor justo, especialmente a avaliação de certos instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior.

A Lei n. 6.404 estabelece que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo serão avaliadas pelo seu valor justo e quando se tratar de aplicações disponíveis para venda, a contrapartida do aumento ou diminuição do investimento será registrada na conta AAP.

Também serão registrados no patrimônio líquido da investidora, na conta ajuste da avaliação patrimonial, os valores que representam a diferença entre o valor contábil e o valor justo nas operações de fusão, cisão ou incorporação entre partes independentes com a transferência de controle.

É importante destacar que as contas do ativo e do passivo continuam sendo registradas pelo seu valor original de entrada. Contudo, quando ocorrer mudança no seu valor justo, para mais ou para menos, o saldo contábil da conta deverá ser atualizado para expressar corretamente o seu valor. A contrapartida do aumento ou diminuição do ativo ou do passivo será a conta ajuste de avaliação patrimonial no PL.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da resolução 1.142 de 2008 estabelece que Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Assim, serão avaliados ao valor justo com contrapartida na conta ajuste da avaliação patrimonial os itens denominados de outros resultados abrangentes, que compreendem potenciais receitas e despesas que não são reconhecidos na DRE. Os principais componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- a) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão;
- b) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- c) ganhos e perdas na avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda;
- d) parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa;
- e) Ganho ou perda na equivalência patrimonial, oriundos de Ajuste da Avaliação Patrimonial na coligada ou controlada;
- f) As diferenças de ativos e passivos avaliados a valor de mercado nas reorganizações societárias, como fusão, cisão ou incorporação.

EXEMPLO

a) Em julho de 2023 a empresa investe em instrumentos financeiros que serão revendidos em 2025. O valor do investimento é de \$1.000.000,00 e foi pago à vista.

D – Investimento temporário – RLP 1.000.000 (aumenta o ativo)

C – Banco 1.000.000 (diminui o ativo)

b) No dia 31/12/23 a empresa avalia o valor do investimento em relação ao seu valor justo, para fins de divulgação no balanço patrimonial, em \$ 1.200.000,00

D – Investimento temporário 200.000 (aumenta o ativo)

C – Ajuste da avaliação patrimonial 200.000 (aumenta o PL)

c) Em 31/12/14 a empresa avalia o investimento em relação ao seu valor justo em \$1.150.000,00 (note que o valor justo diminuiu)

D – Ajuste da avaliação patrimonial 50.000 (diminui o PL)

C – Investimento temporário 50.000 (diminui o ativo)

d) Em 2025 a empresa resgata o investimento por \$ 1.150.000,00

D – Banco 1.150.000 (aumenta o ativo)

C – Investimento temporário 1.150.000

e) Neste momento o valor registrado como ajuste da avaliação patrimonial será reconhecido como receita na DRE

D – Ajuste da avaliação patrimonial 150.000 (diminui o PL)

C – Outra receita operacional 150.000 (receita na DRE)

RESERVAS DE LUCRO

Reserva de lucros são contas formadas pela destinação de lucros apurados e contabilmente realizados que não foram distribuídos aos sócios e acionistas como dividendos.

As reservas de lucro servem para dar uma segurança adicional à saúde financeira e econômica da empresa, pois enquanto em reserva, o lucro apurado não foi distribuído, assim, ele permanece na empresa.

São reservas de lucro:

- Reserva legal;
- Reserva estatutária;
- Reserva para contingências;
- Retenção de lucros;
- Reserva de prêmio na emissão de debêntures;
- Reserva de incentivo fiscal;
- Reserva de lucros a realizar;
- Reserva especial de dividendos obrigatórios a distribuir.

ATENÇÃO



O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais, prêmio na emissão de debêntures e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o CAPITAL SOCIAL. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

O registro contábil da FORMAÇÃO de uma reserva de lucro é o seguinte:

D – Lucros/prejuízos acumulados

C – Reserva de lucro

O registro contábil da REVERSÃO da reserva de lucro é o seguinte:

D – Reserva de lucro

C – Lucros/prejuízos acumulados

Não esqueça que ao formar ou reverter uma reserva de lucro o saldo final do patrimônio líquido não será afetado, é um fato permutativo.

Reserva legal – é uma reserva obrigatória que tem por finalidade assegurar a integridade do capital social; podendo ser utilizada para aumentar o capital da empresa ou absorver os prejuízos contábeis.

A reserva legal é formada antes de qualquer outra destinação do lucro, assim, o montante da reserva deve ser retirado da base de cálculo dos dividendos e da formação das demais reservas.

Constituição da reserva

D – Lucros ou prejuízos acumulados

C – Reserva legal

Esta reserva é formada antes de qualquer outra destinação do lucro Líquido do Exercício. Sua base de cálculo é 5 % do lucro líquido, até atingir o saldo de 20% do Capital Social. Contudo, quando o montante existente de reserva legal somado ao total das reservas de capital representar 30% do Capital Social a empresa poderá deixar de constituir a reserva. A Lei n. 6.404/1976 trata do assunto em seu art. 193:

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Estas limitações trazem bastante confusão nas provas, o macete é guardar que o saldo existente na reserva legal não pode ultrapassar os 20% do capital social, no entanto, quando somado às reserva de capital o total apurado pode ultrapassar os 30% do capital social, desde que o valor da reserva legal não seja maior que os 20% do capital social.

O PULO DO GATO 

A reserva legal deve respeitar: 5% até 20%, podendo 30%. Pode ultrapassar os 30% mas não pode ultrapassar os 20%.

Para calcular o valor a ser destinado para reserva legal é importante analisar individualmente cada limite:

1º encontrar os 5 % do lucro líquido do exercício

2º calcular os 20 % do capital social (valor máximo a ser destinado)

3º encontrar os 30% do capital social (montante das reservas de capital mais a reserva legal; este valor pode ser ultrapassado)

EXEMPLO

1)

Capital social = 10.000

Reserva legal = 1.500

Lucro líquido do exercício = 6.000

No máximo o saldo da reserva legal poderá ser de 2.000 (20% CS)

5% do LLE = 300

Saldo da reserva legal mais 5% = 1.800

Neste caso o valor a ser destinado para reserva legal deverá ser de 300.

2)

Capital social = 30.000

Reserva legal = 5.800

LLE = 10.000

Valor máximo da reserva legal = 6.000

5% do LLE = 500

Saldo da reserva legal mais 5% = 6.300

Neste caso o valor a ser destinado para reserva legal é de 200, pois se destinar os 500 vai ultrapassar o limite de 20% do capital social.

3)

Capital social = 50.000

Reserva de capital = 10.000

Reserva legal = 7.000

LLE = 20.000

Valor máximo da reserva legal = 10.000

Reserva de capital mais reserva legal = 30% CS = 15.000

5% do LLE = 1.000

Reserva legal mais 5% = 8.000

Reserva legal mais reserva de capital mais 5% = 18.000

Neste caso a empresa poderá não destinar nada ou destinar 1.000 para a reserva legal. O valor destinado deve estar entre 0 e 1.000.

Caso a empresa não destine nada ela está respeitando a Lei, pois o saldo existente de reserva legal mais ao saldo da reserva de capital representa mais de 30% do capital social.

Caso a empresa destine até 1.000, ela também está respeitando a lei, pois o saldo de reserva legal é menor que 20% do capital social.

Reserva estatutária – esta reserva deve estar prevista no estatuto da empresa. O estatuto deve indicar de modo claro a sua finalidade, fixar critérios para a sua determinação e estabelecer seu limite máximo.

Como as reservas estatutárias representam uma destinação de parcela dos lucros do exercício e segundo a Legislação não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório, elas são formadas após a distribuição dos dividendos aos sócios.

Constituição da reserva

D – Lucros ou prejuízos acumulados

C – Reservas estatutária

A Lei n. 6.404/1976 apresenta sobre o assunto o seguinte:

Art. 194. O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I – indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

II – fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e

III – estabeleça o limite máximo da reserva.

Reserva para contingências tem por objetivo compensar a diminuição do lucro, proveniente de provável perda futura cujo valor possa ser estimado.

A constituição desta reserva é opcional, devendo indicar a causa da perda prevista e justificar as razões que recomendaram sua constituição. O montante destinado para reserva de contingência pode ser retirado da base de cálculo dos dividendos.

Registro na constituição da reserva

D – Lucros ou prejuízos acumulados

C – Reserva para contingência

A Lei n. 6.404/1976 destaca:

Art. 195. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

Exemplos de contingências que podem ser registradas em reserva:

- a) expectativa de diminuição nos preços de produtos da empresa;
- b) previsão de lançamentos de produtos concorrentes com valor menor;
- c) perdas em função do clima com geadas, secas enchentes.

Notem que a reserva de contingência tem a função de prudentemente guardar uma parte do lucro para atender possíveis diminuições nos resultados no futuro, de forma simples pode ser analisada assim: “não distribuir um dinheiro que pode fazer falta”.

Quando a contingência se efetivar ou não se efetivar, a reserva deve ser revertida para a conta lucros/prejuízos acumulados, e o valor incluído nos dividendos que serão distribuídos.

Registro na reversão da reserva

D – Reserva para contingência

C – Lucro/prejuízo acumulado

ATENÇÃO



Reserva de contingência é diferente de provisão para contingência. A reserva não altera o resultado do exercício e o seu fato gerador é uma possibilidade; já a provisão para contingência é uma obrigação que alterou o resultado, pois o fato gerador da contingência já aconteceu.

Reserva de lucro para expansão visa separar parte do lucro do exercício a fim de investir na expansão da empresa, também é denominada de reserva orçamentária ou de retenção de lucro.

O valor da reserva deverá ser aprovado em assembleia, não podendo ser constituída em prejuízo da distribuição de dividendos obrigatórios. Caso o valor da reserva não seja utilizado deverá ser revertido para a conta lucro ou prejuízo acumulado.

A Lei n. 6.404/1976 destaca:

Art. 196. A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

§ 1º O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento.

§ 2º O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

Constituição da reserva

D – Lucros/prejuízos acumulados

C – Reserva de lucros para expansão

Reserva de incentivo fiscal é formada com a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos que a empresa recebeu.

O incentivo fiscal tem por objetivo auxiliar as empresas na consecução de suas atividades e normalmente exigem uma contrapartida de caráter social por parte da entidade como: gerar emprego, melhorar o comércio na região, retorno na geração de impostos em geral etc.

Em regra, as subvenções dadas pelo poder público terão com contrapartida os seguintes grupos no ativo da empresa:

a) Subvenção em dinheiro = disponível – ativo circulante

b) Incentivo fiscal = créditos tributários – ativo circulante ou ativo não circulante – realizável a longo prazo

c) Doação = ativo não circulante – imobilizado

A Lei n. 11.638/07 revogou a possibilidade de registro das doações e das subvenções para investimentos diretamente em conta de reserva de capital, no patrimônio líquido. Dessa forma, os correspondentes valores passarão a ser lançados em conta de resultado do exercício, como receita.

Assim, a reserva de incentivo fiscal, que não é obrigatória, deverá ser formada após o registro na DRE da receita com incentivo fiscal recebida. Entendam que ao destinar o valor para reserva a empresa decide proteger seu patrimônio, pois não irá distribuir como dividendos a parcela do lucro aos sócios.

Como a destinação de todas as reservas de lucro tem como contrapartida a conta lucros ou prejuízos acumulados o lançamento será:

D – Lucros/prejuízos acumulados

C – Reserva de incentivo fiscal

O art. 195-A da Lei n. 6.404/1976, introduzido pela Lei n. 11.638/07, reza:

A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

A receita federal não irá tributar o incentivo fiscal e a doação recebida do poder público, desde que seja registrada como reserva de lucro, e não seja utilizada para nada, somente fique em reserva.

Esta não tributação é uma coisa lógica, pois o governo quer ajudar a empresa com incentivos e se ao mesmo tempo cobrar imposto sobre a sua ajuda, a ajuda perderia sua essência.

A receita com incentivo fiscal será tributada se for dada destinação diversa de reserva de lucro, inclusive nas hipóteses de aumento do capital social ou distribuição como dividendos aos sócios.



Se formar a reserva de lucro, não tributa e não distribui como dividendos.

Se distribuir como dividendos, tributa e não forma a reserva de lucro.

Reserva de prêmios na emissão de debêntures tem por objetivo transferir para reserva de lucro a parcela que a empresa apurou como receita com ganhos na alienação de debêntures e não deseja que sejam tributados.

O prêmio na emissão de debêntures representa o valor recebido a maior no lançamento do título no mercado, deve ser reconhecido como receita na medida em que o tempo de resgate do título for transcorrendo.

Antes da Lei n. 11.638/07 este valor era registrado como reserva de capital. A Lei revogou a possibilidade de a empresa, ao emitir uma debênture, contabilizar eventual prêmio recebido diretamente como Reserva de Capital.

Atualmente o seu valor terá que ser apropriado como Receita Financeira ou uma redução da despesa financeira na captação dessa debênture e para não ser tributado, a empresa deve registrar a parcela do prêmio reconhecida como receita em reserva de lucro.

O assunto foi recentemente ajustado pela Lei n. 12.973/14 da seguinte forma:

Art. 31. O prêmio na emissão de debêntures não será computado na determinação do lucro real, desde que:

- I – a titularidade da debênture não seja de sócio ou titular da pessoa jurídica emitente; e
- II – seja registrado em reserva de lucros específica, que somente poderá ser utilizada para:
 - a) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou
 - b) aumento do capital social.

Aqui temos uma novidade não prevista na Lei n. 6.404; que o prêmio na emissão de debêntures é uma receita e deverá ser reconhecida no resultado somente quando se efetivar, tudo bem. A novidade é que para não pagar imposto sobre a receita a empresa deverá manter o valor do lucro em reserva de lucro específica.

Notem que a referida Lei acabou de criar uma nova reserva de lucro “DE CARATER FISCAL”, pois ao determinar que a empresa deva “manter o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do prêmio na emissão de debêntures em reserva de lucros específica” ela criou a “reserva de prêmio na emissão de debentures”.

Entretanto, a Lei determina a inclusão na base de cálculos do IR se a administração decidir dar outro destino ao lucro referente ao prêmio, e assim, deverá pagar o tributo devido.

ATENÇÃO

A receita com prêmio na emissão de debentures será tributada se for dada destinação diversa da que está prevista, inclusive nas hipóteses de aumento do capital social ou distribuição como dividendos aos sócios.

Outro ponto interessante na lei é que a reserva de lucros de prêmios na emissão de debentures terá o mesmo tratamento dado à reserva de lucros prevista no art. 195-A da Lei n. 6.404/1976 (reserva de incentivo fiscal).

É importante destacar que esta reserva não é obrigatória, contudo, a parcela do lucro da empresa, que foi aumentada pelas receitas oriundas do prêmio na emissão de debêntures poderá ser utilizada para distribuição de dividendos ou para formação de reserva de lucro, pois não há uma determinação legal quanto ao seu destino. No entanto, quando a empresa destinar a parcela do lucro como dividendos pagará os tributos sobre a receita; caso a empresa decida guardar o lucro como reserva, a receita não será tributada.

O PULO DO GATO

Se formar a reserva de lucro, não tributa e não distribui como dividendos.

Se distribuir como dividendos, tributa e não forma a reserva de lucro.

Reserva de lucros a realizar será formada com o valor dos dividendos obrigatórios que ultrapassar o lucro líquido do exercício efetivamente realizado.

É uma reserva facultativa da administração; que visa caracterizar no “PL” a parcela de lucro que foi realizada economicamente, mas não foi realizada financeiramente que superou o total dos dividendos obrigatórios a distribuir.

Esta reserva é constituída para evitar a distribuição de dividendos sobre a parcela dos lucros que ainda não foi realizada financeiramente; tem por objetivo não criar problemas financeiros para a empresa.

A Lei n. 6.404/1976 destaca:

Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

I – o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248); e

II – o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

EXEMPLO

Uma empresa que tenha apurado um lucro líquido do exercício de R\$ 2.000.000,00, contudo neste lucro existe uma receita ganha na equivalência patrimonial de R\$ 400.000,00. Note que nesse caso o lucro foi aumentado em 400 mil sem que tenha entrado efetivamente dinheiro na empresa, isto caracteriza um lucro a realizar.

Lucro líquido = 2.000.000

(-) Lucro a realizar = 400.000

(=) lucro realizado = 1.600.000

Caso o estatuto da empresa tenha previsto a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.800.000,00, a empresa poderá formar uma reserva de lucro a realizar de R\$ 200.000,00, se autorizado pela assembleia dos sócios.

Dividendos obrigatórios = 1.800.000,

(-) Lucro realizado = 1.600.000,

(=) valor destinado para reserva de lucros a realizar = 200.000,

A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

Reserva especial de dividendos obrigatórios a distribuir – Essa reserva será formada quando a empresa reconhece o direito dos sócios em receber os dividendos obrigatórios, mas não possui recurso financeiro disponível para efetivar o pagamento.

Tem relação com um adágio popular “devo não nego, pago quando puder”

Na constituição da reserva deverá ser escriturado o seguinte lançamento:

D – Lucros ou prejuízos acumulados

C – Reserva especial de dividendos a distribuir

A formação desta reserva está prevista no art. 202 da Lei n. 6.404/1976 da seguinte forma:

§ 4º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.

§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

DIRETO DO CONCURSO



Considerando as disposições aplicáveis ao patrimônio líquido de companhias abertas, julgue o item subsequente.

155. (CESPE/MPU/ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE/2015) A reserva de lucros a realizar pode ser utilizada para o pagamento do dividendo obrigatório ou para aumentar o capital social, desde que seja autorizado pelas assembleias das companhias.



A assertiva está errada, pois a reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e para a compensação do prejuízo do exercício.

Errado.

Considerando as disposições aplicáveis ao patrimônio líquido de companhias abertas, julgue o item subsequente.

156. (CESPE/MPU/ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE/2015) As reservas para contingências são constituídas com a finalidade de compensar, em exercício futuro, diminuições do lucro decorrentes de perdas consideradas, pelas companhias, como de ocorrência remota.



A reserva de contingência tem por objetivo reservar parte do lucro para compensar provável aumento de despesas ou diminuição de receitas que possa afetar a situação financeira da empresa no futuro. O interesse da reserva é não distribuir o lucro como dividendo e este dinheiro fazer falta no futuro; tem uma característica prudencial. A Lei n. 6404/76 em seu art. 195 estabelece que a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada PROVÁVEL, cujo valor possa ser estimado. Assim, devido ao termo “remota” a assertiva está errada.

Errado.

Considerando as disposições aplicáveis ao patrimônio líquido de companhias abertas, julgue o item subsequente.

157. (CESPE/MPU/ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE/2015) A reserva legal objetiva assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital.



A reserva legal é obrigatória, formada com 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação do lucro, até o seu saldo representar 20% do montante do capital social. A Lei n. 6404/76 prevê o seguinte:

Art. 193.

§ 2º A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Certo.

Com base nas normas de contabilidade aplicáveis às demonstrações financeiras, julgue o item subsequente.

Composição do patrimônio líquido em R\$

- Capital social 1.600.000
- Reserva legal 250.000
- Reserva de contingência 50.000
- Ajuste de avaliação patrimonial 350.000

A tabela apresenta a composição do patrimônio líquido relativo ao ano de 2014 no balanço patrimonial da empresa Alfa.

Ao final do ano de 2015, a empresa apurou um lucro líquido de R\$ 1.500.000. O saldo da reserva de contingência não foi utilizado, tampouco foi constituída nova reserva. O capital social não sofreu alterações.

A partir das informações apresentadas, julgue o item subsequente.

158. (CESPE/FUNPRES-EXE/CONTABILIDADE E FINANÇAS/2106) Por determinação legal, a empresa deverá constituir 5% do lucro líquido do período como reserva legal e adicioná-los ao saldo já existente, o que totalizará R\$ 325.000.



O saldo existente na reserva legal não poderá ultrapassar o montante de 20% do capital social, como o capital social é de \$1.600.000, o valor máximo em reserva deverá ser de \$320.000. Dessa forma, somente poderá ser destinado para reserva legal o valor de \$70.000, mesmo que os 5 % do lucro represente \$75.000.

Errado.

159. (CESPE/SEFAZ-AL/AFRE/2020) A conta ajustes de avaliação patrimonial pertence ao patrimônio líquido e destina-se a registrar, no balanço patrimonial, os aumentos ou as diminuições de valor de elementos do ativo e do passivo sujeitos à avaliação a valor justo por determinação legal ou regulamentação específica, enquanto tais variações não puderem ser reconhecidas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.



Questão literal ao previsto na Lei n. 6.404-76 que estabelece sobre o PL o seguinte:

[...] serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Certo.

Acerca das noções básicas de contabilidade, julgue o item.

160. (QUADRIX/CRO-GO/CONTADOR/2019) Na situação líquida negativa, a soma dos direitos, das obrigações e do patrimônio líquido é maior que a soma dos bens.



A situação líquida negativa existe quando o total dos bens e direitos (ativo) for menor que o total do passivo.

Errado.

No que se refere ao patrimônio, às contas e à escrituração contábil, julgue o item.

161. (QUADRIX/CRESS-GO/CONTADOR/2019) Passivo a descoberto significa que a entidade possui um patrimônio líquido maior que seu passivo.



Passivo a descoberto é o mesmo que situação líquida negativa e ocorre quando o passivo é maior que o ativo da empresa.

Errado.

162. (FUMARC/CEMIG-MG/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) Conforme o disposto no art. 194, da Lei n. 6.404/76, o estatuto da companhia poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I – Indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade.

II – Estabeleça o limite mínimo da reserva.

III – Fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição.

Estão CORRETAS as afirmativas:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I, II e III.

d) II e III apenas.



A questão está tratando das reservas estatutárias, previstas no artigo 194 da Lei n. 6.404-76, da seguinte forma:

O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I – indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade;

II – fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e

III – estabeleça o limite máximo da reserva.

O item II está errado, pois o estatuto deverá fixar o limite MÁXIMO da reserva e não o limite mínimo.

Letra b.

163. (QUADRIX/JATAÍ-GO/AUDITOR DE CONTROLE INTERNO/2019) São contas do patrimônio líquido

a) as reservas de capital, as reservas de lucros, as debêntures conversíveis e os prejuízos acumulados.

- b) as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os prejuízos acumulados e os resultados de exercícios futuros.
- c) o ativo diferido, as ações em tesouraria, os ajustes de avaliação patrimonial e as debêntures conversíveis.
- d) as reservas de capital, as ações em tesouraria, os ajustes de avaliação patrimonial e os resultados de exercícios futuros.
- e) as reservas de capital, as reservas de lucros, as ações em tesouraria e os ajustes de avaliação patrimonial.



Segundo a Lei n. 6.404-76 ajustada a composição do patrimônio líquido é a seguinte:

- a) Capital Social.
- b) Reservas de Capital.
- c) Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- d) Reservas de Lucros.
- e) Ações em Tesouraria.
- f) Prejuízos Acumulados.

Letra e.

164. (CESPE/TJ-PA/CONTADOR/2020) Assinale a opção que apresenta a conta do patrimônio líquido que, em decorrência da função que lhe foi atribuída pela legislação societária, pode apresentar tanto saldo credor quanto saldo devedor no balanço patrimonial.

- a) ações em tesouraria
- b) prejuízos acumulados
- c) capital a integralizar
- d) ajustes de avaliação patrimonial
- e) reservas de capital



Vimos na aula que o ativo quando avaliado a valor justo, poderá ter seu valor aumentado ou diminuído e a contrapartida desta variação poderá ser a conta Ajuste da Avaliação Patrimonial; assim, a conta AAP poderá apresentar saldo positivo (credor) ou negativo (devedor).

Letra d.

165. (FCC/BANESE/TÉCNICO BANCÁRIO/2016) No Balanço Patrimonial,

- a) os empréstimos concedidos pela entidade a seus sócios ou acionistas devem ser classificados no Ativo Circulante ou no Ativo Realizável a Longo Prazo, conforme seu prazo de vencimento.

- b) as duplicatas enviadas pela entidade para serem descontadas por um banco comercial devem ser registradas no Passivo pelo seu valor de face menos os juros cobrados pela instituição financeira.
- c) as reservas de lucros em uma sociedade por ações correspondem a lucros auferidos pela entidade e que não foram distribuídos aos acionistas.
- d) as patentes adquiridas por uma companhia devem ser classificadas no Ativo Imobilizado da entidade.
- e) a provisão para gastos com garantia e assistência técnica de produtos vendidos por uma empresa comercial varejista devem figurar como conta redutora dos créditos decorrentes de venda a prazo.



As reservas de lucro são parcelas do lucro apurado pela empresa que não foram distribuídos aos sócios como dividendos. Ela tem por objetivo proteger o capital da empresa pela não distribuição do lucro. A lógica é a de que enquanto o lucro ficar em reserva ele não sairá da empresa. A letra "C" está correta. Na letra "A" o erro é que os empréstimos ou adiantamentos concedidos aos sócios, que não sejam oriundos das atividades normais da entidade, são classificados no ativo realizável a longo prazo, independentemente do prazo de vencimento. O erro da letra "B" é o de que as duplicatas descontadas serão registradas no passivo pelo seu valor de face, sendo os juros cobrados apresentados como conta redutora do passivo. Na letra "D" o erro é o de que as patentes, por representarem um bem incorpóreo, deverão ser classificadas no ativo intangível e não no imobilizado. A Letra "E" está errada, pois as provisões para garantias deverão ser apresentadas como um passivo.

Letra c.

166. (FCC/AL-SP/TÉCNICO LEGISLATIVO CONTÁBIL/2014) O valor estabelecido como representativo da parcela de participação do sócio na empresa, mas ainda não entregue em dinheiro, é evidenciado na conta:

- a) Capital Social.
- b) Capital Social Autorizado.
- c) Capital Social Vinculado.
- d) Capital Social a Integralizar.
- e) Capital Social a Reduzir.



Capital a integralizar é a parcela do capital subscrito que os sócios ainda não efetivaram na empresa. Representa um direito da empresa junto aos sócios, tem natureza devedora e é conta redutora do patrimônio líquido.

Letra d.

167. (FCC/MPE-AP/ANALISTA CONTÁBIL/2012) Os custos de captação de recursos (aumento de capital com emissão de ações) efetivamente realizada, como gastos com advogados, contratação de agente financeiro e outros, realizados para a captação de recursos por meio de emissão de títulos e valores mobiliários devem ser registrados na conta

- a) de despesa do exercício em que ocorrer a capitalização.
- b) redutora do capital social no patrimônio líquido.
- c) de reserva de capital no patrimônio líquido.
- d) redutora de investimento para o qual o recurso for capitado.
- e) de despesa do ano em que o gasto for realizado.



O enunciado da questão deixa claro que os recursos foram captados, assim, a operação de venda se efetivou. Desta forma todos os gastos que ocorreram na operação deverão ser classificados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido. Veja este exemplo: A empresa CZ lança e vende \$600.000 em ações com um custo de \$20.000

D – Disponível 580.000

D – Custo na transação 20.000

C – Capital social 600.000

Apresentação no PL:

- Capital social 600.000
- Custo na transação (20.000)

Letra b.

168. (FCC/SEFAZ-PI/AUDITOR FISCAL/2015) Em 30/06/2014, a Cia. Pro & Pina adquiriu 50.000 ações de sua própria emissão e incorreu nos seguintes gastos:

- Valor pago pelas ações = R\$ 375.000,00
- Custos de transação = R\$ 5.000,00

Em 15/12/2014, a empresa revendeu estas ações por R\$ 350.000,00 à vista, incorrendo em custos de transação no valor de R\$ 2.000,00.

Com base nestas informações, é correto afirmar que a Cia. Pro & Pina

- a) apurou um prejuízo com a venda das Ações em Tesouraria de R\$ 25.000,00.
- b) reduziu, em 15/12/2014, o seu Patrimônio Líquido em R\$ 350.000,00.
- c) reconheceu, em 30/06/2014, como Ações em Tesouraria o valor de R\$ 375.000,00.
- d) aumentou, em 30/06/2014, o seu Patrimônio Líquido em R\$ 380.000,00.
- e) aumentou, em 15/12/2014, o seu Patrimônio Líquido em R\$ 348.000,00.



Nesta questão devemos registrar os dois fatos de forma individual.

a) Compra das ações para tesouraria:

Os custos de transação incorridos na aquisição de ações de emissão da própria entidade devem ser tratados como acréscimo do custo de aquisição de tais ações. Dessa forma o custo total das ações em tesouraria foi de \$380.000,00

O registro é o seguinte:

d) Ações em tesouraria 380.000,00

c) Disponível 380.000,00

Este fato diminuiu o "PL" em \$380.000,00.

b) Venda das ações em tesouraria

Quando a empresa vende as ações em tesouraria o custo de transação deve ser tratado como redução do ganho ou acréscimo da perda na venda.

O ganho é registrado como reserva de capital e a perda como redutora da reserva que deu origem à transação.

A empresa vendeu as ações que custaram \$380.000,00 por \$350.000,00 com custo de \$ 2.000,00, recebendo o valor líquido de 348.000,00.

d) Disponível 348.000,00

d) Reserva de capital 32.000,00

c) Ações em tesouraria 380.000,00

Este fato aumentou o "PL" em \$348.000,00. (Deixou de existir a conta redutora ações em tesouraria, aumentando o PL em \$380.000 e diminuiu o saldo a conta reserva de capital em \$32.000,00)

Letra e.

169. (FCC/ELETROSUL/ADMINISTRADOR/2016) Entre as possibilidades conferidas pela legislação societária para a utilização das Reservas de Capital se insere

a) a absorção de prejuízos que não ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros.

b) a redução do capital social, para absorção dos prejuízos acumulados.

c) o pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

d) o aumento do capital autorizado, mediante alteração estatutária.

e) a recomposição do caixa da companhia em face da materialização de provisões.



O assunto está previsto no artigo 200 da Lei n. 6.404/1976 da seguinte forma:

Art. 200. As reservas de capital somente poderão ser utilizadas para:

- I – Absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros (artigo 189, parágrafo único);
- II – Resgate, reembolso ou compra de ações;
- III – resgate de partes beneficiárias;
- IV – Incorporação ao capital social;
- V – Pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Letra c.

170. (FCC/TCM-GO/AUDITOR CONTÁBIL/2015) O Patrimônio Líquido da empresa Novamente S.A. apresentava, em 31/12/2014, os saldos constantes da tabela a seguir, antes da incorporação do lucro líquido do ano de 2014 e da sua distribuição:

Capital Social 950.000,00

Reserva de Capital 100.000,00

Reserva Legal 170.000,00

Reserva para Expansão 100.000,00

Reserva de Lucros a Realizar 40.000,00

Total 1.360.000,00

O resultado obtido pela empresa em 2014, antes da dedução dos tributos, foi R\$ 500.000,00 e o lucro líquido foi R\$ 380.000,00.

A empresa adota como política constituir a Reserva Legal até o menor dos limites permitidos pela Lei no 6.404/1976 e alterações posteriores.

O valor acrescido à conta Reserva Legal no final de 2014 foi, em reais,

- a) 25.000,00.
- b) 19.000,00.
- c) 20.000,00.
- d) 76.000,00.
- e) 15.000,00.



A RESERVA LEGAL tem por finalidade assegurar a integridade do capital social é formada antes de qualquer outra destinação do lucro Líquido do Exercício e obrigatória e está prevista no Art. 193 da Lei n. 6.404/1976:

Art. 193. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 1º A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Veja que segundo a lei existem 2 limites, o montante máximo de 20% do capital social (não pode ultrapassar) e o montante de 30%, quando somadas as reservas de capital com a reserva legal existente (pode ultrapassar). Para resolver a questão lembre da teoria Claudiana “5% até 20 %, podendo 30%. Pode ultrapassar os 30%, mas não pode ultrapassar os 20%”.

1º passo: calcular os 5%

$LLE\ 380.000 \times 5\% = 19.000$ (valor máximo a ser destinado)

2º Passo: apurar o montante de 20% do capital social

Capital social = $950.000 \times 20\% = 190.000$ (valor máximo que pode ter na reserva legal)

3º passo: calcular os 30 %

Capital social = $950.000 \times 30\% = 285.000$ (quando chegar neste valor a empresa pode deixar de destinar o montante previsto para reserva legal)

Reserva de capital = $100.000 + \text{reserva legal} = 170.000 = 270.000$

Neste caso a empresa PODE DESTINAR:

a) 19.000 (5% do lucro), ou

b) 15.000 (atinge os 30 %)

No enunciado da questão foi apresentado o seguinte: A empresa adota como política constituir a Reserva Legal até o **menor dos limites** permitidos pela Lei n. 6.404/1976 e alterações posteriores.

O menor dos limites é \$15.000

Letra e.

PREJUÍZO ACUMULADO

A conta prejuízo acumulado representa o saldo negativo acumulado remanescente de períodos anteriores, ou seja, os prejuízos que ainda não foram compensados pelas reservas ou pelo lucro do exercício.

É uma conta redutora do PL e possui natureza devedora.

É importante destacar que a existência de prejuízo acumulado não quer dizer que no exercício social anterior a empresa tenha apurado prejuízo, pois o saldo acumulado pode ser de exercícios anteriores.

EXEMPLO

No início de 2017 uma empresa possui um prejuízo acumulado de \$100.000,00.

Durante o exercício social ela apura um lucro líquido de \$30.000,00.

Este lucro será revertido para a conta prejuízo acumulado que no final de 2017 apresentará um saldo de \$ 70.000,00.

d) ARE – lucro líquido do exercício

c) Prejuízo acumulado – 30.000

Notem que existe prejuízo acumulado mesmo a empresa tendo apurado um lucro no exercício.

A Lei n. 11.638-07 determinou que nas sociedades anônimas e nas empresas de grande porte a conta lucros acumulados não poderá manter saldo na data da divulgação do balanço patrimonial, devendo, caso exista saldo ao final do período, ser o mesmo destinado para reserva de lucro, distribuído como dividendo complementar aos sócios ou até mesmo utilizado para aumento do capital social.

ATENÇÃO

A conta lucro acumulado continua existindo, entretanto somente deverá ser apresentado no balanço patrimonial o saldo, se existente, dos prejuízos acumulados.

A resolução CFC n. 1.157/09 que aprova prova o Comunicado Técnico CT 03 apresentou o seguinte sobre a conta lucros ou prejuízos acumulados:

A obrigação da conta lucro ou prejuízo acumulado não conter saldo positivo aplica-se unicamente às sociedades por ações, e não às demais, e para os balanços do exercício social terminado a partir de 31 de dezembro de 2008. Assim, saldos nessa conta precisam ser totalmente destinados por proposta da administração da companhia no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral ordinária.

Essa conta continuará nos planos de contas, e seu uso continuará a ser feito para receber o resultado do exercício, as reversões de determinadas reservas, os ajustes de exercícios anteriores, para distribuir os resultados nas suas várias formas e destinar valores para reservas de lucros.

Atente que para as demais empresas (como as limitadas, exceto aquelas consideradas de grande porte e sujeitas à Lei n. 6.404/1976), a conta lucros acumulados poderá continuar apresentando saldo nos balanços encerrados a partir de 31.12.2008.

Outro ponto que merece destaque é o que quando o resultado do exercício for um prejuízo ele deverá ser transferido para o patrimônio líquido e será absorvido pelos lucros acumulados, reserva de lucro, reserva legal, nesta ordem, e se continuar existindo prejuízo, ele será absorvido pelas reservas de capital, tal determinação está prevista no art. 189 e no art. 200 da Lei n. 6.404/1976:

Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

Parágrafo único. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Art. 200. As reservas de capital somente poderão ser utilizadas para:

I – absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros (artigo 189, parágrafo único).

Assim, se no momento da transferência do prejuízo do exercício houver saldo credor (lucro) na conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados (PL)”, a compensação se dará automaticamente. No entanto, caso não exista saldo credor nessa conta ou o saldo credor for insuficiente para absorver integralmente o prejuízo apurado no exercício, será necessário fazer um lançamento de compensação com “Reservas de Lucros (PL)”, se houver.

Analisando friamente o que a Lei estabelece podemos inferir que a empresa somente poderá apresentar prejuízo acumulado se ela não possuir reserva de lucros ou reserva de capital.

AÇÕES EM TESOURARIA

Representa o produto da operação de compra pela empresa de suas próprias ações. É uma conta retificadora do PL, tem natureza devedora.

As ações em tesouraria são ações emitidas por uma sociedade anônima e que posteriormente foram recompradas, normalmente no mercado secundário, por essa mesma companhia.

Como regra geral, as empresas constituídas sob a forma de sociedades anônimas não podem negociar com as próprias ações, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas pela Lei n. 6.404/1976, que normalmente são:

- Nas operações de resgate, reembolso ou amortização dessas ações, quando previsto em Lei;
- Na aquisição, para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do Capital Social, ou por doação;
- Na compra quando, resolvida a redução do Capital Social mediante restituição, em dinheiro, de parte do valor das ações, o preço destas em bolsa for inferior ou igual à importância que deve ser restituída.

No restrito mercado de capitais, a Comissão de Valores Mobiliários estabelece que podem adquirir ações de sua emissão, para permanência em tesouraria, e posteriormente aliená-las, as **companhias abertas** cujo estatuto social atribuir ao conselho de administração poderes para autorizar tal procedimento.

A Instrução normativa CVM 567, de 17 de setembro de 2015 estabelece que as empresas de capital aberto não devem manter em tesouraria ações de sua emissão em quantidade superior a 10% (dez por cento) de cada classe de ações em circulação no mercado.

Entende-se por ações em circulação no mercado todas as ações representativas do capital social não pertencente ao acionista majoritário ou controlador da empresa, ou seja, a empresa somente poderá adquirir as ações que não possuem preponderância nas decisões, pertencente a acionistas não controladores ou de pessoas que investem com caráter não permanente.

A CVM também determinou que a negociação de ações de sua emissão deve ser liquidada em até 18 (dezoito) meses, contados da deliberação de aprovação dos negócios pela assembleia geral ou pelo conselho de administração.

A aquisição, de modo direto ou indireto, de ações de emissão da companhia, para permanência em tesouraria ou cancelamento, é vedada quando:

I – tiver por objeto ações pertencentes ao acionista controlador;

II – for realizada em mercados organizados de valores mobiliários a preços superiores aos de mercado;

III – estiver em curso o período de oferta pública de aquisição de ações de sua emissão, conforme definição das normas que tratam desse assunto; ou

IV – requerer a utilização de recursos superiores aos disponíveis.

Consideram-se recursos disponíveis para a compra das ações em tesouraria:

I – todas as reservas de lucros ou capital, exceto as reservas:

- legal;
- de lucros a realizar;
- especial de dividendo obrigatório não distribuído;
- incentivos fiscais.

II – o resultado já realizado do exercício social em andamento, segregadas as destinações às reservas acima mencionadas.

ATENÇÃO

A empresa somente pode adquirir suas próprias ações se possuir reservas de capital ou de lucro que sirvam de sustentação econômica para a transação.

Contabilmente, quando a companhia possuir reservas e decidir adquirir ações para manter em tesouraria, deverá registrá-la em conta específica redutora do Patrimônio Líquido (PL), intitulada “Ações em Tesouraria (PL)”, tendo como contrapartida uma conta do disponível, normalmente a conta banco.

- d) Ações em tesouraria (diminui o PL)
- c) Disponível (diminui o ativo)

Outro ponto muito explorado nas provas é quanto a contabilização do custo na transação das próprias ações. Segundo a norma que trata do custo de transações, quando a empresa comprar as suas ações para colocar em tesouraria o custo da transação deverá ser adicionado ao valor das ações adquiridas; como veremos a seguir:

Uma empresa compra \$100.000 das suas ações para colocar em tesouraria; a operação teve um custo de \$10.000.

- d) Ações em tesouraria 110.000
- c) Banco 110.000

Neste exemplo o PL foi reduzido em \$110.000.

Na maioria das vezes, o objetivo da empresa na recompra das ações é para revendê-las em um futuro, utilizá-las como forma de incentivo de empregados (participação nos lucros) ou para serem dadas como benefícios aos acionistas da empresa.

O PULO DO GATO



Na medida em que as ações forem sendo vendidas, a transação poderá gerar um ganho ou uma perda para a empresa. Este ganho ou perda não deve ser apresentado no resultado do exercício, mas ser registrado no próprio "PL"; o ganho como reserva de capital e a perda como redutora da reserva que deu origem à transação.

Vamos ver um exemplo:

- A empresa ALFA compra um lote de suas ações por \$500.000.
 - D- Ações em tesouraria 500.000 (diminui o PL)
 - C- Banco 500.000 (diminui o ativo)

Este fato vai diminuir o PL em \$500.000.

- Passado 3 meses vende um lote de \$300.000 por \$340.000.
 - D- Disponível 340.000 (aumenta o ativo)
 - C- Ações em tesouraria 300.000 (aumenta o PL, pela diminuição de uma conta redutora)
 - C- Reserva de capital – ágio 40.000 (aumenta o PL)

Este fato vai aumentar o PL em \$340.000

- Passado 5 meses vende o lote restante de \$200.000 por \$180.000
 - D- Disponível 180.000 (aumenta o ativo)
 - D- Reserva de capital 20.000 (diminui o PL)

C- Ações em tesouraria 200.000 (aumenta o PL, pela diminuição de uma conta redutora)

Este fato vai aumentar o PL em \$180.000

ATENÇÃO

As ações adquiridas, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direito a dividendo e nem direito a voto.

DIRETO DO CONCURSO

Julgue os itens, relativos aos impactos no patrimônio de uma companhia aberta.

171. (CESPE/TCE-RO/CONTADOR/2013) Ao adquirir ações de emissão própria, uma companhia apresentará, no valor de seu patrimônio líquido, redução em valor igual ao custo de aquisição dessas ações, que inclui os custos de transação incorridos na operação.



Os custos de transação incorridos na aquisição de ações para tesouraria devem ser tratados como acréscimo do custo de aquisição de tais ações e assim compõe o montante que será apresentado como conta redutora do PL. Não esqueçam que a aquisição de ações de emissão própria (ações em tesouraria) bem como os custos de sua compra são transações de capital da entidade com seus sócios e assim não devem afetar o resultado da entidade.

Certo.

Acerca das contas e dos grupos patrimoniais de empresas comerciais, julgue o seguinte item.

172. (CESPE/TJ-AM/CONTADOR/2019) A conta de ações em tesouraria pertence ao grupo de investimentos, no ativo.



A conta ações em tesouraria é conta redutora do Patrimônio Líquido.

Errado.

173. (FCC/SEFAZ-PI/AUDITOR FISCAL/2015) Em 30/06/2014, a Cia. Pro & Pina adquiriu 50.000 ações de sua própria emissão e incorreu nos seguintes gastos:

- Valor pago pelas ações = R\$ 375.000,00
- Custos de transação = R\$ 5.000,00

Em 15/12/2014, a empresa revendeu estas ações por R\$ 350.000,00 à vista, incorrendo em custos de transação no valor de R\$ 2.000,00.

Com base nestas informações, é correto afirmar que a Cia. Pro & Pina

- a) apurou um prejuízo com a venda das Ações em Tesouraria de R\$ 25.000,00.
- b) reduziu, em 15/12/2014, o seu Patrimônio Líquido em R\$ 350.000,00.
- c) reconheceu, em 30/06/2014, como Ações em Tesouraria o valor de R\$ 375.000,00.
- d) aumentou, em 30/06/2014, o seu Patrimônio Líquido em R\$ 380.000,00.
- e) aumentou, em 15/12/2014, o seu Patrimônio Líquido em R\$ 348.000,00.



Nesta questão devemos registrar os dois fatos de forma individual.

a) Compra das ações para tesouraria:

Os custos de transação incorridos na aquisição de ações de emissão da própria entidade devem ser tratados como acréscimo do custo de aquisição de tais ações. Desta forma o custo total foi de \$380.000,00

d) Ações em tesouraria 380.000,00

c) Disponível 380.000,00

Este fato diminuiu o "PL" em \$380.000,00.

b) Venda das ações em tesouraria

Quando a empresa vende as ações em tesouraria o custo de transação deve ser tratado como redução do ganho ou acréscimo da perda na venda. O ganho é registrado como reserva de capital e a perda como redutora da reserva que deu origem à transação.

A empresa vendeu as ações que custaram \$380.000,00 por \$350.000,00 com custo de \$ 2.000.000,00, recebendo o valor líquido de 348.000,00.

d) Disponível 348.000,00

d) Reserva de capital 32.000,00

c) Ações em tesouraria 380.000,00

Este fato aumentou o "PL" em \$348.000,00. (Deixou de existir a conta redutora ações em tesouraria, aumentando o PL em \$380.000 e diminuiu o saldo a conta reserva de capital em \$32.000,00)

Letra e.

174. (IADES/CONAB/CONTADOR/2014) De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, no Balanço Patrimonial do exercício de uma sociedade anônima de capital aberto, não deverá constar saldo na conta

- a) Prejuízos Acumulados.

- b) Reservas de Capital.
- c) Lucros Acumulados.
- d) Reserva Legal.
- e) Reservas de Lucros.



Com o advento da Lei n. 11.638/2007, para as sociedades por ações, e para os balanços do exercício social terminado a partir de 31 de dezembro de 2008, o saldo final desta conta lucro/prejuízo acumulado não poderá mais ser credor. Assim, os respectivos saldos de lucros acumulados precisam ser totalmente destinados por proposta da administração da companhia no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral ordinária. A obrigação de essa conta não conter saldo positivo aplica-se unicamente às sociedades por ações, atente que essa conta continuará nos planos de contas, e seu uso continuará a ser feito para receber o resultado do exercício, as reversões de determinadas reservas, os ajustes de exercícios anteriores, para distribuir os resultados nas suas várias formas e destinar valores para reservas de lucros. Desta forma, para as sociedades por ações, somente poderá ser apresentado, se houver, os prejuízos acumulados, conta redutora com saldo devedor. A Lei n. 6.404/1976 estabelece em seu art. 178 no § 2º no passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

III – patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Letra c.

175. (VUNESP/TJ-SP/CONTADOR/2019) Sobre as contas do Patrimônio Líquido, é correto afirmar que

- a) alienação de partes beneficiárias é uma transação classificada como reserva de lucros.
- b) a conta capital a integralizar é uma conta redutora do capital social.
- c) os dividendos declarados e pagos no período são evidenciados nas reservas de capital.
- d) as reservas de capital recebem os saldos referentes à variação do valor justo de instrumentos financeiros.
- e) as reservas de lucros recebem o ágio da emissão das ações com valor nominal.



Vou comentar as assertivas:

- a) Errada. Alienação de partes beneficiárias é uma transação classificada como reserva de lucros – é reserva de capital.
- b) Certa. A conta capital a integralizar é uma conta redutora do capital social.

- c) Errada. Os dividendos declarados e pagos no período são evidenciados nas reservas de capital – são evidenciados na DLPA e na DMPL.
- d) Errada. As reservas de capital recebem os saldos referentes à variação do valor justo de instrumentos financeiros – a variação do valor justo é registrada na conta AAP – ajuste da avaliação patrimonial.
- e) Errada. As reservas de lucros recebem o ágio da emissão das ações com valor nominal – ágio na emissão e ações é reserva de capital.

Letra b.

176. (CESPE/SEFAZ-RS/AFRE/2019) Na fiscalização de uma sociedade anônima comercial, após o seu primeiro ano de funcionamento, verificou-se que a empresa possuía

- capital subscrito no valor de R\$ 2.000;
- capital realizado no valor de R\$ 1.700;
- capital de terceiros no valor de R\$ 600;
- prejuízo acumulado no valor de R\$ 300.

Constatou-se, ainda, que não havia reservas, ações em tesouraria nem ajuste de avaliação patrimonial nas demonstrações contábeis da sociedade.

Nessa situação hipotética, o valor do capital total à disposição da sociedade é igual a

- a) R\$ 1.700.
- b) R\$ 2.000.
- c) R\$ 2.300.
- d) R\$ 3.400.
- e) R\$ 4.000.



Para responder à questão basta aplicar a equação patrimonial e saber que o capital total a disposição da empresa é o valor do ativo, o capital de terceiros é o passivo exigível e que o PL é o capital realizado, menos os prejuízos acumulados.

$$\text{Ativo} = \text{passivo exigível} + \text{PL}$$

$$\text{Ativo} = 600 + (1.700 - 300)$$

$$\text{Ativo} = 2.000$$

Letra b.

177. (CESPE/TCE-RO/ACE/2019) Assinale a opção que apresenta apenas contas integrantes do ativo do balanço patrimonial de uma empresa.

- a) estoques; contas a receber
- b) caixa; empréstimos

- c) empréstimos; debêntures
- d) capital social; fornecedores
- e) obrigações tributárias; caixa



As contas estoques e contas receber representam ativos.

- Empréstimos e debentures são passivos.
- Capital social é patrimônio líquido, fornecedores é passivo.
- Obrigações tributárias é passivo, caixa é ativo.

Letra a.

178. (CESPE/TJ-PA/CONTADOR/2020) Assinale a opção que apresenta a conta do patrimônio líquido que, em decorrência da função que lhe foi atribuída pela legislação societária, pode apresentar tanto saldo credor quanto saldo devedor no balanço patrimonial.

- a) ações em tesouraria
- b) prejuízos acumulados
- c) capital a integralizar
- d) ajustes de avaliação patrimonial
- e) reservas de capital



Vimos na aula que o ativo quando avaliado a valor justo, poderá ter seu valor aumentado ou diminuído e a contrapartida desta variação poderá ser a conta Ajuste da Avaliação Patrimonial; assim, a conta AAP poderá apresentar saldo positivo (credor) ou negativo (devedor).

Letra d.

179. (INSTITUTO AOCP/CARIACICA-ES/CONTADOR/2020) Determinada sociedade empresarial apresentou, no final do exercício, um ativo total no valor de R\$ 100.000,00 e um passivo no valor de R\$ 150.000,00. Assim, o seu valor residual será

- a) positivo em R\$ 50.000,00.
- b) negativo em R\$ 50.000,00.
- c) igual a R\$ 100.000,00.
- d) igual a R\$ 150.000,00.



O valor residual é o patrimônio líquido.

O valor do PL é encontrado pela seguinte equação:

$$PL = \text{ativo} - \text{passivo}$$

Neste caso ele será negativo, apresentando um passivo a descoberto de \$ 50.000,00.

Letra b.

180. (INSTITUTO AOCP/CARIACICA-ES/AFTM/2020) É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Esse elemento é denominado

- a) capital a integralizar.
- b) patrimônio líquido.
- c) ajuste de avaliação patrimonial.
- d) propriedade para investimento.



O interesse residual é representado pela diferença entre o ativo e o passivo é o patrimônio líquido.

Letra b.

181. (INSTITUTO AOCP/SANTO AGOSTINHO-PE/CONTADOR/2019) Uma sociedade anônima apresentou os seguintes saldos em suas contas patrimoniais:

Reservas estatutárias R\$ 5.000,00

Reserva de retenção de lucros R\$ 8.500,00

Reserva de alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição R\$ 2.500,00

Reserva de lucros a realizar R\$ 5.000,00

Reserva de reavaliação R\$ 5.000,00

Reserva de correção monetária R\$ 3.000,00

Reserva de incentivos fiscais R\$ 2.500,00

Reserva de lucro na alienação de ações em tesouraria R\$ 4.500,00

Reserva legal R\$ 12.000,00

Ajuste de avaliação patrimonial R\$ 10.000,00

Reservas para contingências R\$ 1.500,00

Reserva de ágio na emissão de ações R\$ 1.000,00

Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos R\$ 6.500,00

Com base nessas informações e de acordo com a Lei n. 6.404/1976 e alterações posteriores, o valor total a ser destinado para reserva de lucros será de

- a) R\$ 41.000,00.
- b) R\$ 49.000,00.
- c) R\$ 54.000,00.
- d) R\$ 59.000,00.



A questão apresentou várias contas do PL e pede o montante das reservas de lucro, para responder vamos classificar as contas:

- Reservas estatutárias **5.000, – reserva de lucro**
- Reserva de retenção de lucros **8.500, – reserva de lucro**
- Reserva de alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição 2.500, – reserva de capital
- Reserva de lucros a realizar **5.000, – reserva de lucro**
- Reserva de reavaliação 5.000, – reserva de reavaliação (não existe mais)
- Reserva de correção monetária – 3.000, – reserva de capital
- Reserva de incentivos fiscais – **2.500, – reserva de lucro**
- Reserva de lucro na alienação de ações em tesouraria 4.500, – reserva de capital
- Reserva legal 12.000, – reserva de lucro
- Ajuste de avaliação patrimonial 10.000, – não é reserva
- Reservas para contingências **1.500, – reserva de lucro**
- Reserva de ágio na emissão de ações 1.000, – reserva de capital
- Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos **6.500, – reserva de lucro**

Somando as reservas de lucros iremos encontrar o valor de R\$ 41.000,00.

Letra a.

182. (INSTITUTO AOCP/SES-PE/CONTADOR/2018) O balanço patrimonial tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática. Em relação ao tema, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () ATIVO compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros.
- () PASSIVO compreende as exigibilidades e obrigações.
- () PATRIMÔNIO LÍQUIDO representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) F – V – F.
- d) F – F – F.
- e) F – V – V.



As 3 assertivas estão corretas.

Letra a.

183. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/CONTADOR/2016) Qual dos itens a seguir indica o correto funcionamento do mecanismo do débito e do crédito nas contas de Patrimônio Líquido?

- a) Tudo que “entra” debita e tudo que “sai” credita.
- b) Os prejuízos são registrados por créditos e os lucros por débitos
- c) Os aumentos são registrados por débitos e as diminuições por créditos.
- d) Os aumentos são registrados por créditos e as diminuições por débitos
- e) A soma dos débitos deve corresponder à soma dos créditos.



O PL representa origem de recursos dos sócios e das atividades da empresa; tem natureza credora. No seu registro os aumentos são creditados e as diminuições são debitadas.

Letra d.

184. (INSTITUTO AOCP/SUSIPE-PA/CONTADOR/2018) Segundo a Lei 6404/76, a conta Reserva para Contingências Futuras deverá figurar no balanço, no

- a) Ativo Circulante.
- b) Ativo Não Circulante.
- c) Passivo Circulante.
- d) Passivo Não Circulante.
- e) Patrimônio Líquido.



A reserva para contingência é uma reserva de lucro apresentada no Patrimônio Líquido.

Letra e.

185. (FGV/PROCEMPA/ANALISTA FINANCEIRO-CONTÁBIL/2016) Em dezembro de 2013, determinada empresa efetuou a emissão de novas ações no valor de R\$ 100.000,00. No processo, a empresa incorreu em gastos diretos, vinculados à emissão, no valor de R\$ 5.000,00. A emissão não foi bem sucedida, e não teve compradores. Os gastos com a emissão foram contabilizados como

- a) Despesa.
- b) Ativo Intangível.

- c) Ativo Diferido.
- d) Redutores do Patrimônio Líquido.
- e) Prejuízos Acumulados.



Segundo o enunciado da questão a operação de captação de recursos pela venda de ações não se efetivou, assim, todos os gastos devem ser reconhecidos como despesa no período em que a operação se frustrou. A resolução CFC n. 1.313/10 que prova a NBC TG 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários estabelece o seguinte:

7. Quando a operação de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais não for concluída, inexistindo aumento de capital ou emissão de bônus de subscrição, os custos de transação devem ser reconhecidos como despesa destacada no resultado do período em que se frustrar a transação.

Letra a.

186. (FGV/DPE-MT/CONTADOR/2015) As reservas de capital podem ser utilizadas para as finalidades listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Incorporação de capital.
- b) Pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais, com prioridade no seu recebimento, quando essa vantagem for assegurada pelo estatuto social.
- c) Resgate, reembolso ou compra de ações.
- d) Pagamento de contingências em situação de organização societária.
- e) Absorção de prejuízos, quando esses ultrapassarem as reservas de lucros.



Segundo a Lei n. 6.404/1976 no seu artigo 200, os valores apresentados nas reservas de capital somente poderão ser utilizados para:

- Absorção dos prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- Resgate, reembolso ou compra de ações;
- Resgate de partes beneficiárias;
- Incorporação ao capital social;
- Pagamento de dividendos a ações preferenciais.

A reserva de capital não é utilizada para pagamento de contingências.

Letra d.

187. (FGV/DPE-MT/CONTADOR/2015) De acordo com a Lei n. 11.638/07, assinale a opção que indica a conta que não deve constar do patrimônio líquido de uma empresa brasileira, constituída na forma de sociedade por ações, na data do encerramento do exercício social.

- a) Lucros Acumulados.
- b) Prejuízos Acumulados.
- c) Reservas de Capital.
- d) Ações em tesouraria.
- e) Reserva para Contingências.



Esta questão exige atenção ao enunciado. A Lei n. 11.638/07 alterou a Lei n. 6.404/1976. Uma das alterações foi a mudança da composição do Patrimônio Líquido.

Art. 1º O art. 178 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 178.

d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Antes da mudança na lei era prevista, no patrimônio líquido, a conta lucro ou prejuízo acumulado.

Letra a.

188. (IBFC/SESACRE/CONTADOR/2019) A empresa Alfa iniciou suas atividades em X1 com um capital integralizado pelos sócios em dinheiro no valor de R\$ 950.000,00. No decorrer de X1, as únicas mutações ocorridas no patrimônio líquido da entidade foram um aumento de capital no valor de R\$ 150.000,00 que não foi integralizado no exercício de X1 e, o ingresso de lucros correspondente a 30% do capital inicial. Sabe-se que no final de X1, o Ativo da empresa é de R\$ 1.870.000,00. Analise os registros contábeis e assinale a alternativa correta quanto ao valor do passivo.

- a) R\$ 770.000,00
- b) R\$ 635.000,00
- c) R\$ 1.150.000,00
- d) R\$ 525.000,00



Para responder a questão devemos encontrar o valor do PL e lembrar que, de acordo com a equação patrimonial, o passivo é o Ativo menos o PL. O aumento do capital social com \$ 150.000,00, que não foi integralizado, não irá alterar o valor do PL, pois o fato aumenta a conta capital social e cria a conta redutora do PL, capital a integralizar. O lançamento é o seguinte:

d) Capital a integralizar 150.000 (reduzora do PL)

c) Capital social 150.000 (aumenta o PL)

Assim, o valor do PL é \$1.235.000,00 (não entra o capital social que não foi integralizado), formado pelas seguintes contas:

- Capital integralizado = 950.000,00
- Lucro acumulado = 285.000,00 (30% do capital inicial)

Como o ativo é \$ 1.870.000,00 e o PL é \$ 1.235.000,00; podemos afirmar que o passivo é \$ 635.000,00.

Letra b.

189. (FUMARC/MATOZINHO-MG/FISCAL TRIBUTÁRIO/2016) Dois sócios decidiram constituir uma sociedade, para tanto investiram um total de R\$ 100.000,00 (50% para cada um). No ato da constituição da sociedade, em 24/06/2015, o sócio A integralizou a importância de R\$ 10.000,00 em dinheiro e R\$ 40.000,00 em imóveis; o sócio B integralizou a importância de R\$ 30.000,00 em dinheiro e se comprometeu a integralizar o restante em 30/12/2015. No Balancete de Verificação, de 30/11/2015, as contas Capital Subscrito e Capital Integralizado possuíam os seguintes saldos, respectivamente:

- a) R\$ 80.000,00 e R\$ 100.000,00.
- b) R\$ 100.000,00 e R\$ 20.000,00.
- c) R\$ 100.000,00 e R\$ 80.000,00.
- d) R\$ 100.000,00 e R\$ 100.000,00



Os sócios subscreveram \$ 100.000,00 reais, dando origem à conta capital social subscrito; e integralizaram somente \$ 80.000,00, assim, o patrimônio líquido terá o valor de \$ 80.000,00 e será representado pelas seguintes contas:

Capital social 100.000

Capital a integralizar (20.000)

Letra c.

190. (FUMARC/TJ-MG/CONTADOR/2013) Analise as afirmativas e assinale a INCORRETA.

a) Capital autorizado é uma figura prevista pela Lei 6.404/76 – Lei das S.A. e próprio de Sociedades Anônimas de Capital Aberto (que negociam suas ações em bolsa ou balcão), em que o aumento do capital social pode ser efetuado sem reforma estatutária. O capital autorizado deve constar do estatuto social da companhia.

- b) Capital subscrito é o capital que os acionistas/sócios se comprometem a entregar à pessoa jurídica para sua constituição e/ou aumento do capital social, se já constituída, passando a ser uma obrigação dos sócios/acionistas perante a empresa.
- c) Capital alheio é o montante de recursos de terceiros colocados à disposição de um patrimônio, para o desenvolvimento de suas operações.
- d) Capital a integralizar é a diferença entre o capital subscrito e o capital a realizar. Ocorre quando os acionistas/sócios, por qualquer motivo, integralizam o total do capital subscrito.



Está incorreta a letra “D”. Capital a integralizar é a parcela do capital subscrito que não foi integralizada. É conta redutora do PL.

Letra d.

191. (FUMARC/TJ-MG/CONTADOR/2013) Tendo em vista os saldos abaixo discriminados, à data do balanço, da Cia. São Jorge,

Capital Social: R\$ 600,00

Provisão para Contingências: R\$ 60,00

Alienação de Partes Beneficiárias: R\$ 40,00

Ágio na Emissão de Ações: R\$ 100,00

Ações em Tesouraria: R\$ 30,00

Investimentos em Empresas Controladas: R\$ 140,00

Reserva de Lucros para Expansão: R\$ 120,00

Reserva de Lucros a Realizar: R\$ 170,00

Debêntures Emitidas: R\$ 120,00

O valor do seu patrimônio líquido, de acordo com a Lei n. 6.404/76, é igual a

a) R\$ 1.000,00

b) R\$ 1.140,00

c) R\$ 1.200,00

d) R\$ 1.320,00



Vamos classificar as contas:

Capital Social: R\$ 600,00 = PL

Provisão para Contingências: R\$ 60,00 = passivo

Alienação de Partes Beneficiárias: R\$ 40,00 = PL

Ágio na Emissão de Ações: R\$ 100,00 = PL

Ações em Tesouraria: R\$ 30,00 = redutora do PL

Investimentos em Empresas Controladas: R\$ 140,00 = ativo

Reserva de Lucros para Expansão: R\$ 120,00 = PL

Reserva de Lucros a Realizar: R\$ 170,00 = PL

Debêntures Emitidas: R\$ 120,00 = passivo

Assim, o PL representa o montante de \$ 1.000,00.

Letra a.

192. (FUMARC/PC-MG/PERITO CONTÁBIL/2013) O balanço patrimonial de uma empresa estava assim constituído:

Disponível R\$ 500,00

Ativo Circulante R\$ 3.000,00

Ativo Não Circulante R\$ 10.000,00

Passivo Circulante R\$ 2.000,00

Passivo Não Circulante R\$ 1.500,00

Patrimônio Líquido R\$ 9.500,00

Com base nos dados acima, é CORRETO afirmar que o

- a) capital nominal é de R\$ 9.500,00.
- b) capital próprio é de R\$ 13.000,00.
- c) capital de terceiros é de R\$ 3.500,00.
- d) conjunto de bens disponíveis e realizáveis a curto prazo é de R\$ 3.500,00.



Considerando as informações apresentadas, a estrutura do BP é a seguinte:

ATIVO = 12.000 = capital total da empresa

- Ativo Circulante R\$ 3.000,00
- Ativo Não Circulante R\$ 10.000,00

PASSIVO = 3.500 = capital de terceiros

- Passivo Circulante R\$ 2.000,00
- Passivo Não Circulante R\$ 1.500,00

PL = 9.500 = capital próprio

- Patrimônio Líquido R\$ 9.500,00

Letra c.

193. (CESPE/DPE-RO/TÉCNICO CONTÁBIL/2022) Assinale a opção que mostra o evento que, ao ser registrado por uma contabilidade que utiliza o método das partidas dobradas para registrar os fatos contábeis, altera a situação líquida da empresa.

- a) constituição de reserva de lucro
- b) recebimento de duplicatas
- c) obtenção de empréstimo
- d) compra de estoque a prazo
- e) venda de mercadorias à vista



A situação líquida da empresa normalmente é alterada pela ocorrência de uma receita ou despesa; como é o caso da letra "E". A venda de mercadoria à vista é uma receita que aumenta a situação líquida da empresa em contrapartida do aumento do ativo, na conta caixa. Os demais fatos são fatos permutativos que não alteram o valor da situação líquida.

Letra e.

Em 31/12/15, uma sociedade empresária possuía contas bancárias em três instituições financeiras diferentes. Os saldos na data de fechamento do balanço patrimonial eram os seguintes:

Banco	Saldo em 31/12/15
Banco Alfa	100.000
Banco Beta	50.000
Banco Gama	-20000

194. (FGV/CODEBA/CONTADOR/2016) Assinale a opção que indica como as contas deverão ser evidenciadas no balanço patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/15:

- a) R\$ 130.000 no Ativo Circulante.
- b) R\$ 130.000 no Ativo Realizável a Longo Prazo.
- c) R\$ 150.000 no Ativo Circulante e R\$ 20.000 no Ativo Realizável a Longo Prazo.
- d) R\$ 150.000 no Ativo Circulante e R\$ 20.000 no Passivo Circulante.
- e) R\$ 150.000 no Ativo Realizável a Longo Prazo e R\$ 20.000 no Passivo não Circulante.



A conta banco quando o saldo for devedor (positivo) é um ativo circulante disponível, é sinal que o Banco deve dinheiro para a empresa. A conta banco, com saldo credor (negativo), passa a ser apresentada no passivo, como uma obrigação da empresa junto à instituição financeira. Assim, a empresa tem \$150.000 no ativo circulante e \$ 20.000 no passivo circulante.

Letra d.

195. (FGV/CODEBA/CONTADOR/2016) Em 2015, uma entidade possuía um terreno que era mantido para valorização e venda futura.

Assinale a opção que contém a classificação correta do terreno no balanço patrimonial da entidade.

- a) Ativo Circulante.
- b) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- c) Propriedade para Investimentos.
- d) Ativo Imobilizado.
- e) Ativo Intangível.



Quando a empresa compra um imóvel para aluguel para terceiros ou para valorização e posterior venda, deve classificá-lo como propriedade para investimento, no ativo não circulante.

Letra c.

196. (FGV/SEFIN-RO/TÉCNICO TRIBUTÁRIO/2018) No ano de 2016, a Cia. ABC abriu seu capital por meio da emissão de títulos patrimoniais. Os custos de transação, diretamente atribuíveis à emissão, foram de R\$ 10.000.

Assinale a opção que indica onde foram reconhecidos os custos de transação nas Demonstrações Contábeis, de 31/12/2016, da Cia. ABC.

- a) Na Demonstração do Resultado do Exercício como Outras Despesas Operacionais.
- b) Na Demonstração do Resultado do Exercício como Despesa Financeira.
- c) No Balanço Patrimonial como Despesa Antecipada.
- d) No Balanço Patrimonial como Reserva de Capital.
- e) no Balanço Patrimonial, como redutor do Patrimônio Líquido, na conta Custo com a emissão de Ações.



O custo na emissão de ações deve ser tratado contabilmente da seguinte forma:

- 1 – Antes da venda é reconhecido como despesa antecipada no ativo;
- 2 – Na venda é conta redutora da conta capital social no PL.
- 3 – Se não vender as ações é registrado como despesa na DRE.

Conforme o enunciado a empresa vendeu suas ações, assim o valor será apresentado no PL, como conta redutora.

Letra e.

197. (FGV/SEPOG-RO/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/2017) Uma empresa apresentava, em 31/12/2016, os saldos a seguir.

- Clientes (60 dias): R\$ 50.000;
- Contas a receber (180 dias): R\$ 100.000;
- Fornecedores (540 dias): R\$ 40.000;
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 48.000;
- Estoques previstos para serem vendidos em 90 dias: R\$ 120.000;
- Provisão para Perdas nos Estoques: R\$ 20.000;
- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 60.000;
- Empréstimo a sócio com vencimento em 60 dias: R\$ 35.000;
- Venda para empresa controlada decorrente da atividade operacional da empresa (120 dias): R\$ 70.000;
- Adiantamento de salários de janeiro a empregados: R\$ 46.000;
- Provisão para 13º salário: R\$ 92.000;
- Receita de vendas recebida antecipadamente: R\$ 110.000.
- Computador utilizado na empresa: R\$ 30.000;
- Depreciação acumulada do computador: R\$ 6.000;
- Participação em outras empresas: R\$ 60.000; e
- Fundo de investimento com resgate em 720 dias: R\$ 88.000.

Com base somente nos dados acima, o Ativo Realizável a Longo Prazo, apresentado no Balanço Patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/2016, era de

- a) R\$ 112.000.
- b) R\$ 147.000.
- c) R\$ 171.000.
- d) R\$ 182.000.
- e) R\$ 217.00.



Para responder a questão lembre que o circulante vai até o fim do exercício seguinte, assim, o circulante vai até 31/12/17. O ativo realizável em longo prazo começa no dia 01/01/18.

Vou classificar as contas:

- Clientes (60 dias): R\$ 50.000; AC
- Contas a receber (180 dias): R\$ 100.000; AC
- Fornecedores (540 dias): R\$ 40.000; PNC
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 48.000; 24.000 AC (12 meses) e 24.000 **ARLP** (12meses)
- Estoques previstos para serem vendidos em 90 dias: R\$ 120.000; AC

- Provisão para Perdas nos Estoques: R\$ 20.000; (AC)
- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 60.000; AC
- Empréstimo a sócio com vencimento em 60 dias: R\$ 35.000; **ARLP** (independe do prazo)
- Venda para empresa controlada decorrente da atividade operacional da empresa (120 dias): R\$ 70.000; AC (negócio usual)
- Adiantamento de salários de janeiro a empregados: R\$ 46.000; AC
- Provisão para 13º salário: R\$ 92.000; PC
- Receita de vendas recebida antecipadamente: R\$ 110.000. PC
- Computador utilizado na empresa: R\$ 30.000; Imobilizado
- Depreciação acumulada do computador: R\$ 6.000; (Imobilizado)
- Participação em outras empresas: R\$ 60.000; Investimentos
- Fundo de investimento com resgate em 720 dias: R\$ 88.000. **ARLP**

Somando os saldos, o total do ativo realizável em longo prazo é de 147.000.

- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 48.000; 24.000 AC (12 meses) e 24.000 **ARLP** (12 meses)
- Empréstimo a sócio com vencimento em 60 dias: R\$ 35.000; **ARLP** (independe do prazo, sempre será longo prazo)
- Fundo de investimento com resgate em 720 dias: R\$ 88.000. **ARLP**

Letra b.

198. (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU/ CONTADOR/2016) Uma empresa controladora efetuou um adiantamento, para futuro aumento de capital em sua controlada, vinculado a uma disposição contratual irrevogável pela legislação.

O valor recebido como adiantamento para futuro aumento de capital, com o objetivo de atender à representação fidedigna, deve estar vinculado ao seguinte grupo do Balanço Patrimonial da controlada:

- a) Ativo-Investimentos.
- b) Passivo Circulante
- c) Passivo não Circulante.
- d) Patrimônio Líquido.
- e) Outros resultados abrangentes.



O adiantamento para futuro aumento de capital corresponde aos valores recebidos pela empresa de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados como futuro aporte

de capital. Segundo a resolução CFC 1.159/2009, que aprova o Comunicado Técnico CT 01 – os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que **haja a possibilidade de sua devolução**, devem ser registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. O enunciado da questão deixa claro que o adiantamento é irrevogável, assim, não existe a possibilidade de devolução do dinheiro recebido. O valor será apresentado no patrimônio líquido.

Letra d.

199. (FGV/PREFEITURA DE CUIABÁ-MT/AUDITOR FISCAL/2017) Em 31/12/2015, uma entidade possuía as seguintes contas em seu ativo:

Caixa:	R\$ 100.000,00
Conta Bancária no Banco Alfa:	R\$ 50.000,00
Conta Bancária no Banco Beta:	R\$ 30.000,00
Depósito vinculado à liquidação de empréstimo de curto prazo:	R\$ 80.000,00
Numerário em trânsito decorrente de remessa para filial:	R\$ 40.000,00
Aplicações de curto prazo no mercado financeiro, prontamente conversíveis em caixa e com risco considerável de mudança de valor:	R\$ 60.000,00

Além disso, sabe-se que, na data, o Banco Beta estava em liquidação.

Com base nas contas acima, o saldo das Disponibilidades, em 31/12/2015, foi

- a) R\$ 150.000,00.
- b) R\$ 180.000,00.
- c) R\$ 190.000,00.
- d) R\$ 220.000,00.
- e) R\$ 250.000,00.



O grupo do disponível é composto pelos valores que a empresa pode contar a qualquer momento, normalmente representado pelas contas: caixa, banco e aplicações financeiras de resgate automático onde o risco de perda seja insignificante. Note que o “Banco Beta” está em liquidação, assim, o valor depositado neste banco não é um disponível para a empresa. O montante deve ser classificado como circulante ou realizável a longo prazo, conforme acordo com o banco. A aplicação de curto prazo, mesmo sendo conversível tem risco considerável de perda, assim, a empresa não pode contar com este dinheiro, pois pode perder o investimento. Assim, o disponível totaliza \$ 190.000 representado pelas contas:

Caixa = 100.000,00

Conta Bancária no Banco Alfa = 50.000,00

Numerário em trânsito decorrente de remessa para filial = 40.000,00

Letra c.

200. (FGV/AL-RO/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) Considerando que o valor da obrigação em todas as opções pode ser mensurado com confiabilidade, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que indica a existência um passivo contingente.

- a) Uma entidade que vende produtos eletrônicos estima a porcentagem dos produtos vendidos que irão necessitar de garantia.
- b) Uma entidade contabiliza mensalmente uma parcela do 13º salário de seus funcionários, que será pago em dezembro.
- c) Uma entidade é acionada na justiça por um concorrente por ter copiado sua propaganda e considera a perda remota.
- d) Uma entidade é acionada na justiça por uma pessoa famosa, por uso indevido de imagem, e considera a perda possível.
- e) Uma entidade é acionada na justiça por um vizinho por fazer obra à noite em seu escritório, e considera a perda provável.



O passivo contingente é uma obrigação possível; não será reconhecido no BP, mas será divulgado em notas explicativas.

- a) Errada. Dará origem a uma provisão.
- b) Errada. Dará origem a uma obrigação a pagar.
- c) Errada. Por ser remota, não exige reconhecimento nem divulgação.
- e) Errada. Dará origem a uma provisão.

Letra d.

Em 31/12/2017, uma entidade apresentava os seguintes ativos em seu balanço patrimonial:

Receita de venda recebida antecipadamente: R\$ 40.000;

Clientes com vencimento em 90 dias: R\$ 30.000;

Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 1.500;

Estoques com previsão de venda de 60 dias: R\$ 20.000;

Perdas estimadas com estoque: R\$ 2.000;

Empréstimo a sócio para recebimento em 45 dias: R\$ 9.000;

Caixa e equivalente de caixa: R\$ 23.000;

Empréstimo bancário para pagamento em 120 dias: R\$ 10.000.

201. (FGV/AL-RO/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) Com base nos dados acima, assinale a opção que indica o Ativo Circulante da entidade, em 31/12/2017.

- a) R\$ 69.500
- b) R\$ 71.500
- c) R\$ 78.500
- d) R\$ 109.500
- e) R\$ 118.500



Para responder à questão basta classificar as contas;

Receita de venda recebida antecipadamente: R\$ 40.000 – PC

Clientes com vencimento em 90 dias: R\$ 30.000 – AC

Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 1.500 – Redutora do AC

Estoques com previsão de venda de 60 dias: R\$ 20.000 – AC

Perdas estimadas com estoque: R\$ 2.000 – Redutora do AC

Empréstimo a sócio para recebimento em 45 dias: R\$ 9.000 – ARLP

Caixa e equivalente de caixa: R\$ 23.000 – AC

Empréstimo bancário para pagamento em 120 dias: R\$ 10.000 – PC

Então o AC será de R\$ 69.500:

- Clientes com vencimento em 90 dias: R\$ 30.000
- Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: (R\$ 1.500)
- Estoques com previsão de venda de 60 dias: R\$ 20.000
- Perdas estimadas com estoque: (R\$ 2.000)
- Caixa e equivalente de caixa: R\$ 23.000

Letra a.

202. (FGV/AL-RO/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) Assinale a opção que indica, no Balanço Patrimonial de uma entidade, as contas classificadas como Disponibilidades.

- a) Conta especial de cobrança e numerário em trânsito decorrente de remessas para filiais.
- b) Saldos de contas em bancos em liquidação e conta movimento.
- c) Depósitos bloqueados e depósitos vinculados à liquidação de empréstimo.
- d) Conta especial para pagamento e saldos de contas em bancos em liquidação.
- e) Conta movimento e depósitos vinculados para liquidação de contratos de câmbio.



O disponível é composto pelos valores que a empresa pode contar no seu fluxo de caixa naquele momento. As principais contas do disponível são:

- Caixa.
- Conta banco conta movimento, como é o caso da conta de cobrança.
- Aplicações financeiras de liquidez imediata (prazo máximo até 90 dias), que são prontamente conversíveis em dinheiro e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Numerários em trânsito.

Letra a.

Uma entidade apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial, de 31/12/2017:

- caixa: R\$ 50.000;
- depósitos vinculados para liquidação de importações: R\$15.000;
- depósitos com restrição de movimentação por força de cláusula contratual de financiamento: R\$ 20.000;
- aplicações no mercado financeiro, com prazo de 2 meses, e com risco insignificante de mudança de valor: R\$ 30.000.

203. (FGV/AL-RO/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) Assinale a opção que indica o saldo da conta Disponibilidades, em 31/12/2017.

- a) R\$ 80.000.
- b) R\$ 85.000.
- c) R\$ 95.000.
- d) R\$ 100.000.
- e) R\$ 115.000.



O disponível é composto pelos valores que a empresa pode contar no seu fluxo de caixa naquele momento; inclusive as aplicações financeiras de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em dinheiro, com prazo máximo de aplicação de 90 dias, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O disponível é composto pela conta caixa e pelas aplicações financeiras de 2 meses.

Letra a.

204. (FGV/COMPESA/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) Em relação à classificação contábil dos ativos de uma entidade, assinale a afirmativa correta.

- a) Os direitos autorais sobre um livro, adquiridos por uma editora com prazo de três anos, devem ser classificados como ativo circulante.
- b) O empréstimo obtido por uma empresa de consultoria, para pagamento em dois anos, deve ser classificado como ativo realizável a longo prazo.

- c) O terreno adquirido por uma fábrica, destinado à valorização, deve ser classificado como propriedade para investimento.
- d) Os carros de uma revendedora de veículos devem ser classificados como ativo imobilizado.
- e) Os professores de uma instituição de ensino devem ser classificados como ativo intangível.



Vamos analisar os fatos:

- a) Errada. Direitos autorais com prazo maior que 1 ano serão classificados no intangível; se o prazo for menor que 1 ano pode ser registrado como despesa direta.
- b) Errada. Empréstimos obtidos é uma obrigação, será classificado no passivo não circulante e não no ativo.
- c) Certa. Os imóveis para aluguel e para valorização são considerados propriedades para investimento
- d) Errada. Carros de revendedora são classificados como estoque, no ativo circulante.
- e) Errada. Os professores são empregados; o capital intelectual dos professores poderá ser registrado no intangível, desde que tenham sido feitos os contratos de exploração do capital pela instituição de ensino.

Letra c.

205. (FGV/CAMARA DE SALVADOR/CONTROLADOR INTERNO/2018) Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.

No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- a) tratar como resultado de exercícios futuros;
- b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- c) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;
- d) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- e) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.



Quando uma obrigação for provável e puder ser mensurada, mesmo que por estimativa, a empresa deve reconhecer uma provisão no passivo e divulgar uma nota explicativa sobre ela.

Letra b.

206. (FGV/MPE-AL/CONTADOR/2018) Um empregado de determinada entidade entrou na justiça cobrando horas extras não remuneradas, no total de R\$ 50.000. Os consultores jurídicos da entidade consideram que o risco de perda é remoto.

Em relação ao fato, assinale a opção que indica o correto procedimento da entidade.

- a) Reconhecimento de passivo circulante.
- b) Reconhecimento de passivo não circulante.
- c) Reconhecimento de despesa.
- d) Divulgação em nota explicativa.
- e) Não deve haver reconhecimento nem divulgação.



Quando a possibilidade de pagamento de uma contingência for remota, a empresa não precisa reconhecer no passivo e nem divulgar em notas explicativas a situação.

Letra e.

207. (FGV/MPE-AL/AUDITOR DE CONTAS/2018) Sobre os ativos contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.
- d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.
- e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.



A entidade não deve reconhecer no BP um ativo contingente, entretanto, a empresa deve anualmente revisar a classificação dos ativos contingentes para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis, seja no ativo, quando praticamente certo, nas notas explicativas, quando provável, ou até mesmo deixar de ser divulgado em notas explicativas, quando for possível ou remoto o ganho.

Letra d.

208. (FGV/AL-MT/CONTADOR/2013) Assinale a alternativa que indica as contas que representam componentes patrimoniais das origens dos recursos, por sua natureza de saldo.

- a) Caixa, aplicações financeiras e estoques para revenda.

- b) Capital social, debêntures emitidas e juros ativos.
- c) Instrumentos financeiros ativos, salários a pagar e impostos a recuperar.
- d) Receita de venda, imóveis para renda e perda na alienação de bens.
- e) Custo de mercadoria vendida, fornecedores e impostos a recolher.



As origens de recursos são representadas pelas contas do passivo, do patrimônio líquido, das receitas e das redutoras do ativo. São origens de recursos as contas apresentadas na letra "B", capital social é do PL; debêntures emitidas é do passivo e juros ativos é uma receita. Vou classificar todas as contas:

- Caixa – ativo – aplicação
- Aplicações financeiras – ativo – aplicação
- Estoques para revenda – ativo – aplicação
- Capital social – PL – origem
- Debêntures emitidas – passivo – origem
- Juros ativos – Receita – origem
- Instrumentos financeiros ativos – ativo – aplicação
- Salários a pagar – passivo – origem
- Impostos a recuperar – ativo – aplicação
- Receita de venda – receita – origem
- Imóveis para renda – ativo – aplicação
- Perda na alienação de bens – despesa – aplicação
- Custo de mercadoria vendida – despesa – aplicação
- Fornecedores – passivo – origem
- Impostos a recolher – passivo – origem

Letra b.

209. (FGV/COMPESA/TÉCNICO CONTÁBIL/2018) Assinale a opção que indica uma característica essencial para a existência de um passivo em uma entidade.

- a) Obrigação presente.
- b) Obrigação futura.
- c) Mensuração precisa.
- d) Prazo de realização conhecido.
- e) Expectativa de futuros benefícios financeiros.



O passivo representa as obrigações presentes da empresa, é o exigível dela. Ele pode ser mensurado por estimativas, como é o caso das provisões para pagamentos.

Letra a.

210. (FGV/COMPESA/CONTADOR/2016) De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que indica os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira de uma sociedade empresária.

- a) Receitas, despesas e resultado do período.
- b) Caixa e equivalente a caixa, clientes e contas a receber.
- c) Ativos contingentes, passivos contingentes e patrimônio líquido.
- d) Ativo não circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
- e) Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido.



Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Lembre-se que as receitas e despesas são os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado.

Letra e.

211. (FGV/AL-RO/CONTADOR/2018) Uma entidade comprou um terreno ao lado de uma obra do metrô, com o intuito de valorização.

Assinale a opção que indica a correta classificação do terreno no balanço patrimonial da entidade.

- a) Ativo realizável a longo prazo.
- b) Ativo não circulante mantido para venda.
- c) Propriedade para investimento.
- d) Ativo imobilizado.
- e) Ativo intangível.



O terreno é um bem da empresa, como ela comprou o terreno para valorização, ele será apresentado no ativo como uma propriedade para investimento.

Letra c.

212. (FGV/MPE-AL/CONTADOR/2018) Na elaboração do Balanço Patrimonial de uma entidade, o imposto sobre a renda diferido, quando ativo, deve ser contabilizado

- a) sempre como ativo circulante.
- b) sempre como ativo realizável a longo prazo.

- c) sempre como investimento.
- d) como ativo circulante ou ativo realizável a longo prazo.
- e) sempre como ativo circulante ou investimento.



O Imposto de Renda diferido representa os valores do imposto de renda e da contribuição social a recuperar em períodos futuros com relação a diferenças temporárias dedutíveis ou para compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados. É um direito da empresa oriundo da legislação tributária. Segundo as normas, especialmente o CPC 26, o IR diferido não deve ser classificado como ativo circulante ou passivo circulante; assim, será apresentado no realizável a longo prazo ou no passivo não circulante.

Letra b.

213. (FGV/SEPOG-RO/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/2017) Em relação aos ativos de uma empresa, assinale a opção correta.

- a) O ativo não circulante é formado por realizável a longo prazo e permanente.
- b) O ativo permanente é formado por investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
- c) Todos os itens que compõem o ativo imobilizado devem passar pelo teste de recuperabilidade, caso haja indício de perda.
- d) Os itens que compõem o ativo intangível devem ser mensurados pelo valor justo.
- e) Entre os investimentos estão as participações societárias permanentes no capital social de outras sociedades e as ações em tesouraria da empresa.



- a) Errada. Não existe o subgrupo “permanente”.
- b) Errada. Não existe o subgrupo “permanente”.
- c) Certa. Os imobilizados sofrerão o teste de recuperabilidade para ver se eles não estão desvalorizados.
- d) Errada. O intangível será registrado pelo custo original.
- e) Errada. Ações em tesouraria não é investimento; é conta redutora do PL.

Letra c.

214. (FGV/CÂMARA DE SALVADOR-BA/CONTADOR/2017) Uma sociedade empresária especializada em consultoria contábil tem sede em Belo Horizonte. A empresa abre uma filial em Salvador e transfere alguns gerentes para trabalharem na nova filial. Os gerentes alugam apartamentos em um prédio pertencente à empresa, localizado na mesma rua. Assinale a opção que indica o correto reconhecimento contábil dos apartamentos alugados pelos gerentes no balanço patrimonial da sociedade empresária.

- a) Ativo circulante.
- b) Ativo realizável a longo prazo.
- c) Ativo imobilizado.
- d) Propriedades para Investimento.
- e) Ativo Intangível.



Quando a empresa adquire imóveis para alugar aos diretores e empregados, estes imóveis serão classificados como IMOBILIZADO. Pois serão parte das necessidades operacionais da empresa.

Letra c.

215. (FGV/COMPESA/CONTADOR/2016) Assinale a opção que indica um passivo não circulante no balanço patrimonial de uma empresa em 31/12/2015.

- a) Honorários a serem pagos ao diretor em fevereiro de 2016.
- b) Contas a pagar à empresa coligada, com vencimento em junho de 2016.
- c) Empréstimos de empresa coligada, com vencimento em maio de 2016.
- d) Causa judicial de perda considerada possível, julgada em novembro de 2015.
- e) Provisão para imposto sobre a renda diferido passivo, que deverá ser realizada em 2016.



Passivo não circulante são todas as obrigações que serão liquidadas após o término do exercício social seguinte. Assim, considerando dia 31/12/15 serão as obrigações com liquidação em 2017. Existe a exceção que é a conta Provisão para Imposto de Renda Diferido passivo. A Provisão para Imposto de Renda diferido passivo representa os valores do imposto de renda e da contribuição social a pagar em períodos futuros com relação a diferenças temporárias dedutíveis ou para compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados. É uma obrigação da empresa oriunda da legislação tributária. Segundo as normas, especialmente o CPC 26, o IR passivo diferido não deve ser classificado como ativo circulante; assim, será apresentado no passivo não circulante, independentemente do prazo.

Letra e.

216. (FGV/CODEBA/CONTADOR/2016) Em 31/12/2015 uma empresa locadora de carros possuía em seu Balanço Patrimonial três carros.

O primeiro tinha valor contábil de R\$ 60.000 e era utilizado pelo diretor da empresa em seu deslocamento.

O segundo tinha valor contábil de R\$ 40.000 e era utilizado para aluguel.

O terceiro tinha valor contábil de R\$ 30.000 e estava à venda.

Assinale a opção correta sobre o Balanço Patrimonial da empresa em 31/12/2015:

- a) O ativo circulante era de R\$ 70.000.
- b) As propriedades para investimento eram de R\$ 40.000.
- c) As propriedades para investimento eram de R\$ 70.000.
- d) O ativo imobilizado era de R\$ 100.000.
- e) O ativo imobilizado era de R\$ 130.000.



Note que a empresa é uma locadora de veículos, assim, veículos alugados fazem parte de suas atividades normais. O primeiro e o segundo veículos são imobilizados, \$ 100,000; o terceiro veículo é estoque, \$ 30.000, no ativo circulante.

Letra d.

217. (FGV/CODEBA/CONTADOR/2016) Assinale a opção que indica um Passivo Circulante.

- a) Salários pagos no exercício anterior.
- b) Dividendos reconhecidos no exercício anterior e que deverão ser pagos no presente exercício.
- c) Causa judicial cuja perda é considerada possível no presente exercício.
- d) Empréstimo obtido de sócio da empresa para pagamento em três anos.
- e) Dívida com fornecedores a ser paga em dois anos.



No passivo circulante serão classificadas as obrigações que se liquidarão no exercício seguinte. A única obrigação circulante são os dividendos a pagar no exercício corrente.

Letra b.

218. (FGV/SEFIN-RO/AUDITOR FISCAL/2018) Uma sociedade empresária precisava comprar computadores para seus funcionários, de modo a expandir seus negócios. Para isso, ela contratou um especialista para indicar qual seria o melhor modelo. Por esse serviço pagou R\$ 2.000.

Após definido o modelo, ela comprou os computadores, cujo preço era R\$ 200.000. Como a compra era grande, conseguiu um desconto de 10% sobre o valor.

O frete para receber os computadores foi de R\$ 1.000. Além disso, para receber os computadores em segurança, contratou um seguro no valor de R\$ 500.

Quando os computadores chegaram à sociedade empresária, ela gastou R\$ 10.000, com um programa antivírus anual, e, R\$ 12.000, com os programas básicos essenciais para o

funcionamento. Além disso, ofereceu um treinamento para seus funcionários, que custou R\$ 5.000.

Depois de concluído o treinamento, a sociedade empresária ofereceu uma festa para promover a expansão, na qual gastou R\$ 20.000. Além disso, gastou R\$ 14.000 em publicidade, com base na compra dos novos computadores.

A partir das informações acima, assinale a opção que indica o acréscimo no ativo da empresa com a compra dos computadores.

- a) R\$ 181.000.
- b) R\$ 193.500.
- c) R\$ 198.500.
- d) R\$ 208.500.
- e) R\$ 210.500.



Lembre-se que entra no custo de um ativo tudo o que for gasto para deixá-lo em condições de uso, ou seja, aquilo que é necessário para o ativo estar em condições de uso; os gastos complementares não são relacionados como custo do bem. Como exemplos de custos diretamente atribuíveis ao ativo podemos citar: Custos de preparação do local; custos de frete, seguro e de manuseamento; custos de instalação/montagem e gastos com testes de funcionamento

Desta forma o custo do ativo será de:

Valor da compra = 200.000,

(+) Frete = 1.000,

(+) Seguro 500,

(+) gasto com programas para funcionamento = 12.000,

(-) Desconto = 20.000,

= Custo total = 193.500,

Letra b.

219. (FGV/SEFIN-RO/TÉCNICO TRIBUTÁRIO/2018) Em 31/12/2016, o passivo da Cia. K apresentava a seguinte composição:

Passivo em 31/12/2016	85.000
Passivo Circulante	55.000
Salários a pagar (10/01/2017)	15.000
Fornecedores (15/06/2017)	40.000
Passivo não Circulante	30.000
Contas a pagar (10/10/2018)	30.000

Na sociedade empresária, em 2017, aconteceram os seguintes fatos:

- Um funcionário entrou na justiça contra a empresa pedindo R\$ 10.000 por horas extras não pagas. O caso deve ser julgado em março de 2018. Os advogados da empresa consideram as chances de perda possíveis.
- Um dos sócios da empresa concede um empréstimo para a própria empresa no valor de R\$ 20.000, para pagamento em 05/06/2018.
- A despesa de salários de dezembro, a ser paga em 05/01/2018, é de R\$ 18.000.

Além disso, todos os prazos de pagamento foram cumpridos pela empresa.

Assinale a opção que indica, em 31/12/2017, o valor do passivo circulante da Cia. K.

- a) R\$ 38.000.
- b) R\$ 48.000.
- c) R\$ 58.000.
- d) R\$ 68.000.
- e) R\$ 78.000.



O macete da questão é identificar que as dívidas de 2018, em 31/12/17 serão tratadas como passivo circulante e que empréstimos recebidos de sócios devem ser tratados como exigíveis normais, diferentemente de empréstimo concedido aos sócios que é ativo realizável em longo prazo. O enunciado destacou que as dívidas que existiam no PC foram pagas e que a contingência é considerada “possível”. Assim, basta retirar as dívidas existentes e lembrar que a contingência possível é divulgada em notas explicativas.

Desta forma o PC será composto pelas seguintes contas:

Empréstimo a pagar (sócio) = 20.000

Salários a pagar (dezembro) = 18.000

Contas a pagar (passivo não circulante que passou a ser passivo circulante) = 30.000

Total do passivo circulante = 68.000

Letra d.

220. (QUADRIX/JATAÍ-GO/AUDITOR DE CONTROLE INTERNO/2019) São contas do patrimônio líquido

- a) as reservas de capital, as reservas de lucros, as debêntures conversíveis e os prejuízos acumulados.
- b) as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os prejuízos acumulados e os resultados de exercícios futuros.

- c) o ativo diferido, as ações em tesouraria, os ajustes de avaliação patrimonial e as debêntures conversíveis.
- d) as reservas de capital, as ações em tesouraria, os ajustes de avaliação patrimonial e os resultados de exercícios futuros.
- e) as reservas de capital, as reservas de lucros, as ações em tesouraria e os ajustes de avaliação patrimonial.



Segundo a Lei n. 6.404-76 a composição do patrimônio líquido é a seguinte:

- a) Capital Social.
- b) Reservas de Capital.
- c) Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- d) Reservas de Lucros.
- e) Ações em Tesouraria.
- f) Prejuízos Acumulados.

Letra e.

221. (FGV/PC-RN/AGENTE/2021) No Balanço Patrimonial, as contas do Ativo são organizadas em dois grandes grupos, de acordo com o prazo de realização destas no ciclo operacional da entidade.

Em geral, itens adquiridos para estoque com o objetivo de comercialização devem ser classificados como:

- a) ativo circulante;
- b) ativo realizável a longo prazo;
- c) custo das mercadorias vendidas;
- d) despesas antecipadas;
- e) investimentos.



A classificação do ativo em circulante ou não circulante tem relação com o prazo de realização do elemento. O CPC trata do assunto da seguinte forma:

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou

d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03. Assim, um ativo que será realizado dentro do ciclo operacional, que normalmente é o exercício social, será classificado como ativo circulante.

Letra a.

222. (FGV/IMBEL/CONTADOR/2021) O Balanço Patrimonial de uma entidade apresentava, em 31/12/X0, os saldos a seguir.

- Crédito Fiscal: R\$ 40.000;
- Passivo contingente: R\$ 25.000;
- Empréstimo bancário: R\$ 50.000;
- Despesa antecipada de salários: R\$ 15.000;
- Fornecedores: R\$ 30.000;
- Disponibilidades: R\$ 34.000.

Com base nos saldos apresentados, assinale a opção que indica o valor do passivo da entidade, na data.

- a) R\$ 80.000
- b) R\$ 95.000
- c) R\$ 105.000
- d) R\$ 120.000
- e) R\$ 135.000



As contas do passivo são:

- Empréstimo bancário: R\$ 50.000;
- Fornecedores: R\$ 30.000;

A conta “passivo contingente” deve ser divulgada em notas explicativas, não sendo reconhecida no balanço patrimonial.

Letra a.

223. (FGV/IMBEL/CONTADOR/2021) Em 31/12/X0, uma empresa apresentava, em seu Balanço Patrimonial, um edifício. O prédio estava desocupado, mas era mantido pela empresa para ser arrendado no futuro, em um arrendamento operacional. Assinale a opção que indica a classificação correta do edifício no Balanço Patrimonial.

- a) Ativo imobilizado.
- b) Patrimônio líquido.
- c) Ativo realizável a longo prazo.
- d) Propriedade para investimento.
- e) Ativo não circulante mantido para venda.



Ativos que a empresa possui com o objetivo de alugar, como é o caso de um edifício para arrendamento futuro, deverão ser classificados como propriedade para investimento, dentro do sub grupo investimentos, no ativo não circulante.

Letra d.

224. (FCC/SABESP/CONTADOR/2018) Em 31/12/2016 a Cia. das Flores apresentava os seguintes saldos para as contas componentes do seu Patrimônio Líquido:

- Capital Social R\$ 500.000,00
- Reservas de Capital R\$ 50.000,00
- Reservas de Lucros R\$ 300.000,00
- Ações em Tesouraria R\$ 100.000,00

Durante o ano de 2017 ocorreram os seguintes fatos relacionados com a empresa:

1. Apurou Lucro Líquido de R\$ 180.000,00.
2. Recebeu em doação um terreno no valor de R\$ 60.000,00, com restrições a serem cumpridas pela empresa.
3. Distribuiu dividendos no valor de R\$ 45.000,00.
4. Constituiu Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 30.000,00.
5. Vendeu todas as Ações em Tesouraria por R\$ 120.000,00.

Após o registro destas transações, o Patrimônio Líquido da Cia. das Flores era, em reais,

- a) 1.105.000,00.
- b) 1.005.000,00.
- c) 930.000,00.
- d) 1.085.000,00.
- e) 1.065.000,00.



Para responder à questão basta analisar as variações que ocorreram no PL; lembre-se que ações em tesouraria é conta redutora.

Saldo inicial = 750.000

(+) lucro líquido = 180.000

(-) dividendos distribuídos = 45.000

(+) venda ações em tesouraria = 120.000

O recebimento do terreno como doação é registrado no passivo como receita antecipada, pois existem algumas restrições a serem cumpridas, ou seja, a empresa tem obrigações; já a formação de reservas de lucros não altera o valor do PL.

Letra b.

225. (FCC/TJ-MA/CONTADOR/2019) Durante o mês de dezembro de 2018 a Cia. Polônia realizou as seguintes transações:

I – Compra à vista de máquina destinada à produção.

II – Pagamento à vista para ter o direito de uso de determinada marca por 8 anos.

III – Compra à vista de máquinas destinadas à revenda.

IV – Pagamento de adiantamento a fornecedor para que este entregue mercadorias para a empresa em fevereiro de 2019.

Na divulgação do seu Balanço Patrimonial, em 31/12/2018, a Cia. Polônia classificou as transações I, II, III e IV, respectivamente, como ativo

a) circulante, ativo circulante, ativo não circulante e ativo circulante.

b) não circulante, ativo não circulante, ativo circulante e passivo circulante.

c) não circulante, ativo circulante, ativo circulante e passivo circulante.

d) não circulante, ativo não circulante, ativo não circulante e ativo circulante.

e) não circulante, ativo não circulante, ativo circulante e ativo circulante.



Vamos analisar os fatos:

I – Compra à vista de máquina destinada à produção – a máquina será apresentada no imobilizado – ativo não circulante.

II – Pagamento à vista para ter o direito de uso de determinada marca por 8 anos – o direito de uso é um intangível – ativo não circulante.

III – Compra à vista de máquinas destinadas à revenda – as máquinas para revenda será apresentadas no estoque – ativo circulante.

IV – Pagamento de adiantamento a fornecedor para que este entregue mercadorias para a empresa em fevereiro de 2019 – o adiantamento para fornecedor é um crédito – ativo circulante.

Letra e.

226. (FCC/TJ-MA/CONTADOR/2019) As contas constantes no balancete de verificação da empresa ACM, em 31/12/2018, apresentavam os saldos da tabela a seguir, com os valores expressos em reais:

Caixa 10.000

Fornecedores 13.000

Clientes 10.000

Empréstimos 30.000

Adiantamentos de clientes 5.000

Estoques 15.000

Veículos 40.000

Depreciação acumulada – veículos 12.000

Capital social 17.000

Adiantamentos a fornecedores 7.000

Salários a pagar 5.000

Com base nessas informações, o total do

- a) ativo era R\$ 63.000,00.
- b) passivo (capitais de terceiros) era R\$ 53.000,00.
- c) passivo (capitais de terceiros) era R\$ 60.000,00.
- d) ativo era R\$ 68.000,00.
- e) passivo (capitais de terceiros) era R\$ 55.000,00.



Classificando as contas dentro da estrutura do BP apuraremos os seguintes valores:

Ativo = 70.000

- Caixa 10.000
- Clientes 10.000
- Estoques 15.000
- Veículos 40.000
- Depreciação acumulada – veículos (12.000)
- Adiantamentos a fornecedores 7.000

Passivo = 53.000

- Fornecedores 13.000
- Empréstimos 30.000
- Adiantamentos de clientes 5.000
- Salários a pagar 5.000

PL = 17.000

- Capital social 17.000

Letra b.

227. (FCC/SANASA/CONTADOR/2019) A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) 26 (R5) dispõe sobre a apresentação das demonstrações contábeis, dentre as quais o Balanço Patrimonial. Segundo a referida norma o Balanço Patrimonial deve ser classificado como Circulante e Não Circulante. Para que uma conta seja considerada ATIVO CIRCULANTE, considere:

I – A empresa tem a intenção de realizar determinado bem no percurso normal de seu ciclo operacional.

II – A empresa almeja vender ou consumir determinado bem no percurso normal de seu ciclo operacional.

III – Sua realização é esperada em até 24 meses.

IV – O bem está mantido na empresa basicamente com a finalidade de ser negociado.

Está correto o que consta APENAS de

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) I e III.



Segundo o norma que trata da estrutura das demonstrações contábeis, ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço;
- é caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Desta forma o item III está errado.

Letra a.

228. (FCC/SEGEF-MA/CONTADOR/2018) A empresa Sucesso S.A., durante o exercício social de 2017, apresentou os saldos nas contas abaixo, faltando apenas o saldo das despesas com vendas e das administrativas do período.

Caixa e Equivalentes de Caixa 45.000,00

Perdas por Impairment Acumuladas 10.000,00

Contas a Pagar 60.000,00

Máquinas e Equipamentos 115.000,00

Receita de Vendas 120.000,00

Estoque 25.000,00

Capital Social 100.000,00

Impostos a Pagar 30.000,00

Custo das Mercadorias Vendidas 40.000,00

Depreciação Acumulada 25.000,00

Prejuízos Acumulados 5.000,00

Contas a Receber 65.000,00

Ações em Tesouraria 35.000,00

Com base nas informações acima, o total do Patrimônio Líquido do período era, em reais,

- a) 60.000,00.
- b) 130.000,00.
- c) 125.000,00.
- d) 160.000,00.
- e) 195.000,00.



O pega da questão está na enunciado, note que a banca pede a resposta com base nas informações apresentadas, dessa forma, considerando que o PL é o resíduo patrimonial podemos encontrar o seu valor pela equação: $PL = \text{ativo} - \text{passivo}$, para isto basta classificar as contas patrimoniais.

Ativo = 215.000

- Caixa e Equivalentes de Caixa 45.000,00
- Perdas por Impairment Acumuladas (10.000,00)
- Máquinas e Equipamentos 115.000,00
- Estoque 25.000,00
- Depreciação Acumulada (25.000,00)
- Contas a Receber 65.000,00

(-) Passivo = 90.000

- Contas a Pagar 60.000,00
- Impostos a Pagar 30.000,00

(=) Patrimônio líquido = 125.000

Letra c.

229. (FCC/SEFAZ-SC/AFRE/2021) As informações sobre os processos judiciais que uma determinada empresa está respondendo são apresentadas na tabela a seguir:

Nº do Processo	31/12/2019	31/12/2020	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
1	R\$ 800.000,00	Provável	R\$ 680.000,00
2	R\$ 310.000,00	Possível	R\$ 230.000,00
3	–	Provável	R\$ 150.000,00
4	–	Remota	R\$ 210.000,00

Com base nas informações acima, o impacto total reconhecido no resultado da empresa no ano de 2020, decorrente destes processos judiciais, foi

- uma perda de R\$ 150.000,00.
- um ganho de R\$ 280.000,00.
- um ganho de R\$ 200.000,00.
- um ganho de R\$ 120.000,00.
- uma perda de R\$ 30.000,00.



Lembre-se que somente são reconhecidas no passivo as provisões prováveis. Vamos analisar os processos individualmente:

Processo 1 – era provável o pagamento de \$ 800.000, contudo, o valor diminuiu para \$ 680.000; a empresa vai reconhecer uma receita com reversão de provisão de 120.000.

Processo 2 – era uma provisão para pagamento de 310.000, contudo, foi reclassificado como possível; assim, a empresa não registrará a obrigação; só divulgará em notas explicativas. Neste caso, a empresa vai reconhecer uma receita com reversão de provisão de 310.000.

Processo 3 – é provável o pagamento de \$ 150.000; a empresa deve registrar uma despesa de 150.000.

Processo 4 – é remoto, não reconhece e nem divulga.

Desta forma, na DRE o resultado será uma perda de \$ 280.000, $(120.000 + 310.000 - 150.000)$

Letra b.

230. (FCC/SEFAZ-AP/AFRE/2022) A Cia. Geada possuía a seguinte estrutura patrimonial em 31/12/2020:

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	<u>450.000</u>	Passivo Circulante	<u>230.000</u>
Caixa e Equivalentes de caixa	180.000	Fornecedores	230.000
Duplicatas a receber de clientes	220.000		
Estoque	50.000		
Ativo Não Circulante	<u>100.000</u>	Patrimônio Líquido	<u>320.000</u>
Imobilizado (Imóvel X)	150.000	Capital social	320.000
(-) Depreciação acumulada (Imóvel X)	(50.000)		
Total do Ativo	550.000	Total do Passivo + PL	550.000

Durante o ano 2021, a Cia. Geada realizou as seguintes transações:

- Venda do imóvel X em 01/01/2021 por R\$ 120.000,00, à vista
- Pagamento a Fornecedores no valor de R\$ 110.000,00
- Recebimento de Duplicatas a Receber de clientes no valor de R\$ 80.000,00
- Aquisição, em 01/07/2021, de imobilizado no valor de R\$ 70.000,00, sendo 50% à vista e o restante para ser pago em 2022, sem juros. O imobilizado começou a ser utilizado na data da compra, a vida útil estimada do bem é 5 anos e o valor residual esperado é R\$ 10.000,00. A empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação
- Recompra de ações de sua própria emissão, em 31/10/2021, com pagamento à vista no valor de R\$ 30.000,00
- Pagamento antecipado ao Fornecedor Gama, no valor de R\$ 60.000,00, por mercadorias a serem entregues em dezembro de 2021
- Recebimento antecipado do cliente Antônio, no valor de R\$ 100.000,00, para que a Cia. lhe entregue produtos em dezembro de 2021
- Recebimento das mercadorias pagas antecipadamente ao Fornecedor Gama
- Entrega em dezembro das mercadorias ao cliente Antônio. O custo das mercadorias entregues foi de R\$ 65.000,00.

Após o reconhecimento das transações acima, o valor total do Ativo da Cia. Geada era, em reais,

- a) 494.000,00.
- b) 500.000,00.
- c) 554.000,00.
- d) 529.000,00.
- e) 548.000,00.



Esta questão é boa para analisar o impacto dos fatos no balanço patrimonial, basta aplicar a teoria claudiana: identificar, classificar e compreender. Para resolver a questão vamos pegar o valor inicial do ativo e registrar o impacto de cada operação nele, para isto, vamos analisar os fatos um a um e o seu impacto:

1 – Venda do imóvel X em 01/01/2021 por R\$ 120.000,00, à vista.

A empresa vendeu um imóvel com valor patrimonial de \$ 100.000,00 (\$ 150.000 – \$50.000) por \$ 120.000,00, então o ativo aumentou em \$ 20.000,00

O lançamento contábil é o seguinte:

d) Caixa 120.000 = aumenta o ativo

d) Depreciação acumulada 50.000 = aumenta o ativo, deixou de existir uma conta redutora.

c) Outras receitas – ganho na venda de imóvel 20.000 = Receita que aumenta o resultado do exercício.

c) Imóvel 150.000 = diminui o ativo.

2 – Pagamento a Fornecedores no valor de R\$ 110.000,00

O pagamento irá diminuir o ativo em \$ 110.000, pela saída do dinheiro, e o passivo, pela liquidação da dívida.

O lançamento contábil é o seguinte:

d) Fornecedores 110.000 = diminui o passivo

c) Caixa 110.000 = diminui o ativo

3 – Recebimento de Duplicatas a Receber de clientes no valor de R\$ 80.000,00

O fato não altera o valor do ativo, pois entrou \$ 80.000 em dinheiro, mas diminuiu o saldo de duplicatas a receber.

O lançamento contábil é o seguinte:

d) Caixa 80.000 = aumenta o ativo

c) Duplicatas a receber 80.000 = diminui o ativo

4- Aquisição, em 01/07/2021, de imobilizado no valor de R\$ 70.000,00, sendo 50% à vista e o restante para ser pago em 2022, sem juros. O imobilizado começou a ser utilizado na data da compra, a vida útil estimada do bem é 5 anos e o valor residual esperado é R\$ 10.000,00. A empresa utiliza o método das cotas constantes para cálculo da depreciação. A aquisição do imobilizado vai aumentar o ativo em \$ 35.000,00, pela entrada do bem de \$ 70.000,00 e a saída de \$ 35.000,00 do caixa; o passivo aumentará em \$ 35.000,00 pelo registro da obrigação.

O registro contábil é o seguinte:

d) Imobilizado 70.000 = aumenta o ativo

c) Caixa 35.000 = diminui o ativo

c) Contas a pagar – 35.000 = aumenta o passivo

Neste fato também devemos calcular a depreciação pelo uso nos 6 meses de 2021. Como a depreciação anual é de \$ 12.000; $(70.000 - 10.000) / 5$ anos, a despesa com depreciação de 6 meses irá diminuir o ativo em \$ 6.000,00 na conta depreciação acumulada.

O registro contábil é o seguinte:

d) Despesa com depreciação 6.000 = Despesa que diminui o resultado do exercício.

c) Depreciação acumulada 6.000 = diminui o ativo

5 – Recompra de ações de sua própria emissão, em 31/10/2021, com pagamento à vista no valor de R\$ 30.000,00

Este fato diminuirá o ativo em \$ 30.000,00 pela saída do dinheiro e irá diminuir o PL na conta "ações em tesouraria, conta redutora do PL.

O registro contábil é o seguinte:

d) Ações em tesouraria 30.000 = conta redutora que diminui o PL

c) Caixa 30.000 = diminui o ativo

6 – Pagamento antecipado ao Fornecedor Gama, no valor de R\$ 60.000,00, por mercadorias a serem entregues em dezembro de 2021

O pagamento antecipado das mercadorias não afeta o valor do ativo, sairá o dinheiro e entrará o direito de receber as mercadorias.

O registro contábil é o seguinte:

d) Adiantamento a fornecedor 60.000 = aumenta o ativo

c) Caixa 60.000 = diminui o ativo

7 – Recebimento antecipado do cliente Antônio, no valor de R\$ 100.000,00, para que a Cia. lhe entregue produtos em dezembro de 2021

O recebimento antecipado de clientes irá aumentar o ativo, na conta caixa, e o passivo, na conta adiantamento de clientes, em \$100.000,00

O registro contábil é o seguinte:

d) Caixa 100.000 = aumenta o ativo

c) Adiantamento de clientes 100.000 = aumenta o passivo

8 – Recebimento das mercadorias pagas antecipadamente ao Fornecedor Gama

O recebimento das mercadorias já pagas não irá afetar o valor do ativo, pois entrarão as mercadorias no estoque e deixará de existir o direito “adiantamento a fornecedores”, no ativo.

O registro contábil é o seguinte:

d) Estoque 60.000 = aumenta o ativo

c) Adiantamento a fornecedor 60.000 = diminui o ativo

9 – Entrega em dezembro das mercadorias ao cliente Antônio. O custo das mercadorias entregues foi de R\$ 65.000,00.

Este fato é uma venda de mercadorias, contudo, como já havia sido recebido o valor antecipadamente, o ativo somente irá diminuir em \$ 65.000,00 pela saída da mercadoria do estoque.

O registro contábil é o seguinte:

d) Adiantamento de clientes 100.000 = diminui o passivo

d) Custo da Mercadoria Vendida 65.000 = Despesa que diminui o resultado do exercício

c) Estoque 65.000 = diminui o ativo

c) Vendas de mercadorias 100.000 = Receita que aumenta o resultado do exercício

Assim, após os registros, o valor do ativo será o seguinte:

Valor inicial = 550.000

(+) 20.000 = fato 1

(-) 110.000 = fato 2

(+) 35.000 = fato 4

(-) 6.000 = fato 4

(-) 30.000 = fato 5

(+) 100.000 = fato 7

(-) 65.000 = fato 9

(=) Saldo final = 494.000

Letra a.

231. (FCC/PGE-AM/CONTADOR/2022) Considerando os critérios de reconhecimento de um passivo, conforme as normas brasileiras de contabilidade, considere as seguintes assertivas:

I – É uma obrigação futura para transferir recursos econômicos.

II – É necessário conhecer a identidade da(s) parte(s) para quem a obrigação é devida.

III – Caso haja incerteza elevada na estimação do passivo, a entidade deve divulgá-lo em nota explicativa e não o reconhecer no balanço patrimonial.

Está correto o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.
- e) III, apenas.



O item I está errado. O passivo é uma obrigação presente, ela existe na data do balanço, contudo, será liquidada no futuro.

O item II está errado. Não é necessário conhecer a identidade dos credores da empresa; as obrigações serão registradas no passivo de acordo com a nomenclatura das contas previstas no plano de contas. A identificação individual dos credores será feita em documentos extra contábeis. O Item III está certo. Quando a empresa possuir uma obrigação que não consegue mensurar o valor, em razão alta incerteza na estimativa, ela deverá somente divulgar em notas explicativas como um passivo contingente.

Letra e.

232. (FCC/TRT 23ª/CONTADOR/2022) o balancete de verificação abaixo, são apresentadas as contas de balanço em 31 de dezembro de 20X2 e as contas de resultado correspondentes ao ano 20X2 da empresa Abrakadabra S.A.

Balancete de verificação		
Contas	Saldo (em R\$)	
	Devedor	Credor
Despesa com créditos de liquidação duvidosa	1.500	
Contas a receber	13.400	
Despesa com seguros	250	
Despesa de depreciação dos móveis do escritório	500	
Provisão de processos trabalhistas		5.000
Custo da mercadoria vendida	4.200	
Reserva de lucros		7.500
Adiantamentos aos fornecedores	200	
Depreciação acumulada (veículos)		1.800
Receita de prestação de serviços		12.000
Receita de vendas de produtos		16.000
Fornecedores		2.050
Despesa com publicidade e propaganda	3.500	
Caixa e Equivalentes	4.600	
Custo do serviço prestado	5.000	
Despesa de salários	1.100	
Veículos	45.000	
Estoques	2.000	
Despesas com comissões de vendas	3.500	
Resultado na venda de ativo imobilizado		1.150
Capital social		26.250
Receitas antecipadas		11.000
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		2.400
Investimentos	400	
Total	85.150	85.150

O valor do total do ativo da empresa é, em reais,

- a) 85.150
- b) 65.600

- c) 74.800
- d) 72.200
- e) 61.400



Para responder à questão vamos classificar as contas:

- Despesa com créditos de liquidação duvidosa 1.500 = despesa na DRE
- Contas a receber 13.400 = ativo circulante
- Despesa com seguros 250 = despesa na DRE
- Despesa de depreciação dos móveis do escritório 500 = despesa na DRE
- Provisão de processos trabalhistas 5.000 = passivo circulante
- Custo da mercadoria vendida 4.200 = custo na DRE
- Reserva de lucros 7.500 = patrimônio líquido
- Adiantamentos aos fornecedores 200 = ativo circulante
- Depreciação acumulada (veículos) 1.800 = redutora do ativo não circulante
- Receita de prestação de serviços 12.000 = receita na DRE
- Receita de vendas de produtos 16.000 = receita na DRE
- Fornecedores 2.050 = passivo circulante
- Despesa com publicidade e propaganda 3.500 = despesa na DRE
- Caixa e Equivalentes 4.600 = ativo circulante
- Custo do serviço prestado 5.000 = custo na DRE
- Despesa de salários 1.100 = despesa na DRE
- Veículos 45.000 = ativo não circulante
- Estoques 2.000 = ativo circulante
- Despesas com comissões de vendas 3.500 = despesa na DRE
- Resultado na venda de ativo imobilizado 1.150 = como o resultado foi credor é receita na DRE
- Capital social 26.250 = patrimônio líquido
- Receitas antecipadas 11.000 = passivo circulante
- Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa 2.400 = redutora do ativo circulante
- Investimentos 400 = ativo não circulante

Após a classificação das contas o total do ativo é de \$ 61.400,00, representado pelas seguintes contas:

- Contas a receber 13.400 = ativo circulante
- Adiantamentos aos fornecedores 200 = ativo circulante

- (-) Depreciação acumulada (veículos) 1.800 = redutora do ativo não circulante
- Caixa e Equivalentes 4.600 = ativo circulante
- Veículos 45.000 = ativo não circulante
- Estoques 2.000 = ativo circulante
- (-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa 2.400 = redutora do ativo circulante
- Investimentos 400 = ativo não circulante

Letra e.

233. (FCC/TRT 18ª/CONTADOR/2023) O departamento jurídico da empresa Problemas Gerais S.A. apresentou, em 31/12/2020, as avaliações de diversos processos a que a empresa está respondendo, as quais constam no quadro a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível
Processo Ambiental	640.000,00	Remota

A diretoria da empresa acatou a avaliação apresentada pelo departamento jurídico e fez a contabilização com base nas informações constantes no quadro anterior, de acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais:

- 5.600.000,00
- 1.720.000,00
- 4.960.000,00
- 2.360.000,00
- 3.240.000,00



A provisão é uma obrigação presente, caracterizada pela incerteza no prazo ou no valor da dívida; entretanto, para ser reconhecida no passivo como provisão, o pagamento da obrigação deve ser PROVÁVEL. Se o pagamento da obrigação for possível ou o valor não puder ser estimado com uma razoável certeza, a empresa somente deverá divulgar uma nota explicativa, reconhecendo a existência de um passivo contingente.

Desta forma, o montante das provisões a ser contabilizado no passivo será de \$ 3.240.000,00 (Processo Cível 1.480.000,00 e Processo Fiscal 1 1.760.000).

Letra e.

234. (FUMARC/TJ-MG/CONTADOR/2013) São classificados como Reservas de Capital:

- a) A Alienação de Bônus de Subscrição, o Ágio na Emissão de Ações e a Reserva Especial de Ágio na Incorporação.
- b) As Reservas para Contingências, as Reservas Estatutárias e a Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos.
- c) A Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, a Reserva de Lucros a Realizar e a Alienação de Bônus de Subscrição.
- d) A Reserva de Lucros a Realizar, o Ágio na Emissão de Ações e as Reservas Estatutárias.



Segundo a Lei n. 6.404-76, em seu artigo 182, serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.

Assim, as reservas de capital que podem ser formadas são:

- Reserva de ágio na emissão de ações;
- Reserva do produto da venda de bônus de subscrição;
- Reserva do produto da venda de partes beneficiárias.

Letra a.

235. (FUMARC/CATAS ALTAS-MG/TÉCNICO CONTÁBIL/2011) Leia atentamente as alternativas abaixo e assinale a opção que apresenta apenas contas integrantes do Patrimônio Líquido:

- a) Ações em Tesouraria, Reserva Legal e Custo das Mercadorias Vendidas.
- b) Capital Subscrito, Prejuízos Acumulados e Reserva de Lucros.
- c) Prejuízos Acumulados, Ações em Tesouraria e Despesas Antecipadas.
- d) Reserva Legal, Dividendos a Pagar e Capital a Integralizar.



São contas do PL o capital subscrito, os prejuízos acumulados e as reservas de lucro.

- a) Errada. A conta CMV é despesa.

- c) Errada. A conta despesa antecipada é um ativo.
d) Errada. A conta dividendos a pagar é um passivo.

Letra b.

Analise as seguintes informações de uma determinada sociedade empresarial:

ATIVO			PASSIVO TOTAL		
Bens	R\$	10.000,00	Obrigações a Pagar	R\$	50.000,00
Direitos	R\$	20.000,00	Situação Líquida		?

236. (INSTITUTO AOCP/SÃO BENTO DO SUL/AFTM/2019) Com base nas informações apresentadas, é possível concluir que a sociedade apresenta

- a) uma situação líquida positiva.
b) um passivo a descoberta.
c) uma situação patrimonial superavitária.
d) uma situação patrimonial nula.



A situação líquida da empresa é negativa, apresentando um passivo a descoberto de \$ 20.000,00.

$$SL = \text{Ativo} - \text{passivo} = 30.000 - 50.000$$

$$SL = - 20.000$$

Letra b.

237. (INSTITUTO AOCP/ADAF-AM/CONTADOR/2018) O ativo de uma empresa é R\$ 180.000,00 e o seu passivo exigível R\$ 80.000,00, então o seu valor residual será

- a) devedor em R\$ 100.000.
b) credor em R\$ 100.000.
c) igual a R\$ 180.000.
d) devedor a R\$ 80.000.
e) credor a R\$ 80.000.



Quando o ativo for maior que o passivo exigível a empresa apresenta uma situação líquida positiva, ou seja, um PL credor, que no caso será credor em \$ 100.000,00.

Letra b.

238. (IADES/HEMOCENTRO-DF/CONTADOR/2017) Considere hipoteticamente que o Ativo Total de uma empresa seja de R\$ 285.000, e o Patrimônio Líquido, de R\$ 114.000. Com base apenas nessas informações, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa utiliza mais capital próprio que capital de terceiros.
- b) O capital de terceiros é o dobro do capital próprio empregado.
- c) O capital de terceiros equivale a 60% do capital total empregado.
- d) A empresa não tem Passivo Exigível.
- e) A empresa não utiliza fontes externas de recursos.



Para resolver a questão basta lembrar os conceitos básicos e aplicar a equação patrimonial.

- Capital total empregado é o ativo;
- Capital de terceiros é o passivo;
- Capital próprio é o patrimônio líquido.

$$\text{ATIVO} = \text{PASSIVO} + \text{PL}$$

$$\text{Passivo} = \text{Ativo} - \text{PL}$$

$$\text{Passivo} = 285.000 - 114.000$$

$$\text{Passivo} = 171.000$$

Assim, o capital de terceiros é 60% do capital total.

Letra c.

239. (IBFC/SES-PR/CONTADOR/2016) Determinada empresa está com a seguinte situação patrimonial:

Ativo = R\$ 500.000,00 e Passivo Exigível = 500.000,00

Esta empresa apresenta situação líquida:

- a) Negativo.
- b) Positivo
- c) Nula.
- d) Descoberta.



A situação líquida de uma empresa é encontrada pela equação:

$$\text{SL} = \text{ATIVO} (-) \text{PASSIVO EXIGÍVEL}$$

$$\text{SL} = 500.000 - 500.000$$

$$\text{SL} = 0$$

Dessa forma, a empresa apresenta uma situação líquida NULA, onde o patrimônio líquido é zero. Essa situação ocorre quando a empresa tem prejuízo acumulado no mesmo valor que o capital social.

Letra c.

240. (CESPE/TCE-MG/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/2018) Uma companhia efetuou, em 1º/9/2017, pagamento de prêmio de seguro, no valor de R\$ 1.800.000, referente à proteção de seus imóveis contra incêndios e outros sinistros pelo prazo de dois anos, a contar da data do pagamento.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que, em 31/12/2017, com referência às despesas de seguro pagas antecipadamente, deve ter constado do ativo não circulante da companhia o valor de

- a) R\$ 900.000.
- b) R\$ 1.800.000.
- c) R\$ 600.000.
- d) R\$ 1.500.000.
- e) R\$ 300.000.



O seguro pago antecipadamente é um direito e será classificado no ativo no momento da assinatura do contrato; a partir do transcorrer do prazo vai sendo apropriado no resultado do exercício como uma despesa. Vamos analisar os valores em 31/12/17 conforme o prazo do contrato, considerando que a despesa mensal é de \$ 75.000,00 (\$1.800.000,00/24 meses)

2017 – Despesa de 4 meses = \$ 300.000 – DRE
2018 – Despesa antecipada de 12 meses = \$ 900.000 – AC
2019 – Despesa antecipada de 8 meses = \$ 600.000 – ANC

Letra c.

241. (CESPE/PC-RO/AGENTE/2022) Uma entidade apresentou as seguintes informações (em reais) durante seu primeiro exercício financeiro:

fornecedores 38.000
ativo imobilizado 36.000
caixa e equivalentes de caixa 12.000
depreciação acumulada 3.600
estoques 27.000
empréstimos a pagar no longo prazo 44.000

Com base nessas informações, é correto afirmar que o valor da situação líquida patrimonial no período foi

- a) negativa em R\$ 82.000,00.
- b) negativa em R\$ 10.600,00.
- c) 0,00, ou seja, nula.
- d) positiva em R\$ 10.600,00.
- e) positiva em R\$ 71.400,00.



A situação líquida é apurada pela equação do ativo menos o passivo; assim, devemos classificar as contas e apurar o valor do ativo e do passivo.

Ativo = 71.400,00

- ativo imobilizado 36.000
- caixa e equivalentes de caixa 12.000
- depreciação acumulada (3.600)
- estoques 27.000

Passivo = 82.000,00

- fornecedores 38.000
- empréstimos a pagar no longo prazo 44.000

Como o passivo é maior que o ativo, a empresa apresenta uma situação líquida negativa de \$ 10.600,00.

Letra b.

242. (FCC/SEGEF-MA/TÉCNICO DA RECEITA/2016) Considere as aquisições de ativos realizadas por diferentes empresas em 30/11/2015:

- I- A comercial de livros didáticos Daluz S.A. adquiriu um veículo para ser utilizado pelos vendedores da empresa, cuja vida útil estimada na data da aquisição era 4 anos.
- II- A empresa Avante S.A. adquiriu um software, não integrante de hardware, para controlar as atividades de produção, cuja vida útil estimada na data de aquisição era 5 anos.
- III- A concessionária Negócio Certo S.A. adquiriu um veículo para revenda no curto prazo.
- IV- A empresa Copa S.A. adquiriu ações de outras empresas com a intenção de manter tais títulos para venda imediata.

O veículo na Daluz S.A., o software na Avante S.A., o veículo na Negócio Certo S.A. e as ações de outras empresas na Copa S.A. foram classificados no Balanço Patrimonial de 30/11/2015, respectivamente, no Ativo

- a) imobilizado, intangível, circulante e circulante.
- b) imobilizado, intangível, circulante e investimentos.
- c) investimentos, investimentos, circulante e circulante.
- d) imobilizado, intangível, imobilizado e circulante.
- e) não circulante, não circulante, circulante e não circulante.



- I – Veículo para uso é ativo imobilizado no ativo não circulante;
- II – Software é ativo intangível no ativo não circulante;
- III – Veículo para venda é estoque no ativo circulante;
- IV – Ações para venda é ativo circulante; aplicação em créditos de financiamento.

Letra a.

243. (FCC/CNMP/ANALISTA DE CONTROLE INTERNO/2015) Considere que a Cia. Imobiliária S.A. seja proprietária de três imóveis com as seguintes características:

- Imóvel 1 – destinado para ser utilizado nas atividades da empresa.
- Imóvel 2 – mantido pela empresa sem a intenção de venda, mas não utilizado em suas atividades.
- Imóvel 3 – mantido pela empresa para futura expansão da fábrica.

Na divulgação do seu Balanço Patrimonial, a empresa deve evidenciar o Imóvel 1, o Imóvel 2 e o Imóvel 3, respectivamente, no grupo do ativo,

- a) Imobilizado, Imobilizado e Imobilizado.
- b) Imobilizado, Investimentos e Investimentos.
- c) Imobilizado, Investimentos e Imobilizado.
- d) Investimentos, Investimentos e Realizável no Longo Prazo.
- e) Investimentos, Imobilizado e Realizável no Longo Prazo.



O que norteia a classificação de um ativo é o interesse da empresa em sua realização, neste caso a classificação dos imóveis deve ser a seguinte:

Imóvel 1 – está sendo utilizado nas atividades da empresa = imobilizado

Imóvel 2 – a empresa mantém o imóvel sem utilizar e sem intenção de venda, é uma propriedade para investimento = investimento

Imóvel 3 – a empresa espera utilizá-lo em uma futura expansão, é uma propriedade para investimento = investimento

Letra b.

244. (FCC/MANAUSPREV/ANALISTA DE CONTABILIDADE/2016) Considere os elementos patrimoniais de uma sociedade anônima de capital aberto em 31/12/2014:

I – Direito de uso de uma marca por um período de 10 anos.

II – Participação permanente em outras empresas, sem detenção do controle acionário e sem influência significativa na administração.

III – Equipamentos adquiridos para revenda em conformidade com suas atividades e ciclo operacionais.

IV – Imóvel onde funciona o setor administrativo da empresa.

Os itens I, II, III e IV devem ser evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, respectivamente, no ativo

a) intangível, investimentos, imobilizado e imobilizado.

b) realizável a longo prazo, investimentos, circulante e imobilizado.

c) intangível, realizável a longo prazo, circulante e imobilizado.

d) realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e imobilizado.

e) intangível, investimentos, circulante e imobilizado.



A classificação dos itens deve ser de acordo com o interesse de realização estabelecido pela empresa.

I – Direito de uso de uma marca por um período de 10 anos = Ativo não circulante intangível.

II – Participação permanente em outras empresas, sem detenção do controle acionário e sem influência significativa na administração = ativo não circulante investimento.

III – Equipamentos adquiridos para revenda em conformidade com suas atividades e ciclo operacionais = ativo circulante estoque

IV – Imóvel onde funciona o setor administrativo da empresa = ativo não circulante imobilizado

Letra e.

Considere os dados a seguir para responder à questão.

CONTAS	2018 (valores em R\$)	2017 (valores em R\$)
Caixa	100,00	500,00
Bancos	2.000,00	1.500,00
Aplicações financeiras de curto prazo	34.900,00	3.000,00
Contas a receber	50.000,00	48.000,00
Fornecedores	100.000,00	10.000,00
Financiamentos contratados – vencíveis a curto prazo	100.000,00	80.000,00
Salários a pagar	1.000,00	6.000,00
Duplicatas descontadas	3.000,00	2.000,00
Terrenos	100.000,00	100.000,00
Máquinas e equipamentos	20.000,00	18.000,00
Veículos	7.000,00	7.000,00
Capital social	110.000,00	100.000,00
Reserva de lucros	100.000,00	70.000,00
Aplicação financeira – longo prazo	20.000,00	0,00

245. (FCC/AFAP/CONTADOR/2019) O total do passivo circulante em 2017 é

- a) R\$ 98.000,00.
- b) R\$ 204.000,00.
- c) R\$ 96.000,00.
- d) R\$ 201.000,00.
- e) R\$ 143.000,00.



Questão simples, o passivo circulante da empresa em 2017 é composto pelas seguintes contas:

- Fornecedores = 10.000;
- Financiamentos contratados – Curto Prazo = 80.000;
- Salários a pagar = 6.000;
- Duplicatas descontadas = 2.000.

(=) Total = 98.000

Letra a.

246. (FCC/AFAP/CONTADOR/2019) O total do ativo não circulante em 2018 é

- a) R\$ 147.000 00.
- b) R\$ 127.000 00.
- c) R\$ 125.000 00.
- d) R\$ 165.000 00.
- e) R\$ 145.000 00.



O ativo não circulante é composto pelas seguintes contas:

Terrenos = 100.000

Máquinas e equipamentos = 20.000

Veículos = 7.000

Aplicação financeira – longo prazo = 20.000

(=) Total = 147.000

Letra a.

247. (FCC/SABESP/CONTADOR/2018) A empresa Novos Problemas S.A. nunca teve problemas com ações de qualquer natureza, mas no ano de 2017 se deparou com alguns processos movidos contra ela. Até o dia 31/12/2017 não ocorreu nenhuma audiência ou julgamento para qualquer dos processos. A assessoria jurídica apresentou para a diretoria da empresa, em 31/12/2017, as informações constantes da tabela a seguir, onde constam a avaliação feita quanto à possibilidade de perda dos diversos processos e os valores prováveis que poderão ser desembolsados pela empresa:

Informações apresentadas em 31/12/2017		
Tipo de Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa ao PIS	18.000.000,00	Possível
Ação Fiscal relativa ao ICMS	12.000.000,00	Remota
Ação por danos ambientais	3.000.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	12.000.000,00	Provável

Sabendo que os valores estimados para as ações são confiáveis e as probabilidades de perda foram avaliadas com critérios adequados, o valor total que deveria ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Novos Problemas S.A. é, em reais,

- a) 50.000.000,00.
- b) 38.000.000,00.

- c) 0,00 (zero).
- d) 17.000.000,00.
- e) 21.000.000,00.



Quando a empresa for acionada judicialmente o departamento jurídico deverá classificar a possibilidade de PERDA na ação, sendo que a contingência provável será registra no passivo e divulga em notas explicativas; a contingência possível será divulga em notas explicativas, e a remota não será registrada e nem divulgada. Com base nos dados a empresa deverá reconhecer uma provisão para contingência de \$17.000.000,00.

Letra d.

248. (FCC/DPE-MS/CONTADOR/2018) O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00.



Lembre-se que uma provisão para ser reconhecida deverá atender aos seguintes critérios:

- 1) ser uma obrigação presente (legal ou não formalizada), como resultado de evento passado;
- 2) A liquidação é considerada provável;
- 3) O seu valor pode ser estimado de maneira confiável.

O saldo inicial da conta provisão era de 1.100, contudo a questão pede a variação no RESULTADO e não o saldo final da conta.

O registro da provisão é feito em contrapartida de uma despesa; já a reversão da provisão e registrada em contrapartida de uma receita, aumentando o resultado do exercício.

Variação foi a seguinte:

- (-) 150.000 (ajustes para menos nas provisões trabalhista e fiscal)
- (+) 80.000 (registro da provisão ambiental que é PROVÁVEL)
- (=) variação positiva no resultado de 70.000

Letra e.

249. (FCC/SEFAZ-SC/AFRE/2018) A Cia. Produtos Naturais apresentou no Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2016 o saldo total de R\$ 470.000,00 na conta de Provisões, cuja composição era a seguinte:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2016
Trabalhista 1	R\$ 190.000,00
Ambiental 1	R\$ 280.000,00

No final de 2017, a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2016 e identificou quatro novos processos judiciais surgidos em 2017. As informações sobre os diversos processos, em 31/12/2017, são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de perda em 31/12/2017	Valor estimado de perda em 31/12/2017
Trabalhista 1	Provável	R\$ 210.000,00
Trabalhista 2	Possível	R\$ 150.000,00
Tributário 1	Possível	R\$ 340.000,00
Tributário 2	Provável	R\$ 170.000,00
Cível 1	Provável	R\$ 140.000,00
Ambiental 1	Possível	R\$ 250.000,00

Com base nas informações fornecidas, o saldo apresentado como Provisões, no Balanço Patrimonial da Cia. Produtos Naturais de 31/12/2017, foi, em reais,

- a) 780.000,00.
- b) 530.000,00.
- c) 520.000,00.
- d) 550.000,00.
- e) 500.000,00.



Quando a empresa for acionada judicialmente o departamento jurídico deverá classificar a possibilidade de PERDA na ação, sendo que a contingência PROVÁVEL será registra no passivo e divulga em notas explicativas; a contingência possível será divulga em notas explicativas, e a remota não será registrada e nem divulgada. Com base nos dados a empresa deverá reconhecer uma provisão para contingência de \$520.000.

Letra c.

250. (FCC/TCE-PE/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/2015) empresa Tudo Novo S.A. apresentava, em 31/12/2013, os seguintes saldos para as contas que compõem seu Patrimônio Líquido, antes da incorporação do lucro líquido do ano de 2013 e da sua distribuição:

Conta R\$

Capital Social 2.850.000,00

Reservas de Capital 300.000,00

Reserva Legal 510.000,00

Reservas para Expansão 300.000,00

Reservas de Lucros a Realizar 120.000,00

Total 4.080.000,00

O resultado obtido pela empresa em 2013, antes da dedução dos impostos, foi R\$ 1.500.000,00 e o lucro líquido foi R\$ 1.140.000,00.

A empresa adota como política constituir a Reserva Legal até o menor dos limites permitidos pela Lei n. 6.404/1976 e alterações posteriores.

O valor acrescido à conta Reserva Legal no final de 2013 foi, em reais,

- a) 75.000,00.
- b) 57.000,00.
- c) 60.000,00.
- d) 0,00.
- e) 45.000,00.



A reserva legal deve ser formada com 5% do LLE, até 20% do capital social, podendo 30%. Lembre-se: Pode ultrapassar os 30%, mas não pode ultrapassar os 20%. Primeiro passo é calcular a reserva legal, que deve ser formada com 5% do LLE até 20% do capital social.

$RL = \$1.140.000 \times 5\% = \$57.000$ (valor máximo a ser destinado para reserva)

Segundo passo: calcular os 20% do capital social.

O saldo da reserva legal pode ser de 20% do capital social, assim o limite legal é de \$ 570.000, como já existia um saldo \$510.000, só poderá ser destinado o valor \$57.000, que é o valor representado pelos 5% do LLE.

Terceiro passo: analisar os 30% do capital social.

Quando o saldo das reservas de capital mais o saldo da reserva legal representar 30% do capital social, que é \$855.000, a empresa PODE deixar de destinar o valor devido.

Reserva de capital 300.000 + reserva legal 510.000 = 810.000,

Como já tem \$810.000, a empresa pode destinar \$45.000.

Neste caso, o valor a ser destinado para reserva legal pode ser de \$45.000 a \$57.000, como o enunciado pediu o menor valor a resposta correta é a letra "E".

Letra e.

RESUMO

Meu amigo e minha amiga, nesta aula estudamos o balancete de verificação, as demonstrações obrigatórias, segundo a Lei n. 6.404-76 e segundo o CPC 26 R1, e também vimos a composição e estrutura do Balanço Patrimonial.

A seguir apresento objetivamente um resumo de nossa aula.

Vimos que o processo contábil, que começa na identificação dos fatos contábeis, termina na elaboração das demonstrações, contudo, antes de elaborar as demonstrações a entidade deve elaborar, com base no livro razão, o balancete de verificação.

O balancete não é uma demonstração contábil, é um demonstrativo, geralmente de uso interno, que serve para apresentar as contas e seus respectivos saldos contábeis, propiciando verificar a exatidão aritmética do mecanismo de partidas dobradas, pois, se todos os lançamentos estão registrados corretamente o total dos saldos devedores deverá ser igual ao total dos saldos credores.

Nas empresas o balancete tem sido elaborado mensalmente, mas pode ser levantado a qualquer momento tem em sua estrutura 2 a 8 colunas, conforme a necessidade de informações dos usuários internos e externo. Lembre-se que ele será a base para a elaboração das demonstrações contábeis.

Na sequencia da aula vimos que existem Relatórios Contábeis de Propósito Gerais (RCPGs) – que são destinados aos usuários externos da empresa e que devem ser elaborados a cada exercício social, segundo a Lei n. 6.404 e de acordo com CPC 26, eles também são denominados de “demonstrações contábeis” que são as seguintes:

Demonstrações contábeis	Lei n. 6.404/1976	CFC/CPC
BP	Obrigatória	Obrigatória
DRE	Obrigatória	Obrigatória
DRA	Não prevista	Obrigatória
DLPA	Obrigatória	Não prevista
DMPL	Facultativa	Obrigatória
DFC	Obrigatória com restrição	Obrigatória
DVA	Somente S/as abertas	Somente S/as abertas
Notas explicativas	Obrigatória	Obrigatória

É importante destacar que as demonstrações deverão ser complementadas pelas sua respectivas notas explicativas, que apresentarão de forma mais analíticas os dados sintetizados nelas.

Na aula vimos também a composição e estrutura do Balanço Patrimonial, que tem as seguintes características:

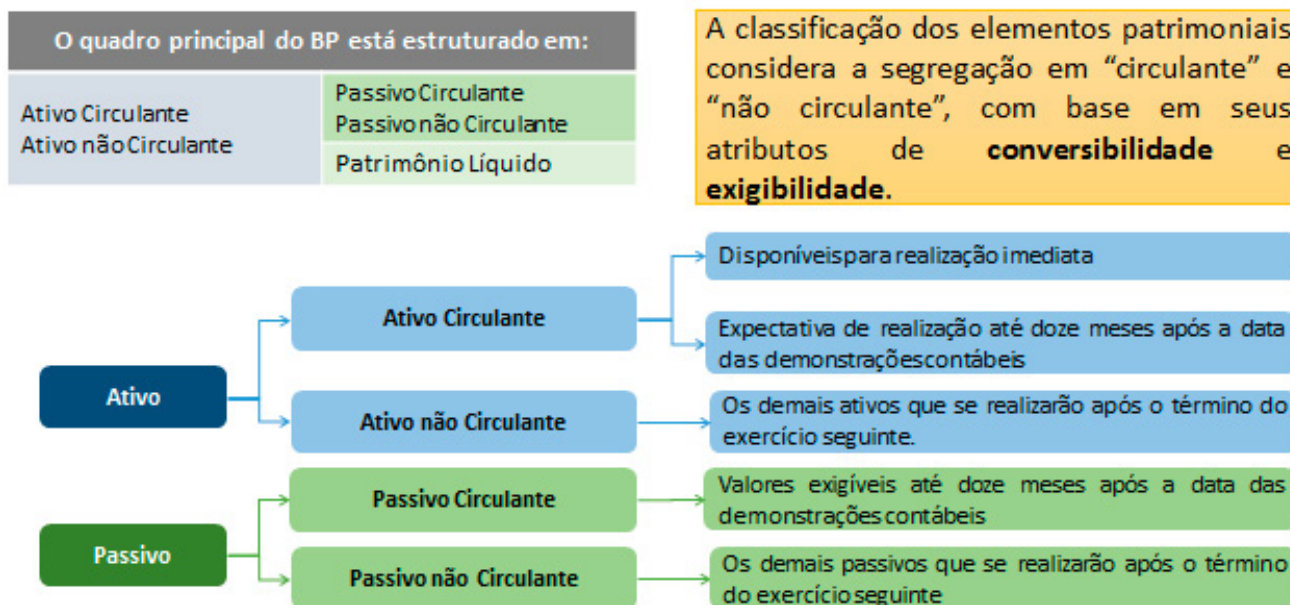
- Apresenta o aspecto financeiro e patrimonial de uma empresa;
- É composto pelos grupos de contas do Ativo, Passivo e Patrimônio líquido;
- Tem por objetivo dar uma amostra do patrimônio em um momento próprio, por isto entende-se que é uma fotografia do patrimônio da empresa em determinado momento, é estática;
- O ativo e o passivo são divididos em circulante e não circulante;
- O circulante vai até o fim do exercício social seguinte, enquanto que o não circulante começa depois do término do exercício social seguintes;
- É considerada uma demonstração principal;
- A estrutura do balanço patrimonial é a seguinte:

ATIVO CIRCULANTE Disponível Créditos Estoques Despesas antecipadas Outros circulantes ATIVO NÃO CIRCULANTE Realizável a longo prazo Investimentos Imobilizado Intangível	PASSIVO CIRCULANTE Exigível de curto prazo PASSIVO NÃO CIRCULANTE Exigível de longo prazo PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital social Reserva de capital Ajuste da avaliação patrimonial Reservas de lucro Prejuízo acumulado (-) Ações em tesouraria (-)
---	--

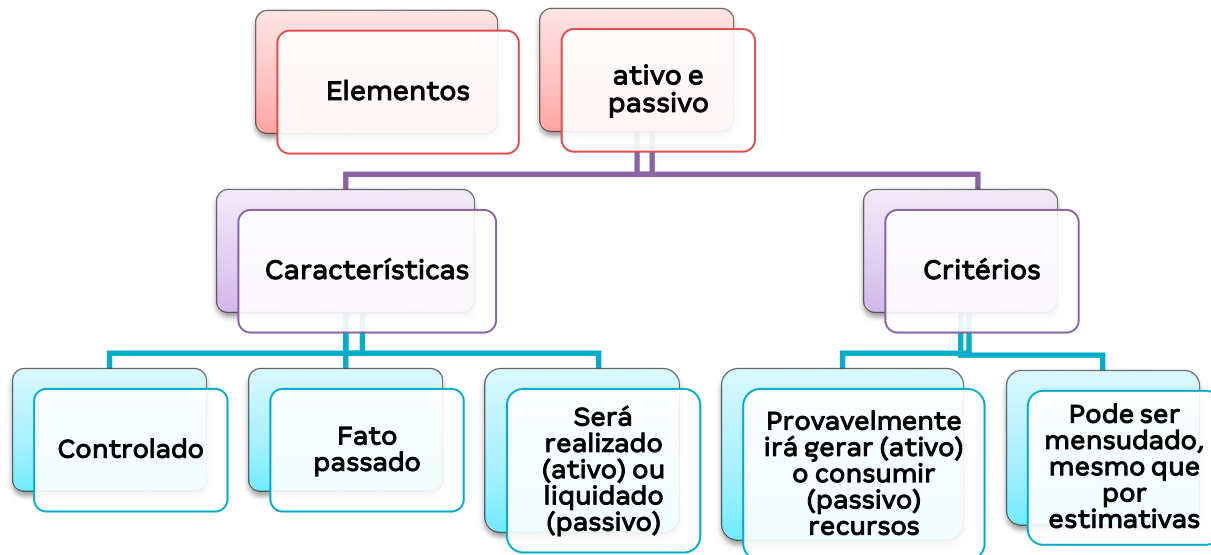
A classificação em circulante ou não circulante leva em consideração a realização do ativo e a exigibilidade do passivo sendo que:

- Um ativo deve ser classificado como circulante quando se espera que seja realizado, ou é mantido para venda, negociação ou consumo dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço, ou seja, vai se realizar até o fim do exercício que vem, ou é representado por dinheiro ou equivalente, ou seja, é um ativo já realizado, cuja utilização não está restrita.
- Um passivo deve ser classificado como passivo circulante somente quando atender aos seguintes parâmetros: é esperada sua liquidação dentro dos 12 meses seguintes à data do balanço; ele é mantido principalmente com a finalidade de ser transacionado; ou a entidade não tem nenhum direito de postergar sua liquidação por período que exceda os 12 meses da data do balanço.

Veja este mnemônico:



Também vimos que os elementos do ativo e do passivo possuem as seguintes características e critérios:



Quanto ao patrimônio líquido é importante lembrar as contas que podem ser apresentadas nele, abaixo relaciono elas:

Capital SOCIAL

- Capital SOCIAL subscrito;
- (–) Capital a integralizar;
- (–) custo na emissão de ações;

- Adiantamentos para aumento de capital (sem possibilidade de devolução).

Reserva de capital

- Reserva de ágio na emissão de ações;
- Reserva de Alienação de partes beneficiárias;
- Reserva de Produto da alienação de bônus de subscrição.

Ajustes da Avaliação Patrimonial (+/-)

Reservas de Lucros

- Reserva legal;
- Reserva estatutária;
- Reserva para contingências;
- Reservas de lucros a realizar;
- Reserva de retenção de lucros para expansão;
- Reserva de incentivos fiscais;
- Reserva de prêmio na emissão de debêntures;
- Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

(-) Prejuízos Acumulados

(-) Ações em Tesouraria

(-) Dividendos distribuídos antecipadamente

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (CESPE/TRF 6/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2025) Na ciência contábil, o patrimônio líquido de uma entidade é entendido como o conjunto de seus bens, direitos e obrigações.

Com base no disposto na Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir.

002. (CESPE/PCDF/GESTOR DE APOIO/2025) Para se enquadrar no conceito de passivo, uma obrigação presente deve ser resultado de uma transação ou evento passado e demandar a saída de recursos da entidade para a sua liquidação ou extinção.

Em relação às demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir, segundo a normatização contábil brasileira.

003. (CESPE/ANM/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2025) A ordem e o formato de apresentação das contas no balanço patrimonial obedecem ao estabelecido na legislação pertinente, independentemente da normatização contábil vigente.

Com base nas disposições da Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens subsequentes.

004. (CESPE/EMBRAPA/CONTABILIDADE/2025) Ação preferencial é aquela que concede ao seu proprietário, entre outras vantagens, a prioridade no reembolso do capital.
Com base nas disposições da Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens subsequentes.

005. (CESPE/EMBRAPA/CONTABILIDADE/2025) A conta ajustes de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, justifica-se em função do regime de competência.

Considerando as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

006. (CESPE/PCDF – GESTOR DE APOIO CONTADOR/2025) A rubrica contábil ajustes de avaliação patrimonial é uma conta de resultado que pode apresentar saldo devedor ou credor, conforme o comportamento de elementos do ativo e do passivo sujeitos à avaliação a valor justo.

Julgue os itens a seguir, em relação a preparação e divulgação de demonstrações econômico-financeiras das companhias.

007. (CESPE/MP-CE/CONTADOR/2025) Segundo a lei societária, a demonstração das mutações do patrimônio líquido é facultativa.

No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes.

008. (CESPE/CNPQ/AFO/2024) A apresentação da DRA dentro da DMPL dispensa a apresentação em separado da DRA.

Ainda sobre o registro de transações pelo sistema contábil das entidades em geral, julgue os itens que se seguem.

009. (CESPE/FUNPRESP-EXE/CONTABILIDADE/2025) Uma condição indispensável para o reconhecimento contábil de uma provisão que represente uma obrigação presente considerada provável é a possibilidade de se fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação.

A respeito da avaliação de ativos e passivos, julgue os itens seguintes.

010. (CESPE/ANM/CONTABILIDADE/2025) Configura um passivo contingente a situação em que uma obrigação presente, resultante de eventos passados, apresenta como improvável a exigência de sacrifício de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidá-la.

A respeito da avaliação de ativos e passivos, julgue os itens seguintes.

011. (CESPE/ANM/CONTABILIDADE/2025) Ativos contingentes devem ser reconhecidos quando sua realização for provável.

Acerca da disciplina de contabilidade geral, e à luz da legislação aplicável, julgue os itens a seguir.

012. (QUADRIX/CFO/CONTADOR/2025) O balancete de verificação é utilizado para avaliar a exatidão dos lançamentos contábeis, mas não garante a inexistência de erros.

Com base na atual legislação societária e nos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens a seguir, no que diz respeito às demonstrações contábeis.

013. (QUADRIX/CRO-AL/ANALISTA FINANCEIRO/2025) A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados é de elaboração e apresentação obrigatória para as companhias fechadas.

Julgue os itens a seguir, referentes às demonstrações contábeis.

014. (CESPE/INOVERSASUL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/2025) A conta contábil, caixa ou bancos, é o item menos líquido do grupo de contas do ativo.

Julgue os itens a seguir, em relação ao patrimônio contábil.

015. (CESPE/PCDF/GESTOR DE APOIO/2025) A situação patrimonial de uma entidade é representada graficamente por meio de um desenho, comumente o de uma balança, sendo irrealizável através de demonstrações contábeis.

Em relação aos itens que integram o grupo patrimonial ativo de uma entidade, julgue os próximos itens.

016. (CESPE/ANM/ECONOMIA OU CONTABILIDADE/2025) Estoques cuja realização seja lenta, superior ao ciclo operacional da entidade, e tenham sido adquiridos em excesso por razões econômicas de segurança exigem registro em ativo realizável a longo prazo.

Em relação aos aspectos contábeis das sociedades anônimas, julgue os itens que se seguem, com base nas normas aplicáveis no Brasil.

017. (CESPE/TRF 6/ANALISTA JUDICIÁRIO/2025) A demonstração do resultado do exercício tem como objetivo apresentar o valor das riquezas econômicas geradas pela entidade, bem como mostrar a forma como tal riqueza foi distribuída para a sociedade.

Julgue os itens a seguir, no que se refere a notas explicativas às demonstrações contábeis, com base no disposto na NBC TG 26 (R5).

018. (CESPE/CEBRASPE/FUNPRESP-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR/CONTABILIDADE/2025) As notas explicativas devem conter informações idênticas em relação às apresentadas nas demonstrações financeiras, de modo a reforçar a sua relevância.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de gestão de negócios.

019. (CESPE/CEBRASPE/EMBRAPA/ANALISTA/TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO: GESTÃO DE INSTRUMENTOS DE PARCERIAS E NEGÓCIOS/2025) O balanço

patrimonial de uma empresa tem como principal objetivo verificar se os resultados da empresa foram atingidos, inclusive os operacionais e extraoperacionais, em um determinado período.

Acerca da disciplina de contabilidade geral, e à luz da legislação aplicável, julgue os itens a seguir.

020. (QUADRIX/CFO/CONTADOR/2025) A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é opcional para sociedades anônimas.

021. (OBJETIVA CONCURSOS/PREFEITURA DE LAPA/CONTADOR/2025) Considerando-se as demonstrações contábeis, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

(1) Demonstração dos fluxos de caixa.

(2) Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados.

(3) Demonstração do resultado do exercício.

() Evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos.

() Pode ser substituída pela demonstração das mutações do patrimônio líquido.

() Demonstração financeira que contém um resumo ordenado das receitas e das despesas da empresa em determinado período.

a) 1 – 2 – 3.

b) 3 – 2 – 1.

c) 1 – 3 – 2.

d) 2 – 1 – 3.

e) 3 – 1 – 2.

022. (INSTITUTO CONSULPLAN/CÂMARA DE ARARAQUARA/ANALISTA DE CONTROLE INTERNO/2025) Sobre a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, analise as afirmativas a seguir.

I – A entidade deve elaborar todas as suas demonstrações contábeis utilizando-se do regime de competência.

II – Quando da elaboração de demonstrações contábeis, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível.

III – A entidade deve apresentar conjuntamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes.

IV – As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

023. (VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO/CONTADOR/2025) A informação exposta nas demonstrações contábeis, usualmente, é organizada em totais e subtotais numéricos. A sua organização fornece um resumo estruturado de tais parâmetros por meio dos itens das demonstrações que evidenciam a

- a) riqueza líquida, a atividade e os fluxos orçamentários.
- b) situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.
- c) situação patrimonial, o capital próprio e os fluxos de caixa.
- d) situação patrimonial, o detalhamento das funções e os fluxos de caixa.
- e) riqueza líquida, a modalidade de aplicação e os fluxos dos atos potenciais.

024. (AVANÇA SP/PREFEITURA DE CACONDE/CONTADOR/2025) Indique a alternativa correta sobre o local onde o Balanço Patrimonial deve ser transcrito:

- a) Livro Diário.
- b) Livro de Estoques.
- c) Livro de Razonetes.
- d) Livro Caixa.
- e) Livro de Atas.

025. (FGV/CFC/CONTADOR 1º EXAME DE SUFICIÊNCIA/2025) Segundo a NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, quando da elaboração de demonstrações contábeis, a administração deve avaliar a capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível, o que significa que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da

- a) continuidade, a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.
- b) competência, sendo os itens reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, inclusive para a demonstração de fluxo de caixa.
- c) materialidade e agregação, tendo a entidade que apresentar conjuntamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes, aglutinando os de natureza ou função distinta mesmo que sejam materiais.
- d) compensação de valores, ativos e passivos ou receitas e despesas devem ser compensados, exceto quando permitido exclusivamente por norma.

026. (OBJETIVA CONCURSOS/CÂMARA DE MIRAGUAÍ/CONTADOR/2024) O Balanço Patrimonial é uma Demonstração Contábil e apresenta os bens, direitos, deveres e o capital próprio de uma empresa; demonstra também a origem e a aplicação dos recursos. Sobre o Balanço Patrimonial, é CORRETO afirmar que:

- a) Nas contas do ativo está o capital próprio de uma empresa.
- b) Nas contas do passivo estão as aplicações de recursos de uma empresa.
- c) Nas contas do Ativo estão os bens e direitos de uma empresa.
- d) Nas contas do ativo estão a origem dos recursos de uma empresa.

027. (FUNDATEC/ITAARA/CONTADOR/2024) Relativo à estrutura conceitual da contabilidade, a expressão “obrigação presente como resultado de eventos passados” remete a:

- a) Ativo já realizado e totalmente depreciado.
- b) Despesas reconhecidas no curto prazo.
- c) Receitas a realizar.
- d) Passivo.
- e) Patrimônio Líquido.

028. (IBADE/RBPREV/CONTADOR/2023) De acordo com os conceitos do Balancete de Verificação, assinale a alternativa correta.

- a) Sua apresentação é feita utilizando de 3 a 9 colunas
- b) É um relatório contábil obrigatório
- c) Precisa ser apresentado diariamente
- d) As contas são extraídas através do livro Razão
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

029. (CETAP/FSCMP/CONTADOR/2023) De acordo com a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – as Demonstrações Contábeis (DC's) são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. Conhecendo as DC's, assinale a alternativa que apresenta apenas Demonstrações que fazem parte do conjunto completo das Demonstrações, de acordo com a NBC TG 26.

- a) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Lucro ou Prejuízos Acumulados.
- b) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
- c) Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas.

d) Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Lucro ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado.

e) Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas.

030. (AVALIA/CAU-BA/ANALISTA DE GESTÃO/2023) O Balanço Patrimonial é uma ferramenta contábil que serve para os seguintes fins, EXCETO:

- a) analisar o comportamento financeiro de um negócio.
- b) compreender o trajeto dos recursos financeiros da empresa.
- c) apresentar dados financeiros e contábeis a possíveis investidores.
- d) tomar decisões financeiras mais assertivas.
- e) desconstruir o planejamento tributário, identificando tributos pagos e meios de ampliá-los.

031. (INSTITUTO AOCP/MPE-MS/CONTADOR/2023) De acordo o CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, o gasto relacionado com a emissão de ações, deve ser evidenciado no

- a) ativo não circulante em conta redutora do ativo de investimentos permanentes.
- b) patrimônio líquido em conta redutora do capital social.
- c) passivo não circulante diferido.
- d) passivo circulante diferido apropriar.
- e) ativo circulante em conta redutora do ativo de investimentos temporário.

032. (FUNDATEC/NOVA SANTA RITA-RS/TÉCNICO CONTÁBIL/2023) Analise as assertivas a seguir a respeito das origens e aplicações dos recursos de uma empresa:

- I – As aplicações representam os valores negativos da equação patrimonial.
 - II – As origens dos recursos podem ser de capitais próprios ou de terceiros.
 - III – As origens são representadas na contabilidade por contas com saldo devedor.
- Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

033. (INSTITUTO AOCP/MPE-MS/CONTADOR/2023) Em relação ao balancete de verificação de uma empresa, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I – Os saldos para elaboração do balancete de verificação são extraídos diretamente do livro diário da entidade.

II – O fato de o somatório dos saldos devedores ser igual ao somatório dos saldos credores significa que a escrituração contábil está totalmente em conformidade com os fatos contábeis da entidade.

III – O balancete de verificação evidencia uma relação de contas patrimoniais e de resultado com seus respectivos saldos extraídos dos registros contábeis em determinada época.

- a) I, II e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas III.

034. (FCC/TRT 18ª/CONTADOR/2023) O departamento jurídico da empresa Problemas Gerais S.A. apresentou, em 31/12/2020, as avaliações de diversos processos a que a empresa está respondendo, as quais constam no quadro a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível
Processo Ambiental	640.000,00	Remota

A diretoria da empresa acatou a avaliação apresentada pelo departamento jurídico e fez a contabilização com base nas informações constantes no quadro anterior, de acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais:

- a) 5.600.000,00
- b) 1.720.000,00
- c) 4.960.000,00
- d) 2.360.000,00
- e) 3.240.000,00

035. (FGV/SEFAZ-MG/AFRE/2023) Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/X1:

Ativo Circulante	80.000	Patrimônio Líquido	180.000
Caixa	50.000	Capital Social	120.000
Contas a receber	30.000	Reserva de Lucros	60.000
Ativo não Circulante			
Ativo Imobilizado			
Terrenos	100.000		
Ativo Total	180.000	PL Total	180.000

O montante contabilizado como “contas a receber” diz respeito à venda de um ativo imobilizado e tinha previsão de recebimento em fevereiro de X2.

No ano de X2, o montante foi recebido, no entanto, a sociedade empresária não baixou este ativo, tendo aumentado a conta Caixa.

Ao auditar as demonstrações contábeis da sociedade empresária, em 31/12/X2, e as demonstrações comparativas relativas a 31/12/X1, os auditores concluíram que

- a) a reserva de lucros estava superavaliada no ano de X1, apenas.
- b) a reserva de lucros estava subavaliada no ano de X2, apenas.
- c) a reserva de lucros estava superavaliada nos anos de X1 e de X2.
- d) o ativo circulante estava superavaliado no ano de X2, apenas.
- e) o ativo circulante estava superavaliado nos anos de X1 e de X2.

036. (FGV/TCE-ES/ACE/2023) Uma empresa comercial está separando seus ativos e passivos circulantes e não circulantes para elaborar o Balanço Patrimonial. O contador, ao verificar os requisitos do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, observou que:

- a) os ativos e passivos devem ser apresentados por ordem crescente de liquidez, do menos líquido para o mais líquido;
- b) o passivo deve ser classificado como circulante quando for caixa ou equivalente de caixa;
- c) os impostos diferidos não devem ser classificados como circulantes;
- d) o ativo deve ser classificado como circulante quando for adiantamento de clientes;
- e) o passivo deve ser classificado como circulante quando for uma despesa antecipada.

037. (FUNDATEC/NOVO HAMBURGO/TESOUREIRO/2024) Segundo a visão básica da Contabilidade, há elementos patrimoniais que representam origens ou fontes de recursos para a organização, são eles:

- I – Passivo.
- II – Ativo.
- III – Patrimônio Líquido.

Quais estão corretos?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.

- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

038. (CONSULPLAN/TCM-PA/TÉCNICO DE CONTROLE/2023) Os conceitos de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios para seu reconhecimento. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal. A respeito das definições de ativo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ativo é um recurso que será controlado no futuro pela entidade como resultado de evento passado.
- b) A forma física é uma condição necessária para um item ser classificado como recurso.
- c) O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos, desde que haja entrada líquida de caixa.
- d) Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa.

039. (FUNDATEC/BALNEÁRIO DE PINHAL/CONTROLE INTERNO/2024) Em alinhamento com as normas internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade editou norma (NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL) tratando da estrutura conceitual para relatório financeiro. Segundo as definições estabelecidas no mencionado instrumento normativo, os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro da entidade são os seguintes:

- a) Ativos e Despesas.
- b) Ativos e Passivos.
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa.
- d) Passivos e Receitas.
- e) Receitas e Despesas.

040. (VUNESP/APS/CONTADOR/2024) A legislação contábil vigente define provisão como:

- a) uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- b) possível obrigação que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
- c) um passivo não oneroso a ser liquidado dentro do ciclo operacional da entidade.
- d) um passivo de prazo ou valores incertos.
- e) um passivo não oneroso a ser consumido por eventos incertos da entidade.

GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. E | 35. d |
| 2. C | 36. c |
| 3. C | 37. d |
| 4. C | 38. d |
| 5. C | 39. e |
| 6. E | 40. d |
| 7. C | |
| 8. E | |
| 9. C | |
| 10. C | |
| 11. E | |
| 12. E | |
| 13. E | |
| 14. E | |
| 15. E | |
| 16. C | |
| 17. E | |
| 18. E | |
| 19. E | |
| 20. C | |
| 21. a | |
| 22. c | |
| 23. b | |
| 24. a | |
| 25. a | |
| 26. c | |
| 27. d | |
| 28. d | |
| 29. c | |
| 30. e | |
| 31. b | |
| 32. b | |
| 33. e | |
| 34. e | |

GABARITO COMENTADO

001. (CESPE/TRF 6/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2025) Na ciência contábil, o patrimônio líquido de uma entidade é entendido como o conjunto de seus bens, direitos e obrigações.



O patrimônio líquido, sob o aspecto contábil, é um resíduo patrimonial representado pela seguinte equação: $PL = \text{ativo} + \text{passivo}$. O conjunto dos bens, direitos e obrigações é o patrimônio.

Errado.

Com base no disposto na Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir.

002. (CESPE/PCDF/GESTOR DE APOIO/2025) Para se enquadrar no conceito de passivo, uma obrigação presente deve ser resultado de uma transação ou evento passado e demandar a saída de recursos da entidade para a sua liquidação ou extinção.



De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual:

5.14 Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, o passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.

Outro ponto é o de que para satisfazer a definição de passivo, é necessário que a obrigação presente surja como resultado de transação ou de outro evento passado e necessite da saída de recursos da entidade para ser extinta.

Certo.

Em relação às demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir, segundo a normatização contábil brasileira.

003. (CESPE/ANM/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2025) A ordem e o formato de apresentação das contas no balanço patrimonial obedecem ao estabelecido na legislação pertinente, independentemente da normatização contábil vigente.



As composição e estrutura das demonstrações contábeis são determinadas pela Lei n. 6.404-76. Já as normas contábeis destacam os critérios técnicos para a correta divulgação das informações nas demonstrações.

Certo.

Com base nas disposições da Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens subsequentes.

004. (CESPE/EMBRAPA/CONTABILIDADE/2025) Ação preferencial é aquela que concede ao seu proprietário, entre outras vantagens, a prioridade no reembolso do capital.



A ação preferencial, diferentemente da ação ordinária, não tem poder decisório na empresa, entretanto, possui uma série de vantagens, como por exemplo a prioridade no reembolso de capital e o recebimento de no mínimo 10% a mais de dividendos que o acionista ordinário.

Certo.

Com base nas disposições da Lei n.º 6.404/1976, julgue os itens subsequentes.

005. (CESPE/EMBRAPA/CONTABILIDADE/2025) A conta ajustes de avaliação patrimonial, integrante do patrimônio líquido, justifica-se em função do regime de competência.



De acordo com a lei societária serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, **enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência**, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Certo.

Considerando as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

006. (CESPE/PCDF/GESTOR DE APOIO CONTADOR/2025) A rubrica contábil ajustes de avaliação patrimonial é uma conta de resultado que pode apresentar saldo devedor ou credor, conforme o comportamento de elementos do ativo e do passivo sujeitos à avaliação a valor justo.



A conta Ajuste da Avaliação Patrimonial é CONTA PATRIMONIAL do patrimônio líquido; não é conta de resultado.

Errado.

Julgue os itens a seguir, em relação a preparação e divulgação de demonstrações econômico-financeiras das companhias.

007. (CESPE/MP-CE/CONTADOR/2025) Segundo a lei societária, a demonstração das mutações do patrimônio líquido é facultativa.



A Lei n. 6.404-76 obriga a elaboração da Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) e FACULTA a elaboração da DMPL.

As demonstrações previstas na Lei n. 6.404-76 são:

- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado do exercício
- Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados (DMPL é facultativa)
- Demonstração dos fluxos de caixa – para as S/As de capital aberto e para fechadas com PL maior que 2 milhões.
- Demonstração dos valores adicionados – somente para S/As de capital aberto.

Certo.

No que se refere à demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e à demonstração do resultado abrangente (DRA), julgue os itens subsequentes.

008. (CESPE/CNPQ/AFO/2024) A apresentação da DRA dentro da DMPL dispensa a apresentação em separado da DRA.



A apresentação do resultado abrangente na DMPL não dispensa a apresentação da DRA. A DRA pode ser apresentada separadamente ou como complemento da DRE. Na DMPL devem ser apresentadas as receitas e despesas abrangentes.

Errado.

Ainda sobre o registro de transações pelo sistema contábil das entidades em geral, julgue os itens que se seguem.

009. (CESPE/FUNPRES-EXE/CONTABILIDADE/2025) Uma condição indispensável para o reconhecimento contábil de uma provisão que represente uma obrigação presente considerada provável é a possibilidade de se fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação.



Para uma provisão ser reconhecida no passivo ela deve ser uma obrigação presente com PROVÁVEL possibilidade de pagamento e que possa ser estimada.

Certo.

A respeito da avaliação de ativos e passivos, julgue os itens seguintes.

010. (CESPE/ANM/CONTABILIDADE/2025) Configura um passivo contingente a situação em que uma obrigação presente, resultante de eventos passados, apresenta como improvável a exigência de sacrifício de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidá-la.



Quando a obrigação for considerada como de improvável pagamento, a empresa não poderá reconhecer uma provisão no passivo; as normas determinam que neste caso deverá ser divulgada em notas explicativas um passivo contingente.

Certo.

A respeito da avaliação de ativos e passivos, julgue os itens seguintes.

011. (CESPE/ANM/CONTABILIDADE/2025) Ativos contingentes devem ser reconhecidos quando sua realização for provável.



O ativo contingente tem uma classificação diferente do passivo contingente.

A classificação, para fins de reconhecimento da contingência, do ativo é a seguinte:

I – Recebimento praticamente certo = reconhece o ativo, no BP.

II – Recebimento provável = divulga o ativo contingente em notas explicativas.

III – Recebimento possível ou remoto = Não reconhece e nem divulga.

Lembre-se de que reconhecimento é colocar nas demonstrações contábeis e divulgar é apresentar uma nota explicativa. Assim, a empresa deve apenas divulgar o ativo contingente.

Errado.

Acerca da disciplina de contabilidade geral, e à luz da legislação aplicável, julgue os itens a seguir.

012. (QUADRIX/CFO/CONTADOR/2025) O balancete de verificação é utilizado para avaliar a exatidão dos lançamentos contábeis, mas não garante a inexistência de erros.



O balancete de verificação, mesmo quando fechado, não permite identificar erros de lançamentos em duplicidade ou estornos indevidos. Assim, ele não garante a inexistência de erros.

Errado.

Com base na atual legislação societária e nos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens a seguir, no que diz respeito às demonstrações contábeis.

013. (QUADRIX/CRO-AL/ANALISTA FINANCEIRO/2025) A demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados é de elaboração e apresentação obrigatória para as companhias fechadas.



De acordo com a Lei n. 6.404-76 a DLPA é de elaboração obrigatória, sendo a DMPL facultativa. Já de acordo com os pronunciamentos contábeis a DMPL é obrigatória e a DLPA não é prevista. Como o enunciado questionou a lei e os pronunciamentos a assertiva está errada.

Errado.

Julgue os itens a seguir, referentes às demonstrações contábeis.

014. (CESPE/INOVERSASUL/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/2025) A conta contábil, caixa ou bancos, é o item menos líquido do grupo de contas do ativo.



A Conta caixa/banco é a conta MAIS líquida do grupo de contas do ativo.

Errado.

Julgue os itens a seguir, em relação ao patrimônio contábil.

015. (CESPE/PCDF/GESTOR DE APOIO/2025) A situação patrimonial de uma entidade é representada graficamente por meio de um desenho, comumente o de uma balança, sendo irrealizável através de demonstrações contábeis.



A situação patrimonial é apresentada por meio de uma demonstração contábil denominada de BALANÇO PATRIMONIAL.

Errado.

Em relação aos itens que integram o grupo patrimonial ativo de uma entidade, julgue os próximos itens.

016. (CESPE/ANM/ECONOMIA OU CONTABILIDADE/2025) Estoques cuja realização seja lenta, superior ao ciclo operacional da entidade, e tenham sido adquiridos em excesso por razões econômicas de segurança exigem registro em ativo realizável a longo prazo.



Quando o ciclo operacional de uma empresa for maior que o exercício social, o circulante e o longo prazo devem se equacionar ao ciclo operacional. Assim, um estoque que será realizado em um período superior ao ciclo operacional deve ser classificado com ativo realizável a longo prazo.

Certo.

Em relação aos aspectos contábeis das sociedades anônimas, julgue os itens que se seguem, com base nas normas aplicáveis no Brasil.

017. (CESPE/TRF 6/ANALISTA JUDICIÁRIO/2025) A demonstração do resultado do exercício tem como objetivo apresentar o valor das riquezas econômicas geradas pela entidade, bem como mostrar a forma como tal riqueza foi distribuída para a sociedade.



A DRE apresenta o desempenho financeiro da entidade; é a DVA que apresenta a riqueza gerada pela entidade.

Errado.

Julgue os itens a seguir, no que se refere a notas explicativas às demonstrações contábeis, com base no disposto na NBC TG 26 (R5).

018. (CESPE/CEBRASPE/FUNPRES-P-EXE/ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR/CONTABILIDADE/2025) As notas explicativas devem conter informações idênticas em relação às apresentadas nas demonstrações financeiras, de modo a reforçar a sua relevância.



As notas explicativas devem apresentar INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES às apresentadas nas demonstrações. O objetivo das notas explicativas é melhorar a qualidade e a completude das informações sintetizadas nas demonstrações contábeis.

Errado.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de gestão de negócios.

019. (CESPE/CEBRASPE/EMBAPA/ANALISTA/TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO: GESTÃO DE INSTRUMENTOS DE PARCERIAS E NEGÓCIOS/2025) O balanço patrimonial de uma empresa tem como principal objetivo verificar se os resultados da empresa foram atingidos, inclusive os operacionais e extraoperacionais, em um determinado período.



O balanço patrimonial apresenta, de forma estática, a situação patrimonial da empresa. O resultado da entidade é apresentado na DRE, considerando as receitas e despesa operacionais e outras receitas e despesas.

Errado.

Acerca da disciplina de contabilidade geral, e à luz da legislação aplicável, julgue os itens a seguir.

020. (QUADRIX/CFO/CONTADOR/2025) A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados é opcional para sociedades anônimas.



De acordo com a Lei n. 6.404-76 a DLPA é de elaboração obrigatória, sendo a DMPL facultativa.

Certo.

021. (OBJETIVA CONCURSOS/PREFEITURA DE LAPA/CONTADOR/2025) Considerando-se as demonstrações contábeis, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

(1) Demonstração dos fluxos de caixa.

(2) Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados.

(3) Demonstração do resultado do exercício.

- () Evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos.
- () Pode ser substituída pela demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- () Demonstração financeira que contém um resumo ordenado das receitas e das despesas da empresa em determinado período.

a) 1 – 2 – 3.

b) 3 – 2 – 1.

c) 1 – 3 – 2.

d) 2 – 1 – 3.

e) 3 – 1 – 2.



A ordem é a seguinte:

1- A DFC evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades da companhia em determinado período, por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos.

2- A DLPA Pode ser substituída pela demonstração das mutações do patrimônio líquido.

3- A DRE é a demonstração financeira que contém um resumo ordenado das receitas e das despesas da empresa em determinado.

Letra a.

022. (INSTITUTO CONSULPLAN/CÂMARA DE ARARAQUARA/ANALISTA DE CONTROLE INTERNO/2025) Sobre a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, analise as afirmativas a seguir.

I – A entidade deve elaborar todas as suas demonstrações contábeis utilizando-se do regime de competência.

II – Quando da elaboração de demonstrações contábeis, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível.

III – A entidade deve apresentar conjuntamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes.

IV – As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.



Estão corretos os itens II e IV.

O item I está errado. A DFC deve ser elaborada considerando o regime de caixa. As demais demonstrações devem ser elaboradas de acordo com o regime da competência.

O item IV estão errados. Os itens materiais (que são relevantes) mesmo que semelhantes, como o caso do imobilizado, devem ser apresentados separadamente e não conjuntamente.

Letra c.

023. (VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO/CONTADOR/2025) A informação exposta nas demonstrações contábeis, usualmente, é organizada em totais e subtotais numéricos. A sua organização fornece um resumo estruturado de tais parâmetros por meio dos itens das demonstrações que evidenciam a

- a) riqueza líquida, a atividade e os fluxos orçamentários.
- b) situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

- c) situação patrimonial, o capital próprio e os fluxos de caixa.
- d) situação patrimonial, o detalhamento das funções e os fluxos de caixa.
- e) riqueza líquida, a modalidade de aplicação e os fluxos dos atos potenciais.



As demonstrações contábeis, também chamadas de demonstrações financeiras, são relatórios elaborados pela administração, com a responsabilidade técnica de um contabilista, que apresentam a situação patrimonial de uma empresa e os seus desempenhos financeiro e econômico e os fluxos de caixa apurados em um período ou exercício social.

Letra b.

024. (AVANÇA SP/PREFEITURA DE CACONDE/CONTADOR/2025) Indique a alternativa correta sobre o local onde o Balanço Patrimonial deve ser transcrito:

- a) Livro Diário.
- b) Livro de Estoques.
- c) Livro de Razonetes.
- d) Livro Caixa.
- e) Livro de Atas.



As demonstrações contábeis, incluindo o balanço patrimonial, devem ser transcritas no livro diário que será encerrado e autenticado em cartório ou na junta comercial.

Letra a.

025. (FGV/CFC/CONTADOR 1º EXAME DE SUFICIÊNCIA/2025) Segundo a NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, quando da elaboração de demonstrações contábeis, a administração deve avaliar a capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível, o que significa que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto da

- a) continuidade, a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.
- b) competência, sendo os itens reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, inclusive para a demonstração de fluxo de caixa.
- c) materialidade e agregação, tendo a entidade que apresentar conjuntamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes, aglutinando os de natureza ou função distinta mesmo que sejam materiais.
- d) compensação de valores, ativos e passivos ou receitas e despesas devem ser compensados, exceto quando permitido exclusivamente por norma.



As demonstrações contábeis devem ser elaboradas no PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE, a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuidade de suas atividades.

Letra a.

026. (OBJETIVA CONCURSOS/CÂMARA DE MIRAGUAÍ/CONTADOR/2024) O Balanço Patrimonial é uma Demonstração Contábil e apresenta os bens, direitos, deveres e o capital próprio de uma empresa; demonstra também a origem e a aplicação dos recursos. Sobre o Balanço Patrimonial, é CORRETO afirmar que:

- a) Nas contas do ativo está o capital próprio de uma empresa.
- b) Nas contas do passivo estão as aplicações de recursos de uma empresa.
- c) Nas contas do Ativo estão os bens e direitos de uma empresa.
- d) Nas contas do ativo estão a origem dos recursos de uma empresa.



Está correta a letra “C”, pois nas contas do ativo estão os bens e direitos sob o controle da entidade, que representam aplicações de recursos.

- b) Errada. Nas contas do passivo estão as origens de recursos de terceiros.
- d) Errada. No ativo estão as aplicações de recursos.

Letra c.

027. (FUNDATEC/ITAARA/CONTADOR/2024) Relativo à estrutura conceitual da contabilidade, a expressão “obrigação presente como resultado de eventos passados” remete a:

- a) Ativo já realizado e totalmente depreciado.
- b) Despesas reconhecidas no curto prazo.
- c) Receitas a realizar.
- d) Passivo.
- e) Patrimônio Líquido.



O PASSIVO é uma obrigação presente como resultado de eventos passados.

Letra d.

028. (IBADE/RBPREV/CONTADOR/2023) De acordo com os conceitos do Balancete de Verificação, assinale a alternativa correta.

- a) Sua apresentação é feita utilizando de 3 a 9 colunas
- b) É um relatório contábil obrigatório
- c) Precisa ser apresentado diariamente
- d) As contas são extraídas através do livro Razão
- e) Nenhuma das alternativas anteriores



O balancete normalmente é apresentado mensalmente, ele não é de elaboração obrigatória. Pode ser elaborado de 2 a 8 colunas. Os saldos das contas para a elaboração do balancete são extraídos do livro razão.

Letra d.

029. (CETAP/FSCMP/CONTADOR/2023) De acordo com a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – as Demonstrações Contábeis (DC's) são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. Conhecendo as DC's, assinale a alternativa que apresenta apenas Demonstrações que fazem parte do conjunto completo das Demonstrações, de acordo com a NBC TG 26.

- a) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Lucro ou Prejuízos Acumulados.
- b) Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.
- c) Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas.
- d) Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Lucro ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado.
- e) Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas.



O CPR 26 apresenta que são obrigatórias as seguintes demonstrações contábeis:

Balanço patrimonial.

Demonstração do resultado do exercício.

Demonstração do resultado abrangente.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Demonstração dos fluxos de caixa.

Demonstração dos valores adicionados.

Complementadas pelas suas respectivas notas explicativas.

Letra c.

030. (AVALIA/CAU-BA/ANALISTA DE GESTÃO/2023) O Balanço Patrimonial é uma ferramenta contábil que serve para os seguintes fins, EXCETO:

- a) analisar o comportamento financeiro de um negócio.
- b) compreender o trajeto dos recursos financeiros da empresa.
- c) apresentar dados financeiros e contábeis a possíveis investidores.
- d) tomar decisões financeiras mais assertivas.
- e) desconstruir o planejamento tributário, identificando tributos pagos e meios de ampliá-los.



Está errada a letra “E”, pois a análise do BP permite ao usuário construir um planejamento tributário, por meio dos tributos a recuperar e a pagar.

Letra e.

031. (INSTITUTO AOCP/MPE-MS/CONTADOR/2023) De acordo o CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, o gasto relacionado com a emissão de ações, deve ser evidenciado no

- a) ativo não circulante em conta redutora do ativo de investimentos permanentes.
- b) patrimônio líquido em conta redutora do capital social.
- c) passivo não circulante diferido.
- d) passivo circulante diferido apropriar.
- e) ativo circulante em conta redutora do ativo de investimentos temporário.



Na emissão e venda de ações no mercado uma empresa tem gastos com corretores de títulos e valores mobiliários, com advogados, com contadores, com peritos e até com auditores. Segundo o CPC 08, os gastos que ocorreram nas operações de emissões de ações da empresa devem ser classificados de acordo com a natureza da operação, da seguinte forma:

- Gastos com a emissão de ações antes da venda efetiva = despesa antecipada no ativo circulante.
- Gastos com a emissão e venda das ações = conta redutora do capital social, no PL.
- Gastos com emissão de ações que não foram vendidas = outras despesas na DRE.

Letra b.

032. (FUNDATEC/NOVA SANTA RITA-RS/TÉCNICO CONTÁBIL/2023) Analise as assertivas a seguir a respeito das origens e aplicações dos recursos de uma empresa:

- I – As aplicações representam os valores negativos da equação patrimonial.
- II – As origens dos recursos podem ser de capitais próprios ou de terceiros.
- III – As origens são representadas na contabilidade por contas com saldo devedor.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.



A essência da equação patrimonial é apresentar de onde vieram os recursos econômicos que estão aplicados no ativo; se a fonte foi o capital de terceiros, será um passivo exigível; contudo, se a fonte dos recursos foi o capital dos sócios, ela será apresentada no PL. Por isso podemos dizer que tudo que uma empresa tem no ativo é de terceiros ou dos sócios. O item I está errado. As aplicações de recursos no ativo, segundo a teoria materialista, representam o lado positivo do patrimônio.

O item II está certo. As fontes dos recursos aplicados no ativo, vieram de capitais terceiros ou de capitais dos sócios.

O item III está errado. As fontes de recursos, segundo a teoria personalista, representam a origem dos créditos que foram dados para a empresa aplicar no ativo; desta forma, elas têm natureza credora.

Letra b.

033. (INSTITUTO AOCP/MPE-MS/CONTADOR/2023) Em relação ao balancete de verificação de uma empresa, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I – Os saldos para elaboração do balancete de verificação são extraídos diretamente do livro diário da entidade.

II – O fato de o somatório dos saldos devedores ser igual ao somatório dos saldos credores significa que a escrituração contábil está totalmente em conformidade com os fatos contábeis da entidade.

III – O balancete de verificação evidencia uma relação de contas patrimoniais e de resultado com seus respectivos saldos extraídos dos registros contábeis em determinada época.

- a) I, II e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas III.



O item I está errado. O balancete é formado pelos saldos extraídos do livro Razão.

O item II está errado. Mesmo quando o balancete estiver fechado, com o total do saldo devedor igual ao total do saldo credor, a escrituração pode conter erros, como é o caso de lançamentos em duplicidade ou lançamento de valores em contas de mesma natureza.

O item III está correto. O balancete é formado por contas patrimoniais e de resultado e seus respectivos saldos.

Letra e.

034. (FCC/TRT 18ª/CONTADOR/2023) O departamento jurídico da empresa Problemas Gerais S.A. apresentou, em 31/12/2020, as avaliações de diversos processos a que a empresa está respondendo, as quais constam no quadro a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível
Processo Ambiental	640.000,00	Remota

A diretoria da empresa acatou a avaliação apresentada pelo departamento jurídico e fez a contabilização com base nas informações constantes no quadro anterior, de acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais:

- a) 5.600.000,00
- b) 1.720.000,00
- c) 4.960.000,00
- d) 2.360.000,00
- e) 3.240.000,00



A provisão é uma obrigação presente, caracterizada pela incerteza no prazo ou no valor da dívida; entretanto, para ser reconhecida no passivo como provisão, o pagamento da obrigação deve ser PROVÁVEL. Se o pagamento da obrigação for possível ou o valor não puder ser estimado com uma razoável certeza, a empresa somente deverá divulgar uma nota explicativa, reconhecendo a existência de um passivo contingente. Desta forma, o

montante das provisões a ser contabilizado no passivo será de \$ 3.240.000,00 (Processo Cível 1.480.000,00 e Processo Fiscal 1 1.760.000).

Letra e.

035. (FGV/SEFAZ-MG/AFRE/2023) Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/X1:

Ativo Circulante	80.000	Patrimônio Líquido	180.000
Caixa	50.000	Capital Social	120000
Contas a receber	30.000	Reserva de Lucros	60.000
Ativo não Circulante			
Ativo Imobilizado			
Terrenos	100.000		
Ativo Total	180.000	PL Total	180.000

O montante contabilizado como “contas a receber” diz respeito à venda de um ativo imobilizado e tinha previsão de recebimento em fevereiro de X2.

No ano de X2, o montante foi recebido, no entanto, a sociedade empresária não baixou este ativo, tendo aumentado a conta Caixa.

Ao auditar as demonstrações contábeis da sociedade empresária, em 31/12/X2, e as demonstrações comparativas relativas a 31/12/X1, os auditores concluíram que

- a) a reserva de lucros estava superavaliada no ano de X1, apenas.
- b) a reserva de lucros estava subavaliada no ano de X2, apenas.
- c) a reserva de lucros estava superavaliada nos anos de X1 e de X2.
- d) o ativo circulante estava superavaliado no ano de X2, apenas.
- e) o ativo circulante estava superavaliado nos anos de X1 e de X2.



A empresa recebeu em X2 o valor da venda que ocorreu em X1. No momento do recebimento em X2 ela deveria ter baixado o valor de contas a receber e aumentado o valor da conta caixa em \$ 30.000,00; é um fato permutativo que não altera os valores do BP. Contudo, como manteve o valor da conta a receber e ainda aumentou o valor da conta caixa em \$ 30.000,00; houve uma superavaliação do ativo circulante em X2.

Letra d.

036. (FGV/TCE-ES/ACE/2023) Uma empresa comercial está separando seus ativos e passivos circulantes e não circulantes para elaborar o Balanço Patrimonial. O contador, ao verificar os requisitos do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, observou que:

- a) os ativos e passivos devem ser apresentados por ordem crescente de liquidez, do menos líquido para o mais líquido;
- b) o passivo deve ser classificado como circulante quando for caixa ou equivalente de caixa;
- c) os impostos diferidos não devem ser classificados como circulantes;
- d) o ativo deve ser classificado como circulante quando for adiantamento de clientes;
- e) o passivo deve ser classificado como circulante quando for uma despesa antecipada.



- a) Errada. Os ativos são apresentados em ordem DECRESCENTE de liquidez; e os passivos em ordem DECRESCENTE de exigibilidade.
- b) Errada. Os ativos caixa e equivalente a caixa serão apresentados no ativo circulante, e não no passivo.
- c) Certa. Os impostos diferidos a recuperar serão apresentados no ativo não circulante, realizável a longo prazo.
- d) Errada. Adiantamentos de clientes é conta do passivo e não do ativo.
- e) Errada. Despesa antecipada é conta do ativo e não do passivo.

Letra c.

037. (FUNDATEC/NOVO HAMBURGO/TESOUREIRO/2024) Segundo a visão básica da Contabilidade, há elementos patrimoniais que representam origens ou fontes de recursos para a organização, são eles:

- I – Passivo.
- II – Ativo.
- III – Patrimônio Líquido.

Quais estão corretos?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.



Na contabilidade, as fontes dos recursos aplicados do ativo são de terceiros, representado pelo passivo exigível; e dos sócios, representado pelo patrimônio líquido.

Letra d.

038. (CONSULPLAN/TCM-PA/TÉCNICO DE CONTROLE/2023) Os conceitos de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios para seu reconhecimento. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal. A respeito das definições de ativo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ativo é um recurso que será controlado no futuro pela entidade como resultado de evento passado.
- b) A forma física é uma condição necessária para um item ser classificado como recurso.
- c) O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos, desde que haja entrada líquida de caixa.
- d) Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa.



- a) Errada. O ativo é um recurso controlado no PRESENTE, como resultado de evento passado.
- b) Errada. Um recurso do ativo pode ser tangível ou intangível; assim, a forma física não é condição necessária para a classificação de um recurso como ativo.
- c) Errada. O potencial de serviço vinculado a um ativo pode se realizar pela entrada líquida de caixa (em dinheiro) ou pela diminuição de saídas de dinheiro, com o seu uso nas atividades.
- d) Certa. Os benefícios econômicos embutidos em um ativo estão relacionados com a melhoria do fluxo de caixa no futuro, assim, podem se realizar pela entrada de dinheiro (aumentando as receitas) ou pela diminuição de saídas de dinheiro (diminuindo as despesas ou custos de produção).

Letra d.

039. (FUNDATEC/BALNEÁRIO DE PINHAL/CONTROLE INTERNO/2024) Em alinhamento com as normas internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade editou norma (NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL) tratando da estrutura conceitual para relatório financeiro. Segundo as definições estabelecidas no mencionado instrumento normativo, os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro da entidade são os seguintes:

- a) Ativos e Despesas.
- b) Ativos e Passivos.
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa.
- d) Passivos e Receitas.
- e) Receitas e Despesas.



As Receitas e as despesas são os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro da entidade.

Letra e.

- 040.** (VUNESP/APS/CONTADOR/2024) A legislação contábil vigente define provisão como:
- a) uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
 - b) possível obrigação que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
 - c) um passivo não oneroso a ser liquidado dentro do ciclo operacional da entidade.
 - d) um passivo de prazo ou valores incertos.
 - e) um passivo não oneroso a ser consumido por eventos incertos da entidade.



Provisão é um passivo com prazo e valor incertos, ou seja, é uma estimativa contábil.

Letra d.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

